

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ELDER PROCOPIO VENUTO

**“AGORA É NOSSA VEZ”: CULTURA POLÍTICA DO OPERARIADO URBANO NA
FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

FRANCA

2017

ELDER PROCOPIO VENUTO

**“AGORA É NOSSA VEZ”: CULTURA POLÍTICA DO OPERARIADO URBANO NA
FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.
Linha de Pesquisa: História e Cultura Política.

Orientador: Prof. Dr. Teresa Maria Malatian.

FRANCA

2017

Venuto, Elder Procopio.

“Agora é nossa vez” : cultura política do operariado urbano na formação do Partido dos Trabalhadores / Elder Procopio Venuto.
– Franca : [s.n.], 2017.

240 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Teresa Maria Malatian

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Movimento operario.
3. Teologia da libertação. 4. Intelectuais católicos. I. Título.

CDD –322.20981

ELDER PROCOPIO VENUTO

**“AGORA É NOSSA VEZ”: CULTURA POLÍTICA DO OPERARIADO URBANO NA
FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. **Linha de Pesquisa: História e Cultura Política.**

Orientador: Prof. Dr. Teresa Maria Malatian.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Maria Malatian

UNESP/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2017.

*Dedico à
Lena.*

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que tornaram a presente pesquisa possível, aos que de alguma forma contribuíram para seu desenvolvimento.

À minha orientadora Teresa Maria Malatian com quem nos últimos anos pude não apenas compartilhar reflexões, dúvidas e impressões sobre a presente pesquisa, mas que, sobretudo, me ensinou a paciência com quem erra e incentiva para que o acerto ocorra, me lembrou da importância de perseverar quando da dificuldade de escrita e me mostrou a generosidade própria do ser professor valores que pretendo carregar e transmitir a meus alunos. Obrigado professora Teresa, quando ninguém mais acreditava a senhora me deu um voto de confiança.

Agradeço à prof.^a Dr.^a Marisa Saenz Leme e à prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Biason pelas inestimáveis contribuições na banca de qualificação, muitos dos apontamentos colocados por ambas foram de grande ajuda para o aperfeiçoamento do presente trabalho, bem como, ao prof.^o Dr. Vinícius Donizete de Rezende pelas contribuições na banca de defesa. Aproveito para agradecer em especial à professora Marisa por compartilhar algumas de suas reflexões acerca de alguns dos grupos que fizeram frente e resistiram ao arbítrio do regime autoritário que governou o país por duas décadas.

À minha família por todo apoio e compreensão acerca das dificuldades inerentes a “pausa” em nosso cotidiano que uma pesquisa de pós-graduação exige. Agradeço principalmente a meus pais, Rafael e Margarida, por me ensinarem o valor do trabalho, não em sua compreensão moral de ter que trabalhar, mas, principalmente, no que tange a valorizar o próprio esforço entendendo que resistir à exploração é mais do que uma rebeldia contra o trabalho é também uma forma de respeito pelo que se cria, produz e compartilha. Ao meu irmão Edelson, homem de poucas palavras, mas que sempre tive a certeza de que estará sempre disposto a me apoiar nas mais diferentes horas como foi o caso durante a composição desta dissertação.

A Edilene, Lena, minha companheira de todas as horas, com quem compartilho sonhos e planos que se pudessemos realizaríamos “amanhã”, mas, aprendemos que a companhia e a vivência compartilhada da realização destes sonhos é o que realmente importa. Obrigado, amor, por ouvir sobre esta pesquisa durante todos estes meses e me apoiar nas horas mais difíceis.

Aos queridos amigos Igor Pasquini Pomini, pelas conversas sobre o tema, sobre o campo das esquerdas e impressões sobre a pesquisa e a escrita da História; Mariana Canavezi de Vitta, por todo apoio durante minha estadia em Franca, pela amizade e conversas sobre as coisas boas da vida; Ricardo Arruda, pela imprescindível contribuição com a presente pesquisa quando me apresentou à Maria Izilda Aguilar Perez, dona de boa parte da documentação sobre os Núcleos do PT que usamos no 4º capítulo da presente dissertação, meus sinceros agradecimentos, Ricardo e dona Izilda. A Maria Gilvania, Felipe Quadrado, Fabricio Trevisan, Dominique Souza, Aline Carvalho, Juliano Souza, Aender Guimarães, Sílvia Siqueira Gomes pelo incentivo para continuar o trabalho e também pela indicação de importantes documentos e livros para a pesquisa.

Como poderia retribuir tudo que fizeram por mim?

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam.

Guimarães Rosa.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como foi possível a diferentes matrizes políticas reunirem-se numa proposta político-partidária concebida no Partido dos Trabalhadores, assim, visando tal horizonte tratamos aqui o grupo operário sindical desenvolvido no contexto do chamado “novo sindicalismo” do ABCD paulista; a ala progressista da Igreja católica que daria origem – num primeiro momento – às Comunidades Eclesiais de Bases e às Pastorais Operárias e, mais tarde, à própria Teologia da Libertação; e, finalmente, o grupo de intelectuais que ajudaram a fundar o partido. Para tanto, propomos analisar em primeiro lugar as condições socioeconômicas dos personagens que compuseram o primeiro grupo citado, tanto no que concerne ao cotidiano fabril quanto fora do ambiente de trabalho; em seguida tratamos como se deu a construção do ciclo grevista de 1978-1980, bem como seu desdobramento para a vida política nacional. Sobre os grupos progressistas da Igreja, tratamos como se deu a mudança no interior do próprio catolicismo, que favoreceu o desenvolvimento de tais grupos, bem como sua inserção no mundo do trabalho e posterior participação na vida política nacional no contexto de formação do PT. Por fim, tratamos o papel dos intelectuais na formação e desenvolvimento do PT. Sobre esse grupo em específico há que se considerar o período analisado; de sentido de sua busca por grupos que se colocassem contra o regime militar – o que favorecia a escolha por uma frente como o MDB. No entanto, muitos destes intelectuais escolheram ajudar na construção do PT e de sua proposta própria à concepção de um partido que se entendia e postulava ser um diferencial na política nacional no âmbito do fim do bipartidarismo.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Greve. Movimento Operário. Teologia da Libertação e Intelectuais.

ABSTRACT

This research aims to analyze how it was possible for different political matrixes to unite in a political party proposition translated in the Partido dos Trabalhadores (Workers Party). Thusly, with this horizon, here we approach the syndical workers group developed in the context of the so called “novo sindicalismo” (new syndicalism) from the ABCD paulista (São Paulo City’s metropolitan area); the Catholic Church’s progressive wing which would give birth – in an initial moment – to the Comunidades Eclesiasis de Base (Ecclesial Base Communities) and to the Pastorais Operárias (Workers Pastorals) and, later on, to the very Liberation Theology; and, final, the group of intellectuals that helped to establish the party. For that, we propose at first to analyze the social-economic conditions of the characters that composed the firstly quoted group, both regarding the factory ground floor daily conditions and the out-of-work environment; next we approach how the strike cycle from 1978-1980 developed, and also its effects on the national political life. About the Church’s progressive groups, we approach how change inside Catholicism itself favored the development of said groups, also its insertion in the work scene and its later participation in the national political life in the context of PT’s establishment. Lastly, we approach the role of intellectuals in PT’s formation and development. About this specific group it is paramount to consider the temporal period in analysis, in the light of its search for groups that opposed the military regime – which favored the choice for a front like the MDB (Brazilian Democratic Movement). Nonetheless, several of those intellectuals chose to help on PT’s constitution and its own proposal for the birth of a party that saw itself and claimed to be a differential in national politics in the light of the end of bipartisanship.

Keywords: Partido dos Trabalhadores (Workers Party). Strike. Workers Movement. Liberation Theology and Intellectuals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	21
Figura 2	65
Figura 3	67
Figura 4	68
Figura 5	118
Figura 6	159

LISTA DE SIGLAS

SMSBCD	Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ABCD	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
GEIA	Grupo Executivo para a Indústria Automotiva
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
ETE	Escola Técnica Estadual Lauro Gomes
PT	Partido dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
MIA	Movimento Intersindical Antiarrocho
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
AP	Ação Popular Católica
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PO	Pastoral Operária
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FGV	Fundação Getúlio Vargas

TM	<i>Tribuna Metalúrgica</i>
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
MR8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
JOC	Juventude Operária Católica
AC	Ação Católica
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
MEB	Movimento Estudantil de Base
JEC	Juventude Estudantil Católica
ACO	Ação Católica Operária
PDS	Partido Democrático Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
IDESP	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
CS	Convergência Socialista
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
LO	Liga Operária
MPT	Movimento pró Partido dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO 1 NOSSA VEZ, NOSSA VOZ: PRIMEIROS PASSOS DA LUTA	18
1.1 A capital do automóvel.....	18
1.2 O enfrentamento cotidiano	28
CAPÍTULO 2 A “ONDA GREVISTA” DE 1978 E 1979	40
2.1 A virada do SMSBCD	41
2.2 Um novo ator no cenário político se fez nas greves	76
2.3 A greve geral de 1979	107
CAPÍTULO 3 UMA IGREJA VOLTADA PARA A QUESTÃO SOCIAL..	125
3.1 A proposta de uma Igreja aberta à sua comunidade	125
3.2 Uma Igreja voltada para os pobres	142
CAPÍTULO 4 A “GREVE DOS 41 DIAS” E A FORMARÇÃO DO PT.....	153
4.1 A República de São Bernardo	153
4.2 Os intelectuais e a proposta de um novo partido	167
4.3 Os primeiros anos de vida do PT	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFÊRENCIAS.....	202
ANEXO A	211
ANEXO B	215
ANEXO C	223
ANEXO D	230
ANEXO E	232
ANEXO F	236

APRESENTAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores, enquanto representação popular, trazia consigo a proposta de inteirar as ditas “camadas populares” no novo conjunto do jogo político-partidário prometido para o contexto da abertura política iniciada pelos últimos presidentes-generais entre 1974-1985. Evidentemente, a afirmação acima é eivada de dúvidas, não para menos, o dito contexto é bastante nebuloso e intrincado de diversas ideologias, preferências e paixões políticas que colocam pesquisadores e estudiosos do tema em apuros para compreendê-las.

A presente pesquisa surge como uma insatisfação do pesquisador com o resultado final do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: *A república de São Bernardo*. No citado trabalho visávamos compreender como se deu a construção do chamado “novo sindicalismo” – sem dúvida, não apenas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi precursor dessa forma de sindicalismo –, no entanto, nosso foco abrangia também entender como se dera o engajamento não só de sindicalistas, mas também da base operária, ou seja, daqueles que resistiram às pressões dos chefes de seção e empregadores para que ligassem suas máquinas nas greves de 1978; aqueles que, insatisfeitos com a decisão da diretoria do SMSBCD, rasgaram suas carteirinhas do sindicato quando do encerramento da greve de 1979; e, por fim, os mesmos que sustentaram a greve de 1980 por quase um mês com a diretoria do Sindicato detida após duas semanas de greve.

Analisadas as nuances apontadas acima, ao final da pesquisa as dúvidas tinham aumentado, porém em outra direção. Tratava-se agora de responder: Como o engajamento no movimento grevista de 1978-1980 tinha resultado na criação do PT? Entre o fim da graduação e o início do mestrado passaram-se cinco anos. Neste período, entre outras leituras e atividade docente, pude pesquisar temas correlatos ao movimento operário no Brasil e à organização popular – em determinado momento me chamou atenção a atuação da Igreja progressista em movimentos como as comunidades de base e a Teologia da Libertação. Já decidido a dar sequência aos estudos sobre o tema que deixara dúvidas alguns anos antes, me deparei com este novo personagem que se apresentava caro ao tema “os intelectuais” – a bem da verdade, desde o fim da graduação já havia tido contato com tal personagem, no entanto não tinha ideia de qual papel havia atuado no contexto da formação do PT ou mesmo de como defini-lo.

Cabe colocar que as leituras durante este tempo não satisfaziam minhas dúvidas acerca do tema “formação do PT”. Estranhamente, nenhum dos personagens citados na literatura sobre o partido pareciam se encontrar. Isso equivalia ao mesmo que dizer: “Estes que se

engajaram nas greves de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 não são os mesmos que formaram o partido”; ou então: “a Igreja progressista ajudou na formação do PT”. Daí a questão sempre presente: Ajudou como? Apenas emprestou do seu prestígio junto aos seus seguidores para que apoiassem e votassem na nova legenda? O mesmo vale para os intelectuais: apenas contribuíram com seus escritos para, por exemplo, a campanha de Luís Inácio da Silva para o governo do estado de São Paulo na eleição de 1982? Necessariamente, as leituras que pude fazer nesse período afastado do mundo acadêmico apenas me mostravam que determinado autor, quando se engajava na pesquisa sobre as greves no ABCD paulista se pautava apenas nas grandes montadoras de São Bernardo do Campo ignorando as outras indústrias do polo metalúrgico da região; ou então, se havia uma pesquisa sobre a formação da Pastoral Operária, esta apenas focava na capital paulista ressaltando que na região do ABC a formação se dera de forma diversa e que, especificamente em São Bernardo o trabalho da citada pastoral só teve início em 1980.

Faltava algo que congregasse as diferentes frentes, sem dúvida, uma proposta ambiciosa, mas que, feita de maneira diversa, não contemplaria a dúvida inicial do pesquisador: como personagens tão distintos se reuniram em torno da proposta de um novo partido político?

Visamos em primeiro lugar demonstrar dois pontos particulares acerca do cotidiano daqueles que formaram a base de trabalhadores metalúrgicos do SMSBCD: num primeiro momento suas condições de vida como migrantes de outras regiões do estado e também de outras regiões do país, a estrutura social de seus bairros e as dificuldades que encontravam nos mesmos; em seguida, tratamos como se dava a contratação nas indústrias metalúrgicas da região, o salto para as multinacionais do setor e parte da desilusão que causava essa entrada nas “grandes fábricas”. Necessariamente, a referida primeira etapa, de alcance de uma melhoria na condição de vida, e a posterior decepção com esta percepção avalizam a entrada em algum movimento popular – citamos popular e não operário porque o período (anos 1970) é carregado com diferentes frentes de luta contra as precárias condições de vida, mas, também, contra as imposições do regime militar. É neste contexto que entram as pastorais da Igreja Católica, as comunidades de base, os grupos de associação de bairros e por aí adiante.

O “mundo do trabalho” ainda estava se reorganizado do período de intervenções, prisões e cassações perpetradas pelo regime de exceção na década passada (1960). Neste sentido, cabe situar uma frente operária e outra sindical na formação do que viria a constituir

o “novo sindicalismo”. Foi por meio da convergência dessas duas frentes que o fenômeno do sindicalismo combativo foi possível, mesmo esse sindicalismo tendo origem nos tradicionais mecanismos de relação sindicato – patrões – Estado que vinham desde o período Vargas. Por isso, nos dois primeiros capítulos centramos bastante atenção à “evolução” argumentativa do SMSBCD e a suas diferentes gestões, desde antes do golpe em 1964 até a gestão de Lula, iniciada em 1975. Fundamentalmente, tal análise perpassa a preparação das greves a partir de 1978, os avanços que elas propiciaram ao movimento operário brasileiro, bem como suas contradições. É curioso que boa parte da insatisfação que sentia em relação ao tema e à literatura referente à presente obra seja necessariamente relacionada ao escrito sobre esse período de greves. Isso porque, ao nos depararmos com análise detalhada das greves de 1978, não temos uma análise das greves seguintes; ou ainda, quando era analisada a “Greve dos 41 Dias em 1980”, as anteriores não eram tratadas. Tal maneira de análise, em nossa concepção, causa importante defasagem na compreensão do tema, por exemplo: quando tratada a greve geral de 1979 isolada das demais, não se pode analisar por que a tática de parar junto às máquinas não foi mais usada pelos trabalhadores a partir já do fim de 1978; ou ainda, por que em 1980 diferentes sindicatos metalúrgicos do estado de São Paulo entraram em greve junto com seus coirmãos do ABCD paulista e em 1978 mal cogitaram tal possibilidade. Por fim, fica uma dúvida sobre o silêncio da literatura especializada em relação às diversas greves realizadas tanto no ABCD quanto em outras regiões industriais do país durante toda década de 1980.¹ Tal lacuna se deve às polêmicas acerca da fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983? Infelizmente não tratamos tal tema, mas a questão permanece, bem como a proposta de pesquisa a quem se dispuser trabalhá-la.

A preocupação com a participação da Igreja progressista na formação do PT ia além da efetividade dessa participação. Mais uma vez, a insatisfação com o até então apresentado não deixava de se manifestar. Nesse sentido, nosso foco se esmerou em, no primeiro plano, compreender a mudança, dentro do próprio catolicismo, que proporcionou que a mesma Igreja que apoiou o golpe de 1964, ou, ao menos se declarou “neutra”, teria ajudado a fundar o PT. Seria de fato a mesma Igreja? Tratava-se precisamente de personagens diferentes que habitavam um mesmo órgão, que prezava regras específicas e rígidas; no entanto, tal afirmação responde uma atitude no início dos anos 1960 e outra no início dos anos 1980? E, principalmente, como se formaram as Comunidades Eclesiais de Base e qual sua relação com

¹ Cf. BOITO, Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

o partido estudado. Na esteira da mesma dúvida: qual o papel da Teologia da Libertação em meio a todo esse contexto?

Por fim, abordamos, já no contexto de desenvolvimento do PT, a “Greve dos 41 Dias” e sua influência junto aos demais atores que compunham o partido. Ou seja, como o movimento grevista no ABCD paulista fortaleceu ainda mais a ala sindicalista do novo partido, conferindo a esses personagens um apoio e uma “força” que outras vertentes do PT não poderiam auferir naquele momento – citamos tal conjuntura porque é notório que havia mais correntes internas no partido do que as que abordamos neste estudo, neste caso em específico, uma das mais organizadas e preparadas no que tangia ao jogo político tinha origem na luta e resistência contra o regime militar.

Ainda nesse contexto de construção do novo partido tratamos pontos específicos acerca da participação dos intelectuais quando da definição do PT como agente político. É importante compreender para tal período que, já há alguns anos, diferentes intelectuais buscavam compreender os grupos que se organizavam para contestar ou reivindicar junto às autoridades políticas demandas que não viam atendidas pelo regime de exceção. Cabe ressaltar que tais grupos não correspondiam ou não tinham condições práticas de participar das disputas político-partidárias permitidas pelos militares, portanto eram reconhecidas como “organizações da sociedade civil”. Apenas com o advento do sucesso do MDB nos pleitos eleitorais dos anos 1970 é que o fortalecimento da oposição ao regime vai ganhar campo na disputa partidária. Concomitantemente a tal crescimento da oposição partidária, surge outro personagem próprio da sociedade civil, a saber: o movimento operário ganhava novo fôlego e requeria cada vez mais espaço ante a escalada de sua influência. É nesse contexto de escolha, organização e defesa da formulação de programas de resistência ao governo militar que os intelectuais vão ter importante papel – aqui é importante ressaltar, não apenas na construção do PT – nos debates sobre qual seria este ator e, posteriormente, de um programa que identificasse cada um desses personagens.

Complementando as passagens anteriores tratamos a concepção e os primeiros anos de vida do PT. Nessa passagem o enfoque fica especialmente na organização dos núcleos de bairro, nas concepções de partido de alguns dos grupos que o compunham, bem como em seu enfrentamento com os outros partidos e grupos políticos de oposição ao governo militar. Trata-se aqui de um período de “demarcação” de espaços no campo político, dessa forma não havia como se furtar à necessidade de se posicionar ante os adversários.

CAPÍTULO 1 NOSSA VEZ, NOSSA VOZ: OS PRIMEIROS PASSOS DA LUTA

1.1 A capital do automóvel

São Bernardo era uma cidade conhecida pelo grande público, por assim dizer, como uma cidade dormitório, caminho para Santos e, para os mais ligados a História, uma cidade tão antiga quanto São Paulo – a cidade de São Bernardo do Campo foi batizada assim em homenagem à antiga cidade que abrangia toda região: Santo André da Borda do Campo. Sua vizinha Diadema havia se emancipado nos anos 1950, era ainda menos conhecida e se perdia em meio a estradas de poeira e barro. Só era relevante pelas indústrias que ali cada vez mais se instalavam para dar suporte às grandes montadoras da vizinha centenária. Nessas duas cidades que desenvolviam sua vocação industrial havia poucas décadas, ficou intrincado o complexo que passou a ser conhecido como a “capital do automóvel no Brasil”. Não para menos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema² acompanhava o crescimento das fábricas de sua jurisdição, sendo criado poucos anos depois da instalação das primeiras multinacionais na região.³

Em seus primeiros anos de vida, o SMSBCD mostrava combatividade, no entanto, como em todos os outros órgãos com alguma organização de viés esquerdista, o golpe de 1964 viria a silenciá-lo por meio de uma intervenção que duraria cerca de um ano. As diretorias do órgão, a partir de então, darão à entidade representativa dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema um caráter mais assistencialista, voltado para o bem-estar do trabalhador. Havia uma efetiva denúncia do arrocho salarial que o novo regime impunha aos trabalhadores que, no entanto, se restringia às denúncias de alguns dirigentes mais ativos e a ações jurídicas, mas estas esbarravam nos entraves da Justiça do Trabalho e, portanto, pode-se dizer que o Sindicato, a partir da intervenção em 1964, estava distante dos problemas vividos na fábrica.⁴ Essa estrutura, com uma expressão por assim dizer “paternalista”, viria a conhecer seu ápice na gestão Paulo Vidal (1969-1975). Foi durante a gestão de Vidal que o SMSBCD ganhou uma sede própria, inaugurada em 1972 e, segundo o que indica a literatura do período,

² A denominação completa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo à época é: “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema”.

³ O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo viria a se constituir de um desmembramento do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no entanto, pela legislação da época, era necessário antes de ser efetivado como sindicato passar por um período como associação.

⁴ Sobre as contradições na Justiça do Trabalho, bem como sobre a CLT: cf. FRENCH, John. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

a nova sede dispunha de estrutura e espaço mais que suficiente. Assim, pode-se dizer que o órgão de representação dos metalúrgicos já mostrava alguma força desde seus primeiros anos de vida. Seu corpo jurídico era também bastante elogiado, e as publicações destinadas aos operários continham um otimismo semelhante ao visto nas campanhas do governo de exceção que o país vivia naqueles anos – início dos anos 1970.

Se para o grande público São Bernardo pouco representava em seu cotidiano, para as organizações de esquerda o mesmo não pode ser afirmado, ainda que o trabalho de base nas fábricas não fosse prioridade. Com algum exagero, podemos dizer que tal trabalho era feito apenas por alguns grupos progressistas de dentro da Igreja Católica, bem como por grupos políticos de esquerda já bastante fracionados pela repressão do governo vigente no Brasil no período. A semente estava apenas sendo plantada: as ações de resistência e organização dentro das fábricas começavam a ser implantadas de forma bastante tímida, e o Sindicato em São Bernardo começava suas “lutas jurídicas” por meio das Campanhas Salariais; dois fatos determinantes para o amadurecimento do argumento em torno das futuras ações grevistas na região.

No entanto, o enfrentamento trabalho versus capital se dava ferrenhamente em 24 horas de trabalho. A produção não parava, continuava frenética ao ritmo da esteira, não era invenção da cabeça do cientista social, tampouco do comediante apertando todos os parafusos que via pela frente.⁵ Paulinho da Viola quando alertava em seu samba que “a maré não está moleza não” certamente não estava fazendo uso de sua criatividade artística para comover o público, apesar de que se considerarmos o trecho seguinte nos versos: “Eu sei que dói no coração / Falar do jeito que falei / Dizer que o pior aconteceu / Pode guardar as panelas / Que hoje o dinheiro não deu!”⁶, é puro sentimento; mas essa dor cala mais fundo no estômago, ainda que a subjetividade ferida atinja diretamente o orgulho e fica mais artístico dizer: “coração”. A inflação – mal disfarçada em números manipulados – devorava o trabalho. Por sua vez, os pedidos de sacrifício aos trabalhadores já eram conhecidos havia pelo menos algumas décadas, viessem de onde viessem, fosse do partido de plantão que dizia os representar, fosse do governo: durante a Segunda Grande Guerra, a propaganda alertava para

⁵ TEMPOS MODERNOS. Direção: Charlie Chaplin. United Artists, 1936 (87 min).

⁶ VIOLA, Paulinho da. **Zumbido**. Direção de produção: Mariozinho Rocha. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1979. 1 disco sonoro (39 min). Faixa 4 “Pode guardar as panelas”.

a necessidade de “apertar os cintos” e evitar greves que prejudicassem o esforço de guerra do país.⁷

No início dos anos 1970, as campanhas de otimismo seguiam com fôlego: “Brasil, o país do futuro!”, “O milagre brasileiro” e, por fim, a talvez mais emblemática no que tange aos trabalhadores: “é preciso esperar o bolo crescer para dividi-lo”. Já em meados dos anos 1970, no momento de assoprarem as velas, no apagar das luzes, o bolo que deveria ser dividido sumiu – ao menos era o que apontavam os números maquiados da inflação segundo denúncia do próprio BIRD, bem como do DIEESE.⁸ “De acordo com o Banco Mundial, a variação dos preços internos e dos de atacado, naquele ano, foi igual a 22,5%, bem acima das variações divulgadas pelo governo: 14,9% e 12,6%”.⁹ No caso, o ano referência é o de 1973.

O mapa exposto nas páginas seguintes corresponde à região do ABCD paulista. O foco de nosso trabalho são as cidades de São Bernardo do Campo e Diadema precisamente por abrigarem o Sindicato e os trabalhadores que deram origem à escalada grevista a partir de 1978, mas não vamos aqui ignorar o papel das cidades vizinhas nas grandes greves do período, bem como o da capital paulista onde sua referência geográfica está na divisa oeste de Diadema e a norte e oeste da vizinha São Bernardo.

Um dos pontos abordados por Laís Wendel Abramo em seu estudo *O resgate da dignidade*, que trata das greves de São Bernardo, são as mazelas vividas pelos operários do polo metalúrgico da região. Neste caso, é plausível considerar que tais problemas se repetem para a grande maioria dos moradores da região. Sobre tais problemas estruturais e sociais, em primeiro lugar destacamos o transporte público dos municípios. As cidades de São Caetano, Mauá e Santo André, bem como, a capital paulistana, contavam com a linha da CPTM, o que facilitava o deslocamento dos trabalhadores até seus postos de produção, já São Bernardo do Campo e Diadema não dispunham tal possibilidade. Mais tarde foram criados os chamados trólebus, os quais dispunham de uma rede de corredores que ligavam o bairro do Ferrazópolis, em São Bernardo, até a estação de metrô do Jabaquara, passando por Diadema¹⁰. Os meios de

⁷ COSTA, Hélio. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

⁸ BIRD – sigla em inglês para Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas.

⁹ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 39.

¹⁰ Esse serviço foi inaugurado apenas em 1988. EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – Disponível em: <www.emtu.sp.gov.br/emtu/redes-de-transporte/corredores-terminais/corredor-metropolitano-abd/historico.fss>. Acesso em 23 jun. 2016.

transporte nessas cidades eram bem precários, com carros péssimos à disposição do público, que, na época, os apelidava jocosamente de “poerinha” – sem dúvida devido à sujeira que impregnava sua carroceria nos trajetos sem asfalto por onde passavam. Não é preciso muita imaginação para saber que estavam sempre lotados e quebravam com frequência devido à condição das estradas de rodagem.

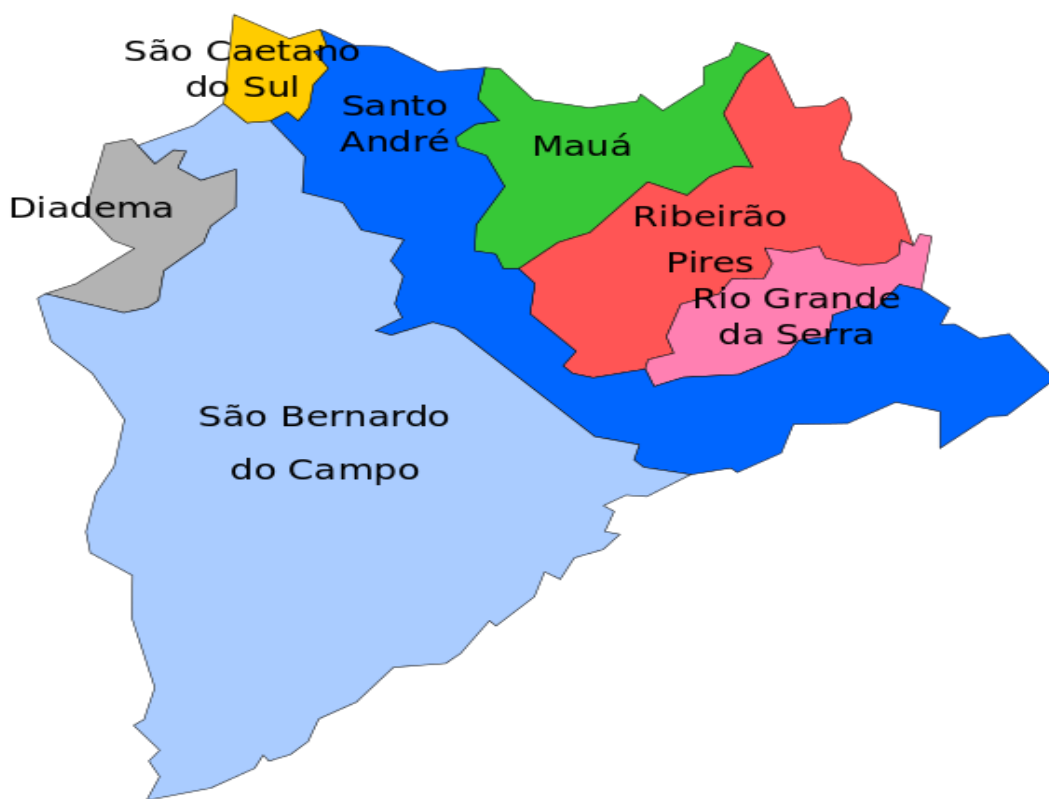


FIGURA 1. Mapa do ABCD paulista com todas as sete cidades que compõem a região.¹¹

Aqueles que trabalhavam numa das grandes montadoras muitas vezes dispunham dos ônibus de linha da própria empresa, mas não era sempre que a linha desse ônibus passava perto da casa do trabalhador. Nesse caso, havia que se deslocar até o ponto mais próximo para pegar a linha da fábrica – o qual, muitas vezes, não era nem um pouco próximo. No entanto, não podemos dizer que se trata de regra geral das grandes fábricas, tampouco que a grande

¹¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/Regi%C3%A3o_do_Grande_ABC>. Acesso em: 19 mar. 2016.

maioria de seus trabalhadores faziam uso desse meio de transporte. Nessa luta, já contamos algumas horas do dia do operário apenas para se deslocar até seu posto no trabalho.

As dificuldades estruturais dos municípios da grande São Paulo por si só já gerariam revolta a seus habitantes. Não fosse o regime de exceção que o país vivia, a explosão demográfica já teria causado problemas sociais aos olhos do público. Mas esses problemas ficavam apenas para aqueles que com eles sofriam as consequências e nada podiam reclamar: a censura em suas mais diferentes formas foi, em muitos pontos, eficaz.¹²

Aqui, nos voltaremos para alguns pontos referentes à história administrativa do ABCD paulista. Em se considerando sua relevância para os colonos que habitaram o citado espaço já no século XVI, desde seus primeiros anos, a região tinha como principal “função” ser ponto de apoio para a passagem entre São Paulo de Piratininga e o litoral, haja vista, as dificuldades de tal empreendimento. Seu primeiro nome foi Vila de Santo André; porém, devido a um decreto do governador Mem de Sá, seus moradores foram obrigados a se transferir para Piratininga. Assim, as terras que abrangiam a antiga vila passam a constituir o bairro rural da Borda do Campo.¹³ Já no século seguinte: “Em 1637, a antiga sesmaria da Borda do Campo de Amador Medeiros foi doada aos beneditinos que fundaram no local uma fazenda e uma capela de invocação a São Bernardo, origem da povoação de São Bernardo”.¹⁴

A chegada da estrada de ferro São Paulo Railway na região, na segunda metade do século XIX, mudou-a completamente, dinamizando sua economia e atraindo moradores para além das colônias de cultivo de primeira necessidade no entorno das estações que foram sendo construídas ao longo da ferrovia. Com isso, a estação São Bernardo – distante alguns quilômetros da então sede do município – passa a sediar o Distrito mais tarde novamente denominado como Santo André, isso já no ano de 1910. Algumas décadas mais tarde, em 1938, o município passou a se chamar Santo André, comportando todos os distritos que formavam a região, inclusive a antiga sede São Bernardo. Até o fim dos anos 1940, bem como ao longo dos anos 1950, a região passa por um processo de emancipação de municípios e delimitação de espaço e forças políticas. Necessariamente, a população crescia, e os núcleos

¹² O quadro de organização popular para reivindicar direitos sociais, como hospitais e escolas, e movimentos contra a carestia de vida vão se organizar de forma mais efetiva praticamente no início dos anos 1980, processo bastante significativo naquele momento da vida política brasileira. Cf. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

¹³ FERREIRA, Maria de Lourdes. **Os arquivos da administração pública nos municípios do grande ABC paulista: a busca do fio de Ariadne**. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁴ *Ibid.*, p. 16-17.

habitacionais de menor porte ressentiam a falta de atenção administrativa que desse suporte às suas demandas.

As terras que hoje comportam as cidades de São Bernardo do Campo e Diadema eram consideradas praticamente uma região rural, muito devido a seu afastamento da estrada de ferro. Cabe destacar que a região primava pela produção de hortaliças, leguminosas e extração de madeira, bem como pela cultura de granjas as quais abasteciam a capital com bens de primeira necessidade. Nota-se que mesmo com essa característica ainda bastante acentuada, já havia uma incipiente industrialização da região, principalmente no que tange ao fabrico de móveis. Alguns anos depois, com a construção da Represa Billings e da Usina Henry Borden – ambas de 1952 – a instalação das multinacionais montadoras de autos na região tem início, bem como, a conseqüente migração de trabalhadores do interior de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste do país.¹⁵ Um bom exemplo dessa característica de cidade pequena dominada por chácaras que cresceria com o desenvolvimento industrial é a cidade de Diadema.¹⁶ Esta, tinha 12.308 habitantes no início dos anos 1960, duas décadas mais tarde esse número passou para impressionantes 228.660 habitantes.¹⁷

Sem dúvida, tamanha explosão demográfica trouxe conseqüências drásticas para essa população migrante. Ao se considerarem as condições que esse contingente de pessoas enfrentou ao chegar às cidades da grande São Paulo, sua vida antes de migrarem – isso no que tange a todas as dificuldades que viviam no campo – parecia bem pior do que a que encontraram na capital do automóvel. Frederico dá pistas sobre isso em um dos depoimentos recolhidos em seu trabalho: “A primeira impressão que eu tenho dos peões é que quando eles caem na indústria automobilística eles acham que ela é uma maravilha. É um pessoal que vem do interior, do nordeste, ou de fábricas pequenas”.¹⁸ O passo para a desilusão com essa indústria é relativamente rápido, e Abramo mostra esse processo com bastante atenção sobre os números que envolvem a categoria. Um deles se refere ao aumento das favelas nas cidades do ABC. Tomizaki dá precisão a estes: “no auge do Milagre Econômico brasileiro, 7,9% da população de favelados de São Bernardo do Campo era constituída por trabalhadores

¹⁵ FERREIRA, Maria de Lourdes. **Os arquivos da administração pública nos municípios do grande ABC paulista**: a busca do fio de Ariadne. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005. p. 20.

¹⁶ Diadema fora emancipada do município de São Bernardo do Campo oficialmente no dia 08 de dezembro de 1960. Por sua vez, São Bernardo já havia se emancipado de Santo André a 30 de novembro de 1944.

¹⁷ TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC**: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora. Tese – (Doutorado) – Faculdade Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 35.

¹⁸ FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 58.

metalúrgicos”.¹⁹ Esse número está diretamente ligado ao que destacamos as considerações de Abramo: o nível do salário do trabalhador tinha caído drasticamente, o que sobremaneira enfatiza a denúncia do aumento do custo de vida. Um estudo do ano de 1975, realizado pelo CEBRAP,²⁰ a pedido da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, com o nome *Crescimento e pobreza*, destacava:

A lógica da acumulação que preside o desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração.²¹

Assim, o encantamento inicial com o novo local de moradia, as oportunidades de emprego e até mesmo a possibilidade de prover o sustento familiar se dissipava. A autora destaca ainda que o salário mínimo não cumpria mais o objetivo para o qual fora criado, ou seja, o trabalhador não tinha mais condições de comprar uma cesta básica:

Isso se evidencia no fato de que todos aqueles que recebiam um salário mínimo tinham que trabalhar mais que o dobro da jornada legal (15 horas e 55 minutos diários, durante 30 dias por mês) para cobrir os gastos básicos de sua família com nutrição, moradia, transporte, e vestuário, (...) Vale assinalar ainda que a diminuição do poder de compra do salário mínimo se acentua nos anos do ‘Milagre’ Econômico. Em razão dessa diminuição, quem recebesse um salário mínimo teria que trabalhar, em 1973, um total de 147 horas e 4 minutos e, em 1974, um total de 163 horas e 32 minutos para adquirir a ração essencial mínima.²²

Todos estes números vão ter evidentes consequências no modo de vida desses migrantes, agora já imiscuídos na crescente metrópole que a capital do automóvel viria a constituir. Consequências estas presentes nas condições de moradia e na falta de apoio do Estado – transporte, assistência médica e escolar, bem como segurança pública. Todas reivindicações bastantes presentes no discurso que daria vez a nascente cultura política que

¹⁹ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999.

²⁰ CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

²¹ ABRAMO, op. cit., p. 32.

²² Ibid., p. 54.

viria a constituir o ideário da maioria dos grupos que formariam o Partido dos Trabalhadores, mas este é assunto para as páginas seguintes.

Não obstante tamanha falta de estrutura – esta pesaria principalmente contra aqueles que viriam a compor a força de trabalho do parque industrial que ali se desenvolvia – São Bernardo dispunha de algumas vantagens que atraíram a indústria automobilística para a região. As cidades vistas no mapa acima, ainda que com áreas “vazias” à época, já dispunham de uma população bem numerosa – com tendência a aumentar cada vez mais devido ao fluxo migratório de outras regiões do país. Outro ponto importante é que as cidades de São Paulo, São Caetano e Santo André já estavam saturadas de indústrias para a estrutura disponível à época, sendo São Bernardo – ainda que contemos uma incipiente indústria de móveis e de mecânica (fator que também atraiu as montadoras para o município) – uma das cidades da região com maior capacidade para abrigar fábricas de grande porte. Osvaldo Martines Bargas e Luís Flávio Rainho, no livro *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*, apontam algumas importantes características para que o município recebesse as grandes montadoras, aqui, destacamos algumas delas: “b) proximidade com São Paulo e seu mercado consumidor; c) a Via Anchieta, a qual possibilitava fácil acesso a cidade portuária de Santos; d) a farta disponibilidade de mão de obra”.²³

A indústria de veículos automotores está presente no Brasil desde 1919, com a Ford, e, em 1925, a General Motors também se instalaria no país. No entanto, sua produção se restringia apenas a montar os veículos ficando totalmente dependente das peças e componentes que eram importados principalmente de suas matrizes em Detroit.²⁴ Por iniciativa do governo Vargas, o processo de montagem total dos carros, ainda que com peças produzidas fora do país, só foi garantido por meio da proibição da importação dos veículos montados em 1953.²⁵ A partir de então, Volkswagen e Mercedes-Benz tiveram de instalar fábricas no Brasil, isso já por volta do fim da década de 1950. Já no governo de Juscelino Kubitschek, foi anunciado um plano pautado em: “diferentes decretos do executivo que tinha como mecanismo básico de indução fechar definitivamente o mercado para a importação por

²³ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 14.

²⁴ TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC**: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora. Tese – (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 31.

²⁵ NEGRO, Antonio Luigi. Servos do tempo. In ARBIX, Glauco; ZIBOVICIUS, Mauro. **De JK a FHC: a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.

meio da fixação da taxa de câmbio e do racionamento cambial para produtos automotivos”,²⁶ no entanto, a contrapartida seria bastante atraente, esta viria na forma de: “importação indireta de máquinas e equipamentos sem taxas, restrições ou complicações burocráticas; concessões de máquinas cambiais para remessas de lucros ao exterior; financiamento; isenção de impostos durante longos períodos e reserva de mercado”.²⁷

O ramo metalúrgico, no que tange à base territorial do SMSBCD, contava com as seguintes divisões: setor automobilístico; setor de autopeças; e os chamados “diversos”. Exporemos alguns números que impressionam. A arrecadação do município de São Bernardo do Campo no ano de 1981 foi de Cr\$ 9.156.500.806,45. Somando estes números com os de Diadema, teremos outros dados, são eles: 670 empresas, com 142.186 trabalhadores; destas, 230 empresas têm mais de 50 operários, enquanto 440 têm menos de 50 operários; nas 230 empresas citadas somam-se 136.302 trabalhadores, enquanto nas outras 440 empresas somam-se 5.884 trabalhadores, números que dão respectivamente 95% e 4,1% da categoria. Se dividirmos esses números por setor teremos: no setor automobilístico 73.351 trabalhadores – 51,5% –, no setor de autopeças 26.131 trabalhadores – 18,3% – e, por fim, nos setores diversos 42.704 trabalhadores – 30,2%.²⁸

Ainda sobre a instalação das grandes montadoras no ABCD paulista, dentro do GEIA,²⁹ dezoito empresas submeteram projetos para instalarem suas fábricas no Brasil, destas, apenas onze realmente cumpriram esse objetivo. Aqui, destacaremos as cinco que fundaram suas plantas em São Bernardo: Ford Motor CO. Exports – caminhões médios e leves; Mercedes-Benz do Brasil S.A – caminhões médios, pesados e ônibus; Toyota do Brasil S.A. Indústria e Comércio – jipes; Volkswagen do Brasil Indústria e Comércio de Automóveis S.A. – Kombi e carros de passeio; Scania Vabis do Brasil S.A. – caminhão pesado.³⁰

Desse parque industrial que citamos até agora, montadoras como Volkswagen, Mercedes, Scania e Ford contavam com os próprios setores específicos para cada processo de construção de seus automóveis, tendo cada uma delas sua própria ferramentaria e estamparia

²⁶ TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC**: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora. Tese – (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 32.

²⁷ Ibid., p. 32.

²⁸ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 15.

²⁹ GEIA – Grupo Executivo para a Indústria Automotiva.

³⁰ TOMIZAKI, op. cit., p. 33.

só para citar alguns casos. Ainda assim, estas dispunham do suporte de outras fábricas para complementar sua enorme demanda de produção. Dessa forma, era bastante comum um trabalhador que, no período de iniciação de sua vida profissional, começasse numa fábrica pequena até ganhar alguma experiência com o trabalho em metalúrgicas para que mais tarde fosse contratado por alguma dessas montadoras, sem maiores necessidades de treinamento. Essa característica – a pouca necessidade de treinamento ou profissionalização para exercício do trabalho nas montadoras – vai ser preponderante para uma das reivindicações mais enfatizadas pelo Sindicato: o fim da rotatividade nos postos de emprego. Como era bastante simples substituir um operário por outro – excetuando-se as profissões especializadas como é o caso dos ferramenteiros –, o fator de pressão com a ameaça de demissão desses trabalhadores era bastante forte, por isso tal ponto era sempre uma pauta nas reivindicações do Sindicato e dos trabalhadores engajados.

Todos esses elementos destacados até aqui – no que se refere ao conjunto dos trabalhadores, não apenas os metalúrgicos, mas também os que viriam viver na região do ABCD paulista, haja vista, o contágio exercido na população local pelas futuras greves – formaram um conjunto de experiências próprias desses trabalhadores, o qual ensaiaria as demandas vistas no futuro Partido dos Trabalhadores (PT). Aqui, explanamos: deslocamento praticamente forçado da terra natal – normalmente de um meio rural para um meio urbano –, o que implica todo um processo de adaptação e perda de referências sociais; os locais onde esses migrantes se alojaram, por assim dizer, não tinham as mínimas condições de receber tantas pessoas, o que sobremaneira contribuiu para o processo de “favelização”; e, por fim, o resultado desse crescimento desenfreado: as mazelas sociais que tanto enfatizamos nesse primeiro tópico. Temos, portanto, um conjunto de experiências em comum desses trabalhadores urbanos que somados ao gradativo aumento do custo de vida vão desembocar na proposta do PT.

Optamos por desenrolar a história das greves metalúrgicas no ABCD paulista como forma de colocar as origens do PT sob a ótica da formação política de seus fundadores. Nesse sentido, entendemos que o lastro político adquirido por líderes, como o próprio presidente do SMSBCD à época do estouro das grandes greves a partir de 1978 – Luís Inácio da Silva, Lula –, vai credenciá-los a propor um novo partido ou, como algumas correntes do novo partido propagandeavam, uma forma diferente de fazer política.

O novo partido irá extrapolar a categoria dos metalúrgicos e até mesmo o campo dos trabalhadores, atingindo outros segmentos sociais que não apenas as camadas populares. A compreensão da construção de uma cultura política dos trabalhadores urbanos que formariam o PT na virada dos anos 1970 para os anos 1980, nestes termos, será melhor apreendida se considerado esse período de amadurecimento de seus personagens, em que as relações de troca – nem sempre tranquilas ou amistosas – com outros grupos políticos serão fundamentais para a construção de seus argumentos.

Serge Bernstein, no artigo “Cultura política e identidade”, coloca que um dos objetivos do uso da noção de cultura política é precisamente buscar responder o que faz um grupo político se sentir mais próximo de uma força política que de outra, votar contra ou a favor de determinado partido e, por fim, aprovar ou reprovar determinada medida.³¹ Até aqui, vimos em parte as condições sociais que forjaram o grupo que constituiria a base das greves metalúrgicas, formando, assim, uma nova base social com suas próprias demandas e aspirações – isso à margem do que até então era oferecido pelo Estado brasileiro.³² Mas, para compreender o quanto essas novas bandeiras se inteiraram na sociedade e, a bem dizer, tiveram algum espaço, seja ele no campo retórico – fazendo ouvir suas propostas – no campo eleitoral, é preciso compreender o arcabouço de acontecimentos políticos que legitimaram esses novos personagens – para usar a expressão empregada por Eder Sader – no cenário político. Tal colocação necessariamente implica dizer que as greves metalúrgicas não só possibilitaram a proposta petista, ou seja, possibilitaram sua criação, mas também “forçaram” a visão do público para toda uma camada social que antes fora ignorada, e é esse o principal ponto explorado no discurso petista dos primeiros tempos: “Agora é nossa vez”. Tem toda uma legitimação social na ideia de que aqueles antes negligenciados pelo Estado agora teriam voz na política. No entanto, para compreender a legitimação desse discurso ante o público, é preciso apreender como esse processo se deu dentro da fábrica, nas greves e, posteriormente, nas ruas e praças do ABCD paulista, para, mais tarde, se espalhar pelo país.

1.2 O enfrentamento cotidiano

³¹ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29.

³² Aqui, usamos a noção de relação entre Estado e sistema partidário empregada por Souza no livro *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Neste caso, a autora propõe valer-se da ideia de que seu estudo deveria se pautar nas relações entre o sistema partidário como um todo e o Estado. Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1989.

O drama do trabalhador – seja ele de qualquer ramo industrial, mas, neste caso específico, do metalúrgico – começava na fila de admissão para conseguir o emprego. As perguntas para admissão do trabalhador na empresa normalmente eram as mesmas: “aceita trabalhar em qualquer período do dia?”, “Aceita baixar sua carteira,³³ trabalhando em qualquer função que lhe for designada?”

Para endossar tais colocações veremos aqui como se dava o processo de admissão numa das grandes montadoras. No caso, o entrevistado descreve sua entrada no ramo metalúrgico, as empresas por onde passou – este quesito chama atenção em especial pelo fato de ele ter sido admitido numa grande montadora apenas depois de se inteirar com a categoria numa fábrica menor. Vejamos:

Eu pegava a mola e esmirilhava a ponta dela, só isso... era só aquilo lá.

K: E isso, o senhor aprendeu a fazer lá?

Na fábrica de molas Matias. Ai depois, de lá eu fui pra COFAP soldar o protetor do amortecedor. (...). Na COFAP... Mexer com solda. Aí, eu fui indo, eu aprendi. Aí, eu trabalhei um ano e pouco na COFAP e arrumei na Volks. Naquele tempo podia trocar de serviço, né? Porque a oportunidade sempre aparecia. Aí, eu entrei na Volks. Fiquei cinco anos e um mês na Volks e arrumei na Mercedes. Aí, eu entrei na Mercedes, eu vim em 79. Aí eu sai em 81 no facão que teve aqui. (...). Eu sai daqui e entrei na Ford.³⁴

A trajetória de trabalho descrita no depoimento concedido a Tomizaki revela características importantes do emprego em São Bernardo, normalmente entendido como privilegiado em relação a outras categorias de trabalho. A primeira delas diz respeito à rotatividade no trabalho. O entrevistado afirma que naquele período “podia trocar de serviço”, ou seja, não havia garantia de emprego, fator que facilitava a alta rotatividade daqueles

³³ Neste caso descrevemos um processo de admissão simplificado em que é colocado para o trabalhador se este está desposto a abrir mão de algumas coisas em prol do novo trabalho, o mais comum seria das horas de folga e descanso. A expressão “baixar a carteira de trabalho” se refere à quando um trabalhador aceita entrar numa dada firma como ajudante-geral, mesmo que venha a ter profissão já especificada em sua carteira. Neste caso, o trabalhador se sujeita à nova condição devido à rotatividade no emprego. Abramo explana alguns pontos a respeito da rotatividade do trabalho na indústria metalúrgica. Cf. ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999.

³⁴ TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora**. Tese – (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 44. A autora enfatizou nos anexos de sua tese que todos os nomes dos entrevistados em sua pesquisa são fictícios, precisamente com o objetivo de preservar a identidade dos colaboradores, muitos dos quais ainda atuantes na produção. No caso, Tomizaki centrou sua pesquisa na Mercedes Benz.

trabalhadores. Outro ponto destacado é a escalada desse trabalhador até chegar às montadoras. Sua carreira profissional começa numa pequena fábrica de molas, daí passa a trabalhar na COFAP e, por fim, vai migrando de uma montadora para outra – há que se notar: quase sempre em funções diferentes das do emprego anterior.

As outras indústrias seguiam o mesmo padrão das montadoras desde a forma de contratação até as formas de negociar reivindicações dos trabalhadores, bem como, táticas de enfrentamento às greves.³⁵ O mesmo ocorria no que tange a outros quesitos, tal como o sistema de trabalho em que a maioria das fábricas metalúrgicas empregava o sistema de “linhas de produção” no qual a especialização profissional do metalúrgico não é um requisito preponderante; no entanto, é preciso considerar que não era possível empregar esse sistema em todas as fábricas, devido às suas especificidades, tais como grupos designados para produção de máquinas ou ainda o setor de fundição, só para citar alguns exemplos.

Passado o teste da admissão, outro ponto determinante nos confrontos dentro das fábricas é o tempo de vida que o trabalho toma dos operários. Não bastasse as precárias condições de transporte que ressaltamos acima, havia que se considerar o tempo gasto com a especialização fora do posto de trabalho. Evidentemente, não se trata de um caso geral, mas não é difícil projetar essa condição em boa parte dos trabalhadores, sejam estes cursos voltados para a própria profissão – trata-se de cursos profissionalizantes que o operário faz em busca de “melhorar a carteira” ou simplesmente para conseguir um trabalho menos penoso³⁶ – sejam tão somente com o objetivo de completar o aprendizado escolar básico. Abramo trata dessa questão dos horários dos trabalhadores em importante parte de sua pesquisa, quando coloca tal ponto como um dos fatores determinantes para a inclinação dos trabalhadores para a decisão de deflagrar o movimento paredista de 1978, o qual deu início a diversas greves da categoria.

³⁵ Aqui, nos referimos ao período imediatamente posterior às primeiras greves de 1978, no entanto, é razoável pensar que o mesmo procedimento se dava antes das greves. Cf. RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 112.

³⁶ Em entrevista ao programa Vox Populi, Lula declarou o seguinte sobre a profissionalização do trabalhador: “Então, eu acho que a solução primeira sabe, muita gente diz que é a escola, muita gente diz que é não sei o que lá. O governo alega que o trabalhador tem que se profissionalizar. Ora, o governo ao mesmo tempo que alega que o trabalhador tem que se profissionalizar e não existe escola profissional. Eu que trabalho na cidade mais industrializada do Brasil, lá só tem uma escola do SENAI e uma escola profissional que é a ETE que impossibilita qualquer trabalhador de estudar porque lá só estuda quem não é filho de trabalhador”. Cf. Silva, Luís Inácio Lula da. **Vox Populi**. São Paulo: TV Cultura, maio de 1978. Programa de TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tvKqw62r2jU>>. Acesso em: 06 jan. 2017. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. ETE – Escola Técnica Estadual Lauro Gomes.

“O tempo dedicado ao trabalho é o que determina, basicamente, o espaço e as possibilidades de todo o resto. É ele que vai permitir ou não, excluir ou não, invadir ou não a vivência de outras experiências significativas, tais como a convivência familiar”.³⁷ A autora destaca a dominação do trabalho sobre outros aspectos importantes da vida do trabalhador. Necessariamente, são passadas pelo trabalhador dentro da fábrica ao menos 10 horas e meia do seu dia, não deixando de lado a média de 2 a 3 horas diárias para se deslocar de casa para o trabalho e vice-versa, ainda contando o período dedicado a alguma especialização ou à escola – mais 3 horas e meia; portanto, teremos nisso dezesseis horas diárias devoradas em função do emprego. Claro que não se pode ignorar os que moram perto do trabalho, mas não se trata da maioria dos casos.

Em documento referente ao I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema podemos notar a preponderância que a hora extra tem na vida do operário, nele podemos ler:

Assim, no que diz respeito às horas extras, a maior conquista dos trabalhadores, comemorada em quase todo mundo no dia 1º de maio, foi a jornada de 8 horas. (...). Todavia, a insuficiência salarial força os trabalhadores a se submeterem às exigências de prestação de horas extraordinárias de serviço convertendo a primeira das grandes conquistas do proletariado em mera letra morta, pois qualquer operário sabe que a recusa em trabalhá-las provocará represálias que podem chegar até à sumária dispensa.³⁸

Abramo ressalta que uma de suas principais preocupações no sentido de entender as greves metalúrgicas em São Bernardo foi, para além das motivações objetivas daqueles trabalhadores, compreender como estes vivenciaram subjetivamente as mazelas diárias de seus empregos, notoriamente, um fator decisivo para iniciar qualquer movimento paredista. Para tanto, a autora analisa uma série de redações escritas nos anos de 1976 e 1978 pelos

³⁷ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 67.

³⁸ Declaração do I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cf. RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 201.

alunos do curso de Madureza³⁹ do Sindicato; nelas, temos alguma ideia da rotina desses operários:

Cheguei do trabalho às 3h, deitei às 4h, levantei às 10h30m, almocei às 11h, às 11h45m tomei um ônibus e vim para a escola. Iniciei a aula às 12h30m terminando às 15h45m e dando início ao trabalho às 16h30m indo até às 2h20m. Isto é minha rotina: casa, escola e trabalho, de segunda à sexta-feira.⁴⁰

Nosso objetivo aqui é demonstrar as condições de trabalho, evidentemente, não será possível explicar dessas condições nem uma parte próxima do conjunto daqueles trabalhadores do polo metalúrgico de São Bernardo e Diadema. Mas, é preciso considerar que, ao expor alguns casos extremos, teremos condições de balizar a média dessa rotina – não à toa, na literatura sobre o tema que aqui explanamos as condições de trabalho são sempre ressaltadas como fator preponderante para o início do ciclo de greves a partir de maio de 1978.

Outro ponto destacado no que se refere às condições de trabalho é o conhecido assédio moral. Nessa esteira, um dos casos mais sintomáticos de abuso patronal no trabalho do qual pudemos ter notícia se deu na empresa Equipamentos Villares, fábrica onde ocorreu um incidente de agressão de um chefe de seção⁴¹ para com um dos trabalhadores da fábrica.⁴² O caso ocorreu devido a insistência do encarregado em aumentar a produção na seção onde dirigia os trabalhos, o operário no caso se recusava a aumentar o ritmo da máquina que

³⁹ Trata-se de curso de educação de jovens e adultos que desejavam completar seus estudos. À época tratava-se dos cursos ginásial e colegial os quais hoje correspondem, respectivamente, ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio.

⁴⁰ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 68.

⁴¹ Normalmente, os chefes são conhecidos como “chefes de setor” ou de “seção”, em raras vezes trata-se do dono da fábrica – isso em se tratando de empresas médias e pequenas. Então, nesse sentido, o dito chefe de setor pode ser o mesmo que um “encarregado”. Tal denominação varia muito de categoria para categoria onde –, alguns casos trata-se de algum operário sem a devida qualificação para liderar, mas que, por sua experiência tem a confiança da direção para exercer a função, pode tratar-se de alguém qualificado para a função dentro da própria empresa, ou seja, foi galgando posições dentro da hierarquia de produção até atingir o patamar máximo na cadeia produtiva. É importante lembrar que, nas fábricas menores, esse cargo de “chefe de setor” ou “encarregado” nem sempre é acompanhado por uma remuneração maior em relação aos outros trabalhadores. Em alguns casos, podemos nos deparar também com alguns nomes pejorativos ou apelidos que esses “chefes de seção” recebem, há trabalhadores que usam inclusive o termo “feitor” numa provável alusão ao regime de trabalho a que eram submetidos os “peões” como eles mesmos se referiam.

⁴² RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 114.

operava argumentando não colocar sua saúde em risco apenas pela produção e completando que não tinha condições de operar tal máquina por não ter “costume” com ela.

Por motivos de maior compreensão acerca do modo da empresa se portar quando questionada e, principalmente, para buscar apreender o desenvolvimento da organização operária em São Bernardo optamos por citar, em primeiro lugar, o caso ocorrido na Villares, mas, propomos aqui nos voltar para alguns depoimentos recolhidos por Celso Frederico no livro *A vanguarda operária* e, mais a frente, analisaremos outros casos igualmente sintomáticos acerca não só das condições de trabalho, mas também de como os trabalhadores eram tratados nessas empresas.

Aqui, veremos como se dava esta relação trabalho contra o capital dentro das fábricas:

O feitor fica no pé do peão. Tudo que ele faz, ele está ali. Qualquer movimento ele vem em cima. Se o cara fizer uma advertência, ele leva gancho. Fica visado. O chefe fica sempre em cima falando: “emprego igual você não acha”. (...). Depois que o chefe vai embora, ele fica xingando por trás e reclamando. Diz que “na próxima vez não vai ficar assim” e que “se não fosse meus filhos eu pegava ele”.⁴³

Temos, assim, um caso clássico de assédio moral em que o encarregado pressiona o trabalhador seja por mais produção seja por pedidos de horas-extras, a ameaça é sempre a mesma: a demissão. “Emprego igual você não acha”. Ainda sobre exigências de mais horas-extras e confrontos entre chefes de seção e operários, Frederico cita:

O que existe muito no meu setor é discussão. Tem quase todo dia. Eles têm uma certa atitude que revolta os peões, eles forçam os peões a fazer hora-extra. O cara se sente prejudicado e não quer fazer hora-extra. O peão discorda e é levado pra gaiolinha, a cabine do mestre. Muitas vezes eles mandam embora ou não pagam o domingo. Aí surge as encrencas.⁴⁴

Outra importante demonstração desses confrontos dentro das fábricas em São Bernardo e Diadema pode ser constatada nas denúncias feitas pelo I Congresso da Mulher

⁴³ FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 60.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 61.

Metalúrgica, realizado por iniciativa de um ex-dirigente – conhecido como Lulinha –, o qual algum tempo antes da realização do Congresso já vinha debatendo a situação da mulher metalúrgica na *Tribuna Metalúrgica*.⁴⁵

O Congresso teve por volta de 800 operárias inscritas – número equivalente a apenas 10% das quase 8 mil metalúrgicas empregadas na área de jurisdição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Consta que apenas 300 participaram efetivamente, muito devido às ameaças que sofreram nas empresas caso participassem do evento e também devido a algumas empresas marcarem uma “compensação” para o feriado justamente no dia da realização do Congresso.

Aqui, destacaremos algumas das principais denúncias feitas pelas participantes no Congresso:

1) As operárias são constantemente “cantadas” pelos chefes. Estes chegam até a usar de ameaças, em função do seu intento. Por outro lado, as operárias são tratadas aos gritos pela chefia, na maioria das vezes sem motivo aparente. (...). 3) Ameaças e pressões tornam inseguro o ambiente de trabalho. Com medo de perder o emprego, as operárias se submetem a toda sorte de maltratos. (...). 9) Falta de anotação correta na carteira profissional, especificando salário pago e função exercida. (...). 12) A ida ao banheiro é controlada pela chapinha, e as vigilantes ficam de olho para ver as que demoram mais no mictório. Estas são advertidas ou suspensas.⁴⁶

Por fim, o I Congresso da Mulher Metalúrgica denunciou algo que pouco se falava naquele período, sendo, portanto, um dos primeiros órgãos de trabalhadores a ressaltar o tema a disparidade de salários entre homens e mulheres:

Este trabalho demonstrou que a mulher passou a significar uma nova opção de mão-de-obra e que está sendo utilizada de forma progressiva pelas empresas do setor, (...) embora chegando a produzir mais que os homens, recebem salários muito inferiores chegando a casos em que a mulher tem

⁴⁵ Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Trata-se do jornal da categoria. Mais à frente veremos que seu papel nas greves, principalmente a partir de 1979, vai ser fundamental sendo inclusive em algumas ocasiões publicado diariamente, bem como tendo sua publicação censurada pelo regime muitas vezes dentro do ciclo grevista de 1978-1980.

⁴⁶ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 45-46.

salário equivalente a 40% do salário do homem, praticamente no exercício da mesma função.⁴⁷

Vimos acima, por meio das considerações e depoimentos recolhidos por Frederico, como eram tensas as relações entre os trabalhadores e a chefia nas fábricas do polo metalúrgico de São Bernardo. No entanto, devido a seu trabalho abranger apenas uma dessas fábricas – é verdade, trata-se da maior delas – ficávamos com a impressão de que aquilo não tinha como se repetir em outras empresas, sendo corriqueiros lugares-comuns repetidos pelos trabalhadores de outras fábricas tal como podemos ver nos depoimentos recolhidos por Tomizaki em sua tese de doutorado, apenas para citar o mais costumeiro deles: “Antigamente, era na base do chicote que a gente trabalhava”.⁴⁸ A despeito da simplicidade da declaração temos uma ideia de como o trabalho era visto pelos trabalhadores, por um lado, e pela empresa – no caso chefias, as quais tinham contato direto com a produção – por outro. Necessariamente, a pressão por produção, extras e desempenho podia ser constatada na maioria das fábricas, ainda que se considerem as particularidades de cada uma, e é nesse sentido que a denúncia de tal fato é afirmada no documento sobre o I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos no tópico sobre a “segurança do trabalho”. Nele podemos ler:

O ambiente em que é desempenhado o trabalho, faz parte, igualmente, de um sistema global de exploração. Uma das provas de que afirmamos está no elevadíssimo índice de acidentes e na gravidade de que se revestem. (...) As empresas nunca se preocuparam em realizar a correlação que sabemos existir entre baixos salários, jornadas excessivas, tensão nervosa, e os infortúnios.⁴⁹

Ora, não seria exagero admitir uma “imitação” das empresas menores em relação às maiores no que tange ao modo de lidar com os trabalhadores, suas reivindicações, confrontos cotidianos e mesmo às formas e ritmo de produção.⁵⁰ E na vereda desse mesmo argumento:

⁴⁷ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 47.

⁴⁸ TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC**: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora. Tese – (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 41.

⁴⁹ Declaração do I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cf. RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. op. cit., v. 1. p. 202.

⁵⁰ A literatura sobre o tema explora bastante este aspecto das relações trabalhistas, podemos citar de início o trabalho de John French o qual explora a ambiguidade da Justiça do Trabalho. Cf. FRENCH, John. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

como ignorar o clima de repressão política e social que o país vivia? Em outras palavras, é possível não considerar uma naturalização da violência praticada pelo Estado e, em muitos casos, por particulares⁵¹ entre os exemplos cotidianos de um país sob um regime de exceção, os quais, ainda que não denunciados na imprensa eram conhecidos pela população?⁵²

Aqui nos voltamos mais uma vez para os depoimentos recolhidos por Frederico, agora no intuito de demonstrar os casos de violência ocorridos no interior das fábricas, fator que demonstrará o porquê do uso da expressão: “Antigamente, era na base do chicote que a gente trabalhava”:

A reação mais comum entre eles é a explosão individual:

- Na fundição um operário pegou uma barra de aço e rachou a cabeça do chefe. O chefe caiu, ele achou que tinha matado e se suicidou pulando no tacho de antimônio derretido.

- Ocorreu um caso semelhante a esse na montagem. O cara deu uma paulada no chefe e rachou a cabeça dele. O sujeito foi preso. Como no outro caso foi briga por aumento.⁵³

Trata-se de casos extremos, porém bastante elucidativos sobre as relações de trabalho, não apenas onde a pesquisa de Frederico fora realizada, mas pode-se dizer que em grande parte das fábricas à época – a despeito de seu tamanho e número de funcionários.

Mesmo Lula, em sua experiência como diretor de base na Equipamentos Villares S/A – por ocasião da primeira gestão de Paulo Vidal (1969-1972) – descreve a pressão por produção feita pelos encarregados como algo “irritante”.

Então eu ficava muito irritado quando o chefe vinha controlar o tempo em que eu fazia uma peça, o tempo em que o outro companheiro fazia uma peça. Eles ficavam controlando o tempo em que a gente ficava no banheiro. Não

⁵¹ No caso da violência praticada pelo Estado podemos citar o assassinato do operário Santo Dias, o qual participava de um piquete em frente à fábrica Sylvania, no bairro paulistano de Santo Amaro, no dia 30 de outubro de 1979. Santo Dias fora assassinado pela polícia. Cf. NOSELLA, Paolo. **Porque mataram Santo Dias**: quando os braços se unem à mente. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1980. p. 11.

⁵² Um caso que ficou emblemático para a “revelação” da prática de tortura pelo Estado à população do país foi a notícia da morte do jornalista Vladimir Herzog. Dias depois de seu assassinato ocorreu um ato ecumênico em sua memória, precisamente no dia 31 de outubro de 1975 na Catedral da Sé, o ato reuniu ao menos 8 mil pessoas no local.

⁵³ FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 59.

tem coisa mais irritante do que você estar no banheiro e o cara fica controlando o tempo. Era uma coisa que me irritava, me deixava nervoso. A gente brigava.⁵⁴

Deste, podemos tirar que a extrema violência do ato de pressionar o operário por produção decorre em muito devido ao ritmo de trabalho a que os trabalhadores eram submetidos, bem como da pressão dos preços em relação aos salários.⁵⁵ No entanto, cabe mais uma vez ressaltar, não é razoável considerar a gravidade destes casos apenas pelo que aconteceu naquele instante. É preciso, sobremaneira, buscar todo um cotidiano imposto àquele trabalhador para que seu ato não seja isolado como um ato de loucura qualquer, sem considerar a pressão por assegurar o sustento de casa, os finais de semana emendados no trabalho, as horas gastas no caminho até a fábrica e o tempo diário cronometrado para cada tarefa no ato da produção.

Desconsiderar tais fatores seria, por parte do pesquisador, para além da falta de visão para com seu objeto estudado, um deslize de compreensão do “mundo” vivido pelos trabalhadores irrecuperável. Ricardo Antunes, em seu estudo *A rebeldia do trabalho* e mesmo Frederico, em alguns pontos, consideraram a relevância desses acontecimentos nas greves de São Bernardo; o primeiro com sua tese sobre a superexploração do trabalho e o segundo com sua obra sobre o papel do operário “avançado” dentro da classe trabalhadora. Porém, devemos observar que é notório o quanto ambos os pesquisadores deixaram de lado em sua interpretação a importância da pressão causada por esses fatores na deflagração do movimento operário, não apenas de São Bernardo, mas, por consequência inevitável, de toda a região e, porque não?, do país.⁵⁶ Abramo resalta a importância de se considerar tais fatores e coloca o quanto foi deixado de lado, principalmente pelo segundo autor que citamos acima, quando este “engessa” o conceito de consciência de classe para qualificar as ações de resistência dos trabalhadores sendo positivas as que mostravam alguma organização coletiva e planejada, ao passo que aquelas tidas como estouros individuais passaram a ser entendidas

⁵⁴ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 98-99.

⁵⁵ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁵⁶ A abrangência nacional que as greves iniciadas no ABC paulista alcançaram pode ser compreendida como algo efetivo na posterior criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Evidente que não desconsideramos aqui os diferentes grupos que formaram a central em seus primeiros dias, grupos estes muitas vezes antagônicos nas suas visões sobre política e sindicalismo, bem como, nas greves gerais durante praticamente toda década de 1980.

como negativas, pois estas não adicionavam à causa coletiva quase nada, ou mesmo nada, para a construção de um movimento libertador.

A tentativa de se encontrar uma consciência de classe a qualquer custo nos movimentos operários é enfaticamente criticada por Cornelius Castoriadis em seu livro *A experiência do movimento operário*. Antes, porém, nos voltemos para uma pergunta essencial que foi objeto de polêmica durante muito tempo no que tange ao movimento grevista de São Bernardo: as greves do triênio 1978-1980 teriam motivação política ou seriam essencialmente um movimento que teve como motor motivações econômicas? A resposta a tal dúvida é fundamental, pois esta necessariamente funda a questão acerca do que estava sendo construído naquele momento histórico pelos metalúrgicos do ABCD paulista. Nesse sentido, mais a frente teremos condições de analisar as insistentes declarações dos grevistas, bem como, dos dirigentes sindicais em afirmar que a greve não era política – fator que de certa maneira causou em alguns teóricos da esquerda alguma decepção, afinal a classe operária no Brasil finalmente tinha despertado sua consciência, tinha superado seu passado rural e, o mais importante de tudo, agora lograria seu lugar determinado pela teoria, ou seja, seria o motor da revolução – no entanto, esta insistia em afirmar que seu movimento não era político.

Aqui, nos voltamos para Castoriadis quando este coloca a seguinte questão: como tratar a divisão entre, de um lado:

Operários preocupados com suas reivindicações imediatas, tentando fazê-las triunfar através de formas de luta específicas e agrupando-se para esse fim em organizações com objetivos bastante circunscritos (essencialmente sindicais). No outro, mover-se-iam militantes políticos, distintos dos operários, não fisicamente, mas – o que tem mais peso – qualitativamente, que se definem por uma ideologia coerente e por um programa “máximo” correspondente (...). Como pode, então, operar-se a ligação entre os dois campos?⁵⁷

É essa dúvida fundamental que faz, em primeiro lugar, Antunes se perguntar sobre o caráter das greves no ABC paulista, se estas eram políticas ou econômicas,⁵⁸ buscando a consciência de classe daqueles trabalhadores. É atrás dessa mesma consciência que Frederico

⁵⁷ CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 11.

⁵⁸ ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1979/1980. São Paulo/Campinas: Ed. da Unicamp/Ensaio, 1992.

vai qualificar as ações dos trabalhadores na fábrica onde realizou sua pesquisa, e até mesmo os próprios trabalhadores, como “avançados” ou “não avançados”.⁵⁹

No entanto, de forma uma tanto irônica, tais questionamentos perderiam um pouco seu sentido se considerarmos que poucos meses depois da primeira greve na Scania, em maio de 1978, começa a ser gestada a ideia de um partido de trabalhadores – o qual viria a se efetivar dois anos depois. Nesse momento, e nos anos seguintes, tal questionamento ganha força novamente precisamente no embate das forças de esquerda que se organizavam dentro da abertura lenta e gradual, buscando alcançar o apoio e a preferência da esquerda não só para suas concepções de ideias e ações, mas, também, para as urnas.⁶⁰

Parte, portanto, desse ponto considerar a crítica de Castoriadis em relação ao conceito de consciência de classe:

“Não se trata do que esse ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado, imagina em determinado momento como objetivo. Trata-se do que o proletariado é e do que (...), ele será historicamente obrigado a fazer”, escrevia Marx, em *A Sagrada Família*. Mas, então, quem conhece e possui teoricamente, independentemente dele, “o que é” o proletariado? Marx em 1845 – e, melhor ainda, evidentemente, em 1867. Onde está esse “ser” do proletariado, que “o obrigará historicamente a fazer” o que tem de fazer? Na cabeça de Marx.⁶¹

Faz-se necessário ressaltar: a dureza das palavras de Castoriadis vai em direção ao que tentamos demonstrar na crítica à busca dos estudiosos do tema por encontrar um “messianismo” que seria próprio da classe operária em seus momentos de revolta contra o capital. Quando não encontrada a fórmula da teoria nas ações ou palavras dos trabalhadores eles são colocados como inconscientes e acomodados – nesse caso, a acusação mais corriqueira, “anêmicos” no que diz respeito à consciência de classe. No Brasil, um dos principais pontos enfatizados pela literatura acerca da classe operária para explicar sua falta

⁵⁹ FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁶⁰ Aqui, entendemos ser fundamental a compreensão do que fora escrito sobre as greves no ABCD paulista, pois, se de um lado buscava-se cada vez mais legitimar aquele movimento como lastro para um partido que se pretendia diferente dos demais, por outro buscava-se deslegitimar tal movimento de modo a enaltecer a união da esquerda. Cf. BOITO, Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁶¹ CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 14.

de consciência política, ou mesmo consciência de classe, foi atribuída à origem rural dos trabalhadores,⁶² isso no que tange a antes do estouro do ciclo grevista em 1978.

Assim, entendemos o conceito de classe próximo ao que considerou E. P. Thompson na obra *A formação da classe operária inglesa*.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência quanto na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas).⁶³

Por isso, consideramos de extrema importância para entender a deflagração do movimento grevista em São Bernardo do Campo e região, bem como seu principal fruto: o Partido dos Trabalhadores, como algo próprio do contexto e experiências vividas por aqueles personagens; nesse sentido, os dois primeiros tópicos visam abarcar esses argumentos. Num primeiro momento o movimento grevista – no calor do momento – busca desenvolver formas de resistência à tomada de direitos sociais e, em muitos casos, à negligência do Estado em cumpri-los. Num segundo momento forma-se a ideia de que apenas um partido de trabalhadores poderia galgar o discurso do que aqueles trabalhadores necessitavam – o que, de certa maneira, as outras bandeiras de esquerda ou de resistência ao regime vigente pareciam não corresponder.

Daí a base do significado do argumento em torno do resgate da dignidade – não por acaso título da obra de Abramo – dos trabalhadores em seu posto de serviço. À frente, nos deparamos com o embate do Sindicato para adjudicar essa ideia de resgate de direitos perdidos, com a superação de velhas práticas sindicais já defasadas para o movimento vivido em fins de 1970.

CAPÍTULO 2 A “ONDA GREVISTA” DE 1978 E 1979

⁶² FRENCH, John. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Caetano do Sul: Hucitec, 1995.

⁶³ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 09.

2.1 A virada do SMSBCD

Luiz Inácio da Silva assume seu primeiro mandato como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975, tendo como diretriz, aparentemente,⁶⁴ dar continuidade às políticas da gestão anterior. No entanto, o momento histórico exigia mudanças – não para menos, os dois primeiros tópicos do presente trabalho enfatizaram os problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores na área de jurisdição do Sindicato e os enfrentamentos vividos no dia a dia das montadoras e fábricas da região.

No entanto, não caberia tratar as mudanças ocorridas no órgão representativo dos trabalhadores sem antes nos voltarmos para um breve histórico das gestões anteriores, em outras palavras, um pouco da história da própria instituição da qual tratamos até aqui.

O Sindicato é fundado em 1959, isso por iniciativa de membros do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. A fundação de um órgão próprio de representação se fazia cada vez mais necessária devido ao rápido crescimento das indústrias metalúrgicas – sem dúvida, as grandes montadoras foram o motor desse crescimento – na região. São Bernardo, agora emancipado,⁶⁵ passou a ter uma base metalúrgica maior do que a de Santo André, assim não havia sentido manter um único sindicato para toda região. Daí surgiu a proposta de desmembrar as bases de São Caetano⁶⁶ e de São Bernardo. Outro fator bastante relevante acerca de tal desmembramento trata-se do interesse do PCB em criar mais sindicatos, isso no sentido estratégico de conseguir mais representantes, o que lhe aumentaria o cacife eleitoral nas federações sindicais⁶⁷ e também reforçaria suas plataformas eleitorais. Portanto, o Sindicato tem em suas origens uma fundação de engajamento na luta política, porém, por um

⁶⁴ Cabe ressaltar, em primeiro lugar, que havia por parte da base do sindicato, nesse caso os chamados ativistas, muita desconfiança em relação à primeira gestão de Lula na presidência do sindicato, muito devido a este “sair” do grupo de Paulo Vidal – visto por seus posicionamentos políticos junto aos trabalhadores ativistas com bastante desconfiança. Cf. RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 52. Cf. Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2696>. Acesso em: 29 dez. 2016. Por outro lado, argumenta-se na literatura acerca do tema que Vidal visava a manutenção do controle do sindicato por meio de um presidente de “fachada”, no caso, o Lula: ocorre que este tinha pouca experiência como sindicalista e bastante dificuldade para se expressar em público, evidentemente, um dos requisitos básicos para presidir um órgão como o Sindicato. Cf. PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

⁶⁵ Sobre a História da formação dos municípios do ABCD paulista consultar o primeiro capítulo da presente obra, tópico 1.1 A capital do automóvel.

⁶⁶ O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano é fundado em 08.12.1957.

⁶⁷ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/contexto.asp?id_ANO=200>. Acesso em: 23 set. 2016.

breve período, pois foi mais um entre tantos outros a ser ceifado pelo golpe civil militar de 1964.

Os trâmites legais para a constituição de um sindicato exigiam que este passasse um período como associação. Assim, os primeiros interessados na formação de um sindicato de metalúrgicos próprio para os municípios de São Bernardo e Diadema se articularam para que a associação fosse fundada. Lino Ezelino Carniel, seu primeiro presidente e sócio número 1 do futuro Sindicato, descreve assim parte do citado processo de formação: “Começamos a traçar idéias, eu, Anacleto Potomati, Orisson Saraiva de Castro, Alcides Borsoi. Nos reunimos na casa do Alcides e traçamos os planos para desmembrar o Sindicato, precisava formar a Associação”.⁶⁸ Orisson S. de Castro conta que foi consenso entre os primeiros organizadores procurar pessoas de outras empresas para uma nova reunião, desta vez, no Sindicato dos Marceneiros.

Foi publicado um edital na *Última hora* nos dias 27, 28 e 29 de abril de 1959 e, no dia 12 de maio do mesmo ano, foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema.

A reunião de fundação foi na sede do Sindicato dos Marceneiros de São Bernardo, na rua Marechal Deodoro, 1330, e contou com a presença de 71 trabalhadores da Mercedes, Volks, Mercantil Suíça, Multibrás, entre outros. A mesa foi presidida por Lino Ezelino Carniel e contou com a presença de Miguel Guillen, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. A assembleia elegeu uma diretoria com mandato de dois anos, como vimos, Lino E. Carniel foi eleito como presidente – os primeiros passos da associação foram descritos dessa forma por ele:

Fui escolhido para ser presidente e após algum tempo alugamos uma sede na Rua Santa Filomena, nº 373. Não havia rendimento nem dinheiro de espécie alguma a não ser a mensalidade que nós mesmos dávamos para pagar os 300 cruzeiros de aluguel da casa. O começo foi bastante difícil, com muita perseguição. Muitos foram dispensados, eu inclusive fui dispensado da Mercedes Bens. Alguns eram chamados para fazer hora extra, outros mudados de turno.⁶⁹

⁶⁸ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/contexto.asp?id_ANO=200>. Acesso em: 23 set. 2016.

⁶⁹ Ibid., acesso em 28 set. 2016.

A 28 de agosto de 1959, a diretoria da Associação encaminhou um pedido de transformação para que o então órgão representativo passasse para a condição de Sindicato. Dois dias antes, numa assembleia, foi eleita a primeira diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tendo Anacleto Potomati como seu primeiro presidente. Assim teve início a trajetória do Sindicato, à frente veremos alguns detalhes das gestões que passaram pela entidade até o fim da segunda gestão de Lula, em 1981. Nesse sentido, contam-se as seguintes gestões: como vimos, os primeiros mandatos – 1959-1963 – tiveram à frente de suas gestões Lino Ezelino Carniel e Anacleto Potomati; a gestão que sofreria a primeira intervenção federal no órgão de representação dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema – 1963-1965 – tinha Orisson Saraiva de Castro à frente como Secretário-Geral; após o período de intervenção, Afonso Monteiro da Cruz assume como presidente entre 1965 e 1969; seu sucessor foi Paulo Vidal Neto e sua gestão se estendeu entre os anos de 1969 a 1975; finalmente, Luiz Inácio da Silva assume a presidência do Sindicato e, como os dois últimos presidentes, segue à frente na gestão do Sindicato por dois mandatos, abrangendo os anos de 1975 a 1981.⁷⁰

Em se tratando da linha política de cada uma das gestões citadas, não podemos deixar de lado a influência do golpe de 1964 na linha política adotada na instituição a partir de então. Como vimos, as primeiras gestões tinham um cunho comunista e estavam voltadas para as demandas políticas do período. Kátia Sousa Rodrigues, em seu trabalho de dissertação de mestrado *Era uma vez em São Bernardo*, mostra como se deram tais lutas. Em depoimento de Orisson Saraiva de Castro podemos ter uma noção das primeiras lutas do Sindicato:

Nós fizemos greves na Willys e na Mercedes. (...). A Mercedes resolveu, como a Willys e a Volks, diminuir o 13º pela metade. Então nós travamos o movimento e conseguimos parar. Fizemos greve na Brastemp (...). Fizemos greve na Mercantil Suíça, enfim em quase todas as empresas. Mas o número de sócios do sindicato sempre foi pequeno porque as empresas mandavam embora os trabalhadores sindicalistas.⁷¹

Devido a sua postura combativa, a direção do citado período foi alvo de uma intervenção por parte do governo de exceção que subiria ao poder em 1964. Na noite de 31 de

⁷⁰ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/secao.asp?id_SEC=8>. Acesso em: 29 set. 2016.

⁷¹ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1995. p. 07.

março do citado ano, nas palavras de Rodrigues, o “sindicato foi invadido e depredado”. Os sindicalistas presentes no local ouviam pelo rádio notícias sobre o golpe; assim, abandonaram o prédio e logo depois este foi invadido com a participação das forças policiais: “o vigia do sindicato foi espancado, houve depredação inclusive da maquete da futura sede, recém-elaborada pelo arquiteto Artigas”. Mais à frente, sobre os membros da então diretoria a autora detalha casos de perseguição a:

Rolando Fratti (...), Marcos Andreotti, Lino Ezelino Carniel (...), e de Anacleto Potomatti (...), que foi preso, espancado e ficou cerca de 15 dias detido no DEOPS. Depois dessa experiência e com dificuldades em arranjar emprego na região ele partiu para Barra Mansa, (...), onde morreu alguns anos depois.⁷²

Ainda sobre as perseguições nos primeiros meses pós golpe podemos ver a extensão da ação repressora no depoimento de José Fernandes, metalúrgico na Willys e dirigente do sindicato a partir de 1963:

Eu havia viajado para a União Soviética e estava em Moscou, com a missão de fazer um curso a respeito do sistema agrário, da reforma agrária. Soubemos do golpe por um rádio. (...). E quando estávamos lá, ouvíamos falar das cassações de sindicato. (...). Vivi 15 anos da ditadura militar na clandestinidade. Passei a viver fora de São Bernardo, porque o partido disse que eu não tinha condições de voltar para minha casa, que era visitada pela polícia uma vez por mês. Eu já tinha esposa e três filhos pequenos. Fui para Marília, porque era uma das cidades que concentrava um grande agrupamento de militantes do partido.⁷³

A intervenção federal no Sindicato, em 1964, durou cerca de um ano. O que se seguiu a tal período foi o mandato de Afonso Monteiro da Cruz, as fontes e até mesmo as informações sobre esse período, pode-se dizer, são bastante escassas. No entanto, um depoimento do irmão de Lula – participante ativo no movimento sindical a partir da segunda metade dos anos 1960 –, Frei Chico (José Ferreira de Melo), a Denise Paraná, por ocasião da

⁷² RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1995. p. 09.

⁷³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=3>. Acesso em: 13 out. 2016.

composição da pesquisa desta sobre a vida de Lula no livro *Lula o filho do Brasil* é bastante elucidativo:

O Afonso Monteiro da Cruz era um cara de esquerda, mas muito independente. Tinha uma postura de esquerda muito séria, muito honesta. Tanto que morreu pobre, coitado. Ele, o Paulo Vidal e o Mário Ladeira foram as pessoas mais importantes que eu conheci naquela época no movimento sindical.⁷⁴

Como podemos ver, ainda havia algum espaço para atividade sindical após o golpe de 1964 – não deixando de ressaltar que após 1968, tal afirmativa não será mais válida, isso devido o recrudescimento cada vez maior do regime.⁷⁵ Ainda assim, a gestão de Cruz e este, em especial, vão ter como destaque a luta empregada no MIA – Movimento Intersindical Antiarrocho (cabe ressaltar, tal movimento se dá na segunda gestão de Cruz à frente do Sindicato: 1967-1969). Como ressaltam Bargas e Rainho sobre a atuação de Cruz no citado grupo: “Essas funções vão possibilitar-lhe não só inteirar-se melhor dos problemas gerais que afetavam a vida sindical como adquirir conhecimentos das diversas tendências existentes em seu meio”.⁷⁶

Frei Chico complementa:

O Afonso Monteiro da Cruz tinha uma atividade mais política. No movimento antiarrocho de 1967, 1968, foi uma das grandes figuras do movimento. Era uma figura bastante manjada, o “poder” queria pegar ele de qualquer maneira. Houve uma perseguição grande a ele. O Maurício Soares tentou escondê-lo e acabou também sofrendo represália, foi preso por causa disso.⁷⁷

⁷⁴ PARANÁ, Denise. *Lula o filho do Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 154.

⁷⁵ Aqui, entendemos que a atuação sindical estava pressionada pelo regime em duas frentes. A primeira, não resta dúvida, foi imposta pelas forças repressivas com a perseguição e prisão de ativistas do movimento operário – o maior exemplo no caso de São Bernardo foi a intervenção no sindicato em 1964. A outra, a qual oferece maior dificuldade de pesquisa, aborda a perseguição patronal aos trabalhadores militantes, os quais eram demitidos de forma sumária e muitas vezes ficavam “marcados” pelos empregadores como elementos perigosos no sentido de atividade sindical. Afirmamos ser o período pós-1968 como de maior recrudescimento do regime devido à imposição do AI-5, este, como trata ampla literatura sobre o período, foi drástico para toda resistência ao estado de exceção, não apenas ao movimento sindical.

⁷⁶ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 51.

⁷⁷ PARANÁ, Denise. *Lula o filho do Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 155.

Até aqui pudemos notar o quanto a luta sindical havia recuado ante a violência e pressão do Estado, isso em conjunto com o patronato. Para o período, a resistência por meio da denúncia do arrocho salarial combinada à participação do Sindicato no movimento antiarrocho pode ser considerada uma ação de bastante ousada, haja vista que as denúncias contra as manobras nos índices inflacionários começaram a aparecer apenas quase uma década depois. Outro fator importante da gestão Cruz, ainda sobre a questão referente ao movimento antiarrocho, é que este vai sinalizar para a gestão seguinte os passos a seguir, principalmente, na reação a esse quadro de “achatamento” salarial.

Na gestão Paulo Vidal – 1969 a 1975 – o foco de administração começa a dar mostras de mudanças. Podemos verificar na fala de Frei Chico que Vidal rompe politicamente com Cruz e dá novo sentido à administração do Sindicato em sua gestão,⁷⁸ ainda que esta possa ser fortemente caracterizada pela luta contra o arrocho salarial, entenda-se tal afirmativa: luta esta concentrada estritamente no âmbito legalista, ou seja, de acordo com o que constava no contrato de trabalho regido pela lei.

No depoimento de Vidal que citamos a seguir, notamos a política traçada em suas duas gestões, enfatizamos especial destaque à segunda gestão por esta abranger importante passo para uma maior autonomia do Sindicato em suas iniciativas políticas. No âmbito da reeleição de seu mandato, Vidal tinha como uma de suas bandeiras no pleito eleitoral disputado por sua chapa a conclusão da construção de uma sede própria para o Sindicato – inclusive a chapa adversária explorava tal ponto, criticando sua primeira gestão por não a ter efetivado no prazo do fim de sua primeira administração.

No mandato de 1972 a 1975, tínhamos como objetivo político sindical concretizar aquilo que, ao longo do tempo, havíamos nos proposto alcançar. Embora tivéssemos saneado a parte política, a administrativa e a financeira do Sindicato, ressentíamos de três coisas fundamentais: Primeiro, era espaço físico pra poder administrar o que nós já prestávamos. (...). Com a construção da sede, obviamente poderíamos ampliar a capacidade assistencial do sindicato e colocar, no aspecto político-sindical, a nossa proposta de vanguarda, tentar continuar mostrando que São Bernardo do Campo tinha uma característica diferenciada.⁷⁹

⁷⁸ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 155-156.

⁷⁹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2749>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Podemos citar como exemplo de mudança da política adotada no Sindicato em relação à gestão de Cruz a adoção por Vidal de um sindicalismo de Estado, no qual é notável a atenção que sua diretoria dava ao discurso da construção da nova sede com o objetivo de “ampliar a capacidade assistencial do sindicato”. Nesse sentido, os exemplos do citado serviço de assistência ao sócio eram precisamente os serviços médico, dentário e jurídico, além da colônia de férias. Quanto ao serviço jurídico, podemos dizer, segundo referências da literatura acerca do tema e jornais da época, tratava-se de uma área do Sindicato bastante engajada na luta pelos interesses dos trabalhadores, chegando mesmo a enfrentar o regime autoritário da época.⁸⁰

Segundo constatamos no depoimento de Vidal, os dirigentes sindicais de São Bernardo entendiam que o Sindicato se destacava em relação aos demais órgãos de representação dos metalúrgicos no estado de São Paulo. Tal argumento vai impulsionar o litígio com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo – o qual, como veremos à frente, teve início com a posição da Federação, em repetidas ocasiões, de apoiar as decisões do governo no que tangia ao dissídio anual. Na fala do próprio Vidal, o argumento que explicava ou buscava explicar essa diferença com a Federação era “que São Bernardo do Campo tinha uma característica diferenciada”, precisamente por suas particularidades relativas à sua contribuição para o desenvolvimento econômico do país.

Esse é o contexto, no campo político, que marcaria a gestão Vidal, bem como uma parte da gestão Lula à frente do Sindicato. O litígio com a federação e a tentativa de trazer os metalúrgicos para as lutas sindicais são os pontos que marcam o início da mudança do Sindicato ainda no período de Vidal. Nesse sentido, o primeiro passo para a compreensão de como superar o empecilho que a federação representava para a luta contra o arrocho salarial pode ser exemplificado com a percepção de que os acordos dirigidos pela mesma não eram do interesse do Sindicato. Em outras palavras, desde a atuação no MIA, este, na gestão Cruz, tal argumento vinha amadurecendo; fator que impulsionou ação da direção às Campanhas Salariais em separado da federação. Portanto, a tentativa de atrair o trabalhador para o Sindicato – um exemplo de tal iniciativa foi a realização do I Congresso Metalúrgico em 1974, do qual veremos os desdobramentos mais adiante – e um posicionamento político um

⁸⁰ Nesse sentido, podemos citar um trecho do depoimento de Frei Chico que demonstra de forma cabal esse engajamento dos advogados do Sindicato com a luta dos trabalhadores, citamos tal depoimento na página 25 do presente trabalho. Cf. PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 155. Outros exemplos desse engajamento dos advogados podem ser vistos, agora no contexto do ciclo grevista de 1980, em jornais da época. Cf. Lula e mais 14 são presos por greve no ABC. **FOLHA DE S.PAULO**. São Paulo, 20 abr. 1980. Caderno de Economia. p. 25.

tanto mais crítico, dentro dos limites possíveis à época, representado na *Tribuna Metalúrgica*, jornal oficial do sindicato,⁸¹ vão ser o norte para as futuras ações dos dirigentes sindicais. Isso contando até mesmo a gestão de Lula, a qual, no caso – pode fazê-lo – e tinha inclinação para tal, de forma mais incisiva perante o regime de exceção que o país vivia.

Entre os pontos destacados acima, o que mais chama a atenção é a valorização dos metalúrgicos de São Bernardo como diferenciados dentro da categoria e, por consequência, do sindicato da região em relação às demais entidades metalúrgicas do estado de São Paulo. Muito do lastro de tal argumento pode ser entendido mediante a importância que a indústria automobilística tinha para o desenvolvimento econômico e social do país; portanto, essa contribuição deveria ser reconhecida de modo condizente nos salários que a categoria recebia – o que de fato não ocorria nos acordos em conjunto com a federação. Veremos à frente tal ponto ser exaustivamente enfatizado nas Campanhas Salariais dispendidas pelo sindicato durante os anos 1970. Aqui, por hora, nos valem de dados referentes aos números da categoria, neste caso, a faixa salarial de cada região, destacados por Abramo: “metalúrgicos de São Bernardo, Cr\$ 8.441; de Santo André, Cr\$ 7.773; de São Caetano, Cr\$ 7.908; de Osasco, Cr\$ 7.250; de São Paulo, Cr\$ 5.733”.⁸² Cabe lembrar que os números apresentados referem-se à média dos salários. Sem dúvida havia justificativa para tal, isso no sentido de se colocar que São Bernardo teria de ter um acordo à parte, haja vista tais números. No entanto, a questão salarial não era o único ponto no que tange à defesa do argumento de que São Bernardo era singular ante a categoria, as questões sociais relativas ao trabalho e a exploração deste, aos poucos, apareceriam também nas campanhas em forma de reivindicações.

A partir de então, o Sindicato passa a travar algumas lutas específicas para conseguir se desvincular da federação, no entanto, tal processo levaria alguns anos. Na sequência citamos trecho de depoimento de Oswaldo Rodrigues Cavignato sobre o citado período:

⁸¹ Nota-se: tratava-se de um posicionamento mais crítico em relação ao Governo, no entanto, dentro dos limites que as oposições mais “brandas” atuavam na época. Uma forma de resistência que podemos comparar – não sem relatar possível exagero – com a atuação política do MDB. Aqui, temos um trecho de uma nota de Paulo Vidal para a *Tribuna Metalúrgica* nº 22, p. 03: Vidal comenta que apesar dos planos anunciados pelo governo Geisel serem aplaudidos por amplas camadas da sociedade, basicamente nada mudou. Já no nº 21 do mesmo jornal, p. 03, a crítica parte de personagem de charge bastante popular na categoria o “João Ferrador”, nela este parabeniza o novo Ernesto Geisel pela eleição à presidência, mas ressalta que gostaria de ter participado do pleito. Cf. Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=16>. Acesso em: 09 jan. 2017.

⁸² Ressaltamos que a intenção da autora ao apresentar tais quadros era demonstrar a seus leitores as perdas salariais sentidas pelos trabalhadores ao longo das décadas de 1960 e 1970, para consultar as demais tabelas apresentadas pela autora: Cf. ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 57.

No mandato de 72, ocorreram mudanças importantes no Sindicato. Nesse período, a pauta de reivindicações praticamente não era discutida. No I Congresso do Sindicato, em 74, a gente já dizia que a luta econômica pura e simples não era suficiente. O Paulo Vidal cumpriu um papel importante ao romper com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Ele dizia que a Federação não representava os interesses dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e que o Sindicato era obrigado por lei a delegar a ela o direito de negociar em nosso nome. Como as leis da ditadura eram severas nesse sentido, tudo praticamente se resumia à questão do índice de inflação, mesmo sendo manipulado. As cláusulas sociais e outras de interesse dos trabalhadores praticamente não eram levadas em consideração.⁸³

Pudemos ver no depoimento de Cavignato que a direção do sindicato já tinha traçado um plano de atuação, o qual, como vimos acima, era dar continuidade às realizações já feitas na primeira gestão Vidal. Para isso, era preciso colocar em prática a ideia de avançar nas lutas políticas. Assim, o movimento de rompimento com a federação avançou na medida das pautas levantadas no citado congresso de modo a criar o discurso em torno da reivindicação para levar suas pautas independentemente da federação, a qual só se pautava nos índices econômicos determinados pelo governo. No congresso, os diretores procuraram então levantar com os trabalhadores as pautas sociais, isso na tentativa de atraí-los para junto do sindicato.

Todo este período vai ser balizado por essas ações em torno das campanhas e da mobilização da categoria para que esta participasse das assembleias. Por isso, a necessidade de nos determos mais nele, pois é a partir dele que podemos compreender o nível de organização alcançando pela categoria no ciclo grevista de 1978-1980. Abramo exemplifica bem como se deu tal ação:

Apesar de a ênfase de sua ação, em um primeiro momento, estar dirigido a prestação de serviços assistenciais (...), desde o começo, a diretoria do sindicato irá afirmar que a “principal e autentica função” da entidade era outra: a defesa dos “interesses profissionais dos trabalhadores”, entendidos como “os direitos oriundos do contrato de trabalho”.⁸⁴

Nos depoimentos a seguir podemos ter uma noção do período citado com uma riqueza de detalhes bastante elucidativa, em que os entrevistados apontam os passos dados nas

⁸³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2749>. Acesso em: 20 dez. 2016.

⁸⁴ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 154.

primeiras Campanhas Salariais – podemos ver, então, o início do embate dos dirigentes sindicais de São Bernardo com a federação. Ocorre que pautado pelos números do DIEESE,⁸⁵ o sindicato passou a reivindicar reajustes conforme a queda do poder de compra dos trabalhadores. Assim, o argumento dos dirigentes sindicais em relação à federação vai seguir tais pontos: a concepção de que cada sindicato tinha suas peculiaridades; a já citada disparidade entre o poder de compra dos trabalhadores e o custo de vida; e, finalmente, a crítica à atuação política da federação a qual sempre compunha acordos à mercê da categoria junto com o governo e com os patrões. Por isso, cada sindicato deveria negociar os reajustes em separado da federação. Sobre o argumento usado na Campanha Salarial que inaugura o rompimento com a federação, Bargas e Rainho enfatizam:

Para os dirigentes do Sindicato, à época, os metalúrgicos de São Bernardo tinham, como têm, problemas próprios, que se perdiam quando levados em conjunto à Federação. As discussões que se davam com esta não especificavam os problemas particulares de cada Sindicato. Por outro lado, passam também a perceber o caráter de peleguismo dos dirigentes da Federação, que sempre acabavam (como ainda acabam) conciliando-se com os patrões, por ocasião dos dissídios.⁸⁶

Até agora, apontamos a motivação do litígio com a federação e o consenso em relação à atitude a ser tomada perante o problema citado – romper com a mesma e mobilizar a categoria. Mas, para alcançar tal intento, era preciso desenvolver estratégias para que essa mobilização colocasse a diretoria do Sindicato junto à base nesse primeiro momento. Como veremos a seguir, em outro trecho do depoimento de Vidal, esse é o objetivo primordial que irá abranger os primeiros anos da década de 1970.

Então, nas nossas campanhas salariais, quando tínhamos um problema de conseguir quórum na assembléia, dávamos um enfoque político, de crítica. Fazíamos a campanha, a assembléia e tinha a ausência de quórum; falávamos que sem isso não podíamos fazer nada, pra que eles trouxessem seus companheiros e discutissem na fábrica, e assim por diante. Foi nessa

⁸⁵ O diretor – gestão 1972-1975 – responsável pela constituição da subsecção do DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema fora Osvaldo Rodrigues Cavignato, ferramenteiro na Carfriz e na Volkswagen. Cf. Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2749>. Acesso em: 20 dez. 2016.

⁸⁶ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 29.

linha que passamos a campanha de 73, a campanha de 74. E também trabalhamos desde 72 com o firme propósito de realizar um congresso nosso, onde pudéssemos deixar devidamente caracterizada a diferenciação de São Bernardo perante o contexto sindical de outras regiões, sobretudo da federação, que é quem englobava o nosso dissídio.⁸⁷

Vimos, nas palavras de Vidal, que o objetivo de organizar um congresso da categoria já vinha sendo defendido desde 1972. Nesse sentido, podemos afirmar que o congresso visava politizar o debate em torno do trabalho em São Bernardo, isso não podemos deixar de colocar. Para compreendermos melhor a questão da diferenciação de São Bernardo – para além da questão salarial – em relação a outros sindicatos metalúrgicos e mesmo de outras categorias, é preciso ficar atento ao argumento exposto por Abramo na tentativa de explicar a mudança do Sindicato no que tange a seus posicionamentos políticos:

Essa transformação expressará a ruptura progressiva da entidade com o projeto desenvolvimentista da ditadura militar. Essa ruptura, por sua vez, será resultado da elaboração coletiva da idéia de que os metalúrgicos de São Bernardo, por meio de seu trabalho, constituíam um sujeito fundamental para o desempenho econômico do país, assim como de que o seu esforço nesse sentido não estava sendo devidamente reconhecido e recompensado.⁸⁸

Assim, temos o mote do discurso em torno de por que São Bernardo era diferenciado. Um discurso que, devido às campanhas salariais daqueles anos e com o congresso da categoria realizado em 1974, vai ganhar uma força de ideia comum no discurso dos metalúrgicos. Necessariamente, Vidal esclarece que para alcançar tal objetivo – mobilizar a categoria – a direção do Sindicato começou a enfatizar o aspecto político da luta sindical, decisão a qual, como colocamos nos últimos parágrafos, atraiu não apenas a base do Sindicato como também os ativistas que atuavam clandestinamente nas fábricas da região.

Com o objetivo de se desvincular da Federação, ao longo da década de 1970, o Sindicato procurou empregar as seguintes estratégias, aqui, citaremos algumas das campanhas salariais do citado período.

⁸⁷ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2749>. Acesso em: 20 dez. 2016.

⁸⁸ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 154.

Na campanha de 1970 a proposta de São Bernardo estava pautada no argumento do “aumento único”, que consistia na aplicação do reajuste determinado pelo governo sobre o total da folha de pagamento de cada empresa, dividindo-se o resultado pelo número de empregados”.⁸⁹ Assim, o aumento seria justo para todos, independentemente da função exercida, isso em se considerando as disparidades de salário encontradas entre os metalúrgicos de São Bernardo. A proposta gerou bastante controvérsia entre os metalúrgicos da região, isso porque quem tinha menores salários teria um aumento efetivo, já os que tinham maior remuneração teriam seus salários achatados. Diante de tal polêmica as assembleias referentes à citada campanha foram bastante concorridas, inclusive, as assembleias referentes à proposta citada tiveram de ser realizadas num dos cinemas da cidade, tamanho o número de presentes. No entanto, o resultado final foi que o TRT – Tribunal Regional do Trabalho – estendeu o acordo com a federação a todos os sindicatos, inclusive aos trabalhadores de São Bernardo e Diadema.

Como dissemos anteriormente, atrair os trabalhadores era uma das condições fundamentais para que a proposta de São Bernardo fosse apresentada desvinculada da proposta da Federação. Esse primeiro objetivo foi alcançado, embora, sem o efeito esperado, já que o acordo com a Federação fora estendido ao Sindicato. Entretanto, a experiência estava posta para revelar o segredo de como mobilizar os trabalhadores, como colocou Vidal no depoimento acima: era preciso dar um “ênfase político, de crítica” à assembleia.

Na Campanha de 1972, os passos de dois anos antes foram seguidos novamente, o SMSBCD “propôs que o aumento fosse concedido segundo uma importância única em cruzeiros, para todos os trabalhadores, e não mais o resultado de um percentual uniforme aplicado sobre os mais diferentes salários”.⁹⁰ Outro fato semelhante foi a decisão do TRT de estender ao sindicato o decidido para a Federação. Abramo coloca que, na avaliação do Sindicato a derrota serviria como experiência para futuras mobilizações. O destaque vai para a sequência da nota, nela o Sindicato “Manifestava ainda a sua particular indignação com a forma desrespeitosa com que mais uma vez os representantes dos trabalhadores haviam sido tratados na mesa de negociações”,⁹¹ aqui entendemos a estratégia do Sindicato de expor a má

⁸⁹ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 29.

⁹⁰ Declaração do I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cf. *Ibid.*, p. 200.

⁹¹ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 160.

vontade dos empregadores em negociar. Dessa forma, a categoria continuaria em estado de mobilização, haja vista que o TRT sempre recusava o pedido de São Bernardo de negociar em separado enquanto os patrões desdenhavam a tentativa da entidade sindical dos metalúrgicos de São Bernardo de representar os interesses próprios de seus trabalhadores. Tal estratégia, para que fosse efetiva, sem dúvida necessitaria de escritos na *Tribuna Metalúrgica* e, principalmente, do trabalho de base nas fábricas para que os trabalhadores ficassem a par das manobras impostas a eles.

A Campanha de 1973 guarda algumas particularidades. Nela, a mobilização dos trabalhadores começa já no ano anterior, isso porque a categoria pedia um adiantamento do reajuste para novembro com o objetivo de enfrentar os constantes aumentos no custo de vida. Em prol desse objetivo, as mobilizações em torno da campanha começaram mais cedo, o que deu tempo de serem formuladas reivindicações para além da pauta econômica:

Foi elaborada uma pauta com 12 itens, dentre os quais reivindicava-se reajuste salarial de 38% para ‘assegurar a reconstituição do salário real’, (...). Entre as reivindicações específicas da indústria automobilística, destaca-se a da participação nos lucros e a do delegado sindical.⁹²

Mais uma vez o TRT engloba São Bernardo na decisão para toda Federação. Necessariamente, tais decisões vão colocando os trabalhadores a par do posicionamento da Justiça do Trabalho, o que mais tarde terá efeitos significativos na mobilização destes que, por sua vez, contribuirá em parte com a formação de uma nova cultura política dos trabalhadores.

Por hora, nos voltaremos para depoimento de Oswaldo Cavignato:

Só se discutia o índice. Se dizia muito na época que a gente não conseguiria romper com eles e fazer uma pauta específica porque nossas assembléias não davam quórum. Nos anos de 73 e 74, nós falamos para o Paulo que era possível atingir quórum; e de fato conseguimos reunir os trabalhadores necessários. Inclusive, eu tinha carro e fiz três viagens, transportando as pessoas da empresa para o Sindicato. Então, o Paulo Vidal disse que, a partir

⁹² RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Benficiente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 31.

daí a questão caberia ao nosso advogado, que na época era o Almir Pazzianoto.⁹³

Acima pudemos ver a disposição da diretoria em mobilizar os trabalhadores para a campanha em prol do dissídio próprio em separado da Federação, a seguir, Cavnato especifica como se deram tais ações nas campanhas daquele período. Dessa maneira os depoimentos de Vidal e Cavnato nos dão a pista das ações dos dirigentes para atrair os trabalhadores para as assembleias, destacamos: “quando tínhamos um problema de conseguir quórum na assembleia, dávamos um enfoque político, de crítica”, na fala de Vidal; “nós falamos para o Paulo que era possível atingir quórum; e de fato conseguimos reunir os trabalhadores necessários. Inclusive, eu tinha carro e fiz três viagens, transportando as pessoas da empresa para o Sindicato”. Assim, notamos o esforço de mobilização da diretoria para com a causa dada naquele contexto.

Necessariamente, a mobilização em torno da ideia de aproximar o Sindicato de sua base operária colocou a postos não apenas parte da diretoria que objetivava uma luta mais efetiva contra o arrocho salarial – ou seja, não apenas uma luta dentro dos limites previstos na lei, mas uma luta contra o programa econômico imposto pelo governo aos trabalhadores – mas também os ativistas clandestinos que atuavam nas fábricas no sentido de mobilização dos metalúrgicos. Assim, o último trecho do depoimento de Cavnato aponta para o início do que colocamos como o desgaste da administração Vidal junto a parte de seus diretores e a boa parte da categoria – movimento que deu partida para a renovação parcial da diretoria e a escolha de Lula como candidato a presidência do Sindicato em 1975.

Aqui, é importante enfatizar novamente, nas campanhas salariais de 1970, 1972 e 1973, o TRT julga o dissídio da Federação e o incorpora ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dessa forma cada derrota na Justiça impulsiona a direção do Sindicato a uma nova mobilização. A busca, a partir de então, se pauta por um aperfeiçoamento das mobilizações e cada vez maior atração dos trabalhadores para as assembleias. Por um lado, se os trabalhadores estavam cada vez mais conscientes do arrocho salarial e mais participativos nos debates do Sindicato, por outro pressionavam cada vez mais a direção da entidade por uma posição mais efetiva de enfrentamento à questão da perda salarial. É nesse contexto que as teses de Vidal junto à categoria vão ficando cada vez mais frágeis; precisamente por ele ser

⁹³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2749>. Acesso em: 20 dez. 2016.

um defensor da luta sindical através do embate no âmbito jurídico, passando para os demais diretores e trabalhadores ativistas a imagem de legalista. Lembramos a última frase do depoimento de Cavignato exposta acima: “Então, o Paulo Vidal disse que, a partir daí a questão caberia ao nosso advogado, que na época era o Almir Pazzianoto”. Frase, que como veremos à frente, deixou o diretor em desacordo com os demais companheiros de chapa, ainda que se considere sua influência, dentro da entidade sindical, até ao menos o ano de 1978.

Já a Campanha Salarial de 1974, tem como marca de inovação, na tentativa de trazer os trabalhadores para o Sindicato, a bandeira da participação de produtividade e lucro das empresas,⁹⁴ no entanto o seu resultado é o mesmo das campanhas anteriores. Nesse caso, a estratégia era deixar os trabalhadores a par do quanto as montadoras estavam ganhando com sua produção e nada era dividido com eles, o que certamente atrairia a categoria para se engajar nas lutas propostas até então. “Efetivamente, os dados da Fundação Getúlio Vargas (...) indicavam que o crescimento da indústria automobilística havia sido, em média, de 22% ao ano no período de 1968-1974”.⁹⁵ A partir de tal campanha, ficava difícil a qualquer trabalhador compreender como, com tais números, sua parte do bolo não chegava. Por que este não era repartido? Ao contrário, o custo de vida só fazia aumentar.

Ainda na campanha de 1974 foi apontado para a diretoria do sindicato, como vimos, não sem muitas derrotas na Justiça do Trabalho, o modo de proceder ante as exigências para negociar suas pautas do dissídio em separado da Federação. Abramo esclarece:

A negociação em separado era uma possibilidade prevista em lei. Dessa forma, e dentro do espírito de explorar ao máximo os estreitos limites da legalidade vigente, a preocupação do sindicato, a partir de 1974, passou a ser cumprir as exigências legais que permitissem concretizar essa possibilidade. Isso implicava em um esforço redobrado de mobilização das bases e de ampliação da representatividade das campanhas, já que, para cumprir essas exigências, era necessário realizar uma assembléia com pelo menos um oitavo dos sócios do sindicato.⁹⁶

⁹⁴ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v.1. p. 31.

⁹⁵ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 164.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 164-165.

Tal objetivo seria alcançado, como veremos a seguir, na campanha do ano seguinte.

Um importante marco para o sindicato no ano de 1974, foi a realização do I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Os diretores que tratam desse congresso em depoimento enfatizam dois pontos: que ele fora fundamental para a mudança da concepção política do sindicato e que a vigilância por parte do governo foi bastante ostensiva. Sobre o primeiro ponto exposto, Abramo comenta o congresso como sendo uma “iniciativa que apontava no sentido do aprofundamento do trabalho de base e da democratização da entidade”.⁹⁷ No entanto, o mais notável nas observações de Abramo é demonstrar como a organização do congresso apontava certo “descontentamento” de parte da diretoria com a política sindical de até então.

O congresso de 1974 teve os seguintes pontos como marcos de avanço: questionar a política econômica do governo – no caso, os números referentes ao custo de vida e o dissídio salarial – colocando-se, por isso mesmo, como órgão próprio de interlocução dos metalúrgicos, “reivindicando o direito de discutir” a política econômica e trabalhista do regime de exceção. Sobre o primeiro ponto destacamos interessante trecho do documento: *Declaração do I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*. Nele consta:

Todavia, temos fundados motivos para emitir considerações sobre a forma como a economia brasileira vem se comportando, pois não nos consideramos à margem deste processo. Pelo contrário, somos dele partes integrantes, e sabemos que sem a nossa participação ativa-corporificada pelo nosso trabalho diuturno nas fábricas – aquelas taxas de crescimento jamais seriam alcançadas.⁹⁸

Sobre o I Congresso destacamos, por fim uma importante consideração de Vidal na qual compreendemos sua posição em relação ao engajamento sindical mais incisivo e, adiante, como tal postura passou a ser “vista” pelas pessoas que acompanhavam o sindicato. Aqui cabe lembrar que os anos de 1973 e 1974 foram marcados por intensa movimentação

⁹⁷ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 168.

⁹⁸ Declaração do I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cf. RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v.1. p. 199.

operária nas fábricas, a se destacar principalmente as grandes empresas da região e o setor próprio dos ferramenteiros – considerados por alguns como uma “categoria” à frente das demais entre os metalúrgicos, devido principalmente a seus salários e sua formação profissional específica. Iniciamos pela fala de Vidal sobre o I Congresso:

O Sindicato dos Metalúrgicos não podiam fazer um congresso. Os congressos deveriam ser trabalhistas, isso significa que o Sindicato participava do congresso das federações, e as federações das confederações e assim por diante. Mesmo assim definimos que faríamos (...). Na véspera da instalação do congresso, fui chamado para um encontro aqui em São Paulo, no qual ele [Chiarelli, secretário-geral do Ministério do Trabalho] mostrou portarias previamente assinadas pelo ministro, intervindo e cassando a Carta de Reconhecimento do Sindicato. (...). Me dirigi ao Sindicato e o Lula estava acabando de instalar o congresso. Então chamei o Lula, o Rubão, o Antenor, o Almir e expliquei a situação, disse que o congresso estava supervisionado.⁹⁹

Aqui nos voltamos para os casos citados sobre as paralizações dos ferramenteiros em 1973 e 1974. Nelas, podemos comparar com a situação explicitada no depoimento acima, colocando o quanto parte da diretoria estava insatisfeita com as ações de Vidal em “segurar” suas ações políticas –, ainda que fossem cientes das ameaças do que o regime de exceção poderia e não hesitaria em fazer caso julgasse necessário. A passagem colocada por Abramo é categórica nesse sentido:

Ao ser procurado por trabalhadores das seções paralisadas, Vidal, ao invés de apoiá-los e respaldá-los, teria adotado uma atitude desmobilizadora (...), alegando a necessidade de manter-se dentro dos limites (...) legais e policiais à ação do sindicato.¹⁰⁰

Ainda sobre o citado congresso, no depoimento de Lula podemos ver uma importante iniciativa dos dirigentes e ativistas atuantes em São Bernardo mais incisiva perante o “poder”. No caso, durante uma visita ao I Congresso pelo candidato ao Senado e ex-governador Carvalho Pinto, o candidato é duramente interpelado pelos presentes na reunião, o que mostra

⁹⁹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=96>. Acesso em: 10 fev. 2017.

¹⁰⁰ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 167.

um posicionamento, por parte dos ativistas do movimento operário em São Bernardo, completamente distinto do demonstrado pela fala e ações de seu presidente à época:

O Carvalho Pinto foi no sindicato pedir voto e nessa ocasião quase que ele sai de lá a toque de caixa. O pessoal começou a cobrar dele o que ele tinha feito nos últimos anos de Senado. Ele não tinha muita explicação. Nós começamos a falar: “Aqui o senhor não vai ter voto, não”. Foi a primeira ação coletiva da diretoria do sindicato colocando um cara (...) quase que para correr. Ele saiu do sindicato quase que desconsolado. E aí o Quércia foi eleito senador.¹⁰¹

A seguir, o depoimento de Devanir Ribeiro faz referência a, possivelmente, o mesmo ocorrido, no entanto ele cita o futuro governador de São Paulo – o qual assumiria seu mandato apenas no ano seguinte, 1975 – Paulo Egydio Martins:¹⁰²

No segundo dia, não sei por que, apareceu o governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins. Ele chegou e falou: “Sabia que vocês estavam fazendo um congresso e vim pra discutir com vocês algumas idéias”. Foi aquela discussão da competência do governo e chegou um momento que o pessoal começou a debater. De repente, o Severino levantou e disse: “O senhor quer saber um coisa governador, se eu fosse o senhor renunciava e ia embora, que você não manda nada”. O Paulo Egídio ficou furioso, mas disse que era do diálogo.¹⁰³

O episódio descrito acima sugere não apenas o alinhamento de forças dentro do Sindicato, por ocasião de seu I Congresso, mas também uma tônica que a diretoria que assumiria nos anos seguintes seguiria: a oposição aos políticos do governo – representados em sua legenda ARENA – e a crítica mais acentuada às políticas deste, pode-se dizer, na tentativa

¹⁰¹ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 117.

¹⁰² Optamos por fazer uso do depoimento de Ribeiro precisamente por demonstrar a firmeza de posição de parte da diretoria e ativistas presentes no congresso ante importantes políticos de situação naquele período. No caso, os personagens são citados precisamente pela comparação entre os depoimentos e datas acerca dos pleitos eleitorais. O político da ARENA que concorria ao Senado no ano de 1974 era o ex-governador Carvalho Pinto, o que não impede o futuro governador de também comparecer ao congresso para angariar votos ao colega de partido. Nas figuras presentes ao longo do capítulo, demonstramos uma possível proximidade dos personagens citados com parte da direção do sindicato, no caso a ala de Vidal, mas não podemos afirmá-lo categoricamente.

¹⁰³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=96>. Acesso em: 10 fev. 2017. Devanir Ribeiro faz referência, possivelmente, a Severino Alves da Silva, diretor do sindicato nas gestões 1975-1978 e 1978-1981.

de atrair os trabalhadores para o Sindicato, já que a sociedade dava mostras claras de cansaço no que tangia às políticas do regime de exceção que se instalara no país.

A pressão dos confrontos nas fábricas começa a afetar a diretoria, principalmente os diretores que estavam ligados à produção – que no caso eram os mais próximos aos trabalhadores – por consequência, essa pressão chegava ao grupo que comandava o Sindicato. No entanto, as mudanças na cúpula da entidade ainda necessitariam de mais algum tempo para amadurecer.

Antes, porém, de nós voltarmos para a Campanha Salarial de 1975 – a qual traz novas evidências acerca dos próximos passos a serem seguidos não apenas pela diretoria sindical, mas também pela base mais engajada dos metalúrgicos –, iremos nos concentrar no que John French trata como um aspecto da cultura política dos trabalhadores brasileiros em seu estudo *Afogados em leis*. Em seguida, trataremos da primeira eleição de Lula como presidente do Sindicato, para, apenas mais à frente, nos concentrarmos no tema até aqui analisado: as Campanhas Salarias.

O estudo de French demonstra o quanto a Justiça do Trabalho no Brasil estava atrelada a negociações em torno de litígios entre patrões e empregados e, até mesmo, como o governo se portaria nesses casos, ou seja, os órgãos estatais se entrepunham à relação capital-trabalho. Ocorre que os dispositivos jurídicos da CLT já estavam intrincados na cultura política dos trabalhadores brasileiros como uma forma de proteção contra os abusos patronais. Ainda que muitos considerassem a Justiça do Trabalho um tanto suspeita e, em muitos casos, vista até mesmo como “engambelação”, a CLT era tida por muitos outros trabalhadores como uma bíblia a ser consultada regularmente.¹⁰⁴

Podemos nos perguntar: na medida em que a percepção de que essa rede de proteção ao trabalhador estava ausente, ou pior, servia apenas aos interesses patronais, o passo para a radicalização do movimento operário estaria na agenda de seus maiores interessados, ou seja, os próprios trabalhadores? Caso assim fosse, o tema não seria tão explorado, bem como não seria considerado tão controverso pelos pesquisadores do movimento operário. No contexto anterior ao abordado por nós no presente trabalho – no caso, as décadas posteriores à criação da CLT por Getúlio Vargas – os operários mais engajados entendiam os limites da CLT, mas preferiam tratar de sempre recorrer a ela como forma de manter os trabalhadores mobilizados,

¹⁰⁴ FRENCH, John. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 11.

pois, procedendo ao contrário, o único resultado que teriam seria uma massa operária desiludida de qualquer tentativa de resistência à exploração e aos abusos dos empregadores.

French cita em seu trabalho passagem do diário de Philadelpho Braz, dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André nos anos 1960, onde este registrava os casos dos trabalhadores que o procuravam para expor suas queixas trabalhistas. Esses registros, segundo o autor, eram construídos de modo a empregar as categorizações jurídicas próprias da CLT, ou seja:

A CLT e seus conceitos estavam presentes na cabeça de Braz, no momento mesmo em que ele traduzia, ou melhor, operacionalizava os problemas dos trabalhadores, (...). Braz estava transformando uma reclamação particular de um trabalhador em uma categoria abstrata generalizável, usando a terminologia jurídica da CLT.¹⁰⁵

Podemos fazer uma projeção do que Vidal entendia como atuação sindical comparando seus depoimentos ao trecho de French sobre a atuação de Braz. Evidentemente, não se trata de colocar ambos no mesmo campo político – as diferenças políticas são bastante evidentes. No entanto, por serem da mesma geração, isso no âmbito de atuação sindical – lembramos que Vidal começou a atuar no meio sindical ainda na gestão de Afonso Monteiro da Cruz, ou seja, ainda em meados dos anos 1960 –, não é difícil comparar seu apego à CLT e aos recursos a Justiça do Trabalho, ainda que, enfatizamos novamente, os dois tivessem objetivos sindicais e políticos bastante distintos.

Aqui, temos com as considerações de Frei Chico, um panorama sobre a gestão Vidal e seu modo de compreender a atuação sindical.

Eu não diria que ele foi um pelego. Diria que foi um cara que teve uma visão modernizadora do sindicato, muito interessante. Mudou a máquina, a dinâmica do sindicato. Mas ele tinha uma política não de confronto com o sistema, era muito próxima do sistema. Ele modernizou a máquina administrativa do sindicato. Ele criou novos departamentos, começou a criar

¹⁰⁵ FRENCH, John. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 64.

a escola do sindicato, cursos profissionalizantes. (...), contratou o Dieese para dar assessoria técnica.¹⁰⁶

Para melhor compreender o afirmado acima, nos concentraremos no desgaste que Vidal vinha sofrendo com sua própria diretoria no que diz respeito a suas escolhas políticas, como parcialmente demonstrado acima. Era ano de eleição presidencial no Sindicato e também a Campanha Salarial prometia bastante, haja vista toda mobilização feita nas campanhas anteriores para que os trabalhadores participassem das assembleias e, por consequência, da vida sindical.¹⁰⁷

A eleição para a gestão sindical dos metalúrgicos em São Bernardo e Diadema no ano de 1975 teve Lula concorrendo à presidência da entidade. A entrada de Luís Inácio da Silva na vida sindical se dá por acaso, o convite para participar da primeira gestão de Vidal à frente do Sindicato (1969-1972) foi feito a seu irmão, Frei Chico, mas este não pode aceitá-lo, passando-o então para o irmão caçula. Nas palavras do próprio Frei Chico, em depoimento a Denise Paraná, o caso se deu da seguinte maneira:

O pessoal do sindicato, o Afonso e o Paulo Vidal Neto, eles acharam que o Afonso já não deveria concorrer mais, o presidente seria o Paulo Vidal.

Eles me disseram: “Você não vai concorrer, mas indica uma pessoa”.

Eu falei: “Olha, tem uma pessoa na Villares, e la nós não temos ninguém. Seria importante uma pessoa lá”.

Eles quiseram saber: “Mas quem é essa pessoa?”

Eu contei: “ um irmão meu”.

Aí o Lula foi comigo para o sindicato conversar com o pessoal. Inicialmente ele resistiu bastante: “Não dá, não gosto disso”.¹⁰⁸

Pudemos ver através do depoimento de Frei Chico que de alguma maneira Lula já tinha algum contato com o mundo sindical naquele período, apesar de ser ressaltado sua desconfiança em relação  atuação dos dirigentes sindicais. Ora, o fato de os líderes sindicais

¹⁰⁶ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 155.

¹⁰⁷ A Campanha Salarial do mesmo ano ocorreu ao longo dos meses seguintes ao da eleição, realizada no mês de fevereiro – período em que a influência de Vidal era bastante forte.

¹⁰⁸ PARANÁ, op. cit., p. 154.

em São Bernardo à época convidarem Frei Chico e depois aceitarem em seu lugar a indicação de seu irmão demonstra uma grande confiança nele. Afinal, o turbulento período político vivido pelo mundo sindical, devido principalmente ao regime de exceção, necessitava, por parte de seus participantes, cuidados óbvios no sentido de com quem se poderia contar para formar uma chapa e, por consequência, se engajar nas questões sindicais. Lula, como enfatizado no depoimento de seu irmão, não se inteirava de política e questões sindicais. Assim, apenas com o tempo, o novo dirigente foi aos poucos compreendendo o que era o trabalho como sindicalista.

Aqui, em depoimento a Rainho, Lula comenta sua atuação como dirigente de base na Villares – isso na primeira gestão de Vidal como presidente:

Eu entrei no Sindicato pensando que a partir do momento em que eu estivesse como diretor do Sindicato eu ia revolucionar a Villares. (...). E qual não foi minha decepção, porque eu percebi que podia fazer pouquíssimo mesmo diante daquilo que eu pretendia fazer. (...). Eu tinha que produzir normalmente. Quando eu saía da seção tinha um chefe enchendo o saco. (...). Quando eu ia no Sindicato reclamar: Porra! Não pode ser assim. Você tem que ser mais político. Sabe? E você vai se decepcionando.¹⁰⁹

Em meio ao período de transição da primeira para a segunda gestão de Vidal à frente do Sindicato, Lula sofre uma grande tragédia pessoal – sua primeira esposa e o filho que o casal esperava vieram a falecer. Nos depoimentos da família de Lula a Paraná, notamos que o trabalho sindical “segurou” Lula no sentido de atravessar o momento de dor pelo qual passava. Nesse contexto, ocorreu a tentativa de Vidal, bem como de seus adversários, de trazer o novo dirigente para seu campo político, buscando, assim, seu capital político já acumulado no primeiro mandato ante a categoria. Frei Chico descreve assim aquele momento:

No próprio velório da mulher do Lula, o Afonso falou uma coisa para mim desgraçada. Ele estava brigado com o Paulo Vidal, já não ia mais no sindicato. (...). Ele falou assim: “Frei Chico, o Paulo Vidal vai trazer o Lula para dentro do sindicato (...). Preste atenção no que eu estou te falando”.

¹⁰⁹ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 50.

Mas não deu outra. Teve o enterro, passou uma semana, duas, o Paulo Vidal faz uma carta para a empresa trazendo o Lula para dentro do sindicato.¹¹⁰

O depoimento de Frei Chico exposto acima demonstra a reorganização das forças sindicais em São Bernardo naquela nova eleição de 1972. Vidal havia rompido politicamente com Cruz, o qual já estava fora da vida sindical, bem como já tinha deixado claro o rumo que objetivava para o Sindicato. No entanto, Lula deixava pistas de que não desejava participar de uma nova chapa como diretor do Sindicato, por ocasião das eleições para nova diretoria em 1972. Assim, foi necessário que Vidal o convencesse a participar dessa nova gestão.

O futuro presidente da entidade não desejava participar dessa nova gestão por acreditar que sua maneira de trabalhar não era compatível com o que tinha visto até então. Ocorre que Vidal o convencera e, desta vez, Lula atuaria na sede do Sindicato, precisamente no departamento especializado em previdência social e fundo de garantia do órgão. Ali, mais uma vez, o sentimento de impotência em não poder ajudar os trabalhadores que o procuravam o perturba. Ainda assim, Lula coloca essa experiência como fundamental para que ganhasse apoio político junto a seus pares e a toda categoria:

No meu departamento passava muita gente. Passavam os aposentados, as viúvas, os caras que queriam orientação sobre o fundo de garantia (...). E eu tratava bem as pessoas, (...). Se eu tivesse uma cachacinha eu dava (...), senão dava um cafezinho.¹¹¹

À frente, nos deparamos com depoimento de Lula sobre o período em que trabalhou no Departamento Jurídico do Sindicato, neste podemos constatar novamente sua frustração em poder fazer apenas o mínimo:

E foi aqui no Departamento Jurídico do Sindicato que eu senti que realmente a classe trabalhadora está numa situação negra, está vivendo uma situação de desespero. Aparecia cada caso aí que eu dentro da Villares não imaginava que existisse dentro das outras empresas. Comecei a me deparar com o

¹¹⁰ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 156. Em passagem seguinte Lula contesta a versão de Frei Chico e coloca que ele não foi para o Sindicato assim que sua primeira esposa – Lurdes – faleceu, em 1971, mas sim, apenas no ano seguinte. Cf. *Ibid.*, p. 112.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 101.

problema da neurose existente dentro de uma grande empresa como Volkswagen, como Mercedes, como Ford. Comecei a atender trabalhador que perdia a esposa por não ter disposições de manter relações sexuais. (...). Comecei a conhecer trabalhadores que tinham vindo do interior (...), pensando encontrar o paraíso em São Bernardo.¹¹²

Esse sentimento de impotência, vivido nos tempos em que atuou como diretor, aliado ao que era visto até então nos embates jurídicos – principalmente os vividos em tempos de Campanha Salarial e suas constantes derrotas –, é que leva à virada política de Lula, bem como de parte da diretoria do Sindicato no rumo de um embate mais efetivo no que tange às reivindicações dos trabalhadores.

O período de três anos que tratamos neste espaço em específico, guarda em seu correr muito dos feitos em prol do que aqui chamamos de “virada”, bem como das escolhas políticas efetivadas depois delas. Nesse sentido, trata-se de um período bastante difícil de ser compreendido e, diante de tudo o que apontamos até aqui resta-nos destacar os principais passos no sentido de tal mudança e intervir na sua explicação quando necessário. Enumeramos: a mobilização da categoria em torno das Campanhas Salariais, desde a atuação da gestão Cruz nos grupos “antiarrocho” até, posteriormente, a atuação diante das denúncias do Dieese acerca dos números da inflação e da perda de salário do trabalhador. Essa mobilização deixou uma boa parte dos trabalhadores a postos para ações mais combativas, a ponto de colocar Vidal em apuros para “segurar” os trabalhadores – ação que o colocaria contra a categoria, ainda que nos anos seguintes tenha tido alguma influência na eleição de Lula como presidente do Sindicato e também em sua primeira gestão (1975-1978); a ruptura com as políticas de Vidal; e, finalmente, o impulso para medidas mais efetivas de mobilização dos trabalhadores engajados, aproveitando-se do embalo das mobilizações dos anos anteriores.

Porém, o último desafio dessa primeira fase do ciclo grevista de 1978-1980 era ganhar a confiança dos trabalhadores, desejosos de uma mobilização mais concreta, já que, nos últimos anos, tudo o que havia sido feito nesse sentido fora desencorajado pela direção. Assim, a greve na Scania em maio de 1978, é que acabou “dando” o pontapé inicial para a conquista do prestígio da diretoria com a ampla maioria da categoria em São Bernardo.

¹¹² RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 51.

O pleito que escolheria Lula como presidente do Sindicato pela primeira vez foi bastante movimentado. Um dos pontos destacados desse pleito era o quanto a base vinha pressionando o Sindicato por mudanças, haja vista todo o trabalho clandestino que estava sendo feito no interior das fábricas, muitas vezes à margem da direção sindical ou, até mesmo, sem o conhecimento desta. Nos dois primeiros tópicos demonstramos as condições de vida desse operariado e as condições a que os trabalhadores metalúrgicos eram submetidos, fosse nas montadoras multinacionais fosse nas pequenas fábricas da região. Neste tópico, buscamos demonstrar de como se deu o encontro dessa base, já em efervescência, com uma diretoria sindical que em alguns de seus setores ainda estava presa a práticas sindicais de conciliação, enquanto em outros estava disposta a mudar sua postura num sentido mais combativo.



Figura 2. Palestra com alguns membros do sindicato. Presentes na mesa, no centro, Paulo Vidal, à sua esquerda, Luís Inácio da Silva no começo de sua trajetória sindical.¹¹³

Aqui, apontaremos alguns números da eleição de 1975, que deu mandato à nova direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no fim de fevereiro, com o pleito ocorrendo nos dias 24, 25, 26 e 27. Os números são os seguintes:

¹¹³ OLIVA, Aloízio Mercadante. **Imagens da luta 1905 – 1985**. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

Neste ano apenas uma chapa se inscreve para a disputa da direção do Sindicato. A crítica ao atrelamento dos sindicatos ao Estado e a recuperação das perdas salariais seriam o tom da campanha eleitoral da vitoriosa Chapa Única, encabeçada por Lula. Foram 14608 votos válidos, com 14249 votos à chapa (97,5%).¹¹⁴

A seguir, os depoimentos de alguns diretores daquela gestão darão maior compreensão do que se passava no Sindicato no que tange a posicionamentos políticos e postura sindical. Citamos primeiramente Rubens Teodoro de Arruda, o “Rubão”:

Em 75, fui convidado pelo Paulo Vidal, (...), para ocupar o cargo de presidente no mandato seguinte. Eu respondi que tinha uma pessoa que eu gostaria que ocupasse o cargo (...). Então falei com o Lula (...). Depois de uma semana, ele me disse que aceitaria.¹¹⁵

A intenção de Vidal era escolher alguém próximo a ele. Como os três possíveis candidatos que ele havia considerado declinaram em favor de Lula – um deles foi o próprio Arruda “Rubão”, como explicitado no depoimento citado, o outro foi Nelson Campanholo e, por fim, Antenor Biolcatti (o qual citaremos a seguir em depoimento) –, Vidal não teve outra escolha e acabou apoiando Lula como candidato à presidência do Sindicato.

Lula conta a Paraná que sua escolha para concorrer ao cargo de presidente do Sindicato partiu de parte da diretoria daquela gestão – o depoimento de Arruda que citamos acima endossa tal afirmação – e complementa explicando que Vidal aceitou seu nome porque:

Ele tinha em mente o seguinte: eu tinha dificuldade de falar. O que se passou na cabeça dele é que ele me poderia botar na presidência do sindicato, mas era ele que iria presidir. Eu seria apenas a fachada. (...). O Paulo Vidal também pensava em colocar o Rubão na presidência. Mas aí nós fomos para uma reunião de diretoria e o pessoal achou que era eu quem deveria ser o presidente.¹¹⁶

¹¹⁴ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2696>. Acesso em: 1º fev. 2017.

¹¹⁵ Ibid., acesso em: 1º fev. 2017.

¹¹⁶ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 100.

No sentido de complementar tal afirmativa, principalmente no que tange ao argumento de desgaste do presidente, valem-nos do depoimento de outro diretor considerado para sucessão de Vidal, neste caso, Biolcatti:

A discussão estava entre o Rubens Teodoro, o Nelson Campanholo e eu. De imediato recusei, porque eu já era vereador em Santo André (...). O Rubens e o Nelson também não aceitaram. (...). O Paulo Vidal não queria o Lula como presidente, mas a posição política dele já estava bastante debilitada no interior do Sindicato para fazer valer suas opiniões.¹¹⁷



Figura 3. Lula recebe os cumprimentos do governador Paulo Egydio pela eleição como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.¹¹⁸

Ressalvamos apenas o trecho em que Biolcatti se refere à posição já debilitada de Vidal. Evidentemente, não se pode ignorar que era esse o caso, no entanto é preciso considerar o prestígio que o presidente ainda tinha, em muito devido a suas realizações na estrutura do Sindicato, e há que se considerar que ele fez parte da primeira gestão de Lula (1975-1978) como primeiro-secretário.

¹¹⁷ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2696>. Acesso em: 1º fev. 2017.

¹¹⁸ Ibid., acesso em: 08 fev. 2107.

Sobre a eleição de 1975 no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, é preciso destacar ainda uma última consideração de José Arcanjo de Araújo:

O processo eleitoral de 75 reflete a necessidade de mudar a direção que estava no Sindicato. Essa discussão já tinha aparecido no congresso de 74. A gente queria sangue novo, a gente não concordava mais com os companheiros que estavam fazendo o trabalho, entre eles o Paulo Vidal, (...). Um grupo de companheiros achava que Paulo Vidal não tinha que participar da chapa com o Lula na presidência, mas ele concorreu como secretário-geral.¹¹⁹

Araújo, com seu depoimento, enfatiza a polarização e o desgaste que ocorria entre os diretores Sindicato.



Figura 4. Ao centro, Paulo Vidal e o governador Paulo Egydio acompanhados por familiares dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.¹²⁰

¹¹⁹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2696>. Acesso em: 1º fev. 2017.

¹²⁰ Ibid., acesso em: 08 fev. 2017.

Necessariamente, os sentidos de mudança dentro do Sindicato já estavam apontados, basta ver o discurso em torno da campanha: “crítica ao atrelamento dos sindicatos ao Estado e a recuperação das perdas salariais” e, posteriormente, o próprio discurso de posse de Lula por ocasião daquele pleito. Neste, o recém-empossado presidente do Sindicato dos Metalúrgicos mostra grande influência do ideal católico de equilíbrio entre as duas forças políticas que dividiam o mundo, a saber: comunismo e capitalismo. Do discurso destacamos:

De um e outro lado o homem vai se tornando servo ou escravo das estruturas e dos sistemas econômicos e sociais. (...), queremos proclamar em alto e bom som, que as estruturas devem estar a serviço do homem. Que os donos do poder, em todo o mundo estão querendo provar o acerto de suas teorias com o sacrifício, e miséria, a submissão e a escravidão de milhões de criaturas humanas que constroem riquezas e não participam delas, que erguem palácios e moram em casebres, que constroem máquinas e motores sofisticados e andam a pé, que possibilitaram o progresso da ciência e o avanço tecnológico e morrem nas filas do INPS, que ergueram metrópoles e vivem em favelas.¹²¹

No que tange à parte administrativa, destacamos que a inovação proposta pela nova direção – ainda que bastante influenciada por Vidal – visava dar uma expressão diferente para a atuação sindical, de modo que a preferência pela assistência social daria lugar a um maior engajamento político dos trabalhadores. Um bom exemplo é que uma assembleia aprovou “a extinção do Posto de Abastecimento de Gêneros Alimentícios e a construção, no seu lugar, de uma escola profissional da categoria”.¹²² Da mesma forma, o departamento jurídico foi ampliado com a contratação de três advogados, entre eles Almir Pazzianoto Pinto, especialista na área de convenções e dissídios.

¹²¹ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 187. Discurso de Lula na posse da presidência do Sindicato em 1975. Como vimos nas imagens acima o governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio, estava presente à cerimônia de posse. O discurso foi composto por Maurício Soares, advogado do Sindicato e que também era bastante ligado à Igreja Católica na sua vertente mais progressista. Nesse sentido, não é de estranhar seu discurso pautado na crítica aos regimes econômicos rivais, bem como na valorização do homem enquanto pessoa humana e na sua relação com os poderes públicos. Sobre tal assunto: Cf. XXIII, João. **Encíclica Pacem in Terris**. A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade, 1963. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>.

Acesso em: 23 set. 2015.

¹²² ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 171.

No entanto, para melhor compreensão do que foi esse período de transição e, mais precisamente o movimento que denominamos como “virada do Sindicato”, é preciso analisar o que foram as Campanhas Salariais de 1975 – como sinalizado acima, de 1976 e, por fim, de 1977.

A Campanha Salarial de 1975 vai ter como frente dois pontos, a saber: preencher todos os requisitos legais para apresentação das reivindicações salariais do Sindicato à parte da Federação e mobilizar a categoria para que o quórum nas assembleias da campanha fosse suficiente. Nesse sentido, a seguinte ação foi tomada: “Na ocasião, o Sindicato espalha notícia dentro das fábricas de que ‘não daria mais assistência médica aos associados que não comparecessem à assembleia’”.¹²³ Na sequência, Bargas e Rainho enfatizam que mesmo os ativistas opositores a Vidal empenharam-se em trazer os trabalhadores para as assembleias daquela campanha. No entanto, mesmo considerando o sucesso em atrair os trabalhadores para as assembleias necessárias, mais uma vez o TRT estende o acordo geral com a Federação a São Bernardo.

Como resposta, o Sindicato entra com um pedido de Convenção Coletiva no qual encontram-se dez reivindicações de caráter social acerca das peculiaridades dos metalúrgicos em São Bernardo. Tal ação visava uma negociação direta com as empresas no que tangia às necessidades dos metalúrgicos. A DRT não aceitou o pedido formulado pelo Sindicato. A nova derrota foi avaliada da seguinte maneira pela diretoria de São Bernardo: “a grande vitória está caracterizada no reconhecimento do caráter independente dos Sindicatos. Levando em conta que não há exigência legal para os acordos salariais se processarem através da Federação”.¹²⁴

Ainda por ocasião da Campanha Salarial de 1975, depois de intenso trabalho nas bases, a assembleia requisitada para aquela campanha atinge o quórum exigido de 10000 trabalhadores presentes, o que foi considerado uma grande vitória. Durante a assembleia, Vidal fazia eloquente discurso sobre a meta alcançada e passando a palavra a Almir Pazzianoto Pinto, advogado do Sindicato presente na assembleia, afirma que a partir de então o dissídio da categoria estaria nas mãos de seus advogados e que estes encontrariam as soluções cabíveis. O advogado em seu discurso então responde que “não seria ele quem iria

¹²³ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 32.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 33.

conseguir resolver os problemas dos trabalhadores, suas conquistas deveriam ser obtidas por eles próprios”.¹²⁵

Lula também comenta o ocorrido a Paraná, destacando o mesmo clima de euforia com o quórum alcançando. No entanto, em seu depoimento, a insatisfação com a atitude de Vidal fica mais evidente:

E aí quando chega a hora do Paulo Vidal fazer o discurso que todo mundo esperava, dizer: “Porque agora nós vamos decretar a greve, papapá, (...)!” O Paulo Vidal pega o microfone e faz um discurso vaselina e fala o seguinte: “Agora vamos entregar na mão do nosso advogado Almir Pazzianotto Pinto”. (...). Aí ficou um clima ruim... O pessoal saiu do sindicato borocoxô. Vários diretores do sindicato me procuravam e falavam: “Esse Paulo Vidal sacaneou a gente. Pô, esse cara”. Então criou uma frustração, uma decepção muito grande.¹²⁶

Sobre o episódio, Bargas e Rainho colocam que o caso citado sobre o papel de Vidal, bem como o de Pinto, nessa assembleia foi alvo de comentários irônicos no Sindicato entre diretores e trabalhadores que o frequentavam, fato que remete à gradativa perda de representatividade de Vidal junto à categoria.

A Campanha Salarial de 1976 marca importante vitória da categoria no Tribunal Superior do Trabalho. Mas, antes de pontuarmos tal ocorrido, é preciso colocar que a campanha daquele ano teve início em janeiro. A ideia da direção era continuar com os passos traçados nos últimos seis anos: “A insistência na necessidade de atendimento às condições especiais existentes em nossa base territorial e de uma efetiva participação dos trabalhadores na produtividade das empresas, fruto do trabalho incansável dos seus colaboradores”.¹²⁷ Dessa forma, os argumentos em torno da campanha se repetiam e, do mesmo modo, os resultados também foram os mesmos: a Federação ignora São Bernardo e acerta o acordo isolando o Sindicato, isso com o aval do TRT. O diferencial desse ano é que a direção do Sindicato não aceitou a decisão do TRT e levou a causa para outras instâncias.

¹²⁵ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 33.

¹²⁶ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 118.

¹²⁷ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 176.

No TST a vitória veio em setembro. Aqui pontuamos as seguintes reivindicações alcançadas: “Salário-substituto; estabilidade para a mulher gestante até 60 dias após o término da licença maternidade; cômputo das horas extras habituais no 13º salário, nas férias e no descanso semanal remunerado”.

Após a vitória no TST, o Sindicato organiza o II Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Foram destacados sete pontos principais no II Congresso: 1 – aspectos salariais; 2 – horário de trabalho; 3 – férias e descanso semanal; 4 – garantia de emprego; 5 – condições de trabalho; 6 – garantias sindicais; 7 – outras reivindicações. Podemos notar que trata-se de pontos que vão amadurecer ao longo dos anos seguintes dentro das pautas trabalhistas no Brasil. Sobre isso, destacamos trecho referente ao segundo ponto: “Quanto à disciplina do horário de trabalho: redução da jornada para 40 horas semanais, com os sábados livres; fixação da jornada diária de 8 horas, com a prestação de um máximo de duas horas extras, e apenas em situações realmente excepcionais”.¹²⁸

Sobre a organização do II Congresso, Elias Stein afirma:

A preparação do Congresso de 76 foi uma surpresa para mim. (...) A participação no Congresso era espontânea, não havia eleição de delegados: o sujeito vinha aqui, participava das reuniões preparatórias e se inscrevia. As discussões eram bem concretas e giravam em torno da dificuldade do trabalhador se organizar dentro da fábrica, as limitações do Sindicato, as condições de trabalho.¹²⁹

Necessariamente, a descrição de como o II Congresso foi constituído nos mostra muito da forma de organização que o movimento paredista em São Bernardo teria nas greves do ciclo 1978-1980. É necessário ficar atento a frases como “não havia eleição de delegados”; “o sujeito vinha (...) participava das reuniões preparatórias e se inscrevia”, isso porque aqueles que participavam dos Congressos levavam suas teorias para as fábricas e discutiam com os colegas de trabalho, tornando-se assim “lideranças” reconhecidas. Lideranças essas que, arriscamos dizer, sustentaram a “Greve dos 41 dias” em 1980, já que vinham discutindo a questão sindical havia muito tempo.

¹²⁸ Resoluções do II Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cf. RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 204.

¹²⁹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=435>. Acesso em: 10 fev. 2017.

A conclusão da Resolução do II Congresso é cabal no que tange à bandeira levantada por São Bernardo desde 1970:

Em 1974, ao concluirmos a Declaração de São Bernardo do Campo, advertimos, nós trabalhadores metalúrgicos desta região, onde predominam as empresas modernas dos setores automobilístico, auto-peças, mecânicas e de metalúrgica, que para enfrentarmos com algumas possibilidades de sucesso a realidade em que vivemos, deveremos, dispor de outros instrumentais (...). Não temos dúvida de sustentar que a contratação coletiva é um desses instrumentos.¹³⁰

Podemos observar que o argumento das particularidades de São Bernardo é aqui novamente colocado para mobilizar a categoria, desta vez com o diferencial de o ponto ser exposto em Congresso que levaria as discussões pelas fábricas, acrescido da expansão da pauta que, como vimos acima, ia muito além da questão salarial. Em outro trecho do depoimento de Stein podemos confirmar o dado sobre as teses levantadas no II Congresso:

Como havia um dissídio que incluía várias cidades do interior, São Bernardo, com todo o seu parque industrial, era obrigado a ficar preso a uma legislação sindical que o considerava igual a qualquer Sindicato do interior do Estado. Quer dizer, os trabalhadores daqui eram obrigados a se sujeitar às condições de uma empresa pequena de qualquer cidade do interior.¹³¹

Assim, esse primeiro ciclo de preparação das bases, da própria diretoria do Sindicato e, principalmente, de construção de suas relações – nem sempre amistosas, mas bastantes frutíferas no sentido de organização da categoria e inovação do movimento sindical e operário brasileiro – estava para ser concluído, dando espaço para o seguinte – que seria o das greves.

De todo esse período, destacamos: o esforço do Sindicato em diferentes momentos, com intensidades e focos diversos na luta contra o arrocho salarial imposto pelo governo de exceção; a necessidade de desenvolver um argumento que atraísse o trabalhador para o Sindicato e de sustentar tal argumento; a ambiguidade em torno do posicionamento político

¹³⁰ Resoluções do II Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Cf. RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 206.

¹³¹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=435>. Acesso em: 10 fev. 2017.

dos diretores – haveria ali um grupo de esquerda pronto a superar um sindicalismo atrasado e de conciliação ou, ainda, um sindicalismo com ideias modernizadoras e voltado a promoção pessoal de seus diretores, mas que, ainda assim, brigava pelo estabelecido no contrato de trabalho? Afinal, o que esperar do Sindicato antes de 1978?

O uso das passagens expostas acima pode ser esclarecedor em alguns pontos no que tange a entender os frutos da dita mobilização do ciclo grevista de 1978-1980. O termo “virada sindical”, como vimos, não deve ser nem um pouco simplificado. Há que se ficar atento para o papel das lideranças sindicais em São Bernardo e Diadema após a intervenção que o órgão sofreu em 1964. Nesse sentido, a dificuldade de fontes é evidente. No entanto, em se considerando o depoimento de Frei Chico, temos na figura de Afonso Monteiro da Cruz um dirigente de esquerda que, apesar do engajamento na luta antiarrocho – na segunda metade dos anos 1960 –, se via de mãos atadas pelas imposições do regime de exceção que hora se fortalecia no Brasil. Por outro lado, o mesmo dirigente tinha grande dificuldade em lidar com os grupos de esquerda que, clandestinamente, atuavam politicamente nas fábricas da jurisdição de seu sindicato. Nomeadamente, o grupo mais ativo na região seria a AP. A pressão de tais grupos teria afastado Cruz da vida sindical, dando espaço a seu sucessor: Paulo Vidal.¹³²

Vidal, por sua vez, talvez possa ser considerado uma figura tão emblemática do mundo sindical quanto os líderes que o sucederiam a partir de 1977, estes já imiscuídos no contexto da “virada sindical”. O presidente do Sindicato entre os anos de 1969 a 1975 é reconhecido por seus pares diretores como alguém que inovou a gestão sindical, que tinha ideias pioneiras e era um ótimo administrador. Partiu dele, ou de seu grupo, a ideia de que São Bernardo era um polo destacado da metalurgia entre seus coirmãos voltados para tal atividade, muito devido a seu avanço tecnológico, e que, por isso, deveria receber a recompensa própria por sua contribuição ao desenvolvimento econômico do país. Ocorre que, no entanto, sua inovação se esgotava aí. Se não se pode cair no exagero de dizer que se tratava de um colaborador da repressão, há que se considerar seu papel no que tange a “segurar” o ímpeto grevista que crescia na categoria cada vez mais, à medida que o arrocho surtia seus efeitos no custo de vida. Podemos expor dois exemplos que ilustram isso mais afundo do que demonstramos até aqui. O primeiro é de um depoimento de Lula a Paraná:

¹³² PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 158.

Eu lembro de um episódio no final de 1973, em que um conjunto de trabalhadores da Ford me procurou querendo fazer greve. (...) e chamei o Paulo Vidal para conversar também. Eram uns dez trabalhadores da ferramentaria da Ford (...). E aí o Paulo Vidal começou a dar uma aula de tortura para eles.

O Paulo Vidal começou a falar que a lei proibia, (...). Que eles torturavam, (...). O cara volta para casa e fala: ‘Eu não vou fazer nada, vou ficar na minha!’¹³³

Na sequência, Abramo tece um comentário sobre esse mesmo contexto de explosão da categoria que é “paralisado” pelo Sindicato ou, colocando em outros termos, é desestimulado por parte da direção ainda bastante apegada aos trâmites legais. A falta de documentação sobre as lutas desse período é reveladora. Houve paralizações, diferentes tipos de resistência,¹³⁴ mobilizações com indicativo de greve, mas que, não tinham total apoio do Sindicato, haja vista o fato de a *Tribuna Metalúrgica* não dar cobertura a tais mobilizações: “A ausência de notícias na *Tribuna Metalúrgica* e a própria denominação dada (‘paralisações involuntárias’) na única referência que pode ser encontrada a respeito nas páginas do jornal indicam o distanciamento da diretoria do sindicato”.¹³⁵

A ascensão de Lula à presidência do Sindicato, bem como a “virada” política deste, não podem ser considerados sem levar em conta: a influência do irmão ligado ao PCB, Frei Chico; a experiência como diretor do Sindicato, atuando na fábrica e também na sede; e, não menos importante, a influência do próprio Vidal. Muito da dita ambiguidade política de Lula pode ser compreendida nessa sua fase de “formação”, isso porque se era visto com desconfiança por um lado, pelo outro não era diferente. Como o próprio diz, seu diferencial foi ter a capacidade de conversar com os diferentes lados em jogo:

Quando o pessoal da oposição soube que eu ia encabeçar a chapa, embora o pessoal não tenha disputado, (...). Eu tinha uma boa relação com todo pessoal da chamada ‘esquerda’. A esquerda era a oposição ligada ao ‘Partidão’, ao PCdoB, à AP.¹³⁶

¹³³ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 115-116.

¹³⁴ FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979.

¹³⁵ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 167.

¹³⁶ PARANÁ, op. cit., p. 101.

Essa citada “boa relação” com a esquerda, vai ter consequências futuras para a formação do PT ou, melhor dizendo, a capacidade de conversar com diferentes polos políticos vai ser fundamental para o que viria ser o PT: vários grupos políticos vindos da resistência ao regime. Essa iniciativa de rejeitar tanto o socialismo real, espelhado nos regimes autoritários do leste europeu, bem como o capitalismo predatório, que mostrava sua crueza nas próprias relações do sindicato que dirigia, tentado negociar com patrões e governo melhores condições para sua base sindical, teria influência do catolicismo progressista presente no ABCD, por exemplo, por meio das Pastorais Operárias?

Por hora, fechamos esse tema com uma consideração de Lula sobre essa fase preparatória para a mudança que viria a partir de 1977:

2.2 Um novo ator no cenário político se fez nas greves

A Campanha Salarial de 1977 não difere em muitos pontos das campanhas anteriores. No entanto, suas particularidades merecem ser destacadas precisamente pela diferença de postura do Sindicato, em primeiro lugar, ante as já esperadas negativas da Justiça do Trabalho, que sempre reiterava o decidido pelo governo no que se referia à política salarial;¹³⁷ em segundo lugar, pelo entendimento de que os empregadores negociariam apenas com a Federação, órgão o qual vimos anteriormente, apenas reiterava o índice colocado pelo Governo sem nem ao menos fazer uma contraproposta, ignorando completamente o apelo do Sindicato em negociar em separado. Portanto, a Campanha Salarial desse ano se concentrou na reivindicação do reajuste superior ao índice oficial e no chamado “salário-substituto”. Porém, é preciso destacar que uma nova negativa do governo exporia aos trabalhadores a parcialidade deste em situações de negociação com os empregadores: afinal, ao menos desde a Campanha Salarial de 1970, os resultados das campanhas eram os mesmos; e a denúncia do Sindicato acerca de tal constatação se intensificava nos últimos anos.

No que tange à esperada decisão do governo, da Justiça e dos patrões – cada qual com suas respectivas responsabilidades relativas ao tema – acerca das reivindicações da Campanha Salarial de 1977, foi ditada a seguinte decisão: os empregadores se recusaram a negociar com

¹³⁷ Lembramos que a política salarial era imposta pelo governo desde meados dos anos 1960, possivelmente tratava-se de uma tentativa de controle da inflação.

o Sindicato em separado da Federação e o índice de reajuste estabelecido pelo TRT foi de 40%, isso descontando todos os aumentos durante a vigência do acordo anterior.

A sentença do Tribunal, no entanto, havia sido promulgada sem que fosse conhecido o índice oficial do Governo, que acabou sendo esse mesmo. Outras instituições, porém, chegaram a índices diferentes, todos eles superiores ao oficial: 50% (Dieese), 49% (Fipe) e 45% (FGV).¹³⁸

Mediante tal sentença, o Sindicato recorre ao TST contra decisão imposta pelo TRT é derrotado, tendo, assim, o índice imposto pelo governo à Federação como o estabelecido para aquele ano.

Paralelamente aos últimos passos da citada Campanha, foi divulgada por algumas empresas do ramo de automóveis a alegação de crise no setor automobilístico. Tal alegação era argumentada principalmente pela Ford do Brasil S/A, a qual enviou comunicado ao SMSBCD argumentando que a crise no setor devia-se à desaceleração de vendas verificada no período. Fazendo uso dessa alegação a multinacional demitiria por volta de 500 operários. Com isso, a montadora norte-americana procurava pressionar o SMSBCD no sentido de que as exigências dela fossem atendidas. Bargas e Rainho colocam que a principal requisição da Ford do Brasil S/A “era reduzir a semana de trabalho para 4 dias com a conseqüente redução na remuneração dos trabalhadores, com o objetivo por ela alegado de ‘evitar dispensas em massa e o desemprego’”.¹³⁹

O Sindicato, por sua vez, defendia que não havia crise no setor e que a rotatividade no trabalho era fruto de manobra dos patrões. Sobre isso, Margaret Keck em seu trabalho *A lógica da diferença* comenta como se dava a alegada manobra empregada pelas montadoras da região: “a pressão financeira das matrizes sobre os gerentes de fábrica forçava-os a manter um índice extraordinariamente alto de rotatividade da mão de obra para conservar um piso salarial baixo”.¹⁴⁰ A rotatividade de emprego nas metalúrgicas era possível porque a maioria dos trabalhos executados nas grandes montadoras não exigia uma especificação complexa,

¹³⁸ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 185.

¹³⁹ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 36.

¹⁴⁰ KECK, Margaret. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991. p. 64.

bastando ao operário alguma experiência na atividade, o que as outras metalúrgicas da região, como as fábricas especializadas em autopeças, apenas para citar um exemplo, ofereciam com facilidade. Uma vez que chegavam às grandes fábricas, não é demais lembrar, os trabalhadores sofriam pressões de diversos tipos, a rotatividade no trabalho era uma delas e servia de ameaça aos trabalhadores para que produzissem num ritmo cada vez mais extenuante e também para que se dispusessem a cumprir horas extras. E é precisamente aqui que é possível compreender a ênfase em torno da reivindicação do salário-substituto na Campanha Salarial de 1977.

O salário-substituto nada mais era do que empregar um novo trabalhador com o mesmo salário do operário demitido – lembramos passagem do primeiro capítulo, onde expusemos como se dava a contratação de novos trabalhadores pelas empresas da região, principalmente pelas multinacionais do setor de montagem de autos. Nesse sentido, o órgão de representação dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema defendia que a solução para o maior problema da categoria naquele momento era necessariamente o salário-substituto, reivindicação já conquistada em 1976 pelos trabalhadores em decisão do TST, mas que, até então, não havia sido implantada pelos empregadores. Por isso, tal pauta foi novamente apresentada na Campanha Salarial de 1977.

Diante da decisão do Sindicato de não aceitar sua proposta, a Ford do Brasil S/A demite 500 funcionários. No entanto, o Sindicato foi rápido em sua resposta e requereu uma pesquisa junto ao DIEESE, sobre como ficaria a situação daqueles trabalhadores após a decisão da montadora. Bargas e Rainho colocam:

Como era de se esperar, esta pesquisa, cujos resultados foram publicados a 23 de junho de 1977, desmentiu o noticiário dos jornais sobre a reabsorção rápida dos trabalhadores demitidos, bem como sobre a obtenção de colocações com melhor nível de remuneração.¹⁴¹

Com o relatório do DIEESE sobre as alegações e ultimato da montadora norte-americana em mãos, a diretoria do Sindicato passou a discutir o melhor caminho a ser tomado. Um primeiro olhar sobre a questão pode passar uma impressão de exagero sobre a

¹⁴¹ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 38.

importância da questão levantada, mas a própria literatura referente ao caso afirma que esta seria a polêmica que afastaria definitivamente Lula da influência de Vidal, impulsionando, assim uma mudança nos quadros da diretoria, visto que no ano seguinte (1978) seriam realizadas novas eleições para os cargos de diretores do Sindicato. Não para menos, as diferenças entre as formas de entender a política sindical do presidente anterior do então presidente do Sindicato, aparece nos primeiros meses da administração. No entanto, estas seriam percebidas aos poucos, sendo o caso da Ford do Brasil S/A o fator determinante para tal. Em depoimento a Paraná, Lula conta como se deu o caso que o afastou da influência das ideias de Vidal:

Sabe quando eu comecei a brigar com o Paulo Vidal? Uma vez teve um problema na Ford. (...). A Ford queria que nós fizéssemos uma assembléia dentro da empresa para deliberar sobre o assunto. E eu achei que não era possível fazer assembléia dentro da empresa porque você ia submeter os trabalhadores às pressões da chefia. E fui para a imprensa dizendo que o sindicato não ia convocar a assembléia. E o Paulo Vidal foi para a imprensa dizendo que o sindicato ia convocar a assembléia.¹⁴²

O conflito entre gerações é o primeiro fator que poderíamos referir no caso descrito. No entanto, em diferentes passagens do presente trabalho, buscamos demonstrar ações de Vidal no sentido de se posicionar contra decisões da diretoria que acenassem oposição ou enfrentamento ao governo.¹⁴³ Outro fator bastante importante foi a intenção de Lula de se afastar da influência Vidal devido à experiência que este tinha no comando do Sindicato, querendo ou não, tal característica ameaçava a autoridade de Lula como presidente em exercício no cargo.¹⁴⁴

Os eventos descritos acima, principalmente a Campanha Salarial de 1977, irão credenciar a diretoria de Lula ante a base da categoria que agora reconhecia no Sindicato uma

¹⁴² PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 103-104.

¹⁴³ Uma importante passagem nesse sentido se dá na Campanha Salarial de 1975. Naquela ocasião toda a categoria estava mobilizada para uma possível greve. No entanto, em assembleia que decidiria a questão, Vidal é apontado como responsável pela desmobilização devido a uma fala em que transfere a responsabilidade pelo movimento a partir daquela assembleia aos advogados do Sindicato. Cf. *Ibid.*, p. 118.

¹⁴⁴ Lula, em depoimento a Paraná, coloca claramente o incômodo não apenas com algumas posições de seu antecessor, mas também a ameaça que este representava por sua experiência como presidente do Sindicato e desenvoltura para falar em público: “Era muito difícil ser presidente do sindicato com o Paulo Vidal na secretaria-geral. Era como se você fosse usar a camisa, fosse entrar no lugar do Pelé, e o Pelé com boa forma física e técnica estivesse no banco de reservas. O Paulo Vidal era muito mais preparado. Então nós tivemos um primeiro ano muito difícil de relacionamento. Não relacionamento pessoa, mas relacionamento político. Às vezes ele dava declarações dizendo uma coisa e eu dava declarações dizendo outra”. Cf. *Ibid.*, p. 117-118.

entidade que defendia seus direitos. Evidentemente, há que se relativizar tal informação. No entanto, o clima para a mobilização dos trabalhadores parecia propício: o Sindicato, a partir de 1976, passou a intensificar sua presença nas portas de fábricas, aumentando inclusive a tiragem da *Tribuna Metalúrgica*, bem como o grau de crítica ao governo e à sua política salarial, fator que pode ser constatado na mobilização descrita acerca da citada campanha e do confronto com a Ford do Brasil S/A. Sobre tal ponto – a intensificação das ações sindicais – Abramo afirma:

Na Tribuna Metalúrgica esses problemas foram bastante discutidos. O jornal publica uma reportagem sobre os vinte anos da indústria automobilística, mostrando que ela não mais oferecia aos trabalhadores as mesmas vantagens que no momento de sua implantação no país. Outras questões começam a ser discutidas mais a fundo: o desemprego (a partir do problema da Ford), as horas extras e a situação da mulher metalúrgica, que dará origem à proposta de realização de um congresso específico, a ser concretizado em fevereiro de 1978.¹⁴⁵

Noutras palavras, os dirigentes sindicais buscavam demonstrar para o “trabalhador comum” – aquele que não havia participado das Campanhas Salariais, dos congressos da categoria, ou dos grupos de mobilização clandestinos no interior das fábricas, apenas para citar alguns exemplos – que, se o reajuste não acontecia, a responsabilidade por essa perda era também do trabalhador.

É interessante notar que o argumento da direção do Sindicato, que responsabiliza também o trabalhador comum pelos resultados alcançados pela instituição, vinha de bastante tempo. Para ser mais preciso, o desenvolvimento desse argumento tem início ainda na gestão Vidal, e a campanha nesse sentido cobrava maior participação do trabalhador no Sindicato. Na dissertação de Rodrigues, observamos o esforço da autora para tratar a trajetória de luta dentro das diferentes gestões do Sindicato, desde a gestão de Cruz – a qual substitui o interventor Clemiltre Guedes da Silva, nomeado pelo regime de exceção assim que este assume o poder – até a gestão de Lula. Ora, por que voltamos a esse tema? Precisamente por entendermos que, até certa medida, houve uma efetiva influência de algumas das ideias da gestão de Vidal nas gestões que o sucederam – como é sugerido nas linhas acima.

¹⁴⁵ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Unicamp, 1999. p. 184.

Nesse sentido, citamos o trabalho de Rodrigues para lembrar outra concepção da gestão de Vidal aproveitada nas gestões de Lula: o entendimento de que era preciso atrair o trabalhador para o Sindicato, integrando-o como parte própria do bom funcionamento do órgão que o representava. O artigo escrito pelo próprio Vidal na *Tribuna Metalúrgica* nesse sentido é categórico:

Você já pensou seriamente sobre o que é o sindicato?

Qual é sua opinião? Será que o sindicato é o prédio de sua sede? Será que o sindicato é apenas sua diretoria?

(...) podemos dizer, sem medo de errar, que o sindicato somos todos nós.

O sindicato é você prezado companheiro. O sindicato é a união dos trabalhadores.

Por esta razão, o sindicato é aquilo que forem seus associados.

Dizer que o sindicato não presta, é o mesmo que dizer que você não presta.¹⁴⁶

Assim, com a concepção de que era preciso atrair o trabalhador para participar e interagir com o Sindicato, é que ainda no ano de 1977, no mês de agosto, tem início a “Campanha pela Reposição Salarial dos 34,1%”. Tal tema ganhou repercussão nos meios sindicais e operários devido a uma nota do jornal *Gazeta Mercantil* de agosto de 1977, a qual informava:

A inflação verificada no Brasil em 1973, segundo relatório do Banco Mundial, teria sido de 23,5% e não de 15,4% como anunciou na época, o ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen. Em seguida, continua a nota da *Gazeta Mercantil*, o ministro teria reconhecido a distorção, chegando até a sugerir algumas medidas para corrigir a manipulação, mas o governo federal as ignoraria por completo.¹⁴⁷

¹⁴⁶ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos – (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 20.

¹⁴⁷ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=195>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Diante de tal conjuntura, não havia alternativa para a diretoria do Sindicato a não ser denunciar o quadro exposto no citado jornal. A partir de agosto daquele ano, são convocadas assembleias com o fim de denunciar a maquiagem do governo nos números acerca da inflação. Bargas e Rainho tratam que na assembleia de

19 de agosto de 1977, (...), uma Comissão de Salários, composta por 36 trabalhadores, foi formada para discutir os rumos a serem tomados na reivindicação, e o Sindicato incumbiu-se de imprimir e distribuir (...) 80 mil boletins nas fábricas.¹⁴⁸

Os boletins destacavam o convite para uma nova assembleia no dia 02 de setembro de 1977.

A citada assembleia reuniu na sede do Sindicato cerca de 3.000 trabalhadores. Muitos deles fizeram uso da palavra com duras críticas contra a política salarial do governo e contra os já repetidos discursos com as casuais desculpas para o não atendimento das reivindicações salariais dos trabalhadores. Ocorre que o impacto da denúncia acerca do índice fraudado não repercutiu apenas em São Bernardo, e as campanhas denunciando a manobra foram repetidas por outros sindicatos de diversas regiões do estado de São Paulo. As manifestações foram tão fortes, que segundo Bargas e Rainho, o governo sentiu a necessidade de receber representantes das entidades sindicais:

No dia 6 de setembro de 1977, quatro ministros de Estado receberam em Brasília os representantes de quatro entidades sindicais e do DIEESE para tratar, entre outros assuntos, da reposição salarial. A resposta do Governo foi uma só: **Não**.¹⁴⁹

Com tudo isto, é desnecessário dizer que as tentativas de negociação em separado com os empregadores malograram, isso porque a Delegacia Regional do Trabalho não aceitou convocar uma reunião conjunta entre os sindicatos metalúrgicos de Santos, Santo André e São

¹⁴⁸ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 40.

¹⁴⁹ Ibid., p. 41. Grifo do autor.

Bernardo do Campo e a tentativa do último de negociar diretamente com os patrões foi igualmente rechaçada.

Sobre esse último ponto cabe destacar que o lado positivo da Campanha pela Reposição Salarial foi aglomerar frentes de reivindicação que estavam dispersas. O primeiro exemplo foi destacado acima, com a nota conjunta dos presidentes dos sindicatos: Lula representando São Bernardo; Benedito Marcílio representando Santo André; e Arnaldo Gonçalves representando Santos e região. A partir desse primeiro contato os órgãos de representação dos trabalhadores, gradativamente, passariam a trabalhar em conjunto. No que tange à dita “aglomeração das frentes de lutas operárias e sindicais” em São Bernardo e Diadema, o depoimento de Osvaldo Martines Bargas é elucidativo:

A campanha acabou se esvaziando, mas o saldo foi positivo por ter conseguido despertar nos trabalhadores o interesse pela participação no sindicato. E fez também com que outros sindicatos, outras categorias, procurassem se mobilizar em torno das suas reivindicações. No ABC, em São Bernardo, foi importante, porque os militantes de uma fábrica passaram a conhecer os militantes de outras o que foi criando as condições para que acontecesse as greves que deram início em maio de 1978. A campanha dos 34,1% foi o grande marco do sindicalismo brasileiro, precipitando o surgimento do chamado novo sindicalismo e a figura do Lula.¹⁵⁰

A fala de Bargas aponta que o esvaziamento da campanha e sua derrota devido ao não alcance das reivindicações propostas não lograram uma derrota na confiança dos personagens que dela participaram. Mas por que é preciso ressaltar tal constatação? Precisamente por dar lugar à aproximação dos diversos grupos em torno de uma causa que agora viam como justa: a reposição salarial com vistas a superar a carestia de vida. Aqui é preciso entender a aproximação, num plano, dos dirigentes sindicais e, em outro, dos próprios trabalhadores entre eles mesmos, os quais “passaram a conhecer os militantes de outras” fábricas. Com isso, podemos inferir que a campanha em torno da reposição salarial dos 34,1% foi a gênese para a compreensão de sindicalistas e operários de que era preciso um maior enfoque na luta pela conquista de suas reivindicações.

O depoimento de Lula a Paraná é categórico nesse sentido, ao menos no que tange à posição de um sindicalista frente à necessidade que sentia de mobilizar sua categoria,

¹⁵⁰ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=195>. Acesso em: 13 mar. 2017.

considerando as restrições impostas pela lei 4.330 de 1º de junho de 1964 – também conhecida como lei antigreve –, apenas para citar um exemplo:

O Paulo Vidal, o Marcílio de Santo André e outros disseram que eu estava maluco de levar adiante a campanha, que isso era um engodo, que poderia ser visto como demagogia, (...). Foi engraçado, porque cada assembléia que a gente fazia era maior que a outra. A gente tinha que tentar (...) uma ação na Justiça ou qualquer coisa. Não tinha muito o que fazer do ponto de vista político.¹⁵¹

Nessa primeira parte destacamos o debate entre os líderes sindicais a respeito de se convocar uma campanha desse porte contra o governo, ou seja, com uma denúncia tão grave. A seguir, destacamos a fala do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema no sentido de ele colocar como entendia a repressão contra o movimento operário e as restrições que os dirigentes sindicais tinham de enfrentar caso descumprissem as leis vigentes nesse campo.

Não sei se fomos mais corajosos. É que nós tínhamos uma vantagem, porque nós éramos uma diretoria mais nova e a gente ainda não tinha passado pelo massacre que o pessoal passou em 1964 e 1968. Muitas vezes as pessoas me orientavam para dar uma estudada na lei de imprensa. E eu falava: “Não. Se eu for fazer apenas o que diz a lei eu não vou fazer nada. (...)”.

Eles falavam que era preciso conhecer a Lei de Greve. Eu preferia não conhecer. Porque, se você começasse a conhecer e fazer apenas o que era permitido, aí você faria um sindicato comum. Você não faria nada.¹⁵²

Imbuídos do sentimento de que era preciso um enfrentamento mais efetivo para que alcançassem algum ganho, os diretores do Sindicato passaram a frequentar mais as portas das fábricas, na tentativa de mobilizar os trabalhadores ainda receosos quanto à efetividade dessas lutas e também os desconfiados de que a direção do Sindicato estava realmente ativa no sentido de empreender qualquer luta que fosse fora do campo jurídico. Aqui, o mote do convencimento é imprescindível para a compreensão da necessidade de atrair mais trabalhadores da base para a luta. Isso porque, nessa fase entre a campanha de reposição

¹⁵¹ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 120.

¹⁵² *Ibid.*, p. 120.

salarial e a Campanha Salarial de 1978, devemos considerar três pontos importantes para que a largada da onda grevista em maio de 1978 fosse possível. A primeira tratamos de forma pormenorizada nas linhas acima. Rodrigues enfatiza esse primeiro ponto destacando uma entrevista de Lula que ratifica enfaticamente a disposição de denunciar o desfalque dos 34,1%, vejamos:

A campanha pela reposição representa, antes de mais nada, uma briga que o movimento sindical precisa assumir (...).

Quando nos começamos a campanha dos 34%, tínhamos certeza de que ela traria, também, uma abertura para o movimento sindical. E essa campanha, pelo menos para São Bernardo, não vai parar já. Isso será uma bandeira de luta, que vai servir pelo menos de lição. Quando surgir um novo metalúrgico, ele vai ter atravessado na garganta que, no ano de 73, seu pai foi roubado em 34%. (...).

É uma briga, (...). O mínimo que nós podemos fazer é conscientizar o trabalhador, de que ele tem que medir força com a classe patronal para reaver os 34%.¹⁵³

O segundo ponto está diretamente ligado às ações dos trabalhadores nas fábricas. Ao longo de todo primeiro tópico do presente capítulo, visamos demonstrar como o trabalhador resistia e buscava empreender formas de paralisações setoriais ou por fábricas, assim, apenas para citar um exemplo, os trabalhadores da Ford do Brasil S/A empreendiam lutas efetivas e estavam bem organizados; já os da Volkswagen não tinham o mesmo dispositivo de luta, a princípio pelas dimensões da planta da fábrica em São Bernardo – à época, podemos inferir que a multinacional alemã contava com ao menos 38 mil trabalhadores na fábrica de São Bernardo do Campo –, outro fator para tal desmobilização era a forte vigilância que a empresa impunha a seus funcionários, impedindo qualquer mobilização mais efetiva e que não fosse setorial.

No contexto que tem início a Campanha Salarial de 1978 é que se desenvolve o terceiro ponto que aventamos acima. Trata-se do encontro entre as duas frentes de luta que expusemos ao longo do presente trabalho, são elas: uma sindical e a outra operária. Aqui cabe uma explanação acerca desses personagens: temos num primeiro plano os dirigentes sindicais,

¹⁵³ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 55.

os quais seguem seus embates pelo meio jurídico e através das campanhas salariais contra a política salarial imposta pelo governo. Tais denúncias se acentuam com a percepção da inutilidade das ações empreendidas nos meios jurídicos, fator que leva essa frente sindical, por assim dizer, a uma tomada de posição de maior enfrentamento, que vai culminar na campanha de denúncia dos 34,1%. Num outro plano, destacamos a composição que daria lugar aos ativistas que atuavam nas fábricas. Sua delimitação é bastante difícil, haja vista o tamanho do parque metalúrgico em Diadema e São Bernardo. No entanto, podemos inferir que sua atuação com a direção do Sindicato, ao mesmo tempo que foi conflituosa trouxe bons frutos para o que viria a constituir o ciclo grevista de 1978-1980. E, por fim, os trabalhadores da base, personagens que se por um lado podemos colocar enquanto partícipes efetivos das lutas empregadas apenas a partir das greves do citado ciclo, por outro lado podemos também enfatizar sua ferrenha resistência colocada de forma efetiva em ações, distintas do Sindicato, dentro das fábricas¹⁵⁴ nos anos que precederam o acirramento iniciado a partir de 1977.

Ainda sobre a Campanha Salarial de 1978, a qual ficou conhecida como “Campanha da denúncia do dissídio coletivo” –, diretoria do Sindicato planejou uma forma de demonstrar aos trabalhadores a ineficácia de fiar nas campanhas a prerrogativa de possibilidade de qualquer aumento além do ditado pelo governo. Com isso a diretoria objetivava explicar aos trabalhadores que os dissídios coletivos eram uma fraude em que as cartas do jogo já estavam marcadas.

Sobre este ponto em particular, Lula comenta:

Era preciso fazermos alguma coisa, (...). O Geisel decretava reajuste para as categorias todos os meses, por exemplo, as que têm data-base em abril receberiam um determinado reajuste e as categorias com data-base em maio receberiam outro índice de reajuste salarial. Então, a gente queria mostrar para os trabalhadores: “olha se a gente fizer assembléia com 50 mil pessoas ou fizer com um trabalhador, tem o mesmo sentido”. E por que? “Porque é o presidente quem decreta”. E disse para meus companheiros que nós tínhamos que provar isso aos trabalhadores. Dizia: “nós vamos fazer uma campanha sem pauta de reivindicação”. (...). Quando chega no dia 1º de maio o Geisel decreta: “vai vir um índice xis de reajuste”. Ai nós começamos a ir em porta de fábrica e dizer: “olha, a gente falou que isso ia acontecer. Agora, se vocês quiserem um pouco mais tem que fazer um pouco mais”.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Cf. FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979.

¹⁵⁵ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=34>. Acesso em: 13 mar. 2017.

A fala de Lula reitera o postulado acerca da pouca efetividade das campanhas em torno do dissídio coletivo. Como temos colocado insistentemente, a política salarial era determinada pelo governo, portanto as campanhas salariais objetivavam a tentativa de ganhar algo a mais. Além disso, o que ocorria era que as diferentes instâncias da Justiça do Trabalho endossavam o índice ditado pelo presidente – nesse caso Lula citou Geisel, mas, como vimos, tal prática vinha desde meados dos anos 1960 – e os empregadores se viam no direito de não abrir negociações em separado, uma vez que o governo já havia ditado os números. Porém, como ressaltou o presidente do Sindicato, a campanha daquele ano propunha não incluir índice de reajuste algum em suas reivindicações, com isso visava-se demonstrar que o índice que viria já estava determinado. “Aí nós começamos a ir em porta de fábrica e dizer: ‘olha, a gente falou que isso ia acontecer’”.

Expedito Soares Batista explica uma das formas de convencimento empregadas pelos dirigentes sindicais nas portas das fábricas junto dos trabalhadores acerca da necessidade de participarem mais ativamente dos debates e lutas empregadas até então. Isso ocorreu antes do anúncio do presidente Geisel, com os números do reajuste para os metalúrgicos. Se, de um lado, demonstramos acima, era preciso convencer os próprios dirigentes a encamparem a luta de denúncia pela reposição salarial (1977) e depois a denúncia do dissídio coletivo; por outro, os trabalhadores, mesmo com motivos de sobra para se resguardarem de qualquer movimento mais brusco contra o regime político, viam-se pressionados econômica e politicamente para empregarem ações mais efetivas, como uma greve, por exemplo. Vejamos o depoimento de Batista:

Na época da campanha salarial de 1978, estava tendo em São Paulo, na São João, passeata de estudantes, e eles enfrentavam, chutavam a boca dos cachorros do Erasmo Dias, secretário de segurança. A gente ia na porta da fábrica e provocava os metalúrgicos: “Pô, você não é homem de ir pra luta, de fazer uma greve; estudante que é macho, tá lá chutando a boca de cachorro (...), quando ele foi à luta, estava firme como pedra. Então, trabalhamos muito esse lado, além de estar politizando com a Tribuna.¹⁵⁶

Colocamos acima que o trabalhador se via pressionado “econômica e politicamente” para agir, manifestar-se e empregar algum tipo de luta. No que tange ao campo econômico, sabemos da pressão que se abatia sobre os trabalhadores em geral, primeiro devido à falta de

¹⁵⁶ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=34>. Acesso em: 13 mar. 2017.

estabilidade no emprego e, principalmente, pela pressão do aumento do custo de vida – sem dúvida, havia este forte elemento, mas por que inferimos uma pressão política? Ocorre que o momento político parecia propício à mobilização de grupos políticos, que passaram a ser conhecidos como próprios à organização da sociedade civil, alocados em associações de bairro e movimentos contra a carestia, apenas para citar alguns. Começavam a se organizar em diferentes grupos de pressão popular, o depoimento de Batista mostrou a influência que outros movimentos populares – nesse caso, o enfrentamento dos estudantes contra as forças de repressão – tiveram na decisão dos metalúrgicos em se mobilizar como faziam tais movimentos, porém esse convencimento foi um pouco lento: aguardava-se ainda o índice de aumento que viria com o anúncio do presidente Geisel.

No período entre as campanhas que citamos e o primeiro sinal de greve em São Bernardo do Campo estava prevista a realização de eleições que dariam sufrágio a uma nova diretoria do Sindicato. Nesse pleito é decidido que Lula irá encabeçar novamente a chapa, no entanto o dirigente decide que 14 membros da diretoria seriam trocados, inaugurando, assim, um período de mudanças pretendidas desde a compreensão de que eram necessárias ações mais efetivas no que tangia à mobilização dos trabalhadores de sua base.

Ainda sobre o pleito que elegeria a nova diretoria do SMSBCD em 1978, destacamos novo depoimento de Expedito Soares Batista. Nele o dirigente comenta o estranhamento dos membros da chapa acerca da decisão de Lula em substituir boa parte do grupo que formara sua primeira gestão, mas que, ainda com a surpresa, tal decisão foi aceita sem maiores resistências, haja vista o apoio que o dirigente vinha conquistando devido à postura nas últimas campanhas salariais e também ao momento político propício para que tais posturas fossem endossadas:

Foi quando eu e outros companheiros entramos na direção. Entre as pessoas que permaneceram com o Lula estavam o Devanir Ribeiro, Djalma Bom, Severino, entre outros. Até aquele momento, eu e alguns companheiros pensávamos que a diretoria estivesse rachando, afinal saíram 14. (...). Num momento o Lula falou: “Não vou substituir, vou trazer novos dirigentes”. Eles ficaram um pouco surpreendidos e nem fizeram oposição.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2704>. Acesso em: 14 mar. 2017.

As palavras de Batista, ainda que de forma resumida, tratam o contexto das eleições de 1978 para sufragar a nova direção do Sindicato de forma precisa. Naquele momento havia duas frentes em que se concentrar durante o pleito eleitoral: neutralizar a influência de Vidal definitivamente e atrair para junto da nova diretoria as oposições organizadas nos grupos e partidos mais radicais que atuavam nas fábricas. O primeiro ponto era importante para evitar que as concepções de atuação sindical que Vidal defendia desmobilizassem as lutas que se iniciavam, o segundo ponto já estava em andamento, no entanto só se consolidaria durante as greves ao longo do ano e finalmente no III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos.

Aqui, apontamos essa questão devido a uma declaração de Lula sobre como sua chapa e ele mesmo conseguiram apoio de setores mais radicais dos grupos políticos que atuavam no “mundo do trabalho”. Setores estes ligados à resistência ao regime militar, vindos dos meios estudantis e ligados a partidos de esquerda impedidos pelo regime de exceção de atuar legalmente.

O Paulo Vidal era bom porque era um grande orador. Eu tinha dificuldade de falar. Então o Paulo Vidal ia para o embate com esses caras. Depois outros diretores começaram a falar, aí se criou um leque de opções para brigar. Mas essa oposição logo, logo deixou de ser oposição. (...).

Aí, para fazer discurso para esculhambar o governo, éramos nós que fazíamos. Não precisava mais de oposição para dizer que a diretoria era pelega, porque nós fazíamos de tudo. A gente ia para fábrica com carro de som e convocava assembleia. Nós éramos imbatíveis no esquerdismo. Então a oposição passou a ter uma política legal com a gente, uma política de convivência. Eu respeitava muito eles. No tempo do Paulo Vidal os caras ficavam marginalizados no saguão do sindicato.¹⁵⁸

A primeira parte da fala de Lula diz respeito ao seu primeiro mandato na presidência do Sindicato, quando Vidal ainda tinha muita força dentro da diretoria. O próprio Lula ressalta isso quando coloca que o “Vidal era um bom orador” e “ele ia para o embate com os caras”. Ocorre que, como mostramos acima, Vidal foi aos poucos perdendo espaço dentro da diretoria e o momento político do país, colocando de forma bastante simplificada, foi ficando favorável para uma oposição mais incisiva também no meio operário, permitindo à nova direção do Sindicato tomar posturas como a “denúncia do dissídio coletivo” e, dessa forma, aproximar-se do que Lula chama de oposição.

¹⁵⁸ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 104-105.

Um fator preponderante para a compreensão de como estava a temperatura dentro das fábricas, no que tange à vontade pelo embate que vigorava no meio metalúrgico em São Bernardo e Diadema, era precisamente como seria seu estopim. Como vimos acima, havia todo um trabalho para que esse “momento”, ou melhor, movimento chegasse a seu objetivo, que era deflagrar uma paralisação ou mesmo uma greve. No entanto, havia uma dúvida no interior do Sindicato: segundo a legislação da época, qualquer suspeita de que o órgão de representação dos trabalhadores estava organizando uma greve seria motivo para uma intervenção no sindicato e a destituição de sua diretoria. Expedito Soares Batista explica a natureza de tal dilema.

Nesta campanha salarial, começamos a fazer um debate sobre aumento de salário e o resultado culminou com as greves das empresas Scania, Ford, outras empresas de expressão como a Villares e outras ainda. A partir dessas grandes empresas, organizamos uma estratégia muito pensada que era parar, mas a gente falava: “Não parou porque a gente mandou”. Senão, dava intervenção no Sindicato, porque era o governo militar. Então, a gente parava, e para o Ministério do Trabalho falávamos: “Ah... parou, não pode, é ilegal. Já que parou, o Sindicato vai assumir, não estamos infringindo a Lei 4330, porque não mandamos, estamos assumindo”.¹⁵⁹

Batista coloca em seu depoimento parte do que era próprio à negação dos diretores na época das greves iniciadas em 1978. Ora, tal negativa confundiu a todos, inclusive parte dos estudiosos que se ocuparam desse tema, e, entre os trabalhadores, a palavra “greve” não era usada.

Nas palavras de Gilson Menezes, diretor de base na Scania (1978-1981), em entrevista à revista *Oboré*,¹⁶⁰ na edição A greve na voz dos trabalhadores: da Scania a Itu, a greve pegou toda direção da empresa e, inclusive, os diretores do Sindicato de surpresa, como veremos a seguir: “A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas.

¹⁵⁹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=34>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁶⁰ Segundo o próprio site do grupo: “A *Oboré* é uma empresa prestadora de serviços que atua com comunicação popular. Nasceu em 1978, como uma cooperativa de jornalistas e artistas, para colaborar com os movimentos sociais e de trabalhadores urbanos na montagem de seus departamentos de imprensa e na produção de jornais, boletins, revistas, campanhas e planejamento de comunicação”. Disponível em: <www.obore.com.br/cms-conteudo/22_aobre_historico.asp>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica”.¹⁶¹ O termo “espontâneo” foi usado como forma de se proteger da repressão que ora grassava no país, haja vista todo histórico que apontamos acima, que confirma uma intensa movimentação dos ativistas e da direção sindical em preparar os trabalhadores metalúrgicos para uma possível greve. Podemos nos inteirar do tamanho da organização empregada à greve dos operários da Scania no depoimento do próprio Menezes ao autor da presente pesquisa, por ocasião de nosso Trabalho de Conclusão de Curso *A república de São Bernardo*; em seguida, nos valem do depoimento de Augusto Cássio Portugal Gomes, ativista metalúrgico na mesma empresa, sobre a organização daquela greve da Scania.

A Scania fez uma declaração numa revista dizendo sobre os lucros que eles tiveram no ano anterior, em 1977. Eu tirei cópia daquela matéria da revista e fixei na porta dos banheiros da fábrica. Aí os trabalhadores diziam: “mas, com tanto lucro...” Aí eu mesmo ajudava: “mas, com tanto lucro como a Scania não dá nada pra gente, não dá nada”. Aí foi criando um clima dentro da fábrica.¹⁶²

Como vimos no capítulo anterior, o Sindicato se valia de um discurso de que os trabalhadores não estavam participando da divisão de lucros para os quais eles mesmos contribuíram com sua produção. Bastava lembrar que, anos antes, o governo prometia fazer o “bolo crescer” para depois dividi-lo, e era do conhecimento de todos os metalúrgicos que sua categoria era responsável por boa parte do crescimento que o país experimentava. Assim, o processo que Menezes descreve nada mais é do que levar aos trabalhadores que não participavam do Sindicato o discurso que este mesmo enfatizava havia alguns anos: os metalúrgicos deviam participar desses lucros. A campanha dos ativistas políticos e dos diretores de base do Sindicato nada mais era que enfatizar o descontentamento geral da categoria com a perda do poder de compra que sofriam devido à política salarial do governo, esta amplamente denunciada na “Campanha Salarial de Reposição dos 34,1%”. Devido ao custo de vida, os trabalhadores sentiam, com o passar do tempo, seu poder de compra se esvaír; enquanto a empresa, o país e principalmente o patrão comemoravam o crescimento

¹⁶¹ REVISTA OBORÉ. **A greve na voz dos trabalhadores**: da Scania a Itu. São Paulo: Alfa-Omega, nº 2, 1979. p. 07.

¹⁶² VENUTO, Elder Procopio, **A república de São Bernardo**: as greves do ABCD paulista e a experiência democrática no movimento operário. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009. p. 36.

nacional com campanhas otimistas nos meios de comunicação. Menezes apenas enfatizava isso ao instigar a dúvida: por que a empresa “não dava nada para eles” se lucravam tanto?

Eu acho que o Sindicato, em que pese toda repressão, começava a ter cada vez mais audiência dentro das fábricas, até porque a campanha dos 34,1% começou a mudar a dinâmica da atuação do Sindicato. Na Scania nós já vínhamos preparando o enfrentamento há algum tempo. Os ativistas e militantes de esquerda que atuavam na fábrica apostavam na greve. (...) Tanto que no dia 12 de maio, que foi o dia da greve, alguns chefes até riam, achavam gozado por ser uma coisa inédita. Quando estoura a greve todos ficaram surpresos.¹⁶³

No entanto, mesmo com a surpresa de alguns chefes da montadora de caminhões pesados, internamente os operários da Scania já vinham se preparando para deflagrar uma paralização. Nesse mesmo depoimento, Gomes coloca que a atuação de Menezes e de Severino Alves da Silva, também diretor de base da Scania, junto com os ativistas e militantes de esquerda foi fundamental para preparar o clima de greve dentro da empresa.

Aqui, voltamo-nos mais uma vez para as palavras de Menezes, quando este destaca as conversas entre os trabalhadores mais ativos nos dias que antecederam a paralização na montadora:

Então, surgiu de parte da gente: “que tal a paralização? para que a gente reivindicasse, exigisse o salário”. Ai muitos falavam: “você não viram em 77, a ferramentaria começou a pressionar e conseguiram”?

Mas a palavra greve é que estava difícil de sair. Então, o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era greve. Era uma parada.¹⁶⁴

Abramo reuniu algumas entrevistas com os trabalhadores da Scania e uma delas chama atenção sobre essa passagem específica da deflagração do movimento. Nela, podemos ver a hesitação dos metalúrgicos com o início da paralização, a pressão que sofreram e a convicção de prosseguir com seu intuito.

¹⁶³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=196>. Acesso em: 17 mar. 2017.

¹⁶⁴ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 67.

Daí, quando chegou o dia, logo depois das 7 horas, a ferramentaria parou. Antes dela parar, aquela tensão... Ai eu me lembro que eu falei: “Como é vamos parar ou não vamos?” (...) Foi indo e daí a pouco a fábrica toda estava parada. Ai foi aquela emoção. Mas houve muita pressão. Eu me lembro que até o cara da DRT foi fazer pressão lá. Nós cercamos ele, demos umas duras, batemos boca. (...) A greve estabilizou, mas eu ficava pensando: daqui a pouco os caras cercam isso daqui e metem o cacete na gente.¹⁶⁵

À publicação da *Oboré*, Menezes conta que, logo após passada a surpresa da chefia, ele foi pressionado para que orientasse seus companheiros a voltarem ao trabalho. Como negava o pedido dos patrões, estes o isolaram dos demais trabalhadores, pressionando-os – haja vista o depoimento do operário do setor de inspeção de qualidade descrito logo acima – com argumentos de que estava tudo acertado e que podiam ligar suas máquinas. Os trabalhadores permaneceram parados.

No período da tarde, a empresa propôs um encontro com a direção do Sindicato num local neutro: o hotel Holliday Inn, localizado em São Bernardo. Lá, os patrões argumentaram que sua condição era que os trabalhadores voltassem às suas atividades normais ao que Lula respondeu que “de jeito nenhum” pediria que isso fosse feito. Com essa proposta, a empresa acreditava que ganharia tempo, haja vista o fim de semana próximo, de um lado negociava com o Sindicato, do outro pressionava os trabalhadores para que voltassem às suas atividades produtivas. No entanto, “a turma da noite da ferramentaria já entrou paralisando, como tinha acontecido com o pessoal da manhã. Isso complicou ainda mais o raciocínio da empresa. E a tensão cresceu”.¹⁶⁶

Na semana seguinte, o gesto de bater os cartões e manter as máquinas desligadas foi repetido. Menezes conta que a empresa repetia para ele a garantia de que estava estudando prazos e percentuais de aumento e, logo em seguida, pedia novamente que a paralisação fosse encerrada. Então, foi-lhe perguntado se o Sindicato estava por trás do movimento ao que o dirigente retruca: “Vocês sempre pensam que tem alguma coisa por trás. Mas nenhum de vocês pensa na rotatividade da mão-de-obra, na má situação de vida do trabalhador, no custo

¹⁶⁵ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Unicamp, 1999. p. 229.

¹⁶⁶ REVISTA OBORÉ. **A greve na voz dos trabalhadores**: da Scania a Itu. São Paulo: Alfa-Omega, nº 2, 1979. p. 08.

de vida... Só pensam que tem gente por trás”.¹⁶⁷ Aqui, podemos notar como Menezes usa o próprio discurso desenvolvido no Sindicato, por ocasião dos Congressos metalúrgicos. Vê-se que a preparação para a deflagração do movimento vinha sendo refletida há tempos.

Mais tarde, a empresa pediu aos diretores do Sindicato um prazo, até a sexta-feira (dia 12) para analisar a possibilidade de um aumento; em contrapartida, os trabalhadores voltariam às suas atividades. No dia seguinte, terça-feira (dia 16), em assembleia, os trabalhadores em maioria foram a favor do prazo.

A paralisação dos trabalhadores da Ford teve início no dia 15 de maio. Abramo enfatiza que o discurso dos trabalhadores para justificar o movimento repetia a repercussão que a Campanha pela Reposição Salarial dos 34,1% teve entre os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Aqui, cabe uma nota sobre o fato de o movimento se espalhar pelas fábricas da região, caracterizando, assim, o movimento grevista daquele ano como uma onda. Ele teve início na Scania, sendo seguido pelos trabalhadores da Ford, Mercedes e Volkswagen e atingindo, nos meses seguintes, as fábricas menores da região, bem como as fábricas de outros polos industriais do país.

Na manhã de segunda-feira, um cara levou um radinho para o trabalho. De repente, ele começa a passar pra frente: ‘A Ford também parou! Deu no Rádio!’. Ninguém mais se sentia sozinho. Scania e Ford são do mesmo Sindicato e estavam lutando pelas mesmas reivindicações. Foi uma grande força. Mas quando chegou sexta-feira a gente estava na maior tensão. Sai ou não sai o acordo?¹⁶⁸

José Venancio de Souza Luz, diretor de base do Sindicato na Ford,¹⁶⁹ em entrevista para a *Oboré* sobre a greve dos trabalhadores da Ford explica como teve início a greve na Ford do Brasil S/A:

¹⁶⁷ REVISTA OBORÉ. **A greve na voz dos trabalhadores**: da Scania a Itu. São Paulo: Alfa-Omega, nº 2, 1979. p. 09.

¹⁶⁸ Ibid., p. 09.

¹⁶⁹ A edição de *Oboré* por nós consultada coloca o diretor de base da Ford como Luís Venâncio Luz, aqui, optamos por seguir a informação passada pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Quando a Scania parou na sexta-feira, a diretoria da Ford não tinha respondido às comissões. Então, na segunda-feira, depois do almoço, a usinagem parou porque já havia uma mobilização no setor. Nesta seção tem dois horários de almoço 11 e 12 horas. O pessoal das 11, quando voltou do almoço, ficou parado. Lá tem uma média de 500 operários. A outra turma fez a mesma coisa, não ligou as máquinas, sendo acompanhada pela ferramentaria e pela estamparia.¹⁷⁰

Enfatizamos a semelhança no procedimento de movimento paredista com o ocorrido na Scania dois dias antes: a paralisação dentro da fábrica, ao pé da máquina, em firme posição de recusa. Sobre esse tipo de greve em particular – ao pé da máquina de braços cruzados – Rodrigues aponta que tal tática foi adota: “na Ford, na Mercedes Bens do Brasil, na Chrysler de Santo André, na Forjaria São Bernardo S/A, na Scania, na Brastemp, na Volks e mesmo nas fábricas menores como a Villares, Perkins, Coldex, Arteb, Polimatic entre outras”.¹⁷¹

Tanto Abramo quanto as declarações de Luz à *Oboré*, enfatizam que a organização do movimento iniciado na Ford foi anterior ao ocorrido na Scania. Ocorre que em abril de 1978, os trabalhadores daquela empresa souberam que seu reajuste ficaria na casa dos “21,35%, já que, dos 39% decretados pelo governo, seriam descontados os 17,65% recebidos sob forma de antecipação como resultado do Movimento de Reposição Salarial”.¹⁷² A notícia do desconto deixou os trabalhadores em alerta, despertando o sentimento já há algum tempo mitigado pelas campanhas salariais anteriores. Prova disso é a nota de Abramo sobre os dias que antecederam ao estopim grevista aceso na Scania:

A partir do dia 4 de maio os trabalhadores começaram a fazer pequenos ensaios de paralisações curtas de 20 a 30 minutos, em algumas seções. As mais importantes aconteceram no dia 4 (duzentos ferramenteiros) e no dia 10 (200 estampadores).¹⁷³

Nesse sentido, as considerações de Luz são elucidativas:

¹⁷⁰ REVISTA OBORÉ. **A greve na voz dos trabalhadores**: da Scania a Itu. São Paulo: Alfa-Omega, nº 2, 1979. p. 19.

¹⁷¹ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 90.

¹⁷² ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Unicamp, 1999. p. 233.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 233.

Quinze dias antes de estourar a greve na Scania já havia uma mobilização na Ford, com a formação de comissões, para exigir o não-desconto dos 15% de antecipação, concedidos em novembro do ano anterior. (...). As chefias acharam viável e deixaram que fosse criada a comissão para ir falar com a diretoria da empresa. (...).

Quando a Scania parou na sexta-feira, a diretoria da Ford não tinha respondido às comissões.¹⁷⁴

Luz coloca que já na quarta-feira (dia 17) a empresa começa a pressionar os trabalhadores de forma mais incisiva, os chefes de seções reuniram os trabalhadores de seus respectivos grupos e comunicaram a decisão da Justiça do Trabalho de que a greve era ilegal. Aqui, ocorre um fato bastante curioso e que também ocorrera na Scania – repare que na outra montadora o prazo da trégua (sexta-feira, dia 19) ainda não havia acabado – seria feito na Ford: “Quando os feitores perceberam que a tática não deu resultado, eles começaram a ligar as máquinas, para dar a impressão, para o setor do lado, que aquele tinha começado a trabalhar. A Ford tem um pavilhão grande. Ligando uma máquina ela zoa (“ZZZZZ”)¹⁷⁵”.

Outra vez, repetindo o exemplo da Scania, os diretores da Ford pressionam os diretores de base do Sindicato para que estes orientem os trabalhadores a voltarem a suas atividades para que possam iniciar as negociações. Os diretores, por sua vez, argumentam que só negociarão com todos os trabalhadores em acordo ou com o Sindicato presente.

Na segunda-feira (dia 22), a empresa sinaliza com a possibilidade de conceder 15% de aumento para quem recebia até 10 salários mínimos e 10% para os demais, que recebiam acima desse valor. Os trabalhadores concordaram com a proposta e, no dia combinado para receberem a resposta (31 de maio), a empresa sinaliza um aumento de apenas 11%. O descontentamento foi geral e, dessa forma, o clima de mobilização na Ford foi mantido.

Um dado importante acerca das quatro montadoras onde ocorreram as greves ao pé das máquinas foi a conduta ante as respectivas paralisações em suas produções. Como os trabalhadores orquestraram seu movimento cruzando os braços na linha de produção, as direções das empresas: procuravam descobrir quem estava por trás da organização do movimento, normalmente culpando os diretores de base do Sindicato e, posteriormente,

¹⁷⁴ REVISTA OBORÉ. **A greve na voz dos trabalhadores**: da Scania a Itu. São Paulo: Alfa-Omega, nº 2, 1979. p. 19.

¹⁷⁵ Ibid., p. 20.

isolando-os dos demais trabalhadores; recusavam-se a negociar com as máquinas paradas e, mediante resistência, pediam uma trégua até que tivessem algo a oferecer; em meio às negociações, como forma de pressão sobre os trabalhadores, orientavam os encarregados de seção para que ligassem as máquinas em uma dada seção da empresa, dando a impressão aos demais trabalhadores de que a seção vizinha voltara a trabalhar.¹⁷⁶

No que tange à reação à tática dos trabalhadores de pararem dentro da fábrica, a atitude da Volkswagen foi usada nas greves seguintes como exemplo a ser seguido pelas demais fábricas da região, merecendo inclusive um documento de composição da FIESP que serviu de orientação às direções das metalúrgicas em caso de deflagração de greve.

Os procedimentos da Volkswagen nesse caso em particular foram os seguintes – aqui, citamos depoimento dos diretores de base da multinacional alemã à revista *Oboré*:

A empresa então montou um esquema de repressão que impedia que o cara saísse fora da seção. Os guardas ficavam na porta de cada uma das alas, todos armados, e a chefia na porta perguntando: “Como é, você vai entrar pra trabalhar?”

Todo mundo dizia que entraria para trabalhar. Lá dentro, o companheiro batia o cartão, caminhava na direção da máquina e ficava de braço cruzado com ela desligada.¹⁷⁷

Esse era o primeiro procedimento: perguntar quem estava disposto a trabalhar, mostrando que a empresa estava disposta a reprimir. Como os trabalhadores das seções paralisadas – neste caso, a ferramentaria das alas 8 e 8A insistiam em resistir às pressões – foi adotado o seguinte procedimento, agora descrito no livro de Bargas e Rainho:

Inicialmente, isola as seções do restante da fábrica, colocando guardas de 3 em 3 metros e, impedindo os trabalhadores de saírem de suas “bancadas” ou mesmo conversarem entre si. Depois passa a impedir a permanência nas seções de trabalhadores que se recusavam a trabalhar. Os chefes, indo de bancada em bancada, ordenavam que os trabalhadores se retirassem e

¹⁷⁶ Evidentemente, nem todas as situações aqui descritas se repetiram nas fábricas citadas até aqui. Trata-se, no entanto, de um padrão reconhecido nelas. Para mais informações sobre as particularidades de cada uma, temos os relatos descritos no presente trabalho e também pesquisas mais específicas acerca das greves de 1978.

¹⁷⁷ REVISTA OBORÉ. **A greve na voz dos trabalhadores**: da Scania a Itu. São Paulo: Alfa-Omega, nº 2, 1979. p. 28-29.

entrassem nos ônibus estacionados no pátio, sendo dali levados a suas casas. (...).

Os trabalhadores, impedidos de entrar na empresa, passaram a realizar assembléias na sede do Sindicato. Nessas reuniões decidiram não mais obedecer ordens da empresa e abrir um livro de ponto no Sindicato.¹⁷⁸

Um dos fatores interessantes acerca dessa recusa da Volkswagen em manter os trabalhadores dentro da fábrica de braços cruzados, dispensando-os para suas casas, no entanto a maioria destes segue para o Sindicato e lá “assinam seu ponto”, foi a aproximação dos trabalhadores com seu órgão de representação.

Por fim, um acordo é aceito por ambas as partes – ainda que os trabalhadores de algumas empresas, como a Ford, tenham entendido que seu índice em relação ao que fora acordado teria sido reduzido para conformar os demais acordos –, sendo, avaliado como positivo pelo Sindicato:

O resultado do acordo efetuado pelo sindicato de São Bernardo foi que em 1º de junho de 1978, os trabalhadores teriam 5,5% de aumento, em 1º de agosto de 1978, 4,5% como antecipação, em 1º de outubro de 1978, 5,5% como aumento, em 1º de dezembro de 1978, 4,5% como antecipação, em 1º de fevereiro de 1979, 4,5% como antecipação. Esses percentuais seriam aplicados pelas seguintes empresas: Volks, Mercedes, Ford, Chrysler, Saab Scania, Kubota Tekko do Brasil, Karmann Ghia do Brasil e Toyota.¹⁷⁹

Algumas das fábricas citadas tinham sua sede em outros municípios como Santo André, por exemplo, o que evidencia a extensão do acordo celebrado. Como veremos a seguir, esse acordo foi buscado por trabalhadores de outras fábricas na região ao longo dos meses seguintes, fator que reforça ainda mais a característica das greves de 1978 como uma “onda grevista”.

Cabe ainda um último registro sobre as greves realizadas nas multinacionais. Trata-se de um depoimento de um montador da Ford, cedido a Abramo:

¹⁷⁸ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 73-74.

¹⁷⁹ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 91.

Apitou (...) e ninguém começou a trabalhar. Foi aquele silêncio total. Eu fiquei arrepiado vendo aquilo. *Eu não acreditava*. Sinceramente. (...). *Eu não acreditava*: a Ford, parada? E realmente estava parada. (...). Foi todo mundo para fora: Olha, não tem barulho nenhum.¹⁸⁰

Ainda no ano de 1978 tem lugar o III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, realizado na cidade do Guarujá, litoral paulista. Sua realização se deu nos dias 06, 07, 08, 14 e 15 de outubro, portanto dois finais de semana em que foram discutidos os problemas da categoria, mas, não apenas estes. Chamam a atenção duas questões levantadas acerca do evento, que vamos a partir daqui analisar. A primeira diz respeito ao tema nele tratado: “a estrutura sindical brasileira”, tema que por si só já chamaria atenção de um observador mais atento diante de tudo que vinha ocorrendo no movimento operário em geral no país.

Cabe enfatizar que o III Congresso contou com a participação de dirigentes sindicais, além dos 400 inscritos, de outras categorias, os quais tiveram direito a voto e voz – entre os quais citamos: Olívio Dutra (presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – RS), João Paulo Pires (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade – MG), Jacó Bittar (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia – SP), Henos Amorina (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco – SP) e Hélio Bombardi (membro da Oposição Metalúrgica de São Paulo), entre outros.

O segundo ponto que chama atenção é o papel que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema assume na sociedade civil. A partir da greve na Scania, ou melhor, da onda grevista iniciada pelos trabalhadores da Scania, o Sindicato é considerado um órgão de vazão do cenário político nacional, atraindo para junto de si, e a bem do debate político nacional de resistência ao regime de exceção que o país vivia, personagens desde a oposição consentida, como o MDB – Movimento Democrático Brasileiro –, até grupos e partidos políticos à margem do que era tolerado pelo regime dos generais tais como o PCdoB e o MR8.

¹⁸⁰ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Unicamp, 1999. p. 234. Grifo da autora.

O congresso de 78 foi no Guarujá. As discussões foram superiores às que existiram nos outros. Havia presença de organizações de esquerda como o MR8, PC do B, os prestistas, entre outros, isso enriqueceu os debates. Houve algumas polêmicas fortes. Uma que tratava da unidade ou unicidade sindical outra sobre a questão de ter um Fundo de Greve (...). Tinha pessoas que colocavam concepções que já apontavam para o Novo Sindicalismo. Nós, do Sindicato, não tínhamos muita clareza, mas as discussões ajudavam bastante. A questão da liberdade sindical e a construção de uma central sindical também foram temas importantes. Então, fomos estudar a história do movimento sindical brasileiro, a CGTB, a CGT e outras centrais.¹⁸¹

O depoimento de Devanir Ribeiro, descrito acima, é bastante revelador acerca dos rumos que o movimento operário tomaria no Brasil. O desenvolvimento de uma ideia para um Fundo de Greve vai ser fundamental para a “Greve dos 15 Dias”, poucos meses após o citado congresso, em São Bernardo; e, principalmente, a proposta da construção de uma central sindical nacional.

No que tange à preparação para o dado congresso, alguns pontos chamam a atenção, o primeiro deles é que a inscrição para participação no mesmo era voluntária; outro é que antes do início do evento houve a realização de várias palestras sobre a história do movimento sindical do Brasil – como ressaltou Ribeiro – no sentido de preparar seus participantes, haja vista sua pouca experiência no que tangia à vida sindical brasileira. As palestras de preparação foram as seguintes:

Dia 1/9, 19 horas, Sobre Comissões de Fábrica, com o professor Francisco Weffort.

Dia 6/9, 19 horas, Unidade e Pluralidade Sindical, com o dr. Almino Afonso.

Dia 13/9, 19 horas, Sobre a Estrutura Econômica e Estrutura Sindical, com o professor Chico de Oliveira.

Dia 15/9, 19 horas, Sobre Sindicalismo no Brasil e sua Evolução Histórica, com o professor Albertino Rodrigues.

Dia 20/9, às 19 horas, sobre Sindicatos Europeus e Americanos, com o prof. Leôncio Martins Rodrigues.

Dia 22/9, às 19 horas, Sobre Transformações no Sindicalismo Brasileiro, com a socióloga Annez Andraus Troyano.

¹⁸¹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=227>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Dia 27/9, às 19 horas, Sobre Sindicato Latino-americano, com a professora Maria Hermínia.¹⁸²

Aqui, cabe apresentar as tendências que se constituíram no III Congresso. Ainda que já tenhamos apresentado alguns de seus participantes, compreender qual sua vertente política se faz fundamental para apreender os rumos que tomariam nos anos seguintes:

O congresso de 78 foi muito interessante, porque contou com a participação dos grupos de esquerda que não estavam integrados à diretoria, mas que tinham intervenção na categoria. A Oposição Metalúrgica de São Paulo e outros militantes influenciados pelas organizações de esquerda começaram a elaborar uma proposta sindical. Porque até então, parte da esquerda saía de um processo de revisão da estratégia da guerrilha e começa a formular objetivos estratégicos que passavam por desenvolver ações de massa e o movimento sindical era uma das frentes mais importantes naquele período. Essa militância de esquerda, sejam, organizações de orientação marxista, trotskistas, ou de pessoas ligadas à pastoral operária, constituíram desde as greves de maio de 78, o Grupão. (...). O Congresso foi o ponto de encontro de toda uma vanguarda existente no interior da categoria, cujo resultado foi o sindicalismo novo, combativo, que levou às greves de 79 e 80.¹⁸³

O enxerto citado acima corresponde ao depoimento de Arquimedes Andrade, inspetor de qualidade em várias metalúrgicas de São Bernardo durante os anos 1970. O denominado “Grupão” teve em sua origem o objetivo de avaliar a greve de maio de 1978, bem como de discutir os problemas específicos do trabalho de base no interior da Volkswagen. Já Bargas e Rainho especificam que o “Grupão” nasceu da união de dois pequenos grupos que vinham se reunindo de forma regular. Ainda sobre a atuação do chamado “Grupão” no interior do III Congresso, um ponto que chama muito atenção é que a partir das ideias destes militantes, os debates do evento extrapolam as questões da fábrica e inauguram debates em torno de como “andava” o sindicalismo brasileiro e, principalmente, o que poderia ser feito nesse sentido.

A partir de então duas tendências surgiram dentro do próprio “Grupão”, a primeira representava o ponto de vista dos ativistas organizados em grupos políticos. Ainda que clandestinos e atuando de forma discreta devido à repressão impetrada pelo regime de exceção, já estavam estabelecidos no campo das esquerdas. Essa ala entendia que a atuação

¹⁸² TRIBUNA METALÚRGICA. São Bernardo do Campo, nº 47, p. 07, segunda-feira, 09 jan. 1978.

¹⁸³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=453>. Acesso em: 23 mar. 2017.

do “Grupão” deveria ser paralela à atuação do Sindicato, já que o mesmo não avançava nas lutas pelos trabalhadores, principalmente no que correspondia contra o regime que governava o país. A outra tendência se baseava nos ativistas que tinham desenvolvido a proposta de formar o citado grupo de debates e avaliação do trabalho de base na Volks. Essa tendência entendia que o sindicalismo paralelo era um erro e que sua posição deveria ser a de fazer o Sindicato avançar em suas lutas, mesmo que para isso precisasse “empurrar” a diretoria nesse caminho.

O depoimento de Demerval Júlio Grammont descrito a seguir é fundamental para compreender a importância do “Grupão” nesse período em especial – reestabelecimento e consolidação das greves como instrumento de luta dos trabalhadores –, bem como para o crescimento das ideias em torno da construção dos instrumentos e órgãos que serviriam à luta desses trabalhadores. Grammont é jornalista e, por ocasião do “estouro” do ciclo grevista em 1978, ele partiu para São Bernardo do Campo em busca de inteirar-se do que ocorria na região naquele período. À época trabalhava na Rede de Televisão Bandeirantes (São Paulo) e no jornal *Folha de S. Paulo*. Participou também da fundação do *ABCD Jornal*, o qual, veremos, foi fundamental para a manutenção da “Greve dos 41 Dias”, em 1980. Nas palavras de Grammont:

O grupão era onde se reunia uma espécie de oposição, nele se reuniam diferentes lideranças ligadas às organizações políticas, o Alemão, o Osmarzinho, o Bargas era de um setor da Igreja, o Romeu, o Melão e vários outros nomes. Eles, independentemente de onde vinham, foram fundamentais porque acabaram empurrando, a diretoria do Sindicato, para que houvessem mais mudanças, inclusive para o que se chamou depois de sindicalismo autêntico ou novo sindicalismo.¹⁸⁴

Sobre os pontos e pautas levantadas pelo III Congresso, destacamos seu foco principal que era: “como transformar a estrutura sindical”. No entanto, para além dessa questão, também foram levantados temas como: Autonomia e liberdade sindical; Unidade e pluralidade sindical; Comissões de empresa e Delegados sindicais; Eleições sindicais; Receita e despesa – Imposto sindical. Entre os pontos citados, é bastante interessante notar que boa parte deles não partiu da diretoria do Sindicato, a qual, em relação a muitos desses pontos, era francamente contrária, como mostra o depoimento de Gervison Marcos Melão Monteiro:

¹⁸⁴ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=227>. Acesso em: 27 mar. 2017.

Em paralelo à programação oficial, a gente atuava numa discussão extraoficial, mas também, com o objetivo de interferência junto ao congresso. (...). O Grupão se uniu para interferir no Congresso, porque existia uma forte tendência do Lula, pela própria personalidade dele, de ser a única pessoa a dar diretrizes nesse congresso. (...). Nós protocolamos uma tese com vários pontos. Algumas coisas que a diretoria não admitia no congresso, nós conseguimos aprovar por conta desse tipo de organização e da influência que a gente terminou tendo sobre os demais delegados. Uma dessas questões era a comissão de fábrica, vista pela diretoria como órgão paralelo à entidade, outra, foi a discussão sobre o fundo de greve, (...). Então, essas duas coisas foram um referencial importante para o Sindicato, além da avaliação da conjuntura política, com o debate de várias bandeiras históricas como a anistia, por exemplo.¹⁸⁵

Ainda sobre o III Congresso, outro ponto bastante importante para os movimentos grevistas que o sobrevieram trata-se, precisamente, da concepção de que, para chegar a um número maior de trabalhadores da base do Sindicato, era necessário diversificar a comunicação deste, ou seja, os boletins da *Tribuna Metalúrgica*, por exemplo, com seus longos textos não chegavam à maioria dos trabalhadores metalúrgicos, em grande parte pela falta de tempo deles, mas também pelo pouco hábito de leitura que eles tinham. Uma das formas propostas foi a produção de textos em histórias em quadrinhos, pois, como retratam Bargas e Rainho, muitos trabalhadores já estavam habituados com essa forma de comunicação pois a liam “desde crianças”. Dessa forma:

As Resoluções do III Congresso foram amplamente divulgadas junto aos trabalhadores nas fábricas, (...), tendo como personagem central o **João Ferrador**, num trabalho de criação de Henfil e Laerte, publicado por Oboré-Editora e Serviços Jornalísticos.¹⁸⁶

O ano de 1978 ainda não havia acabado e a onda de greves em São Bernardo do Campo e Diadema dava mostras de que não iria arrefecer. Com isso, Lula tinha alcançado algum status na mídia, estava sempre dando entrevistas, tinha participado de um importante programa da TV Cultura (São Paulo), o Vox Populi. Tal exposição, de alguma forma,

¹⁸⁵ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=453>. Acesso em: 27 mar. 2017.

¹⁸⁶ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 102. Grifo do autor.

credenciou o presidente do Sindicato como uma referência no movimento operário, situação que de fato atraiu mais apoio da base metalúrgica para sua gestão. Na tese de Kimi Tomizaki, anteriormente citada na presente pesquisa, o depoimento de Pedro sintetiza tal colocação:

Aí começou um período de greve. É... eu até acho uma coisa interessante, na faixa de 77, 78 eu não sabia nem quem era o Lula e... Eu era solteiro ainda, cheguei um dia em casa, em torno de 10 para às 7 mais ou menos e eu tomava café lá, e eu vi um barbudo dando uma entrevista na televisão, naquele... Eu acho que “*Bom dia São Paulo*”, alguma coisa assim. E ele dizendo de greve, não! De movimento sindical. Eu comentei com minha mãe: “Poxa vida esse cara é presidente do nosso Sindicato lá, e eu nem sei quem é esse cara!” (...) Uma das primeiras greves grandes que eu peguei foi em 79. Em 79 foi a época que eu ia casar, (...). Foi a primeira greve, realmente grande que teve, foi uma das maiores greves, depois veio a de 80 que foi 45 dias.¹⁸⁷

Ainda sobre a onda grevista de 1978, duas paralisações foram preponderantes para a direção do Sindicato e os ativistas do movimento operário em São Bernardo compreenderem a reação que estava por vir por parte do empresariado. Trata-se das paralisações nas empresas Equipamentos Villares e na fábrica Resil. Até então o Sindicato, junto com sua base, vinha conquistando vitórias, e uma das mais significativas dessas vitórias foi conseguir que alguns patrões e direções de empresas aceitassem sentar à mesa com os sindicalistas para negociar. No entanto, a FIESP – pautada, como vimos, pelas ações da Volkswagen por ocasião da paralisação do seu setor dos ferramenteiros na greve de maio – já armava uma contraofensiva, exemplificada num documento que circulou entre as empresas da região, orientando-as sobre como proceder em relação às táticas de greve adotadas pelos metalúrgicos até então, principalmente as greves ao pé das máquinas.

O documento da FIESP, dirigido às empresas metalúrgicas do ABCD paulista e demais setores que porventura estivessem em greve e adotassem táticas como “cruzar os braços no posto de trabalho”, abordava os seguintes pontos (aqui destacaremos apenas os mais flagrantemente ligados às orientações acerca das greves):

¹⁸⁷ TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC**: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 180. Grifo da autora.

3. Tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública; senão for possível no dia da deflagração, no próximo dia perguntar na entrada da fábrica ou em pontos estratégicos, quais os empregados que querem trabalhar e quais os empregados que não querem, (...). Com esta providência teremos a possibilidade de envolver o poder público, pois os empregados em grande número estarão em via pública e podemos também exercer uma pressão psicológica sobre o Sindicato dos Empregados.

4. Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na Fábrica sob condição de trabalharem e não cumprirem o prometido. Em última instância dispensar um certo número de pessoas por Justa Causa, (...). (A negativa caracterizará um ato de insubordinação).¹⁸⁸

As recomendações da FIESP aos empresários, acima expostas, demonstram, em primeiro lugar, que estes tomaram as lições apresentadas na retaliação da Volkswagen à paralisação impetrada pelos ferramenteiros da montadora alemã. A forma recomendada na nota é a mesma seguida pela Volks na greve de maio: “colocar os grevistas na via pública” e “Em última instância dispensar um certo número de pessoas por Justa Causa”. Se nos voltarmos para os primeiros movimentos da greve na Scania compreenderemos melhor a recomendação nº 3 citada acima, basta lembrarmos como se deu a greve na Scania, na Ford e na Mercedes – apenas para citar as maiores fábricas.

O movimento grevista ocorrido na Villares teve seu ápice devido a um desentendimento entre um trabalhador e o encarregado de sua seção, incidente que chegou às vias de fato, com o encarregado agredindo fisicamente o operário. Porém, antes de nos concentrarmos no fato citado, é necessário ressaltar que segundo Bargas e Rainho, um trabalho de base vinha sendo feito na Villares havia algum tempo. Esse trabalho, no entanto, não tinha ligação alguma com o Sindicato; isso, porque, nesse período a aproximação entre a direção do Sindicato e os ativistas que atuavam na citada empresa ainda era tímida e, às vezes, até conflituosa. Tal quadro vai mudar de forma efetiva apenas a partir da Campanha pela Reposição Salarial dos 34,1%, realizada em 1977.

O trabalho de base que vinha ocorrendo na Villares consistia em reuniões frequentes entre os operários. Nelas, a primeira pauta discutida foi a falta de transporte; com a intensificação das reuniões, outros problemas foram aparecendo e a mobilização foi crescendo. O ano de 1977 marcou a citada fábrica com uma greve de uma hora – iniciada devido à demissão de quatro operários ativistas –, fato que marcava o início dos movimentos

¹⁸⁸ TRIBUNA METALÚRGICA. São Bernardo do Campo, nº 49. p. 09, 1978.

ocorridos na citada empresa. Assim, na Campanha pela Reposição Salarial, os ativistas da Villares tiveram papel destacado, o que de certa forma demonstra que parte da desconfiança dos anos anteriores para com a diretoria do Sindicato havia sido superada.

Após essa primeira fase da onda grevista, segundo Bargas e Rainho, a mobilização dos ativistas no interior dessa fábrica continuava de forma intensa, o que viria a ser reforçado pelo III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos. A partir de então, a pressão para que tivesse início na Villares um leque de ações mais radicais foi intensificada por iniciativa dos ativistas mais novos da fábrica. Assim, os ativistas da Villares propuseram ao Sindicato a criação de uma comissão com cinco integrantes com o objetivo de se entender com a fábrica. Após pouco menos de duas semanas, os integrantes dessa comissão foram demitidos. Com isso, a citada empresa cumpria à risca as orientações da FIESP, ou seja, as táticas empregadas nas greves iniciadas em maio daquele ano estavam superadas:

O resultado é o fracasso, pois, desejou-se ali realizar uma greve aos moldes da de 1978, quando não mais era possível, visto que os empresários (...) já se haviam instruído e se equipado para impedi-las e reprimi-las.

Mas, apesar do fracasso; (...), essa greve foi muito importante, porque começou a transmitir a lição que não era mais possível realizarem-se greves semelhantes as de maio de 1978.¹⁸⁹

A greve na Resil, em Diadema, pode ser entendida como uma resposta do Sindicato para as recomendações da FIESP e, no geral, podemos dizer que foi uma greve bem-sucedida, indicando, dessa forma, os passos a serem seguidos nas próximas greves, ou melhor, na greve geral do ano seguinte. Aqui, citaremos algumas recomendações feitas pelo Sindicato aos trabalhadores por ocasião de sua postura ante as “greves ao pé das máquinas”:

1. Procurar o Sindicato que tentará encaminhar as negociações com a empresa. (...).
3. Jamais começar uma greve parcial, de apenas uma seção. Se isto for feito, a empresa fará uma pressão terrível em cima destes

¹⁸⁹ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 115.

trabalhadores e eles ficarão isolados. 4. Não aceitar participar de comissões e nem fazer acordos sem a assistência do Sindicato.¹⁹⁰

As orientações do Sindicato vão ao encontro direto do que foi avaliado como possíveis erros cometidos na greve dos trabalhadores da Villares. Por isso, a ênfase nas colocações: “procurar o Sindicato”; “jamais começar uma greve parcial”; “não aceitar participar de comissões (...) sem a assistência do Sindicato”. Todas as recomendações por nós destacadas revelam o trabalho da diretoria em centralizar o movimento em torno do Sindicato, ressaltando que a diretoria dava bastante espaço para os ativistas que faziam trabalho de base em São Bernardo e Diadema. No entanto, essa centralização não pode ser negada.

Bargas e Rainho colocam que a empresa citada buscou de todas as formas seguir as recomendações da FIESP ante o indicativo de greve apontado pelas metalúrgicas da Resil. No entanto, o Sindicato passa a buscá-las na fábrica e as levá-las para sua sede, onde são realizadas reuniões de mobilização e é servida alimentação para todas – normalmente lanches. Como a empresa passa a contratar trabalhadores de forma irregular para substituir as grevistas, é ensaiada uma forma de piquete que visa impedir a entrada de qualquer pessoa na fábrica, inclusive diretores da empresa. Diante disso, os diretores da Resil se veem forçados a negociar com o Sindicato, e as reivindicações das trabalhadoras são atendidas. Os autores ainda destacam: “Restituía-se o **piquete** após 1964 e instituíam-se as assembleias diárias em período de greve, (...), embora a denominação ‘piquete’ não tivesse sido empregada. Para todos, (...), fez-se foi ‘uma corrente de trabalhadores’”.¹⁹¹

2.3 A greve geral de 1979

Foi criada uma comissão de mobilização, onde se debatia como fazer a greve. Havia problema no nível da organização dentro das empresas. Quando surgiu a experiência de um piquete, liderado pelo Bolinha, na greve da Resil, uma empresa em Diadema, onde teve enfrentamento com a polícia, pensamos que esse era o caminho: parar em 79 com um piquetão. E foi isso que aconteceu, e a categoria parou. Os metalúrgicos começaram a sentir

¹⁹⁰ Cf. ABCD JORNAL. **O fundo de greve**: uma resposta à política de demissões e perseguições que os patrões impõem. nº 23, 1978.

¹⁹¹ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v.1. p. 116. Grifo dos autores.

orgulho de ser metalúrgico. Ocuparam o centro do cenário político no país. Até que houve a intervenção no Sindicato, que foi todo cercado pela PM, com cães e tudo o mais.¹⁹²

O trecho citado acima é de um depoimento de José Batista Rocha Lemos em que podemos constatar a organização para os movimentos que seriam empregados no ano de 1979. Ocorre que a onda grevista ainda tinha seus efeitos sobre os trabalhadores e a mobilização sindical também era intensa, como pudemos ver no caso do III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos. A fala de Lemos ainda nos revela a importância da recuperação da autoestima dos trabalhadores, isso em se objetivando construir qualquer luta, pois, após 1978, ficou demonstrado que era possível mobilizá-los. Através de tal mobilização uma primeira vitória, ainda que parcial, foi conquistada.

“Os metalúrgicos começaram a sentir orgulho de ser metalúrgico”, bem como os trabalhadores: “Ocuparam o centro do cenário político no país”. Destacamos essas duas colocações precisamente por sua precisão em revelar a importância da capacidade de mobilização reivindicatória de uma categoria de trabalhadores pressionada pelo custo de vida e ameaçada pela rotatividade no emprego; a segunda afirmação fia sua precisão no contexto de abertura política que se avizinhava. Devemos considerar que as lideranças do movimento grevista, não apenas em São Bernardo do Campo e Diadema, mas também nos demais sindicatos e grupos de oposição, como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, passam a ser objeto de interesse de diferentes grupos políticos.

Os primeiros passos para a greve geral de 1979 serão dados no contexto de organização da Campanha Salarial daquele ano. Ocorre que pela primeira vez o movimento próprio para a organização dos trabalhadores objetivando reivindicar melhores salários para a categoria reservaria, para seus organizadores e participantes, significativas mudanças no que tangia à relação do Sindicato com os demais sindicatos metalúrgicos do estado de São Paulo, bem como à relação com a própria Federação da categoria.

Tal mudança no trato entre as partes que compunham os órgãos de representação dos trabalhadores metalúrgicos e de material elétrico se dá devido a um entendimento entre os sindicatos e a Federação da categoria de que apenas uma campanha unitária poderia alcançar algum êxito. Ocorre que, como tem sido bastante enfatizado nas linhas acima, as Campanhas

¹⁹² Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em: 05 abr de 2017.

Salariais desde 1970 tinham sido encampadas apenas pelo SMSBCD, muitas vezes em franco litígio com os demais sindicatos da categoria. Essas campanhas tinham um caráter de denúncia acerca da impossibilidade da conquista de qualquer aumento salarial acima do estipulado pelo governo, tendência que se acentuou nos anos derradeiros da década de 1970. No entanto, com a denúncia já comprovada da manipulação dos índices inflacionários no ano de 1973, manobra que causou prejuízo no salário dos trabalhadores em 34,1%, ligaram o sinal de alerta, nos outros sindicatos metalúrgicos e na Federação, de que era preciso algum tipo de ação, já que suas bases pressionavam por atos mais efetivos, principalmente após o demonstrativo de força dado na onda grevista de 1978. Assim, uma campanha salarial unitária foi proposta para o ano de 1979.

O passo que decidiu tal resolução teve início no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos¹⁹³ realizado na cidade de Lins (SP), entre os dias 22 e 26 de janeiro daquele ano, ou seja, a poucas semanas do início da Campanha Salarial. Segundo Bargas e Rainho, o congresso realizado na cidade do interior paulista tinha boas chances de ser apenas mais um congresso corriqueiro na categoria. No entanto, este foi diferenciado devido a dois pontos importantíssimos para os desdobramentos futuros, a saber: o primeiro tratava da criação de um “partido dos trabalhadores” e o segundo do esforço dos delegados dos órgãos presentes em construir uma unidade de atuação. Apesar do aparte sobre o lançamento “premature” de um partido dos trabalhadores – trataremos tal assunto no capítulo IV – referenciamos o citado congresso devido, precisamente, à decisão tomada naquele evento acerca da unidade dos metalúrgicos no que tangia a se posicionar contra a política salarial imposta pelo governo.

São Bernardo do Campo interessava-se pela unidade porque achava possível, naquele ano, levar consigo alguns Sindicatos do interior para a Campanha Salarial. Sentiam que sozinhos, (...) se exporiam a uma série de riscos, tais como a intervenção governamental no Sindicato.¹⁹⁴

¹⁹³ O nome completo do evento realizado em Lins foi: IX Congresso de Entidades Sindicais dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

¹⁹⁴ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 107.

Assim, a preparação para a Campanha Salarial de 1979 culminou na decisão acerca da unidade entre os 34 sindicatos de todo o estado de São Paulo da categoria dos metalúrgicos. O acordo firmado entre os órgãos citados foi acertado com base numa pauta de 21 reivindicações elaborada numa reunião realizada no dia 20 de fevereiro:

A pauta tinha 21 itens, sendo os principais: reajuste salarial igual ao fator acrescido de 34,1%; piso salarial igual a três salários mínimos; garantia do emprego; estabilidade para os delegados sindicais (...); redução da jornada para 40 horas; reajuste salarial após três meses, de acordo com os índices do Dieese, e estabilidade para os acidentados.¹⁹⁵

Um importante dado acerca da Campanha Salarial de 1979, no que tange especificamente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, foi sua preparação: foi centrada nas reuniões por fábrica, o que, necessariamente, implica colocar que ela não se deu por iniciativa apenas dos diretores do Sindicato, mas também dos ativistas políticos – por exemplo, os formadores do chamado “Grupão” de que tratamos no tópico anterior – e também de outras lideranças nas fábricas. “O conjunto da militância passou a se reunir no que se denominou de Comissão de Salários, que tinha como objetivo mobilizar e organizar os trabalhadores dentro das fábricas”.

Acerca da relação do Sindicato com os demais ativistas políticos fora do âmbito da diretoria, Lula comenta o seguinte:

A gente se relacionava bem com todos eles. (...). A gente às vezes ia para o enfrentamento com eles nas assembléias porque eles radicalizavam e sectarizavam. (...).

Aí eles tiveram um papel importante nesse processo todo. Eu acho que a gente não pode dizer que não tiveram. Tiveram um papel importante no aumento do nível de consciência desse pessoal, dos operários. Acho que várias pessoas da Convergência tiveram essa participação.¹⁹⁶

O aumento de “consciência dos operários” a que o presidente do Sindicato se referia dava-se no âmbito das próprias fábricas. É possível compreender essa atuação levando-se em

¹⁹⁵ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em: 10 abr de 2017.

¹⁹⁶ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 125.

consideração alguns pontos sobre o contexto daquele período. Em primeiro lugar colocamos a maior participação dos diretores do Sindicato na porta das fábricas, ao menos desde 1975:

Como fruto do I Congresso realizado em setembro de 1974, a diretoria constituiu o Conselho de Coordenação e Execução do Trabalho de Base (C.C.T.B.). Esse conselho, formado por quatro diretores do Sindicato, teria como objetivo ser o elo entre os trabalhadores e seu órgão de classe. A intensão prevista era de que diariamente seus membros estivessem em permanente contato nas portas das empresas.¹⁹⁷

Em segundo lugar, o trabalho dos ativistas realizado nas fábricas. Por que é importante pontuar tal colocação? Considerando um polo metalúrgico como o de São Bernardo e Diadema é difícil aceitar que apenas a diretoria do Sindicato teria condições de visitar todas as fábricas, por isso é preciso sempre registrar a ação dos ativistas na porta das fábricas principalmente no período do ciclo grevista de 1977 a 1980.

Ainda sobre a questão acerca da atuação de militantes para além da dos diretores do Sindicato nas fábricas, em entrevista a um programa da TV Cultura, Lula coloca uma ideia que possivelmente se desenvolvia em São Bernardo e Diadema ao longo do período que abrange o ciclo grevista de 1978 a 1980. Declarava o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema ao programa *Vox Populi*:

É muito difícil nós analisarmos hoje porque o trabalhador não participa das assembleias do sindicato. (...). Acontece que nós não devemos ver a salvação do sindicalismo brasileiro na classe trabalhadora pela quantidade de trabalhadores, mas sim, por uma minoria de trabalhadores conscientizada por um grupo de trabalhadores que unidos cheguem a um consenso de coordenar uma luta de classe e aí nós teríamos a participação de toda classe. (...). Então nós devemos selecionar um grupo de trabalhadores conscientes, prepara-los e, a partir daí soltá-los dentro das fábricas para que eles comecem a fazer o sindicalismo dentro da fábrica que é onde nasce o sindicalismo autêntico.¹⁹⁸

¹⁹⁷ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 78.

¹⁹⁸ SILVA, Luís Inácio Lula da. **Vox Populi**. São Paulo: TV Cultura, maio 1978. Entrevista concedida a programa de TV. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=tvKqw62r2jU>. Acesso em: 06 jan. 2017.

À luz do argumento colocado acima, fica mais fácil compreender a importância dada às reuniões por fábrica no que tange à preparação dos trabalhadores para a Campanha Salarial de 1979 e a consequente “Greve dos 15 Dias”. O consenso das lutas operárias e sindicais havia se estabelecido em São Bernardo – como enfatizamos bastante, não sem conflitos – o que possibilitou não apenas a “onda grevista” de 1978, mas, também, as greves gerais de 1979 e 1980.

Aqui, colocamos novo comentário de Lula, desta vez sobre a Campanha Salarial de 1979 propriamente dita:

A campanha salarial foi um momento fascinante. Os trabalhadores tinham orgulho de ir ao Sindicato, que fervilhava de gente nessa época. (...). Um trabalhador da Ford ou da Volkswagen, por exemplo, que entrava às 16:30 no trabalho, saía mais cedo de casa, não pegava o ônibus da empresa, mas um ônibus de linha, para passar no Sindicato, para saber das novidades e pegar boletins que eram colocados debaixo da roupa para enganar a vigilância das portarias das fábricas. Alguns saíam do trabalho à 1h20 da manhã e, se a gente estivesse no Sindicato, ela passava por lá. Então, o Sindicato era uma referência muito forte, ele tinha vida, muita vida.¹⁹⁹

Segundo Bargas e Rainho, poucos dias antes da declaração de greve, nas mesas de negociação, os patrões não apresentavam nenhuma contraproposta ao que vinha sendo pedido pelos sindicatos metalúrgicos dispostos em unidade em torno de sua Federação. Os empregadores buscavam com isso enfraquecer a unidade estabelecida entre os sindicatos – fator até então inédito na categoria. Diante da manobra percebida, os sindicatos decidiram por dar o prazo de 12 de março como limite para receberem uma contraproposta. No entanto, a contraproposta, colocada no dia 08 de março, trazia alguns pontos considerados pelos sindicatos como inaceitáveis. Um deles pesava contra a vitória alcançada nas greves do ano anterior: “Os índices do acordo deveriam incidir sobre os salários do mês de abril de 1978. Na prática, isso significava dizer que queriam reaver os 11% concedidos na greve de maio de 1978. (...). Propunham-se a descontar também os 13,5% de antecipação”.²⁰⁰ Assim, os autores colocavam que na prática nada havia sido oferecido pelos patrões, isso porque o que já havia sido conquistado seria descontado. Por fim, a pressão dos patrões no sentido de postergar a

¹⁹⁹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em: 10 abr. 2017.

²⁰⁰ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 122.

apresentação de uma proposta concreta funcionou e a Federação rompeu o acordo de Lins, aceitando o acordo proposto pelos empregadores. A greve ficaria então sob o encargo dos sindicatos metalúrgicos do ABC (São Bernardo, São Caetano e Santo André) e alguns poucos do interior (Santa Bárbara d' Oeste).

Realizada assembleia que decidiu pela greve a partir de zero hora do dia 13 de março de 1979, nova assembleia foi marcada para esse mesmo dia – uma terça-feira. Desta vez, a assembleia seria realizada num estádio, o Estádio de Vila Euclides. Sobre o evento, Osvaldo Martines Bargas coloca como se deu a sugestão para sua realização e as dificuldades de realizá-lo.

A idéia de realizar assembléias no estádio surgiu porque imaginávamos que o pessoal não ia caber dentro do Sindicato. Então, a opção foi o estádio de futebol e fomos para lá. E foi uma decisão de última hora. Na primeira assembléia foi uma confusão danada: não tínhamos aparelho de som, não tinha nada. Foi tudo feito de improviso, mas que contribuía para aumentar o clima, para aquela coisa que era meio uma festa. Era os trabalhadores resgatando o seu direito de cidadania e, portanto, tinha uma carga emocional o tempo todo.²⁰¹

Assim, os primeiros passos já tinham surtido seus efeitos: a Campanha Salarial de 1979 colocou os trabalhadores em alerta e dispostos a lutar, tanto é que uma de suas ênfases foi em cima dos trabalhadores da Volkswagen, no sentido de provocá-los a parar toda a fábrica, mudando a impressão que tinha ficado no ano anterior. Dentre todo o combinado para a ação grevista apenas uma frente desse movimento fracassou: a unidade entre os sindicatos da categoria encabeçados pela Federação. A seguir, nos inteiramos do depoimento de Antonio Possidônio Sampaio, colaborador jurídico do Sindicato à época das greves – função exercida já desde 1967.

Nessa campanha salarial foi decretada greve. Foi no dia 12 de março, era um dia chuvoso. A assembléia foi aqui na frente do sindicato, (...). O Lula havia regressado de São Paulo (...). Logo que ele começou a dar a informação sobre a greve, a peãozada começou a gritar: Greve, greve! (...). E se confirmou a decretação da greve para iniciar às zero hora do dia 13. E,

²⁰¹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em: 11 abr. 2017.

realmente às zero hora e uns minutinhos do dia 13 chegou a primeira informação que a Volkswagen estava paradinha.²⁰²

É de se notar a constante referência que é feita à Volkswagen, seja no caso da “onda grevista” em 1978, em que apenas a seção dos ferramenteiros se mobilizou, seja no caso da “Greve dos 15 Dias”, esta com adesão total da imensa montadora. Não poderia ser diferente, a Volkswagen era relevante não apenas por seu tamanho, mas também por sua influência – haja vista sua postura na greve de 1978 ter sido colocada como padrão para as demais fábricas caso tivessem de enfrentar greves e paralisações semelhantes. Por isso o “entusiasmo” ao se falar da Volkswagen “paradinha”. Tratava-se de uma empresa com 42 mil trabalhadores. Isso representa bastante dentro de um movimento grevista, o que sem dúvida influenciaria as demais montadoras e fábricas da região, ou seja, seria uma referência para os trabalhadores assim como era para os patrões.

Como apontado anteriormente, a tática usada na Resil orientaria as futuras ações grevistas em São Bernardo. A compreensão da necessidade dos “piquetes” estava bem clara aos diretores do Sindicato e também para os ativistas do movimento. No entanto, ressaltam Bargas e Rainho, fábricas como Ford, Mercedes Benz, Schuler e Perkins mal precisaram recorrer aos piquetes já que seu trabalho de base era bastante efetivo.

Os piquetes nas portas das fábricas resultaram em conflitos bastante duros com as forças repressivas. Assim, os trabalhadores passaram a organizar os piquetes longe das fábricas, ou seja, nos próprios bairros de onde saíam os ônibus para as empresas. Essa decisão independeu dos organizadores do movimento, partiu da própria base e se mostrou de vital importância para o futuro do movimento.

Então, quando aconteceu a greve, tinha que ser daquele jeito, greves com muita gente, muita mobilização, e onde tinha oportunidade a gente fazia danos, mesmo dentro da empresa com companheiro que queria furar. Os piquetes acabavam sendo violentos. Me lembro que durante essa greve de 79, eu morava aqui na região de São Mateus e tinha vários piquetes na av. Mateo Bei. Pessoas que não tinham relação direta com a greve, militantes lá da Igreja de São Mateus, da sociedade amigos de bairro, iam cercar ônibus na avenida, já não deixavam o camarada sair de casa pra vir pra fábrica.²⁰³

²⁰² Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em: 11 abr. 2017.

²⁰³ Ibid., acesso em 11 abr. 2017.

Aqui, tivemos contato com as palavras de Clarindo Ferreira Prado, metalúrgico com profissão de Inspetor de Qualidade, trabalhador da Volkswagen à época da greve nesta passagem tratada; Prado é natural de Fernandópolis (SP). Seu depoimento é de grande importância por demonstrar na prática como as bases tomavam a frente, sem necessariamente receber ajuda ou orientação da direção do movimento. Outro ponto que chama atenção é a participação nos piquetes de “pessoas que não tinham relação direta com a greve”, ou seja, a mobilização em torno da luta iniciada pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema não se resumia a donativos para os paredistas, tinha apoio efetivo por parte da população, organizada em sociedades de amigos de bairro e pela Igreja, no caso, a Matriz de São Mateus, bairro da zona leste da capital paulista.

No dia 15 de março, o TRT declara a greve como ilegal. No que tangia ao reajuste, seu parecer foi de que o índice seria de 44%, com validade a partir do dia 1º de abril. Outra negativa do TRT se deu no ponto que abordava a questão do delegado sindical. Os trabalhadores, por sua vez, optam por dar continuidade ao movimento. Fato curioso ocorrido nesses mesmos dias é que, a despeito do recuo dos outros sindicatos metalúrgicos e da Federação, alguns órgãos representativos do interior do estado de São Paulo, possivelmente, pressionados por sua base, também declaram greve. Foram eles: os sindicatos de Jundiaí, São José dos Campos e o já mencionado Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Bárbara do Oeste.

No dia seguinte, em nova assembleia, Djalma Souza Bom anuncia a criação do Fundo de Greve, o qual, não podendo ter esse nome por restrições de legislação a seu vínculo com o SMSBCD, passa a ser conhecido como “Associação Beneficente e Cultural dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema”. A primeira menção a um fundo de greve propriamente dito aparece nos debates levantados pelos participantes do III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos – o qual, como vimos no tópico anterior, fora realizado em outubro 1978, portanto apenas a alguns meses do início da greve que agora analisamos.

Citamos a seguir um depoimento de Manoel Anísio Gomes sobre a formação da Associação Beneficente e Cultural ou, para os mais próximos na luta do movimento paredista, Fundo de Greve:

Em 79, durante a greve mesmo, o fundo de greve foi criado, muito precariamente, sem uma estrutura, sem uma divulgação, sem uma experiência nesse assunto; (...), mas veio como uma necessidade imediata, com dois grandes eixos: um era organizá-lo para ser um suporte, no caso de eventual intervenção e o outro era para sustentar propriamente a greve, (...). E naquele tempo, uma parte significativa desses grupos de esquerda, que não estavam presente dentro da diretoria, foi se ocupar disso, além da greve. Então a discussão andou uns 3 meses e meio nesses grupos, depois a diretoria designou um diretor, que foi o Gilson, depois o Severino, para fazer um acompanhamento dessas discussões.²⁰⁴

Durante o fim de semana, a diretoria estava apreensiva quanto à continuidade da greve, afinal a falta de contato com os trabalhadores poderia acarretar uma desmobilização destes, impressão logo apagada com a presença de 80 mil trabalhadores e seus familiares na assembleia de domingo. A luta continuaria. Já nos primeiros dias da semana seguinte, notícias de que ocorreriam intervenções nos três sindicatos da região começam a circular. Na assembleia que antecedeu tal intervenção, Lula informaria aos trabalhadores uma proposta de trégua para negociação, a gravidade do momento com a iminente intervenção e a postura que os trabalhadores deveriam seguir caso não aceitassem o acordo e optassem pela continuidade do movimento depois de destituída a diretoria.

Aqui cabe a exposição e análise de alguns pontos do discurso do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Lula inicia sua fala expondo documento composto pelos três sindicatos da região, juntamente com os Sindicatos Patronais do 14º grupo, Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e, por fim, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. São dois pontos levantados que aqui resumimos no seguinte:

1.º) Entre os sindicatos metalúrgicos de empregadores e de empregados deliberou-se que os trabalhadores concordam com o retorno ao trabalho (...) com as ressalvas constantes das letras seguintes: a) Fica criada uma comissão tripartite, integrada por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo, com a finalidade de estudar, dentro do prazo de 45 dias, (...). d) Os empresários assumem o formal compromisso de não aplicarem penalidades de quaisquer natureza, inclusive demissão, aos empregados que participaram das paralisações gerais (...).²⁰⁵

²⁰⁴ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=221>. Acesso em: 14 abr. 2017.

²⁰⁵ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo..** São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 217-218.

No decorrer da assembleia a proposta colocada no “protocolo de intenções” foi rejeitada pela maioria dos presentes. Destacamos, portanto, os pontos acima precisamente por serem os que foram seguidos após a intervenção do Sindicato. Diante da recusa dos trabalhadores em voltarem às suas atividades produtivas, um impasse estava criado, sendo necessário o pedido que a diretoria cassada retomasse suas atividades frente ao movimento paredista, desde que esse acordo fosse aceito.

A intervenção teve início na madrugada do dia 23, sexta-feira, segundo depoimento do jornalista Demerval Júlio de Grammont:

A assembleia no Estádio de Vila Euclides, que confirmou a continuação da greve na véspera da intervenção deslocou todo mundo para a sede do Sindicato, onde fizeram vigília. Era muita emoção, as pessoas entraram de corpo e alma, foi um período em que o pessoal se separava da família. Quando o dia clareou, a tropa de choque espinha de peixe fechou o Sindicato. A diretoria, afastada do Sindicato, teve que dar um recuo estratégico. Após a trégua dos 45 dias, a assembleia foi traumática.²⁰⁶

A reação à intervenção contou com alguns confrontos entre os trabalhadores e as forças de repressão. Segundo Bargas e Rainho, as ruas do centro de São Bernardo do Campo até ao menos o bairro do Ferrazópolis, vizinho da sede do Sindicato, tornaram-se uma “praça de guerra”. Em passeata pela Rua Marechal Deodoro, a multidão seguiu para a Igreja Matriz e, logo depois, para o Paço Municipal, onde:

Começaram a formar, com seus próprios corpos, a palavra Democracia. Esta não acabaria de ser ‘escrita’ porque se deu o confronto com a polícia, que lançavam bombas de gás, dava tiros para o ar, avançava com cassetetes, cavalos e cães sobre os trabalhadores. Estes devolviam as bombas de gás e jogavam pedras nos policiais.²⁰⁷

²⁰⁶ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em: 18 abr. 2017.

²⁰⁷ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 134.

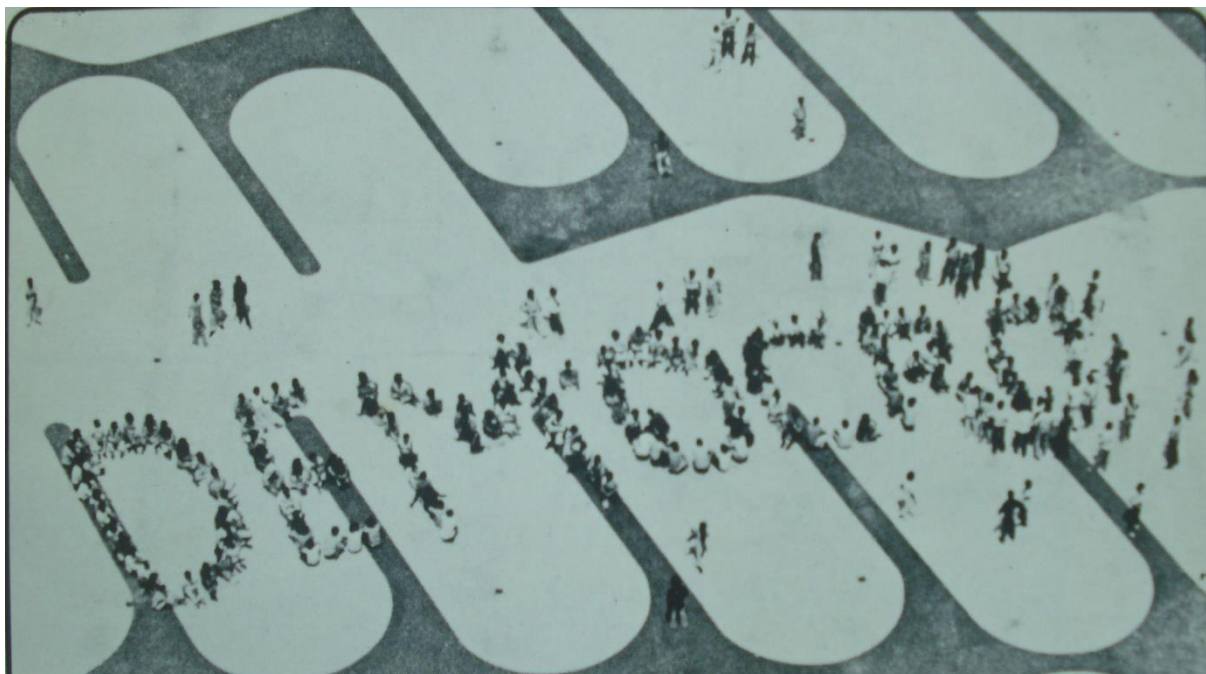


Figura 5. Manifestantes no Paço Municipal de São Bernardo do Campo logo após a intervenção no Sindicato.²⁰⁸

Após a intervenção federal no Sindicato, alguns de seus diretores, bem como alguns ativistas da Comissão de Salários, dispersaram e, segundo Bargas e Rainho, por algumas horas a localização destes era desconhecida dos demais. A localização do próprio presidente foi descoberta praticamente no dia seguinte à intervenção, data na qual fora marcada uma reunião com o objetivo de rearticular tanto a Comissão de Salários quanto os membros da diretoria ainda dispersos. O paradeiro de Lula foi exposto nessa reunião e foi acordado procura-lo na manhã seguinte para uma nova reunião com todos os presentes naquela.

Sem dúvida o clima vivido naquelas horas era de extrema tensão, bem como a aposta no agravamento dos conflitos seria quase inevitável, haja vista os conflitos já descritos acima, os quais pareciam crescer cada vez mais. Inclusive uma “retomada simbólica” da sede do Sindicato foi feita.²⁰⁹ Bargas e Rainho descrevem algumas passagens desse acontecimento:

²⁰⁸ OLIVA, Aloízio Mercadante. **Imagens da luta 1905-1985**. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

²⁰⁹ Uma noção do que foram os conflitos entre os trabalhadores e as forças de repressão pode ser encontrada no filme de Leon Hirszman. Cf. ABC DA GREVE. Direção: Leon Hirszman, 1991. 86 min, color., 16 mm. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Os trabalhadores ao saírem do Paço Municipal, conforme Tito Costa²¹⁰ lhes havia solicitado, não foram todos para suas casas. Pela Marechal Deodoro, retornam, em passeata, até a sede do Sindicato. (...).

Os policiais de plantão em frente à sede, percebendo que não poderiam conter os trabalhadores que para lá se dirigiam, correram para onde estavam estacionadas as viaturas policiais. Essa fuga foi seguida, pouco depois, pelo interventor Guaraci Horta, que tomara posse horas antes.²¹¹

Os autores colocam que durante algum momento houve bastante euforia por parte dos trabalhadores com a simbólica retomada do Sindicato, mas logo a repressão se reorganizaria e imprimiria nova frente àqueles reunidos nos entornos da sede. Os confrontos se deram novamente na avenida Marechal Deodoro, e os policiais dispersavam a multidão pelas ruas próximas tendo fim a ação empreendida pelas forças de repressão apenas nas imediações da Igreja Matriz do município.

Na citada reunião entre Lula e os demais membros da diretoria e da Comissão de Salários, o presidente explica aos demais presentes que preferiu se ausentar no último dia – sexta-feira, 23 de março – devido aos conselhos de alguns políticos aliados e de dirigentes sindicais. Estes acreditavam que sua presença em público logo depois da intervenção apenas despertaria os ânimos, trazendo consequências drásticas a um quadro de conflito já bastante acentuado. Outro fator por ele apontado para sua ausência foi o cansaço, pois estava já havia alguns dias sem dormir. Nessa mesma reunião, Lula comenta que designou Djalma Souza Bom para falar em seu lugar na assembleia convocada para o Paço Municipal na tarde daquele sábado pelo prefeito Tito Costa.

Ainda na reunião na casa onde Lula estava abrigado, também estavam presentes, além dos já citados, David de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Lélia Abramo, do Sindicato dos Artistas e Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. Nessa segunda reunião, os presentes cobraram do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema que este assumisse uma postura mais firme, retomando o comando do movimento e reaparecendo para o público, ainda que o regime tivesse cassado seu mandato e diretoria: “Explicam-lhe o que acabavam

²¹⁰ Antonio Tito Costa foi prefeito de São Bernardo do Campo entre 1977 e 1983.

²¹¹ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 137.

de testemunhar, no Paço Municipal. Lélia Abramo diz a Lula que ele ‘estava se omitindo num momento em que a classe operária estava escrevendo a sua história’.²¹²

Na manhã seguinte, durante uma missa na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo Lula, junto dos demais diretores e membros da Comissão de Salários, expõe o entendimento acerca de que era preciso retomar a direção da greve – pois as ações tomadas até então haviam reforçado tal necessidade – aqui, tratamos especificamente dos conflitos que seguiram a intervenção na sede do Sindicato e a falta de orientação para ações que evitassem tais conflitos. Segundo a *Folha da Tarde* tal momento se deu durante o sermão da missa, que era dirigida pelo padre Adelino e pelo bispo Cláudio Hummes.

Antes de o líder sindical expor seus pontos, o bispo da diocese de Santo André, em sua fala, colocou alguns pontos acerca dos acontecimentos ocorridos nos dias anteriores:

“Este é um momento de esperança, em primeiro lugar. É, também, um momento de ação de graças. Estamos aqui por causa da intervenção federal no Sindicato dos Metalúrgicos”.

(...). “Na concentração de ontem (sábado), pelas informações que tenho, vocês começavam a se retirar pacificamente, em ordem, voltando para casa, quando outras pessoas, que não metalúrgicos, começaram uma passeata. E aí veio a repressão”.²¹³

Podemos ver na fala de dom Cláudio Hummes que a decisão pelo retorno da diretoria ultrapassava as considerações da própria direção do movimento. Ou seja, no momento de maior fragilidade da diretoria do SMSBCD e da Comissão de Salários, pessoas próximas aos posicionamentos defendidos por estes e até mesmo simpatizantes do movimento operário incitaram a direção para que esta retomasse seu lugar mesmo a despeito da intervenção. Lembramos aqui a fala de Lélia Abramo a Lula na reunião do dia anterior quando este parecia não estar disposto a reassumir suas funções como líder sindical. Em seguida à fala de Dom Hummes, o presidente do Sindicato reiterou que: “a partir de agora, nós, diretores do Sindicato, assumiremos o comando do movimento. Isso evitará que palavras de ordem de

²¹² RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Benficiente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 140.

²¹³ FOLHA DA TARDE. **Metalúrgicos**: Lula reassume a liderança da greve. São Paulo, quarta-feira, 26 mar. 1979. p. 18.

outros sejam colocadas. Acredito que em Santo André e São Caetano isso também acontecerá”.²¹⁴

Ainda sem resposta acerca de uma decisão dos patrões em aceitar as condições dos trabalhadores para a volta ao trabalho e com o Sindicato sob intervenção, a direção do movimento parecia disposta a aceitar uma trégua, no entanto haveria negociações, ainda, para considerar tal possibilidade. Os dias 26 e 27 daquele mês de março marcariam decisões fundamentais no sentido da trégua proposta.

No primeiro dia, ainda que muitos empresários não aceitassem negociar com a diretoria destituída, ao menos dois deles mantiveram as tratativas com o presidente deposto do Sindicato e o advogado da instituição, Maurício Soares. Os empresários eram Paulo Franchini e Cláudio Bardella. A reunião entre as partes citadas contou com a participação de Murilo Macedo por telefone. O acordo para a trégua previa 6 questões a serem acertadas, entre elas: o pagamento dos dias parados e a garantia do aumento dos 11% conquistados pelos trabalhadores em 1978; o período de trégua seria de 45 dias contados a partir de 26 de março encerrando-se, portanto, no dia 12 de maio; os patrões assumiriam o compromisso de não aplicarem punição de qualquer natureza aos participantes do movimento grevista, contando 120 dias a partir daquele 26 de março; por fim, o ponto possivelmente mais sensível no que tangia à aposta da direção do movimento grevista em sua durabilidade: ficava apalavrado que os sindicatos que sofreram intervenção federal seriam restituídos as suas antigas direções. Na assembleia do dia 27, mais de 70 mil trabalhadores presentes no estádio de Vila Euclides aprovaram o acordo de trégua. O espectro de uma derrota para a direção do movimento e, principalmente, para os trabalhadores se materializava. No entanto, naquele momento manter o Sindicato como instrumento de luta parecia mais relevante para a direção do movimento.

Durante o período de vigência da intervenção no Sindicato, dom Cláudio Hummes cedeu a Igreja Matriz de São Bernardo como centro para reuniões da diretoria do Sindicato e também da Comissão de Salários, ou seja, a Igreja passava a ser o ponto onde os trabalhadores poderiam tirar dúvidas e passar informações do que ocorria nas fábricas para os dirigentes sindicais destituídos de suas funções, outro ponto de encontro dos trabalhadores era o bar Aquárius – que ficava próximo à Matriz –; ambos seriam uma sede informal do

²¹⁴ FOLHA DA TARDE. **Metalúrgicos**: Lula reassume a liderança da greve. São Paulo, quarta-feira, 26 mar. 1979. p. 18.

Sindicato. Sobre esta fase em particular do movimento operário em São Bernardo, Rodrigues destaca alguns pontos interessantes:

Teremos várias atividades como as reuniões na Igreja, no bar; a presença constante e diária nas portas das fábricas; a exibição do filme do cineasta Renato Tapajós: “*Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores*”, feito por solicitação do sindicato, projetado nos bairros e no salão da Igreja Matriz; show de música popular, no conjunto Vera Cruz com o objetivo de propiciar coleta de dinheiro e um torneio de futebol.²¹⁵

É preciso destacar também que nesse período, por motivos óbvios, a *Tribuna Metalúrgica* não entrou em circulação; em seu lugar, o *ABCD Jornal* era quem passava as notícias de negociações e denúncias de quebra do acordo de trégua por parte dos empregadores durante as tratativas para um acordo.

Já no início da trégua algumas fábricas da região começam a demitir trabalhadores participantes do movimento grevista. O caso mais drástico citado por Bargas e Rainho é o da empresa Motores Búfalo, situada em São Bernardo, nela foram demitidos 81 trabalhadores. O descaso de alguns empresários com o acordo firmado chegou a causar desconforto entre alguns membros da ANFAVEA e até mesmo no ministro do Trabalho Murilo Macedo, os quais receavam uma nova declaração de greve geral. Outra quebra no acordo de trégua foi a pressão que algumas empresas fizeram para que os trabalhadores cumprissem horas extras, possivelmente com o intuito de aumentarem seu estoque caso nova greve fosse declarada – possibilidade não descartada por nenhum dos lados já que a trégua fora declarada no sentido de resolver o impasse colocado com a continuação do movimento mesmo com a diretoria do Sindicato destituída de seu posto. Por fim, muitas empresas não cumpriram o compromisso de pagar os dias parados, descontando o salário da folha de abril ou então os debitando como empréstimos. Evidentemente, tal manobra não foi aceita, sendo rechaçada com greves pontuais de setores das fábricas que usaram tal expediente.

Entremeio à trégua acordada entre trabalhadores e empregadores, um ato de 1º de Maio foi organizado pela diretoria deposta em conjunto com mais de 60 entidades –

²¹⁵ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 111.

associações de funcionários públicos, movimentos estudantis, Movimento Contra a Carestia e associações de bairro. Entre as bandeiras levantadas no ato são citadas: o fim da intervenção nos três sindicatos metalúrgicos do ABCD paulista, salário mínimo real e unificado, direito de greve e luta contra a carestia.

Outro fator importante é que o ato do Primeiro de Maio iria também unificar as bandeiras progressistas, além de contar com a presença de artistas que apoiavam a causa dos trabalhadores, caso de Vinicius de Moraes o qual comparece à missa realizada naquele mesmo dia, em que, logo após a celebração, apresentou seu poema *O operário em construção*.²¹⁶ Em reportagem da *Folha de S. Paulo* por ocasião de um ano da morte do citado poeta, é lembrada sua preferência pelas causas progressistas.²¹⁷

Após a assembleia do Primeiro de Maio tiveram início os preparativos para a mobilização acerca do prazo dado para o fim da trégua. Sem dúvida a expectativa era grande. A promessa de nova greve ao menos até os primeiros dias do citado mês ainda era colocada pelos trabalhadores e também pela direção do movimento, por sua vez, o empresariado parecia não retroceder de seus posicionamentos.

Na madrugada do dia 13 de maio, o acordo para que o movimento grevista fosse encerrado já estava preparado. Rodrigues explana seus principais pontos:

Aumento de 63% para quem ganhava até dez salários-mínimos em março de 1979, (...) para quem ganhava acima de dez salários-mínimos (...) prevalecia o índice oficial o piso salarial foi estabelecido em CR\$ 3.204,00 (...). No entanto, esse acordo só seria aplicado nas empresas que concederam aumentos reais, extra-dissídios, durante o ano de 1978. Para as restantes prevaleceriam os índices escalonados anteriormente, aceitos pelos sindicatos do interior.²¹⁸

Faltava apenas a aprovação da assembleia no dia seguinte.

²¹⁶ Aqui, citamos alguns versos do poema: “Era ele que erguia casas / Onde antes só havia chão. / Como um pássaro sem asas / Ele subia com as casas / Que lhe brotavam da mão. / Mas tudo desconhecia / De sua grande missão: / Não sabia, por exemplo / Que a casa de um homem é / Um templo um templo sem religião / Como tampouco sabia / Que a casa que ele fazia / Sendo a sua liberdade / Era sua escravidão”.

²¹⁷ WAINER, Samuel. Um encontro para a eternidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1980. Ilustrada, p. 37.

²¹⁸ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 113.

Antes da assembleia do dia 13, foi feita uma reunião com os diretores depostos e a Comissão de Salários em que ponderaram a aceitação do acordo para encerrar a greve e recuperar o Sindicato ou optarem pela decretação de nova greve. Por decisão da maioria na reunião na Câmara dos Vereadores de São Bernardo, foi decidido que aceitariam o acordo proposto. Desse modo, na assembleia um ativista – Enilson Simões de Moura – proporia tal acordo, haja vista a diretoria não poder fazê-lo em benefício próprio – já que o acordo previa o seu retorno à direção do órgão representativo dos trabalhadores –, e em seguida Lula falaria em favor da decisão tomada por diretores e membros da Comissão de Salários. Logo na chegada ao estádio de Vila Euclides, a direção do movimento percebia a preferência dos presentes pela decretação de nova greve.

Aqui, voltamo-nos para algumas considerações de Bargas e Rainho sobre a citada assembleia. Os autores não omitem que a proposta de não entrada em novo estado de greve foi o ponto mais polêmico da assembleia, isso porque os trabalhadores já vinham sendo preparados para deflagrar novo movimento desde a declaração de trégua proposta no fim de março. Portanto, o sinal da direção do movimento em contrário do que vinha sendo preparado foi um duro baque para os 60 mil metalúrgicos presentes no estádio de Vila Euclides.²¹⁹ Outra questão colocada foi que, percebendo a organização que o movimento vinha alcançando, os empresários propuseram reaver negociações para um acordo que possibilitasse a volta da diretoria mais os pontos levantados por Lula na assembleia. No entanto, reforçam os autores a proposta foi tão malvista que, mesmo antes de o líder sindical terminar sua fala, o estádio já estava se esvaziando. Na fala de Grammont, a decepção dos trabalhadores é bem traduzida:

Foi aquela frustração porque a assembléia estava lotada, e a proposta era voltar ao trabalho. Houve uma cena interessante com pessoas que rasgaram a carteirinha do Sindicato e xingaram as lideranças, o Lula, o Osmarzinho etc. O Lula ficou arrasado. (...), era importante retomar o Sindicato, nesse momento de recém-retomado o movimento sindical com uma proposta nova (...). Se essa luta sindical fosse forçada a ir para uma situação de clandestinidade, seria um retrocesso. (...). Então Lula, avaliou e falou: É importante continuar com o Sindicato, outras lutas virão.²²⁰

²¹⁹ RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 156-157.

²²⁰ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=208>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Dessa forma, um novo embate grevista ficava adiado para o ano seguinte. No entanto, para que tal embate fosse possível, direção sindical e demais ativistas do movimento operário em São Bernardo do Campo precisavam recuperar a confiança daqueles trabalhadores que se decepcionaram com o acordo selado após a trégua dos 45 dias.

CAPÍTULO 3 UMA IGREJA VOLTADA PARA A QUESTÃO SOCIAL

3.1 A proposta de uma Igreja aberta à sua comunidade

A necessidade de se empregar uma Igreja Católica renovada, ao longo da segunda metade do século XX, já vinha sendo aventada no interior do catolicismo e até mesmo por sua comunidade leiga décadas antes do Concílio Vaticano II inaugurado por João XXIII (1958-1963) a 11 de outubro de 1962 – ainda que com bastante resistência de alguns setores mais conservadores do catolicismo. Recuando um pouco o período proposto, alguns analistas consideram que os primeiros passos nessa direção são dados no pontificado de Leão XIII (1878-1903). Na encíclica papal *Rerum Novarum* de Leão XIII, podemos ver o reconhecimento dos males sociais que afetavam o mundo e da miséria imposta aos mais pobres por meio da exploração de seu trabalho, resultado advindo principalmente das fortes desigualdades sociais impostas pelas relações capitalistas.

1. A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, (...), a alteração das relações entre os operários e patrões, a influência das riquezas nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, (...), deu em resultado final um temível conflito.²²¹

No entanto, pode-se considerar que em seu pontificado Leão XIII ensaiava alguma resposta aos desafios que a Igreja vinha enfrentando desde a quebra de seu monopólio na

²²¹ XIII, LEÃO. **Carta encíclica Rerum Novarum**. Sobre a condição dos operários, 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 13 abr. 2017.

crisandade ocidental? A saber: as concepções da modernidade, uma delas exposta no excerto acima, os conflitos entre capital e trabalho.

Neste primeiro tópico do capítulo III, objetivamos demonstrar – colocando aqui de forma simplificada – a gradual evolução de uma concepção do que seria uma Igreja mais voltada para o mundo, atenta, portanto, aos seus problemas e partícipe da resolução destes. No entanto, a ideia em torno do que viria a ser o amadurecimento das relações entre a Igreja e seus seguidores experimentaria uma lenta evolução nas décadas que precederam o pontificado de Leão XIII, vindo a conhecer um passo decisivo de ruptura apenas no pontificado de João XXIII.

Iniciamos o tópico com uma citação de uma das encíclicas papais mais lembradas para tratar a questão da exploração desmedida do trabalho pelo capital. Não por acaso, pode-se considerar tal iniciativa – tratar tema tão delicado, num período em que poucas pessoas fora do âmbito progressista o abordavam – como uma tentativa do campo católico de se inteirar dos problemas contemporâneos. É essa, ao menos, a compreensão de Lucas Aparecido Costa em sua tese *Tentativa católica de modernidade*.

Segundo Costa, a Igreja vinha de um período de perda de sua hegemonia enquanto produtora de discursos, dessa forma, uma concepção de que era preciso

Articular um projeto histórico oposto às filosofias leigas do século XIX, as quais não cediam espaço, em sua interpretação da presença humana ao longo do tempo, para demandas relativas à espiritualidade, moralidade e, nomeadamente, a eternidade.²²²

Necessariamente, tal desafio foi respondido com o emprego do conceito do *Ultramontanismo*. No entanto, para compreender o que foi tal movimento do catolicismo é preciso situar seu emprego na prática da Igreja, por assim dizer. O projeto em torno da conservação das tradições católicas vai ser empreendido pelos seguintes papas: Gregório XVI (1831-1846), Pio IX (1846-1878), Leão XIII, Pio X (1903-1910) e Pio XI (1922-1939).

²²² COSTA, Lucas Aparecido. **Tentativa católica de modernidade**: o conceito de pessoa humana e sua realização histórica (1958-1982). 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. p. 19.

Ora, citamos essa longa lista de chefes da Igreja para demonstrar a duração que a influência do projeto de preservação do catolicismo conservador teria ao longo de pouco mais de um século. Ou seja, a compreensão do que fora a contraposição a esse projeto – um catolicismo mais aberto a mudanças, por assim dizer – passa por compreender também o que fora seu “antecessor”. Assim, o *ultramontanismo* segundo Cátia Regina Rodrigues, em seu trabalho de mestrado *A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)*, pode ser entendido:

Como manifestação de obediência de muitos clérigos da França às determinações da Santa Sé em contraposição a uma parte expressiva do clero que defendia as tradições de fé do povo francês. (...), o ultramontanismo passou a ser o termo de referência para os muitos católicos dos diversos países, cuja preocupação básica era a fidelidade às diretrizes romanas, mesmo afastando-se dos interesses políticos e culturais de suas respectivas pátrias.²²³

Inferimos que Costa, ao contrário de Rodrigues – a qual entende ter ocorrido uma quebra de paradigmas entre uma Igreja pré-Concílio Vaticano II e uma Igreja pós-Concílio –, não imputa às mudanças da Igreja propostas no Concílio Vaticano II um rompimento definitivo com os valores ultramontanos ou, ao menos, busca conciliar alguns valores colocados por pontífices como Leão XIII e Pio XI como passagem para as mudanças que viriam a partir do pontificado de João XXIII.

Antes de continuarmos o tema proposto, é preciso deixar claro que nosso objetivo não é tratar uma história do catolicismo nos séculos XIX e XX, suas correntes e possíveis tomadas de posição por uns e outros de seus líderes. Objetivamos, antes de tudo, compreender a visão dos quadros internos da Igreja que possibilitaram as mudanças que visamos compreender em meados do século XX, isso no que tange a dois pontos principais: o conceito que proporcionou tal mudança e como esta se deu na prática. Por isso, entendemos que uma mescla das duas concepções apresentadas até aqui para a compreensão do período será de melhor proveito para o objetivado em nosso estudo. Ou seja, se, por um lado, compreender as continuidades que possibilitaram o projeto de modernização da Igreja é importante no sentido do que foi empregado para sua viabilização, por outro, é igualmente importante entender os

²²³ RODRIGUES, Cátia Regina. *A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)*. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 16.

atores que participaram dessa mudança, sejam favoráveis a esta ou sejam contrários. Isso porque apenas dessa forma é possível compreender os motivos de a Igreja latino-americana ter avançado mais na direção da mudança progressista enquanto o centro de seu poder – se é que é possível colocar dessa forma – se limitou a adotar apenas algumas propostas levantadas no Concílio Vaticano II.

Munidos de tal colocação, lembramos citação do início deste capítulo que faz referência a passagem da encíclica *Rerum Novarum*. Notamos a preocupação de seu autor com as “transformações” iniciadas pela modernidade e, principalmente, com seus resultados traduzidos na expressão: “temíveis conflitos”. Segundo Costa, com tais considerações Leão XIII buscava diluir a intransigência do catolicismo com as inevitáveis mudanças ocorridas no período. Como postula o autor da citada tese: tinha início uma “tentativa católica de modernidade”. Nesse sentido, o que nos chama mais a atenção é o reconhecimento de que ambos os caminhos que se apresentavam, ao ver do pontífice compositor da *Rerum Novarum*, ofereciam escolhas criticáveis e prejudiciais, sendo eles: um liberalismo que explorava desenfreadamente o trabalho, de um lado, enquanto, se desenvolvia, de outro, uma concepção de mundo que ignorava as relações com o divino, apostando tudo no materialismo. Há que se considerar ainda uma importante ressalva: o documento composto pelo pontífice em fins do século XIX, mesmo criticando ambos os caminhos apontados, parecia não superar nenhuma de suas contradições, reconhecia a importância da propriedade privada ao mesmo tempo que reconhecia a necessidade urgente de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

O “primeiro passo” no sentido de se posicionar ante às questões políticas de seu tempo buscando superar uma postura de reclusão em si mesma, estava carregado de um perigoso dualismo. Isso, segundo Costa, se a análise de quem se ocupa do citado documento basear-se apenas no contexto político traçado na encíclica, deixando de lado seu teor religioso – afirmação que pode ser compreendida na citação logo abaixo. Assim, o ponto levantado pelo autor nessa passagem de seu trabalho acerca da “tentativa de modernização” da Igreja é que Leão XIII busca não apenas um caminho alternativo para o comunismo coletivo e o liberalismo individualista. Segundo o autor, o pontífice:

De um lado coloca (...) tanto o comunismo quanto o capitalismo em uma mesma fronteira, já que os dois sistemas negam o caráter transcendental do homem, do outro, entende o primeiro sistema como obra do segundo a ênfase reservada à condição dos operários integra, por extensão, o conteúdo

histórico subjacente ao texto leonino. Na crise vivenciada pela igreja em fins do século XIX, a retomada dos princípios inteligíveis ao campo religioso, especificamente o católico-cristão, revela o esforço empreendido por uma instituição multissecular, que em seu tímido e inicial diálogo com a modernidade procurou não tanto, assimilar seus valores, mas sim incorporá-los a seu discurso religioso.²²⁴

Esse primeiro passo, ao mesmo tempo que implica uma sinalização de mudança ante as ideias que postulavam uma Igreja ainda voltada para si mesma, também assegura a concepção de que a conservação de seus principais valores deveria ser defendida de maneira a conformar as mudanças já postas pela modernidade. No entanto, como tal concepção era vista por outros membros da hierarquia católica, ou seja, para além do papado e da Cúria Romana? A princípio, postulamos os demais membros do clero, mas não é difícil inferir a influência de membros de fora da estrutura eclesial, tais como o filósofo francês Jacques Maritain.²²⁵ Este, como tantos, outros contribuiu com seus escritos para uma nova concepção do pensamento católico.

Antes de aprofundarmos a noção de conflito expressa acima – no caso, entre um setor conservador e outro progressista, por assim dizer –, cabe uma breve consideração sobre um texto do sociólogo francês Pierre Bourdieu acerca das teorias do campo. Nele o sociólogo trata especificamente do que considera como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nestes espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes”.²²⁶ Em outras palavras, compete ao posto ocupado por dado personagem todo um arsenal de “propriedades específicas” que são particulares àquele campo independentemente da vontade de quem o ocupa. Nesse sentido, o conceito de Bourdieu pode ser empregado no contexto proposto devido à posição própria de liderança que o pontífice tem à frente da Igreja instituição que, naturalmente, tem suas propriedades específicas, ritos e costumes bastante inerentes ao campo religioso do catolicismo. Ou seja, ainda que seja líder da Igreja, o papa deve observar, e mesmo conservar, essas propriedades, ritos e costumes:

²²⁴ COSTA, Lucas Aparecido. **Tentativa católica de modernidade: o conceito de pessoa humana e sua realização histórica (1958-1982)**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. p. 24.

²²⁵ Filósofo francês de orientação católica viveu entre os anos de 1882 e 1973. Entre suas principais concepções podemos destacar a que trata da chamada Democracia Cristã. Outro fator a se destacar é sua influência junto ao clero latino-americano, notoriamente, entre os bispos e padres mais progressistas da Igreja no citado continente.

²²⁶ BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119.

A abertura de Leão XIII – não estranha, todavia, aos preceitos autoritários ultramontanos – deve ser entendida em função da posição por ele ocupada no *campo religioso*. Bourdieu, comentando as estruturas do *campo*, elucida os limites da atuação quando o sujeito se encontra na posição de autoridade máxima numa determinada esfera.²²⁷

Ou seja, Costa busca na primeira parte de sua tese argumentar que o continuísmo das políticas ultramontanas ao longo do século XX foi diluído até a ruptura provocada no pontificado de João XXIII. Noutras palavras, por ocupar uma posição de liderança ante o corpo da Igreja, seus pontífices não poderiam imprimir um ritmo de mudança bastante brusco. Diferentemente de Rodrigues, a qual enumera os conflitos de correntes distintas dentro do catolicismo, a saber: por um lado, uma ala conservadora mais voltada para si mesma, ou seja, defensora de uma Igreja mais reclusa em seus próprios assuntos, representando o que Bourdieu chamaria de “defensores da *ortodoxia*”; e, por outro lado, uma ala mais progressista da Igreja, que o sociólogo francês colocaria como “os que buscam subverter a ordem posta”.

Para uma maior compreensão do explanado até aqui, abrimos espaço para o argumento de Bourdieu sobre os conflitos dentro do *campo*:

Os que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, inclinam-se para estratégias de conservação – as que nos de produção de bens culturais tendem para a defesa da *ortodoxia* –, ao passo que os menos providos de capital (...) inclinam-se para as estratégias de subversão – as da heresia. É a heresia, a heterodoxia como ruptura crítica, muitas vezes ligada a crise, com a doxa, que faz sair os dominantes do silêncio e que lhes impõe que produzam o discurso defensivo da ortodoxia.²²⁸

Acerca do tratado até aqui, uma dúvida se faz imprescindível para a compreensão do tema: por que a ruptura com o ultramontanismo foi possível a partir da segunda metade do século XX? Isso em se considerando as concepções do Concílio Vaticano II, em muitos pontos oposto aos preceitos ultramontanos. Ocorre que, no interior da hierarquia da Igreja, muitas ideias postuladas no concílio convocado por João XXIII já vinham sendo

²²⁷ COSTA, Lucas Aparecido. **Tentativa católica de modernidade**: o conceito de pessoa humana e sua realização histórica (1958-1982). 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. p. 20.

²²⁸ BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 121.

desenvolvidas – à frente trataremos tal assunto –, o que, sobremaneira, sinaliza ao pontífice que achasse a mudança conveniente executá-la. O pontificado de Pio XII é um exemplo dessa possibilidade de mudança pela cúpula do poder, conciliando ideias já postas na base da hierarquia com o que necessita ser preservado:

Concomitante a deflagração da II Guerra Mundial, iniciava-se em alguns países daquele continente, sobretudo na Alemanha e na França, uma importante renovação teológica, devedora do esforço intelectual de religiosos das ordens dominicana e jesuíta, com ênfase para atuação dos seguintes sacerdotes franceses: Yves Congar e Henri de Lubac. A busca por maior espiritualidade em detrimento da estrutura institucional da Igreja, assim como a importância conferida à participação ativa do leigo na Igreja, constituíram as balizas dessa tateante eclesiologia.²²⁹

Necessariamente, Pio XII reconhece, segundo Costa, a importância da nova teologia para a “recristianização das mentalidades”, fazendo do leigo parte importante da estrutura da Igreja. No entanto, cumprindo o papel de chefe desta, portanto de “defensor da ortodoxia” – para usar a expressão de Bourdieu –, Pio XII tem algumas importantes restrições às citadas concepções teológicas, ainda que Costa tente atenuá-las enfatizando os pontos que o pontífice acatou. Rodrigues, por sua vez, acentua necessariamente o que foi condenado na chamada nova teologia:

Concomitante, despertariam também novas orientações teológicas, como a chamada *Nouvelle Théologie*: (...). Havia um esforço entre os defensores dessas teologias mais modernas de compatibilizar questões de fé com a ciência. (...).

As ideias da Nova Teologia interpretadas como um manifesto confronto com dogmas e leis preestabelecidos, seriam objeto de críticas e repreensões, culminando com sua condenação formal na encíclica *Humani Generis*, publicada em 12 de agosto de 1950 pelo papa Pio XII (...). Mas tal condenação não impediria que essa nova maneira de fazer e pensar teologia fosse reconhecida mais tarde pelo Concílio Vaticano II.²³⁰

²²⁹ COSTA, Lucas Aparecido. **Tentativa católica de modernidade: o conceito de pessoa humana e sua realização histórica (1958-1982)**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. p. 31.

²³⁰ RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p.. 21-22.

Paralelamente às ideias defendidas na *Nouvelle Théologie*, outras concepções de que a Igreja necessitava renovar-se em vários aspectos desenvolviam-se entre o clero e o episcopado. Trata-se de ideias que começam a despontar no catolicismo já nas primeiras décadas do século XX, algumas delas podem ser resumidas em preceitos como o uso do idioma vernacular nas celebrações litúrgicas, o emprego de ciências auxiliares como a linguística e a arqueologia na interpretação da *Bíblia*, a aproximação da Igreja com outras denominações cristãs, bem como com outras religiões, e a maior integração dos leigos como membros ativos da Igreja, ou seja, deixava-se de lado a perspectiva de que o leigo apenas deveria obedecer aos preceitos traçados pela hierarquia eclesial.

Antes de avançarmos na argumentação sobre como essas inovações teológicas foram absorvidas pela Igreja pouco antes do concílio convocado pelo papa João XXIII e depois empregadas por seu sucessor Paulo VI (1963-1978) na composição da constituição *Gaudium et Spes*, analisaremos alguns comentários de Gustavo Gutiérrez em sua obra *Teologia da Libertação* acerca desse período que tratamos.

Na segunda parte da obra de Gutiérrez denominada “Colocação do problema”, o autor traça alguns pontos de evolução do argumento em torno da chamada “mentalidade de cristandade”, a qual, apontamos acima, trazia características defensivas para uma Igreja que sentia-se afetada em seus preceitos espirituais e políticos. Nas palavras do teólogo peruano:

A Igreja aparece, essencialmente, como depositária exclusiva da salvação: “fora da Igreja não há salvação”. Esta exclusividade, suscetível de certos matizes que não mudam o esquema de fundo, justifica seja considerada a Igreja centro da obra salvadora e se apresente, por conseguinte, como um poder em face do mundo. (...).

Os interesses da instituição eclesiástica são representados antes de tudo pelos bispos e pelo clero; os leigos, dada sua posição na sociedade política, serão normalmente auxiliares daqueles.²³¹

Portanto, a obediência era fator fundamental desse período em particular da Igreja, especialmente a obediência ante a hierarquia eclesial. Necessariamente, era um período propício para tal concepção, como coloca Gutiérrez, pois trata-se de um período em que a unidade entre a fé e a vida social estava em declínio, por isso o emprego de uma postura mais

²³¹ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 55-56.

defensiva. No entanto, como demonstra o excerto acima, tal postura já estava “desvinculada da realidade” imposta pelos primeiros anos do século XX.

Mais uma vez nos valem os apontamentos de Gutiérrez para demonstrar o que foram as concepções da chamada nova cristandade e seus resultados práticos no catolicismo entre os anos que permearam seu desenvolvimento e o chamado para os trabalhos do Concílio Vaticano II.

Se no enfoque anterior predominava de alguma forma certa teologia agostiniana, aqui predominará a tomista. (...). Sobre esta base elabora Maritain uma filosofia política que procura integrar, a mais, certos elementos modernos. A tarefa de construção da cidade temporal será, antes de tudo, busca de uma sociedade baseada na justiça, no respeito aos direitos de todos e na fraternidade humana: seu sentido não é, como na perspectiva anteriormente estudada, diretamente religioso ou de defesa dos interesses da Igreja.²³²

Aqui, como exercício de compreensão da mudança no catolicismo apontada por Gutiérrez no período, lembramos as transformações que citamos acima e acrescentamos uma concepção fundamental para o – podemos colocar – desenvolvimento de setores progressistas da Igreja no Brasil. Trata-se do método *Ver-Julgar-Agir*. Segundo Rodrigues, “O método Ver-Julgar-Agir foi criado pelo padre belga Leon Joseph Cardjin. Membro de uma família de classe operária, ele teria fundado, em 1923, o movimento de jovens católicos – a Juventude Operária Católica (JOC)”.²³³

Para seguirmos com a temática proposta acima – análise e colocação dos preceitos inaugurados com o Concílio Vaticano II –, encerramos essa primeira explanação dos conceitos apontados por Gutiérrez traçando alguns pontos do que o autor coloca como “distinção de planos”. Mais uma vez, segundo o teólogo peruano, o primeiro esforço no sentido apontado vem de J. Maritain. Trata-se de distinguir os papéis da Igreja e do mundo, isso tudo “dentro da unidade do plano de Deus”. Se considerarmos o novo papel que era reservado ao leigo dentro da estrutura da Igreja a proposta fica mais compreensível.

²³² GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 57.

²³³ RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 20-21.

Isto leva a diferenciar também as funções do sacerdote e do leigo. O sacerdote rompe seu ponto de inserção no mundo; sua missão identifica-se com a da Igreja: evangelizar e animar o temporal. (...) Quanto ao leigo, porém, a situação na Igreja não o faz abandonar sua inserção no mundo. Em sua tarefa temporal, procurará o leigo criar com outros homens, cristãos ou não, uma sociedade mais justa e humana.²³⁴

A propósito da dualidade entre o espiritual e o material, segundo as ponderações de Costa:

Essa dualidade contígua indicava que o *ser*, enquanto *indivíduo* – termo usado por Maritain para explicar a finitude da criatura em sua passagem por esse mundo – deveria se envolver, inteiramente, na sociedade do qual participava, contribuindo para o *bem comum temporal*.²³⁵

No segundo tópico teremos, chance de compreender os efeitos do que Gutiérrez colocou como distinção de planos e, por sua vez, Costa inferiu como a dualidade entre o espiritual e o material própria da necessidade de ação do leigo em busca de um “bem comum”, isso no contexto do catolicismo brasileiro, principalmente no que tange à construção da chamada “Ação Católica, das CEBs e das Pastorais”. Por hora, nos voltamos para análise das diretrizes apontadas no pontificado de João XXIII. Para tanto, iniciamos nossa análise com a encíclica *Pacem in Terris*.

A *Pacem in Terris* foi composta por João XXIII no ano de 1963. Nela, podemos identificar a noção de direitos e deveres universais, a legitimidade da luta contra as diversas formas de opressão conhecidas no mundo de então, bem como o direito à autodeterminação dos povos. Já na introdução da encíclica que agora tratamos nos deparamos com os fatores acima apontados dos quais, se destacam: a ordem do universo, o progresso da ciência, a crítica à desordem que o mundo moderno impôs na forma de novas relações entre os povos e as pessoas. Nesse sentido, temos as seguintes considerações – nesta primeira já nos deparamos com uma expressão bastante usada por essa corrente progressista dentro do catolicismo que é a da “dignidade do homem” – sobre a ordem no universo:

²³⁴ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 60.

²³⁵ COSTA, Lucas Aparecido. **Tentativa católica de modernidade: o conceito de pessoa humana e sua realização histórica (1958-1982)**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. p. 100. Grifos do autor.

2. O progresso da ciência e as inovações da técnica evidenciam que reina uma ordem maravilhosa nos seres vivos e nas forças da natureza. Testemunham outrossim a dignidade do homem capaz de desvendar essa ordem.²³⁶

Na sequência nos deparamos com a parte I da encíclica: “Ordem entre os seres humanos”.

Toda ser humano é pessoa, sujeito de direitos e deveres.

9. Em uma convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é: natureza dotada de uma inteligência e vontade livre. Por essa razão possui em si mesmo direitos e deveres (...). Trata-se, conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis.²³⁷

Sobre esse ponto em específico da “pessoa humana”, é preciso considerar a influência do filósofo Jacques Maritain na composição dos preceitos colocados na encíclica ora analisada. Influência esta exemplificada acima, nas considerações de Gustavo Gutiérrez acerca da “dualidade de planos”, conceito que foi demasiadamente estudado e usado pela ala progressista da Igreja Católica latino-americana.²³⁸

Na seção específica sobre os “direitos”, vemos títulos como: “Direito a existência e a um padrão digno de vida”; “Direitos inerentes ao campo econômico”; “Direito de reunião e associação”; “Direitos de caráter político”.

11. E, ao nos dispormos a tratar dos direitos do homem, advertimos, de início, que o ser humano tem direito a existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente

²³⁶ XXIII, João. **Carta encíclica Pacem in Terris**. A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. (1963). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 13 ago. 2015.

²³⁷ Ibid., acesso em 02 set. 2015.

²³⁸ “O pensamento de Maritain teve grande influência na América Latina. A Argentina foi um dos países mais significativos a este respeito. (...). Encontra-se no Brasil uma elaboração algo mais pessoal, graças aos trabalhos de Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima), que difundiu o pensamento de Maritain desde a década de 30”. Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 57. Nota de rodapé.

o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis.²³⁹

Ainda sobre a *Pacem in Terris*, como destacamos acima, sua seção acerca dos direitos sociais e políticos tem um excerto dedicado ao direito à reunião e associação e um seguinte dedicado aos direitos de caráter político. O primeiro faz as seguintes colocações:

23. Da sociabilidade natural da pessoa humana provém o direito de união e de associação; bem como o de conferir às associações a forma que aos seus membros parece idônea à finalidade em vista, e de agir dentro delas por conta própria e risco, conduzindo-as aos fins almejados.

(...).

26. Coere ainda com a dignidade da pessoa o direito de participar ativamente da vida pública, e de trazer assim a sua contribuição ao bem comum dos concidadãos. São palavras de nosso predecessor de feliz memória Pio XII: “a pessoa humana como tal não só não pode ser considerada como mero objeto ou elemento passivo da vida social, mas, muito pelo contrário, deve ser tida como sujeito, o fundamento, e o fim da mesma”.

27. Compete outrossim à pessoa humana a legítima tutela dos seus direitos, tutela eficaz, imparcial, dentro das normas objetivas do direito.²⁴⁰

Em resumo, buscamos demonstrar que as chamadas encíclicas sociais²⁴¹ de certa forma embasaram aqueles sacerdotes, bispos, e comunidades de base a tomarem um partido nos conflitos sociais existentes no país. Não para menos, se antes da adesão da cúpula da Igreja – ao menos alguns setores dela – dispunham-se a adotar tais valores não havia mais impedimento para que seus clérigos também o fizessem. No entanto, é preciso considerar: após a divulgação da *Pacem in Terris*, já durante os trabalhos do Concílio Vaticano II, é possível perceber sinais de reação dos setores mais conservadores da Igreja. Na sequência nos voltamos para o que Gutiérrez colocou como “crise do esquema da distinção de planos”, movimento que daria impulso para a chamada opção da Igreja latino-americana para uma

²³⁹ XXIII, João. **Carta encíclica Pacem in Terris**. A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. (1963). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 02 set. 2015.

²⁴⁰ Ibid., acesso em: 26 out. 2015.

²⁴¹ Conjunto de encíclicas papais que podem ser enumeradas desde a *Qui Pluribus*, publicada no pontificado de Pio IX (1846-1878), até as cartas publicadas por João Paulo II (1978-2005). Nosso maior interesse reside principalmente nas encíclicas publicadas entre os anos 1960 e 1980.

maior radicalização, isto, para além do que fora possível empreender no concílio convocado por João XXIII.

No entanto, antes de abordarmos a preparação do concílio, voltamo-nos para uma última colocação da *Pacem in Terris* sobre a noção de “bem comum” própria ao período de forte influência de filósofos como Maritain. Diz a passagem:

53. Todo o cidadão e todos os grupos intermediários devem contribuir para o bem comum. Disto se segue, antes de mais nada, que devem ajustar os próprios interesses às necessidades dos outros, empregando bens e serviços na direção indicada pelos governantes, dentro das normas da justiça e na devida forma e limites da competência. (...).

54. Essa realização do bem comum constitui a própria razão de ser dos poderes públicos, os quais devem promovê-lo de tal modo que, ao mesmo tempo, respeitem seus elementos essenciais e adaptem as suas exigências às atuais condições históricas.

(...).

58. (...). O bem comum ‘consiste no conjunto de todas as condições de vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana.

(...).

60. Hoje em dia se crê que o bem comum consiste sobretudo no respeito aos direitos e deveres da pessoa humana. Oriente-se, pois, o empenho dos poderes públicos sobretudo no sentido de que esses direitos sejam reconhecidos, respeitados, harmonizados, tutelados e promovidos tornando-se assim mais fácil o cumprimento dos respectivos deveres. (...).

61. Por isso mesmo, se a autoridade não reconhecer os direitos da pessoa, ou os violar, não só perde ela a sua razão de ser como também as suas injunções perdem a força de obrigar em consciência.²⁴²

Chama atenção, sobremaneira, não apenas a ideia intrínseca de solidariedade exposta no parágrafo 53, antes disso, é notável a responsabilidade que é dada a cada cidadão para que este contribua com o chamado “bem comum”. Ora, não se trata mais de não se ligar nos assuntos à parte da Igreja, mas, necessariamente, de inteirar-se deles, responsabilizando-se por seu êxito, inclusive no que tange a cobrar as autoridades públicas que deveriam zelar pelas demandas sociais.

²⁴² XXIII, João. **Carta encíclica Pacem in Terris**. A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. (1963). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 22 mai. 2016.

Munidos de algumas dessas concepções, os setores progressistas da Igreja puderam colocar em prática suas ideias de justiça social. No entanto, uma reação a tais conceitos não tardaria a se fazer sentir. O próprio Gutiérrez exemplifica isso quando identifica a “crise da distinção de planos”. Segundo o teólogo peruano tal crise pode ser dividida em duas fases, as quais marcam o nível pastoral e a reflexão teológica. Para nosso trabalho em específico interessa o primeiro. Ocorre que o esquema de distinção Igreja-mundo, bem como a distinção entre o papel do sacerdote e o do leigo, foi aos poucos perdendo força devido a dois movimentos importantes.

O primeiro trata-se dos atritos causados pela proeminência desenvolvida pelos movimentos apostólicos leigos, em outras palavras, seu desenvolvimento comprometia a Igreja naquilo em que parte conservadora dela não se via autorizada a atuar, ou seja, no plano político e econômico, por exemplo. Vejamos o afirmado pelas próprias palavras de Gutiérrez:

Como o recordávamos, na ótica da distinção de planos considerava-se que as organizações de apostolado leigo tinham por missão evangelizar e animar o temporal, sem intervir diretamente neste último. Mas a vida desses movimentos transbordou tal esquema conceptual, estreito e anódino.

Os movimentos, de jovens em particular, sentiam-se chamados a tomar posições cada vez mais claras e comprometedoras.²⁴³

Curiosamente, no Brasil essa tendência apontada por Gutiérrez ocorrerá apenas nos anos 1980. No caso, o “combate” à proeminência desses movimentos inspirados na concepção da distinção de planos, endossando um maior envolvimento dos membros da Igreja no que diz respeito aos problemas sociais de suas comunidades. Possivelmente, o prolongamento dessa forma de atuação, a qual no Brasil teve as Comunidades Eclesiais de Base como principal fruto da atuação leiga, deu-se pela força que alcançou na América Latina a Teologia da Libertação.

A segunda questão apontada por Gutiérrez se concentrará na “tomada de consciência de uma situação alienante”. Ora, aqui o autor trata especificamente de como a conscientização acerca das condições sociais de miséria em que viviam os mais pobres, principalmente na América Latina, bem como da indiferença com que eram tratados os direitos sociais, políticos

²⁴³ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 62-63.

e econômicos de boa parte da população na citada região é que despertará a consciência de parte do clero e, principalmente, dos leigos sobre a necessidade de um comprometimento mais efetivo com o social.

No entanto, havia ainda uma séria questão a ser equacionada no seio da própria Igreja:

Tomou-se consciência também, e cruelmente, de que um amplo setor da Igreja está, de certa maneira, ligado aos que detêm o poder econômico e político no mundo de hoje. Quer pertença aos povos opulentos e opressores, quer viva em países pobres – como na América Latina – esteja vinculada às classes exploradas.

Nessas condições, pode-se dizer honestamente que a Igreja não intervém “no temporal”? Quando, com seu silêncio ou suas boas relações com ele, legitima um governo ditatorial ou opressor, está cumprindo apenas uma função religiosa?²⁴⁴

Estabelecido o nível de comprometimento necessário às causas sociais pelos membros partícipes dos grupos de base, pastorais e comunidades, faltava buscar na própria Igreja uma autorização para que tal avanço fosse possível, de modo que a Conferência de Medellín satisfaria esse objetivo. Rodrigues explica como se deu o processo de preparação para a conferência.

O tema da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano se pautaria na transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. Necessariamente, seu ponto de partida seria a constatação da dependência do continente latino-americano, sua desigualdade econômica e a construção de uma Igreja voltada para os mais pobres. A abertura da conferência ficou a cargo do papa Paulo VI no dia 24 de agosto de 1968 na cidade de Bogotá. No entanto, os primeiros trabalhos teriam lugar dois dias depois e seguiriam até o dia 06 de setembro do mesmo ano na cidade de Medellín.

Segundo Rodrigues a inspiração para a realização da conferência teria desenvolvimento nos encontros dos bispos latino-americanos por promoção do Conselho Episcopal Latino-Americano. Outro fator decisivo foi a constatação:

²⁴⁴ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 64.

De que temas considerados fundamentais para a América Latina não terem sido incluídos na pauta de discussões no Concílio Vaticano II, determinada, em grande parte, pelos episcopados centro-europeus. A presidência do Celam teria apontado esse fato ao papa.²⁴⁵

As resoluções da Conferência de Medellín podem ser resumidas nas questões que exporemos a seguir. No entanto, é preciso destacar que nosso intuito primordial é analisar as resoluções próprias às “questões sociais”, portanto, seus levantamentos teológicos, por exemplo, serão deixados em segundo plano.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é a valorização conferida ao método *Ver-Julgar-Agir* próprio do contexto que estudamos acima da distinção de planos. Outra resolução preponderante da conferência é a valorização das ações pastorais, fator que, sobremaneira, impulsionaria as comunidades de base já existentes no Brasil. Rodrigues destaca do documento composto como resultado da conferência de Medellín um trecho específico sobre as comunidades: “Assim, a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão”.²⁴⁶ Outra questão fundamental encontrada no documento citado é a importância reservada ao intuito de conscientizar politicamente os fiéis católicos principalmente no que tangia à realidade de suas comunidades talvez por isso o método *Ver-Julgar-Agir* tenha ganhado tanta preponderância na conferência.

Entendida como um dos principais frutos do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, a Teologia da Libertação se desenvolverá respeitando os princípios apontados acima. Nas palavras de Gutiérrez:

Falar de teologia da libertação é buscar resposta para a pergunta: que relação existe entre a salvação e o processo histórico de libertação do homem? Em outras palavras, é procurar ver como se relacionam entre si os diferentes níveis de significado do termo libertação (...).

²⁴⁵ RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 42.

²⁴⁶ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. p. 49.

Trata-se, em definitivo, da clássica relação entre fé e existência humana, fé e realidade social, fé e ação política ou, em outros termos, reino de Deus e construção do mundo.²⁴⁷

Vimos nas páginas anteriores como se desenvolveu essa concepção de dualidade dos planos. Ocorre que na América Latina essa concepção irá avançar mais ainda, e a participação política dos membros da Igreja em prol da construção de uma sociedade mais justa será bastante desenvolvida, principalmente após a Conferência de Medellín. No entanto, é preciso ressaltar que esse processo de libertação ultrapassara a noção individual e privilegiará o coletivo. É nesse sentido que também será desenvolvida uma noção de libertação do continente latino-americano. Por isso mesmo, o conceito da desigualdade entre nações é bastante caro aos defensores da Teologia da Libertação precisamente por ser esta uma concepção desenvolvida principalmente na América Latina, a qual se pautava numa necessidade de buscar o desenvolvimento de uma consciência acerca da realidade latino-americana. Ideia que será pautada principalmente no conceito de “teoria da dependência” ante as grandes nações.

Sobre tal ponto Gutiérrez afirma que percebe-se na América Latina

Que a situação de subdesenvolvimento é o resultado de um processo, e portanto deve ser estudada em perspectiva histórica, quer dizer, em relação ao desenvolvimento e expansão dos grandes países capitalistas. O subdesenvolvimento dos países pobres, como fato social global, aparece então em sua verdadeira face: como o subproduto histórico do desenvolvimento de outros países.²⁴⁸

Munidos do argumento de que a Igreja e seus seguidores precisavam intervir nos problemas sociais de suas comunidades pelo “bem comum” ao mesmo tempo que cumpriam suas funções religiosas – fossem pertencentes ao clero ou aos fiéis – e, mais tarde, conscientes das limitações que implicava tal conceito, o ímpeto para ações mais efetivas não tardariam, fato demonstrado na realização da Conferência de Medellín e nas concepções desenvolvidas na própria Teologia da Libertação, concepções estas que não se furtaram a usar até mesmo

²⁴⁷ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. p. 49-50.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 78.

conceitos caros ao marxismo em busca de superar os limites do conceito da “distinção de planos”.

Michel Löwi aborda em seu trabalho *Marxismo e Teologia da Libertação* as intersecções entre as duas frentes. Nas palavras de Löwi:

Como Leonardo Boff declarou, a teologia da libertação é, ao mesmo tempo, o reflexo de uma *práxis anterior* e uma reflexão sobre ela. Mais precisamente é a expressão / legitimação de um vasto *movimento social*, que surgiu no início dos anos 1960.²⁴⁹

O autor ainda coloca, sobre a doutrina, alguns referenciais que podem ser esclarecedores no que tange a sua concepção não apenas do cristianismo da libertação, mas também, da “origem radical da doutrina tradicional”. Entre os oito pontos expostos pelo autor, destacamos alguns voltados sobre o que temos apontado até aqui:

1. Um implacável requisito moral e social contra o capitalismo dependente (...).
2. A utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza as contradições do capitalismo e as formas de lutas de classes.
3. Uma opção preferencial em favor dos pobres e da solidariedade com a sua luta pela autolibertação.
4. O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres como uma nova forma de Igreja.²⁵⁰

Diante de tal quadro, os grupos progressistas dentro da Igreja tiveram, para se constituir na “Igreja que se fez povo”, de superar o conservadorismo que via a comunidade cristã como um corpo voltado para si mesmo se apartando, dessa forma, dos problemas sociais vividos pela periferia dos seus seguidores.

3.2 Uma Igreja voltada para os pobres

²⁴⁹ LÖWI, Michel. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 25.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 27.

Para compreendermos os efeitos das mudanças ocorridas na Igreja a partir de meados do século XX, principalmente no que tange ao catolicismo latino-americano e, mais especificamente, à Igreja Católica no Brasil, é preciso nos inteirarmos do contexto próprio em primeiro lugar da situação política, econômica e social da América Latina: qual influência teria levado os membros do clero católico a se inteirar com tais questões e como se desenvolveu a possibilidade dessa inteiração.

Antes de tudo é preciso levar em conta que o passo dado por João XXIII na direção de novos preceitos para o catolicismo em geral adiantou de forma relevante uma toada de mudança que já tinha germinado de forma preponderante no catolicismo brasileiro com a chamada “ação católica”. Aqui, consideramos necessariamente a percepção dos clérigos atuantes no Brasil de que possibilitar uma participação mais efetiva dos grupos comunitários na vida e até mesmo na administração das igrejas locais era fundamental para a própria manutenção da fé católica em regiões do país onde havia falta de párocos por exemplo.

Assim, propomos expor nesse primeiro momento as considerações de Almir Ribeiro Guimarães na obra: *Comunidades de Base no Brasil* em que nos inteiramos da origem das Comunidades Eclesiais de Base: grupos formados, inicialmente, para suprimir a necessidade de padres nas comunidades católicas mais humildes ou mais afastadas dos centros urbanos. É interessante notar na literatura sobre o tema que o argumento acerca da diminuição no número dos párocos nessas comunidades e, por consequência, a carência de assistência espiritual e mesmo na vida prática como, por exemplo, na assistência social a essas personagens se faz recorrente. Guimarães comenta ainda que, na composição de suas obras, usou documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e depoimentos dos participantes das Comunidades.

Segundo J. Marins (um dos mais ardorosos defensores da idéia das CEB), as origens desses grupos no Brasil devem ser buscadas em três esforços convergentes: a preocupação com a evangelização comunitária, (...); o Movimento de Educação de Base (MEB), (...); as experiências de apostolado dos leigos e os esforços de renovação paroquial, dentro de um amplo movimento de renovação que se codificou nos planos nacionais de pastoral.²⁵¹

O terceiro ponto é o que chama mais atenção. Ou seja, vinha ocorrendo, ao menos desde a década de 1930, uma abertura na Igreja Católica no sentido de permitir uma maior

²⁵¹ GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978. p. 18.

participação dos leigos na vida pastoral, como tivemos chance de analisar no tópico anterior. Tal movimento está estritamente ligado – ao menos no que tange ao Brasil – a uma gradativa diminuição no número de sacerdotes nos mais diferentes cantos do país, o que necessariamente resulta no enfraquecimento da Igreja nessas regiões. Por isso, a necessidade da participação cada vez maior dos leigos nos assuntos e manutenção das igrejas locais.

Antes de avançarmos com o argumento de Guimarães vamos analisar alguns pontos colocados por Ralph dela Cava em seu artigo *Igreja e Estado no Brasil do século XX* acerca desse período de crise da Igreja Católica no Brasil. Cava aponta para o contexto de fins dos anos 1940, início dos anos 1950, o advento de uma dupla crise no catolicismo, a saber: “A primeira crise decorreu da erosão do monopólio religioso do catolicismo brasileiro. A segunda, do colapso, que durou uma década (de 1942 a 1952), da liderança da Igreja em termos de seus quadros e organizações”.²⁵² A frase: “a erosão do monopólio do catolicismo no Brasil” chama bastante atenção e pode ser melhor compreendida com uma passagem descrita por Guimarães para justificar a necessidade do nascimento das Comunidades de Base, objetivando, sem exageros, preservar o catolicismo em algumas regiões onde este já estava bastante débil. Como apontado acima, por ocasião dos “três esforços convergentes”, citamos exemplos de como se desenvolveu a ideia das Comunidades. Para tanto, iniciamos com a “preocupação com a evangelização comunitária”. O caso é próprio de muitas comunidades carentes da presença da Igreja na figura de seus representantes mais próximos: os padres. Trata-se, de uma passagem ocorrida no município de Barra do Piraí – Rio de Janeiro:

Parece que tudo começou quando uma velhinha, por ocasião da visita pastoral, contou ao bispo que nas festas de Natal as igrejas protestantes do lugar onde morava ficavam todas iluminadas e cheias de gente. Os católicos escutavam seus cânticos e ficavam tristes ao ver que sua igreja estava fechada. Não havia padre para celebrar a missa de Natal, e não havia motivo para que a vida eclesial parasse por causa da ausência de padre.²⁵³

Recuando um pouco na linha temporal apresentada na citação acima, podemos compreender através do auxílio de Cava como a crise de representação católica devida ao

²⁵² CAVA, Ralf. *Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro*. **Estudos Cebrap**, n. 12, p. 21, 1975.

²⁵³ GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 18.

baixo número de sacerdotes se acentuou tanto em algumas regiões do país. Aqui, ressaltamos a importância que o citado autor dava aos sacerdotes no funcionamento da Igreja Católica:

A chave para a existência do catolicismo é o sacerdócio. Abre-se, através dele, uma vasta gama de papéis institucionais importantes, tais como: líder do culto, símbolo do poder e da influência da Igreja, agente burocrático, intermediário entre a clientela e a autoridade, ideólogo, recrutador de prosélitos, (...). A manutenção do sacerdócio é crucial para a sobrevivência hierárquica da própria Igreja.²⁵⁴

Evidentemente a compreensão do colocado no excerto acima deve ser analisada à luz da perspectiva de uma Igreja fechada em si mesma, uma Igreja em que os leigos tinham o papel de apenas obedecer à hierarquia eclesial. No entanto, como vimos no tópico anterior, essa concepção de Igreja vinha sendo superada e dava lugar para ideias como a maior participação do leigo nos assuntos que envolviam a Igreja e sua comunidade, resolução que abrangia a ideia da “distinção de planos”. Ou seja, para o católico, a partir de então, era preciso se inteirar dos assuntos de sua comunidade e país, intervindo para o chamado bem comum ao mesmo tempo que deveria cuidar da religião.

Nesse sentido, a principal ideia de ação a ser empreendida junto aos fiéis era conscientizá-los por meio da reflexão de sua própria realidade. Um dos exemplos citados por Guimarães para tal intuito era a criação de escolas e centros de recepção. Segundo o autor, esse empreendimento é um dos movimentos que dará impulso ao desenvolvimento das Comunidades de Base, de modo que a Igreja e sua comunidade agora se envolviam com as causas efetivas de muitos de seus seguidores, respeitando assim o princípio da distinção de planos:

(Criaram-se)... escolas radiofônicas, como centros de educação, veículos de educação e conscientização, sementes da Igreja. (...). Através delas reuniram-se grupos de pessoas para alfabetizar-se, formar uma comunidade, menor que o povoado e a paróquia. (...). Aos domingos as comunidades (sem presbítero) se reuniam em torno do aparelho de rádio para responder à missa que o bispo celebrava e para escutar a sua palavra.

²⁵⁴ CAVA, Ralf. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro. **Estudos Cebrap**, n. 12, p. 21. 1975.

Assim o MEB objetivava a evangelização, a promoção humana e a organização de uma catequese e de uma liturgia sem padre. Em consequência, permitiu às pessoas tomar consciência de seus problemas e de seus próprios valores.²⁵⁵

Ora, a compreensão de uma Igreja aberta a sua comunidade perpassa necessariamente a manutenção de seu braço efetivo junto a essas comunidades, afirmação que resulta em mais um passo apontado por Guimarães no sentido do desenvolvimento das CEBs, no caso, “Os planos de pastoral”. Segundo o autor, foi a partir de 1962 que um esforço para uma planificação pastoral pode ser concretizado no Brasil. Assim, esse plano visava uma renovação da paróquia preparando o caminho para a efetivação do citado “Plano de Pastoral”, o qual objetivava:

Que o desígnio da salvação encontra-se realizado e manifestado na comunidade visível da Igreja e que as estruturas visíveis dessa Igreja devem permitir tal manifestação.

Este objetivo requer ainda a renovação das diversas estruturas em que se realiza esta comunidade de Igreja: comunidade base, a paróquia, a zona pastoral, a diocese, as regiões pastorais, a conferência episcopal, o conselho continental, a Igreja universal.²⁵⁶

Guimarães ainda aponta para esse mesmo período, o fôlego que a Conferência de Medellín dará a essa Igreja, que buscava uma renovação por meio da transformação de suas relações com o mundo, por assim dizer, uma Igreja que não se furtava a debater os problemas sociais de seus leigos, em especial dos mais pobres. Vimos no tópico anterior alguns dos preceitos próprios à citada conferência e, talvez seu principal fruto, a Teologia da Libertação.

Para melhor compreender o papel das CEBs em sua atuação efetiva, nos voltamos para o artigo de Marcelo Ayres Camurça *A militância da esquerda (cristã)*, em que resume o papel das CEBs em sua prática política:

As CEBs são comunidades religiosas que desenvolvem atividades comunitárias, sociais e políticas. Atuam no apoio aos “movimentos

²⁵⁵ GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 19-20. Grifo do autor.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 20-21.

populares”): luta contra a expulsão de terra por melhores salários, por moradia, contra toda violência. Seus membros participam dos sindicatos, associação de moradores, movimento de mulheres, de negros, de meninos de rua.²⁵⁷

Necessariamente, as CEBs priorizavam um cristianismo comunitário, a valorização de reuniões de oração e reflexão acerca dos trechos bíblicos com o intuito de formar líderes que dessem conta de tocar as Comunidades sem ajuda de um padre próprio para a região, a percepção da necessidade de superação da alienação das pessoas no que tangia a seu cotidiano e, onde era possível, um padre ou um grupo de padres morar junto à comunidade que necessitasse de assistência. Porém, nesses casos não eram oferecidas soluções, sua prioridade era necessariamente “fornecer elementos críticos” que fomentassem o debate entre quem realmente vivenciava o problema exposto.

Segundo Guimarães, a prioridade das comunidades, ressaltando a já destacada reflexão acerca da realidade vivida, era procurar entender os motivos dessas mazelas – “isolamento e as dificuldades do mercado de trabalho”, para citar um exemplo – e para apenas depois buscar uma religiosidade mais efetiva, e, por fim, a superação de uma mentalidade fatalista a qual limitava as pessoas a se conformarem com sua realidade por acharem que aquela se tratava de uma “vontade divina”.²⁵⁸

Não podemos passar por tal citação sem destacar a capilaridade alcançada pelas Comunidades, mesmo no período que corresponde a seu nascimento e desenvolvimento – fins dos anos 1950 até meados dos anos 1970. Apenas para ficar nos casos colocados por Guimarães temos notícia de Comunidades em: Barreirinhas (MA); Caratinga (MG); Crateús (CE); Acre e Purus (AC); Vila Yolanda, bairro da zona leste de São Paulo – próximo aos municípios de Poá e Ferraz de Vasconcelos (SP); Pelotas (RG); São Domingos e Novo Brasil (ES), e, finalmente, Camaragibe (PE). Necessariamente, as CEBs tiveram alcance nacional.

Ainda com Camurça, temos um exemplo importante de atuação das comunidades:

Na década de 1970 experimentaram um crescimento vertiginoso, apresentando-se como “um novo modo de ser Igreja”, baseadas em celebrações ligadas ao cotidiano do trabalho e da luta pela sobrevivência, em

²⁵⁷ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 396.

²⁵⁸ GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 27.

cânticos que retratam a situação social de injustiça, mas que marcam a esperança no que virá, e na interpretação da Bíblia – círculos bíblicos – como instrumento de luta social.²⁵⁹

Por fim, o JEC é mais um exemplo de trabalho junto às comunidades católicas que pode ser inferido no conceito da “distinção de planos”, pois este abrangia o religioso com a reflexão acerca de um mundo que privilegiasse o “bem comum” e a justiça social. Trata-se, portanto, de um exemplo bastante próximo dos que elencamos acima. Neste sentido, Costa coloca o seguinte:

Em entrevista concedida a Renato Simões e Sérgio Ferreira, o sociólogo Herbert José de Souza – o Betinho – destacou a importância que o método jocista exerceu na *Juventude Estudantil Católica (JEC)* de Minas Gerais: “(...) A ação católica não lia a Bíblia, lia o Evangelho. Era uma visão bastante revolucionária do que significava o Cristianismo. A outra vertente era a análise política. (...), porque de repente chegava um cara e dizia que Cristo era homem, que o Evangelho revolucionava a vida”.²⁶⁰

No entanto, na prática, o que isso influi, por exemplo, nos movimentos progressistas que a Igreja ajudou a formar e conduzir no país? Façamos um exercício de análise do até aqui já demonstrado. Iniciamos com uma passagem refletida logo acima no depoimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, acerca da atuação da JEC; a seguir, citamos nova passagem do livro de Guimarães. Vejamos: o primeiro coloca que a formação no JEC consistia não na leitura da Bíblia, mas sim na leitura do Evangelho em que concordância com o estudado: “de repente chegava um cara e dizia que Cristo era homem, que o Evangelho revolucionava a vida”. Na sequência, Guimarães faz menção a uma nova forma de entender o catolicismo proposta por padres que se colocaram para acompanhar e morar junto de uma comunidade carente da zona leste de São Paulo:

²⁵⁹ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 397.

²⁶⁰ COSTA, Lucas Aparecido. **Tentativa católica de modernidade: o conceito de pessoa humana e sua realização histórica (1958-1982)**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. p. 107.

A experiência da equipe do padre Loew, em Vila Yolanda (SP), começou modestamente. (...). As reuniões das equipes comunitárias se desenrolavam em duas etapas: exposição dos acontecimentos da semana ou da quinzena e leitura comentada de um texto do Evangelho. A mentalidade do povo era fatalista e muito centrada no Cristo da cruz. Os padres se esforçaram, então, no sentido de passar da espiritualidade da cruz para a da ressurreição.²⁶¹

Como vimos no tópico anterior, a Igreja latino-americana avançou na proposta de maior interação de seus membros com suas comunidades, bem como a possibilidade de se legar maiores responsabilidades dessas comunidades para com as igrejas locais devido às diretrizes lançadas na Conferência de Medellín. Expomos esse pequeno resumo para tratar como se deu a implementação das orientações do concílio convocado por João XXIII, bem como do Plano Pastoral na Arquidiocese de São Paulo. Segundo Rodrigues, o primeiro passo no sentido de obedecer aos preceitos conciliares na citada Arquidiocese foi dado por seu então cardeal-arcebispo, dom Agnelo Rossi; para tanto, o cardeal implementa a divisão do território sob sua jurisdição de modo a tornar sua “Cúria mais pastoral”, isso de acordo com as prerrogativas do Vaticano II. Dado o primeiro passo, a prioridade então passaria a ser desenvolver cursos entre sacerdotes e religiosas para que estes se inteirassem dos documentos conciliares.

Bispo auxiliar de dom Rossi à época dessas mudanças, dom Paulo Evaristo Arns promoveu na região sob sua responsabilidade – região norte da capital paulista, com sede no bairro de Santana – um modelo específico de treinamento para o novo plano pastoral. Nele, participaram 28 pessoas, entre sacerdotes, religiosas e leigos. Com tal medida

D. Paulo Arns esperava alcançar três objetivos: disseminar pelas paróquias da região norte os conteúdos dos documentos conciliares, apresentar as sugestões de ações pastorais contidas no Plano de Pastoral Conjunto da CNBB (...) e incentivar os leigos a se reunirem em comunidades de base.²⁶²

Outra questão tratada por Rodrigues em seu trabalho são algumas considerações sobre as pastorais sociais. Tal tema nos é caro principalmente pela obra desenvolvida pela Pastoral

²⁶¹ GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 27.

²⁶² RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 81.

Operária. Importante ressaltar, a autora destaca que a Pastora social – aqui, o termo abrange diversas outras pastorais, mas nos concentraremos na operária – é “um serviço oficialmente instituído pelas dioceses com o objetivo específico de contribuir na busca de soluções para problemas vivenciados por pessoas social e economicamente marginalizadas”.²⁶³

Waldemar Rossi, em artigo escrito para a revista *Revés do Averso* afirma que a fundação da Pastoral Operária em São Paulo se deu pela ação das CEBs, bem como pelo trabalho da Juventude Operária Católica. Por sua vez, Rodrigues enfatiza que a oficialização do novo grupo pastoral foi iniciado na gestão de dom Agnelo Rossi à frente da Arquidiocese de São Paulo e que o frei Luís Maria Alves Sartori seria o responsável por sua coordenação. No citado artigo Rossi coloca:

Simultaneamente ao trabalho desenvolvido nas fábricas e à busca de contatos nas atividades sindicais, muitos desses militantes desenvolviam trabalhos de conscientização em várias CEBs (...) e paróquias. Grupos de trabalhadores cristãos se formaram com base na aplicação do método Ver, Julgar, Agir, (...), fato este que levou, com o passar dos anos, ao engajamento de centenas de trabalhadores nos trabalhos de base (...). Foi desse trabalho, aliás, que, em 1970, se oficializou a Pastoral Operária em São Paulo, a primeira do Brasil. (...) A PO foi um dos instrumentos fundamentais para a multiplicação das oposições pelo Brasil afora.²⁶⁴

Sobre a Pastoral Operária na região do ABCD paulista, Maria Helena T. S. Martins coloca que sua maior influência se deu na cidade de Santo André, enquanto na vizinha São Bernardo do Campo, o trabalho dessa pastoral passa a ser organizado de fato após a greve de 1980. No entanto, é importante ressaltar, o trabalho de base com os operários da região vem desde a criação da Diocese de Santo André com seu primeiro bispo, dom Jorge Marcos de Oliveira. Martins retrata dom Oliveira como estudioso da Doutrina Social da Igreja ao menos desde seu período no seminário, bem como adepto do “Humanismo Integral” de Jacques Maritain. Dom Oliveira, segundo Martins, afirmava que o Centro Dom Vital onde teve contato com obras de intelectuais católicos: “procurava fazer uma colocação filosófica diante

²⁶³ RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 81. 113.

²⁶⁴ ROSSI, Waldemar. Um longo processo. In. **REVÉS do AVESSO: A história da Oposição Metalúrgica**. São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, p. 05, 2006. Bimestral. ISSN 1677-8685.

da realidade brasileira, quer a realidade católica, quer a realidade política, quer a realidade social e, de maneira assim expressa, a ideia de confronto entre uma nova visão da filosofia escolástica diante da teologia”.²⁶⁵

Em outras passagens da presente obra citamos a proeminência do comunismo entre os sindicatos do ABC paulista. Nesse sentido, não é de se estranhar que dom Oliveira tenha sido escolhido para atuar na região já que tinha maior afinidade com o mundo do trabalho e as causas sociais. O próprio bispo entendia que sua escolha havia ocorrido devido ao fato de Santo André ter um foco comunista muito efetivo.²⁶⁶

Interessante notar ainda que Martins destaca também a atuação de dom Oliveira junto aos trabalhadores em greve.

Um assistente geral da Congregação Filhos da Caridade veio ao Brasil, em 1960, ver se havia espaço, no País, para a atuação dos padres operários. Esteve em várias cidades e em todos os lugares lhe indicaram que a Diocese do ABC era o local mais adequado.

Mas em que consistia a atuação de D. Jorge Marcos? Fundamentalmente, uma atuação próxima da classe operária, participando de suas reivindicações, de suas greves, promovendo reuniões, debates e grandes concentrações de operários. Fica claro, nas entrevistas, que o objetivo inicial era o de “evangelizar o meio operário”, seguindo a linha da Doutrina Social da Igreja.²⁶⁷

Mesmo Bargas e Rainho, ao tratarem da participação da Igreja – principalmente de dom Cláudio Hummes, sucessor de dom Jorge Marcos de Oliveira na Diocese de Santo André – citam que os trabalhadores da região ao descobrirem a substituição de dom Oliveira ficaram

²⁶⁵ MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Caetano do Sul: Hucitec, 1994. p. 63.

²⁶⁶ Sobre esse ponto em específico lembramos que ainda nos anos 1940, no pleito eleitoral municipal de 1947, Santo André elegeu prefeito, vice-prefeito e treze vereadores ligados ao PCB, ainda que a legenda oficial pela qual foram candidatos tenha sido o Partido Social Trabalhista. No entanto, eles foram impedidos de assumir os cargos devido à alegação de serem subversivos, ou seja, de terem ligações fortes com o comunismo. Cf. COSTA, Hélio. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995. p. 123 et seq.

²⁶⁷ MARTINS, op. cit., p. 25-26.

apreensivos com o novo bispo que viria, pois não tinham certeza se este daria continuidade ao trabalho pastoral – da Pastoral Operária, para ser mais preciso – no ABC paulista.²⁶⁸

Sobre a citada mudança na direção da Diocese de Santo André Martins comenta, já na introdução de sua obra, que desde a chegada do novo bispo, em 1975, os militantes da ACO, da JOC e da Pastoral Operária procuraram orientá-lo acerca do trabalho realizado com os trabalhadores no ABCD, principalmente em Santo André, onde o engajamento social da Igreja vinha de bastante tempo. Para tanto, os militantes da região mostraram a dom Hummes “o trabalho que faziam no movimento operário (...). Aos poucos, D. Cláudio começou a consultá-los nas questões que envolviam classe operária, até, finalmente aceitar participar de suas reuniões, sempre que era convidado”.²⁶⁹

Por fim, depois de tratarmos todo um movimento que levou a Igreja a considerar a questão dos pobres, bem como sua hierarquia a aceitar o envolvimento político de seus membros nas questões regionais e nacionais das comunidades onde atuavam, isso visando o chamado “bem comum”, tivemos oportunidade de traçar algumas características dessa atuação no meio operário e como ela se deu nas regiões mais próximas àquelas que viriam a constituir os movimentos operários e populares dos anos 1970 e 1980. Um dos pontos bastante intrigantes sobre essa fase em particular que tivemos chance de encontrar na literatura acerca da atuação dos, por assim dizer, “grupos de Igreja” são: sua colaboração em outras frentes sociais e políticas. Camurça, por exemplo, afirma que:

Onde há uma CEB, existe também algum tipo de mobilização social. Apóiam o PT, (...), pois ambos nasceram ‘de baixo para cima’. Núcleos do PT foram formados pela ação das CEBs, e membros das CEBs foram escolhidos como candidatos a cargos políticos pelo PT.²⁷⁰

²⁶⁸ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1; p. 168.

²⁶⁹ MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Caetano do Sul: Hucitec, 1994. p. 65.

²⁷⁰ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 396-397.

Sobre esse ponto em específico, o jornal quinzenal *Folha da Vila Formosa* trata, em um de seus textos, da eleição para a Câmara Municipal de São Paulo, bem como se propõe a apresentar os candidatos do bairro com o intuito de ter uma representação para sua região.

Os candidatos apresentados são filiados ao PDS e ao PT; são eles, respectivamente, Waldir Luiz Giovanetti e Mariluci Lopes. A candidata petista, segundo o jornal, “atuou junto ao Movimento popular na Paróquia N.S.S. CORAÇÃO, participando na formação de comunidades de base, movimento jovem, (...) desenvolveu as seguintes atividades: a) organização e orientação aos jovens sobre nossa realidade”.²⁷¹ Além de outras atividades como formação de grupos de promoção social junto a moradores favelados que viviam em condições péssimas de moradia e também ajudou a promover encontros com trabalhadores para debaterem reivindicações como salário e leis trabalhistas. Quando questionada sobre o por quê da opção pelo PT, Lopes afirma que sua “opção corresponde à necessidade de fortalecimento cada vez maior da organização e participação da classe trabalhadora, para a tomada do poder político e o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores”.²⁷² Sobre as CEBs, Löwi infere:

As CEBs e os militantes pastorais da Igreja (...) forneceram o tecido sobre o qual foram construídas as unidades de base dos novos movimentos sociais e políticos que antecederam o que se chamou “a abertura” do regime militar (1979-1980). Foi graças a essa base de massa que a CUT, a nova confederação sindical de luta de classes, pôde se organizar em torno de dez milhões de trabalhadores urbanos e rurais, (...), enquanto o PT, o novo partido operário portador de uma perspectiva socialista ganhou centenas de milhares de membros.²⁷³

CAPÍTULO 4 A “GREVE DOS 41 DIAS” E A FORMARÇÃO DO PT

4.1 A República de São Bernardo

Expostos os embates e movimentos constituídos até a organização e a consequente realização da greve geral de 1980, entendemos como fundamental o seguinte questionamento: diante do recuo estratégico na greve geral do ano anterior, como foi possível organizar um

²⁷¹ FOLHA DE VILA FORMOSA. **Momento do voto**, São Paulo, p. 05, 15-30 set. 1982.

²⁷² *Ibid.*, p. 05.

²⁷³ LÖWY, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 57.

movimento maior que aquele em apenas dez, onze meses? Não se pode desconsiderar o momento político pelo o qual o país atravessava, já que havia muitos interesses voltados para o que aconteceria em São Bernardo – naquela altura dos ocorridos não se tratava apenas de mais um movimento reivindicatório. Assim, seu sucesso ou insucesso pode ser medido para além das conquistas imediatas da categoria que o empregou.

Com o intuito de responder à questão proposta nos voltamos para meados de maio de 1979, período em que a diretoria do Sindicato buscava se recompor da intervenção federal que acabava de sofrer, bem como do desgaste evidente que tivera com parte da categoria ao pedir que encerrassem o movimento grevista daquele ano.

Por ocasião do cumprimento do acordo referente à retomada pela diretoria do SMSBCD das suas funções com a decretação do fim da intervenção, o clima entre os dirigentes era de euforia. Segundo Bargas e Rainho, a decisão foi bastante comemorada por alguns trabalhadores que apoiavam a diretoria, de modo que os diretores que retomavam suas funções prometiam novas mobilizações já a partir da semana seguinte à retomada de seus cargos. Ocorre que uma semana mais tarde, já no fim de maio, a diretoria convoca assembleia junto com os trabalhadores, colocando seus cargos à disposição dos presentes caso estes desejassem mudar sua diretoria. Para tanto, foi realizada uma assembleia consultiva na sede do Sindicato. Analisamos, a partir das próximas linhas, o discurso proferido por Lula na assembleia com o intuito de compreender o clima que a diretoria enfrentaria e como foi possível empreenderem a greve geral de 1980 mesmo com o malogro da greve geral de 1979.

A primeira frase de Lula na citada assembleia dá o tom de tensão presente naquele momento: “Olha, primeiro, não é muito fácil a gente vir para uma assembleia e, antes do início dessa assembleia, um companheiro vir e cantar algumas músicas em homenagem à diretoria do sindicato”.²⁷⁴ O documento citado não aponta mais detalhadamente o que teria acontecido, citamos essa primeira frase com o intuito de demonstrar o desconforto com toda situação, pois trata-se de uma diretoria que até então conhecia apenas o apoio de sua categoria e seus enfrentamentos se davam com, podemos dizer, uma parte minoritária dos ativistas políticos que atuavam nas fábricas da região. O recuo na greve geral de 1979 e o acordo firmado para a volta da diretoria colocariam sobre os dirigentes um estigma de traição da

²⁷⁴ Discurso pronunciado por Lula, durante a assembleia do dia 26 de maio, a primeira realizada na sede do Sindicato após a suspensão da intervenção. Cf. RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 238.

categoria. Então essa primeira assembleia visava, de certo modo, recuperar o lastro de confiança que a diretoria havia conquistado nos últimos anos.

Nas palavras do presidente, reempossado no cargo de diretor, havia duas razões básicas para a convocação daquela assembleia. A primeira, segundo Lula, era um assunto já resolvido, tratava-se de questionar à categoria se desejavam destituir a atual diretoria, dúvida que a maioria da assembleia havia rechaçado; a segunda razão para a assembleia enfatizaria a necessidade de se organizar um “Fundo de Greve”, para que os trabalhadores pudessem sustentar futuros movimentos paredistas. Essa passagem em específico é importante por colocar os trabalhadores a par da responsabilidade que tinham em constituir um fundo de greve efetivo, ou seja, que sustentasse um movimento prolongado, o que não fora possível na greve encerrada alguns meses antes. A tensão acerca da assembleia que ora analisamos não deixa dúvidas sobre os traumas causados pela decisão de encerrar a greve com um acordo pouco palatável para os trabalhadores. Na sequência, é colocado aos trabalhadores presentes que o fundo de greve é semelhante a um seguro de vida para o trabalhador, isso, no sentido de que ter um fundo de greve efetivo demonstraria o nível de “consciência” dos trabalhadores de São Bernardo e Diadema.

Lula então chama a atenção para um ponto decisivo para a organização futura, que pesa sobre a concepção de divisão de responsabilidades entre todos os envolvidos no movimento operário, desde os ativistas políticos até os trabalhadores comuns e a própria diretoria. “Então, antes de terminar esta assembleia de hoje, a gente pretende tirar uma comissão de uns 30 ou 40 trabalhadores, para administrar o fundo de greve. (...), porque eu acho que está na hora de todo mundo assumir responsabilidades”.²⁷⁵ A seguir, o presidente agradece a todos os trabalhadores que acataram sua decisão de propor o fim da greve, mesmo os que criticaram a decisão e propuseram que o Sindicato fosse “tomado” de volta aos trabalhadores.

A compreensão do movimento paredista iniciado no 1º de abril de 1980 – conhecido como “Greve Geral dos 41 Dias” – passa principalmente pelo entendimento do que fora para os trabalhadores da base em São Bernardo do Campo o que a direção do Sindicato chamou, à época, de “recoo estratégico” na greve geral do ano anterior. Vimos no final do segundo capítulo e nas páginas acima, precisamente, a discussão e a crítica dos trabalhadores, bem

²⁷⁵ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 240.

como de alguns ativistas de outras correntes operárias – agora adversárias do grupo dirigido por Lula –, e os primeiros passos para recuperação do apoio desses setores. Fundamentalmente, a preparação para a greve de 1980 terá dois papéis. O primeiro era sem dúvida organizar a categoria para o que viria por parte do governo e dos empregadores. Nesse sentido, a organização de um “Fundo de Greve” passou a ser uma ação prioritária para a direção do movimento. O segundo ponto reservava uma ação mais complexa, a qual tratava de atrair, ou ainda convencer os descontentes com o último acordo de que uma nova greve era necessária.

Visando tais objetivos, a estratégia para reconquistar a confiança da categoria foi empregada na Campanha Salarial de 1980. Nesse sentido, a *Tribuna Metalúrgica* passa a ser impressa com um complemento diário além de trazer notícias referentes à política nacional, bem como aos problemas vividos dentro das fábricas. O fundo de greve é fortalecido e, principalmente, é criada uma Comissão de Mobilização, no sentido de assumir a greve caso a diretoria sofresse nova intervenção ou até mesmo viesse a ser presa. Alguns dos números acerca dos materiais de campanha empregados nesse novo esforço de mobilização que explanamos acima impressionam pelo volume e empenho na organização do fundo de greve e na mobilização da categoria em prol de uma nova greve geral para além das fábricas – importante colocar que a Campanha Salarial de 1980 teve início logo após a retomada do Sindicato pela diretoria afastada.

Desde o começo, a nossa campanha salarial foi discutida em favelas, sociedades amigos de bairro, em reuniões que participaram até quatrocentos companheiros e suas famílias. (...). Foram rodadas 450 mil boletins para as três assembleias gerais, 600 mil suplementos da *Tribuna Metalúrgica*; distribuídos 62 mil adesivos da “oncinha” dizendo que “Tá Na Hora da Onça Beber Água”, colocados 19 mil cartazes nos principais pontos de ônibus de São Bernardo e Diadema e fixadas 20 faixas chamando para a assembleia do dia 30.²⁷⁶

Do excerto que citamos acima, para além dos números empreendidos, também podemos considerar como significativo o alastramento do movimento para além das fábricas e da sede do Sindicato. A literatura acerca do tema considera a participação da Igreja – na

²⁷⁶ MACEDO, Francisco Barbosa. **A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos trabalhadores de São Bernardo do Campo**. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade, São Paulo, 2010. p. 43.

figura do arcebispo de Santo André, cedendo o espaço das Igrejas e o apoio dos padres nas suas respectivas paróquias – como fundamental para a manutenção do fundo de greve. No entanto, como demonstra a dissertação de Francisco Barbosa de Macedo, *A greve de 1980*, o apoio popular desenvolvido nos bairros será de extrema importância para manutenção dos piquetes, do contrário a greve não teria suportado os 41 dias pelos quais se estendeu. Por isso, tomamos o cuidado de, nesta passagem, tratar essa fase de preparação para o movimento, bem como o trabalho de recuperação da confiança dos trabalhadores não só direção do Sindicato, mas também naqueles que compunham a direção do movimento grevista em si.

Macedo coloca a organização da direção do movimento em forma hierárquica da seguinte maneira – sempre lembrando que as decisões eram tomadas de forma coletiva entre os grupos que citaremos a seguir: Diretoria do Sindicato (24 membros); Comando de Greve “substituto” (16 membros); Comissão de Salários (aproximadamente 400 membros); Metalúrgicos Ativistas (aproximadamente 4 mil); Demais Metalúrgicos (aproximadamente 130 mil). “Uma vez tomada, em assembleia geral pública, a decisão de iniciar ou prosseguir com a Greve, (...). Estratégias de mobilização seriam definidas pela diretoria do SMSBCD, pelo Comando de Greve ‘Substituto’ e pelos membros da Comissão de Salários”.²⁷⁷

Em depoimento de Djalma Souza Bom temos uma noção mais aprofundada do que foi a Campanha Salarial de 1980, bem como de seus números:

Começamos a preparar a campanha no mês de agosto de 79, nove meses antes da data-base. Durante esse período foram realizadas 215 reuniões por fábricas na sede do Sindicato; 65 assembleias nas entradas e saídas dos turnos, nas portas das fábricas, totalizando 300 assembleias preparatórias; foram impressos 450 mil boletins preparatórios das 13 assembleias que aconteceram na Vila Euclides, que antecederam a greve; (...). A pedido dos trabalhadores foram confeccionados 62 mil adesivos da campanha. E esses adesivos foram levados para dentro das fábricas e foram colocados em diferentes locais, como banheiros e máquinas.²⁷⁸

Devido à antecedência que a Campanha ganhou antes do dissídio anual, foi possível à direção do movimento recuperar parte da confiança dos trabalhadores, perdida com o último

²⁷⁷ MACEDO, Francisco Barbosa. **A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos trabalhadores de São Bernardo do Campo**. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade, São Paulo, 2010. p. 44.

²⁷⁸ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=243>. Acesso em: 27 mai. 2017.

acordo na greve de 1979. No entanto, de tudo o que foi exposto nos excertos acima, o que chama mais atenção é o emprego das ações nos bairros, ou seja, o “sindicato” foi até a favela e teve contato com aquela realidade, trazendo para a Campanha Salarial os males do cotidiano do trabalhador residente naqueles espaços para a incorporando-as à reivindicação operária. Djalma Bom, em entrevista concedida a Macedo, descreve como se deu essa virada de “estratégia”:

Durante o processo das greves, principalmente da greve de 1979 – em que a gente foi acumulando experiência – nos começamos a perceber, também, que uma grande aliada, pra que a greve pudesse acontecer, seria a companheira do metalúrgico. O convencimento da companheira pra que pudesse acontecer a participação do companheiro na greve. (...) em muitas assembléias, acontecia o seguinte: não só a participação do trabalhador metalúrgico, da trabalhadora metalúrgica, mas também da família metalúrgica nas assembléias.²⁷⁹

A seguir, o depoimento de Luiz Marinho sobre a Campanha Salarial e a greve em si é elucidativo sobre o papel da mobilização nos bairros e também sobre a decisão da direção do movimento paredista de encerrar a greve no ano anterior.

Em 80, fazíamos assembléia no bairro, na Igreja. A gente reproduzia a assembléia que tinha sido feita. O pessoal não tinha grana para ficar indo para a assembléia-geral, então participava no bairro. Acho que um dos pontos importantes dessa greve foi uma conscientização muito rápida de um ano pro outro. As pessoas chegaram à conclusão de que o Sindicato estava certo em 79 quando pediu a trégua, porque em 80 estávamos na mesma condição e o Sindicato continuou com a greve.²⁸⁰

²⁷⁹ MACEDO, Francisco Barbosa. **A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos trabalhadores de São Bernardo do Campo**. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade, São Paulo, 2010. p. 42.

²⁸⁰ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=356>. Acesso em: 27 mai. 2017.



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema
 (Fundado em 12-5-59 Reconh. pelo M.T.P.S. em 12-4-61 Carta expedida em 8-6-61 D.O.U. em 22-7-61)
 Rua João Basso, 121 Cx. Postal 294 Telefone 452 3922 CEP 09700
 Centro São Bernardo do Campo Est. S. Paulo

CAMPANHA SALARIAL

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS



Neste ano, não vamos deixar barato. A experiência nos ensinou que se não criarmos um clima de guerra, se não houver mobilização, receberemos menos do que o aumento do custo de vida. Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema já não aceitam mais este tratamento. EXIGIMOS RESPEITO. Neste ano queremos conquistar:

- 1 - AUMENTO REAL DE 15% SOBRE O ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA (INPC)
- 2 - GARANTIA NO EMPREGO E SEMANA DE 40 HS, SEM REDUÇÃO NO SALÁRIO



- 3 - REPRESENTAÇÃO SINDICAL NA EMPRESA, COM ESTABILIDADE
- 4 - CONTROLE DAS CHEFIAS →
- 5 - REAJUSTE TRIMESTRAL



Se os patrões e o governo pensam que estamos contentes, que não estamos dispostos a lutar, TERÃO UMA SURPRESA DESAGRADÁVEL.



GRANDE ASSEMBLÉIA NO ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES (O ESTÁDIO DOS TRABALHADORES) DIA 16 DE MARÇO - DOMINGO - ÀS 10 HORAS DA MANHÃ

Venha e traga a sua família

A DIRETORIA

Figura 6. Panfleto distribuído durante a Campanha Salarial. São Bernardo do Campo, SP, 1980. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.²⁸¹

Marinho iniciou sua trajetória como metalúrgico em 1978 no setor de pintura da Volkswagen. A reprodução das assembleias nos bairros foi fundamental para a manutenção da

²⁸¹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/imagens.asp?id_MID=350>. Acesso em: 27 mai. 2017.

greve após a prisão da direção do Sindicato principalmente no que tangia aos piquetes nos bairros, mas também para muitos trabalhadores tomarem conhecimento da realidade social que viviam seus vizinhos – uma experiência que seria fundamental para a constituição do PT nesses bairros e favelas de São Bernardo do Campo e Diadema.

A greve de 1980 foi declarada no dia 1º de abril, no entanto as negociações entre Sindicato e a FIESP começaram algumas semanas antes. À medida que nenhuma resolução era tomada, a percepção de uma nova greve da categoria torna-se cada vez mais inevitável e, poucos dias antes da declaração definitiva do início do movimento, os metalúrgicos começam a operar suas funções mediante orientação de retardamento da produção. Tal estratégia ficou conhecida como “operação tartaruga” e seu principal objetivo era demonstrar a capacidade de mobilização dos trabalhadores bem como diminuir os estoques das fábricas antes da declaração definitiva da greve.

No interior, os metalúrgicos seguem o indicativo de greve, inclusive a própria Federação da categoria aponta nesse sentido, de modo que o Ministério do Trabalho ameaça as direções sindicais de intervenções caso as greves sejam declaradas ilegais pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Rodrigues aponta algumas instruções dadas aos trabalhadores por meio do personagem João Ferrador na *Tribuna Metalúrgica*, destas, destacamos algumas a seguir:

Todos devem ficar em casa. Não se deve ir para a porta da fábrica, nem tomar o ônibus da empresa. Ficando em casa evitaremos provocações e repressões.

Não tome BEBIDAS ALCOÓLICAS durante a GREVE. Devemos permanecer de cabeça fria.

Se o sindicato for interditado vá a Igreja matriz de São Bernardo.

Evite gastos supérfluos, economize. Faça seu próprio Fundo de Greve.

Explique para a sua esposa e filhos a razão da nossa campanha salarial. Eles são nossos aliados.²⁸²

²⁸² RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 130-131. Grifos do autor.

Entre as reivindicações formuladas pelos grevistas destacamos as seguintes, estas, estritamente ligadas às pautas econômicas:

Piso salarial. a) reivindica-se um piso salarial, compatível com as necessidades básicas do trabalhador e sua família; (...).

Reajuste trimestral. Os salários serão reajustados trimestralmente, de acordo com o custo de vida apurado pelo DIEESE.

Salários de substituição. a) Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro, dispensado com ou sem justa causa; (...).

Horas extras. (...). b) As horas trabalhadas em feriados e nos dias de repouso semanal, serão pagas com o adicional mínimo de 100%.

Transporte. Fornecimento de transporte gratuito aos empregados.²⁸³

No dia 02 de abril, o TRT se julga incompetente para julgar o mérito da greve, de modo que o impasse continuaria até o dia 15 do mesmo mês. Entremeio ao impasse, no dia 06 de abril, os sindicatos do interior encerram seu movimento enquanto o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano encerra a greve no dia 10.

O depoimento de João de Deus Martinez demonstra como estava a movimentação no interior da Volkswagen durante os primeiros dias da greve:

A greve de 80 na Volks exigiu muito esforço dos companheiros na empresa. (...). Quando foi decretada a greve, num primeiro momento, os trabalhadores ficaram receosos de perder o emprego. Por exemplo, existia intimidação para que os encarregados, chefes, feitores e mestres não fizessem greve para demonstrar que eles estavam do lado da empresa. Então foi dada uma ordem – me lembro até hoje, porque meu irmão era feitor – que se eles não pudessem entrar pela portaria, deviam pular o muro, mas tinham que entrar na empresa para não perder seus empregos. (...). No primeiro dia, os ônibus da empresa circularam normalmente, (...), mas, devido à nossa pressão na portaria e ao apedrejamento dos ônibus, eles ficaram com medo e não saíram mais de casa. A partir daí, a fábrica ficou às moscas mesmo.²⁸⁴

²⁸³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/textos.asp?id_CON=360>. Acesso em: 27 mai. 2017.

²⁸⁴ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=356>. Acesso em: 27 mai. 2017.

No decimo quinto dia de greve, o TRT decretou o movimento ilegal. Três dias depois nova intervenção é imposta ao Sindicato; no dia 20, Lula e mais 14 líderes do movimento são presos. A reportagem da *Folha de S. Paulo* descreve da seguinte forma o ocorrido

As 6h30 da manhã de ontem, oito homens – dos quais pelo menos dois usavam metralhadoras – prenderam o dirigente sindical Luís Inácio da Silva, o Lula, em sua residência no bairro de Ferrazópolis, em São Bernardo do Campo, exibindo ordem de prisão com base na Lei de Segurança Nacional. (...).

Devanir Ribeiro e Djalma de Souza Bom, (...); José Cicote, Ernesto Sencini, Isaias Urbano da Cunha e Orlando Francelino Mota, todos diretores do Sindicato do Metalúrgicos de Santo André; José Ferreira da Silvam, irmão de Lula e militante sindical; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; Afonso Delelis, presidente, até 64, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Além deles, foram detidos José Carlos Dias, presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Dalmo Dallari, jurista, colaborador da Folha e ex-presidente da mesma Comissão; o engenheiro Ricardo Zaratini, militante político; o jornalista Antonio Roberto Espinosa; e José Timoteo da Silva, acusado de ser militante da Convergência Socialista.²⁸⁵

A *Folha* ainda destaca que algumas horas mais tarde à ação citada, Dalmo Dallari, José Carlos Dias e Ricardo Zaratini haviam sido liberados.

Sobre a intervenção, bem como sua prisão e a de vários outros militantes e sindicalistas citados acima Lula comenta o seguinte:

Na greve de 80, os militares eram meio burros. Na verdade quando eles decretaram a ilegalidade da greve, a greve ia acabar. Veja: se não tem negociação, chega uma hora que você não tem mais o que falar para a categoria. Você pode fazer isso dois dias, três dias, quatro dias. O que salvou aquela greve foi os militares decretarem a nossa prisão. (...). Eu já não tinha o que falar na assembléia depois de 17 dias. (...) O patrão não sentava para negociar, o governo não negociava. Eles prenderam, conseguiram criar um clima de guerra. Um clima em que os que ficaram em liberdade conseguiram provar que era possível fazer o movimento mesmo com a maioria da diretoria estando presa. A diretoria não era tão importante se a categoria estivesse organizada.²⁸⁶

²⁸⁵ LULA e mais 14 são presos por greve no ABC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, domingo, 20 abr. 1980. Caderno de Economia, p. 25.

²⁸⁶ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=243>. Acesso em: 27 mai. 2017.

O depoimento de Lula, acima, é um demonstrativo do impasse a que o movimento paredista daquele ano havia chegado. Isso porque, segundo depoimento de Osvaldo Martines Bargas que veremos abaixo, acreditava-se que os empregadores não resistiriam a mais de quinze dias de greve. No entanto, transcorridos os quinze dias, a prisão dos líderes do movimento foi decretada, fator que segundo Lula deu novo ânimo para os grevistas, de modo que toda organização empreendida desde praticamente o fim da greve em 1979 seria testada.

Na preparação da campanha salarial de 1980, a diretoria já havia retomado o sindicato. A categoria estava muito mobilizada. (...). Decidimos que na campanha daquele ano a onça iria beber água se fôssemos para a greve. Nós a levaríamos até as últimas consequências. Não haveria trégua, como no ano anterior. (...). Na avaliação de todos, os patrões não aguentariam quinze dias de greve. Erramos na avaliação e eles suportaram mais do que os trabalhadores e a greve durou 45 dias.²⁸⁷

Dois fatores demonstram bem qual o grau de organização dos trabalhadores após a prisão dos líderes citados, principalmente pela duração que a greve alcançou depois da nova intervenção no Sindicato em menos de dois anos, e há que se considerar também o apoio da Igreja por meio da Diocese de Santo André, isso por orientação de Dom Cláudio Hummes. Em primeiro lugar explanaremos sobre o chamado Fundo de Greve e em seguida trataremos da organização dos piquetes, os quais possibilitaram a duração do movimento de forma efetiva.

O Fundo de Greve, como tivemos oportunidade de ver em outras passagens do presente trabalho, foi constituído durante a greve de 1979, mas passou a funcionar de forma mais efetiva na Campanha Salarial de 1980 e, necessariamente, após a intervenção do SMSBCD e a posterior prisão de seus diretores. Curiosamente, o fundo, além de constituir a base de reabastecimento da categoria, também passa a exercer alguma forma de direção do movimento grevista.

O fundo de greve foi mais uma solidariedade em arrecadar alimentos pra ajudar no movimento. Mas, de 1978 para 1979 nós organizamos mesmo o

²⁸⁷ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=356>. Acesso em: 27 mai. 2017.

fundo de greve, não com o nome de fundo de greve, era Associação Cultural e Beneficente dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, “*cultural e beneficente*”, (risos), eu fui chamado no DOPS, que eu era o presidente, fui o primeiro presidente porque eu ajudei a organizar, o Djalma era o tesoureiro por que ele era o tesoureiro do Sindicato e foi do fundo de greve também. Aí eu fui chamado no DOPS – eu e o Djalma, e outros companheiros que eram da diretoria – aí perguntavam: “*então você é presidente do fundo de greve?*” Aí eu falava: “*fundo de greve não, ‘Associação Cultural e Beneficente’*”, (risos). “*Pô, mas disseram que é fundo de greve*”. “*Não, é associação*”.²⁸⁸

O depoimento acima foi concedido ao autor por Gilson Menezes. Nele, podemos ver como se deu a formação do fundo de greve. A convocação ao DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – se deu por ocasião de sua prisão durante a greve de 1980. A seguir, o depoimento de Maria Teixeira Vilela pondera como funcionava o Fundo de Greve durante os dias de greve, principalmente após a intervenção no Sindicato.

Esse fundo de greve surgiu de 79 pra 80, mas ganha força com a greve estourou em 80, quando o Lula, o Manoel, Djalma, o Expedito e uma turma forma presos. Então ficou eu, o Gilson, o Arquimedes e fizemos uma reunião em que tiramos uma comissão para formar o fundo de greve. (...). Tiramos uma lista, um ia correr atrás de alimento, outro de ajuda financeira, etc. Cada um tinha uma tarefa, e a minha foi a de ficar no local, onde funcionava o fundo de greve, que era nos fundos da igreja Matriz de São Bernardo. Minha tarefa era fazer a distribuição de alimento, pegar o pessoal pra fazer a cesta. E naqueles dias, além de receber material, tinha que cuidar dos doentes, porque a polícia jogava bombas e as pessoas se feriam. Depois o Gilson foi preso, o fundo de greve enfraqueceu um pouco. (...); enfim, ficou uma turma e conseguimos segurar firme até acabar.²⁸⁹

Segundo depoimento de Vilela, o período em que teve de assumir o fundo de greve com alguns outros companheiros foi o de maior tensão com as forças repressoras, e parte vem daí a organização empreendida nos meses anteriores à deflagração do movimento. No entanto, para compreender a extensão do número de dias parados, não se pode ignorar os piquetes nesse quadro.

Um ponto que chama atenção é que o cálculo da direção do movimento estipulava a capacidade de resistência das empresas para iniciar as negociações pelo fim da greve em

²⁸⁸ Entrevista com Gilson Luiz Correa de Menezes, concedida ao autor em 03 mar. 2009.

²⁸⁹ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=221>. Acesso em: 27 mai. 2017.

quinze dias, haja vista o setor ter sofrido abalos consideráveis com a greve de 1979 e, também, considerando a diminuição do número de horas extras no trabalho, seus estoques estariam em baixa. No entanto, após uma quinzena de dias parados, a resposta foi uma nova intervenção no Sindicato e a prisão de boa parte da direção. Curiosamente, em se considerando os depoimentos citados acima, essa jogada do governo colocou os trabalhadores parados contra ele mesmo, aquecendo os ânimos dos ativistas e dos trabalhadores parados e ainda demonstrando sua parcialidade no confronto entre os metalúrgicos e os empregadores. Nessa configuração é que os piquetes vão ganhar mais espaço.

Sobre essa questão em específico é importante ressaltar o desgaste do trabalhador ao permanecer em greve durante tanto tempo, sem contar que a partir do trigésimo dia de greve os empregadores começaram a ameaçar os grevistas de demissões em massa. Como destaca Paulo Tarcísio Okamoto, à época, trabalhador empregado na Brastemp:

A greve da campanha salarial de 80 na Brastemp foi forte até o trigésimo dia. A partir daí, começou a correr um boato de que aqueles que ficassem mais de 30 dias em greve poderiam ser mandados embora por justa causa. Isso fez o pessoal balançar. No trigésimo dia, muita gente voltou a trabalhar. (...)A Brastemp tomou uma atitude que levou à minha demissão. A direção da empresa deu uma orientação ao departamento pessoal para que aqueles que tivessem feito greve por 41 dias fossem demitidos. Se alguém tivesse trabalhado, mesmo que por um dia, teria escapado da demissão. Foi uma espécie de orientação da própria direção da Fiesp, para punir aqueles que realmente fizeram a greve.²⁹⁰

Macedo dedica boa parte de sua obra aos piquetes, sua organização por bairros e as redes sociais entre os trabalhadores, que possibilitaram a manutenção dos piquetes como forma de impedir a volta ao trabalho daqueles que sentiam o movimento arrefecer com o passar dos dias. O autor ainda resalta que, devido à intensa repressão empregada contra os metalúrgicos na greve de 1979, o “clima de guerra” estava colocado entre os trabalhadores, muito contra a violência policial, mas também contra os trabalhadores que intencionavam furar a greve: “com a decretação da ilegalidade da greve pelo TRT e o aumento da presença

²⁹⁰ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=356>. Acesso em: 27 mai. 2017.

policial em São Bernardo, o presidente do SMSBCD, admitindo a escalada do conflito, arrematava: ‘*guerra é guerra*’.²⁹¹

A seguir, o autor destaca algumas características bastante importantes sobre os piquetes em São Bernardo.

Como outras “guerras”, a Greve de 1980 envolveu a utilização, pelos beligerantes, de diversas modalidades de violência. Esta, da parte dos trabalhadores, teve como seus principais executores os piquetes, cuja ação se mostrou decisiva na constituição da “comunidade operária”, (...), da documentação policial reunida pelo Deops na qual são arrolados 290 detidos ao longo dos 41 dias de greve que estariam envolvidos na mobilização coletiva. Aproximadamente 70% dos detidos eram acusados, grosso modo, de empreenderem piquetes.²⁹²

À medida que as assembleias seguintes confirmavam a continuidade do movimento paredista, mesmo com a prisão de boa parte da diretoria sindical, o cerco repressor se acentuava contra outras lideranças que sustentavam o movimento e, principalmente, contra os trabalhadores que atuavam nos piquetes. Sem dúvida a pressão pelos dias parados e a progressiva volta de alguns metalúrgicos a seus postos de trabalho aumentavam a necessidade de acirrar as ações com o uso de piquetes, fator que por sua vez colocava mais grevistas em confronto contra as forças policiais. Tal pressão se dá principalmente por dois motivos: o cansaço pela recusa de negociação de ambas as partes pelo fim do movimento grevista, bem como a propaganda dos empregadores argumentando que após trinta dias parados começariam a demitir quem não retornasse às suas atividades produtivas normalmente.

Eu achava que a greve de 80 tinha que ter demorado mais. O grande problema é que não é fácil. Naquela ocasião, nós chamamos até o advogado, porque conseguiram assustar a gente. Não todo mundo, mas conseguiram assustar uma maioria porque, como fazia mais de 30 dias que nós estávamos de greve, começaram a falar que podia ser considerado abandono de emprego. E, portanto, poderíamos ser mandados embora por justa causa. É evidente que 100 mil trabalhadores não seriam mandados embora por justa causa no mesmo momento, porque não teriam como repor essa mão de obra.

²⁹¹ MACEDO, Francisco Barbosa. **A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos trabalhadores de São Bernardo do Campo**. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. p. 90-91. Grifos do autor.

²⁹² *Ibid.*, p. 91.

Mas, evidentemente, cada um, quando volta para a sua casa, vai sofrendo as pressões da família, da esposa, da mãe, dos filhos.²⁹³

Após 41 dias de paralização, na assembleia do dia 11 de maio, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema – nessa assembleia estavam presentes 4 mil trabalhadores – optam por encerrar o movimento e voltar ao trabalho. Os dirigentes sindicais presos são liberados. A luta agora se direcionaria para a recuperação do Sindicato nos anos seguintes, a construção de uma central sindical nacional e, principalmente, a construção do PT.

4.2 Os intelectuais e a proposta de um novo partido

A proposta de trabalhar o engajamento intelectual é por si só controversa ao próprio objeto tratado, já que é polêmica no campo da História, o que viria a conceber uma “história dos intelectuais”. Evidentemente, não é nossa ambição resolver tal polêmica, tampouco é nossa intenção abordar tal debate – ainda que seja tema bastante interessante. O mais acertado nesse caso seria definir nosso objetivo no presente tópico como próprio à proposta em torno do tema específico: *os intelectuais e a formação do Partido dos Trabalhadores*. Sem dúvida, a primeira pergunta que se nos apresenta é quem formava esse grupo de intelectuais, e qual seu papel prático na formação do PT?

Um dos primeiros pontos destacados por Norberto Bobbio na obra *Os intelectuais e o poder* é a aparente confusão de membros desse mesmo grupo em se caracterizar como partícipes dele, ou seja, Bobbio procurava criticar aqueles que sentenciavam os intelectuais como um grupo homogêneo e ainda fadado ao desprestígio. Nessa primeira empreitada, o filósofo italiano pergunta se quem se prestava a tais sentenças também não se enquadraria no grupo dos intelectuais. Abordamos esse primeiro ponto no sentido de responder às duas questões acima de modo que nós será mais cômodo buscar a resposta acerca de quem são os intelectuais que participaram da formação do PT e o que os caracteriza como intelectuais.

Bobbio coloca que “chamam-se intelectuais aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdotes, clérigos”.²⁹⁴

²⁹³ Disponível em: <www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=356>. Acesso em: 27 mai. 2017.

²⁹⁴ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 11.

Isso, com o intuito de demonstrar ser um erro considerar que a condição de “intelectual” fora desenvolvida no final do século XIX com o *affaire Dreyfus*, ainda que possamos considerar o caso do capitão do exército francês como um marco da tomada de postura ante um caso flagrantemente fraudado pelo Estado naquele momento.²⁹⁵

Posto esse primeiro ponto, reforçamos que nosso objetivo neste tópico em específico aborda primordialmente o engajamento dos homens de letras – por assim dizer – nas causas de seu tempo. Com isso, nosso objeto fica mais claro, isso porque, precisamente, o presente trabalho visa em primeiro lugar tratar da organização dos trabalhadores como novo ator político no cenário de crise do regime de exceção. Aqui, mais especificamente, podemos inferir que os intelectuais estavam também engajados nesse contexto. Acreditava-se numa união da sociedade civil em torno da resistência ao governo dos militares e buscavam-se canais de resistência em diferentes meios no dado período – meados da década de 1970. Sobre essa questão em específico Keck aponta que foi Fernando Henrique Cardoso quem escreveu que era preciso fortalecer as instituições da sociedade civil de modo que a despolitização imposta pelo “regime do medo” na primeira fase dos governos militares fosse aos poucos superada. Assim, a autora cita Cardoso: “escapam deste quadro sombrio de despolitização, nos limites em que a situação o permite, setores importantes das igrejas (...), segmentos universitários e profissionais (...), bem como a militância operária”.²⁹⁶ Podemos colocar como parte desses grupos desenvolvidos na sociedade civil: os intelectuais; o movimento estudantil; a Igreja e os movimentos populares; o movimento operário, o qual nesta fase – entre 1973 e 1975 – ainda não tinha “despertado”; os partícipes da campanha pela Anistia; e alguns setores mais combativos do MDB.

Keck não define bem os personagens próprios ao campo dos intelectuais, nessa fase. Apenas os coloca como membros de alguns institutos de pesquisa, tais como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IDESP). Nesses órgãos, “Esses intelectuais tentaram, pedaço a pedaço, reconstruir o discurso verbal e escrito da sociedade sobre si mesma e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel no trabalho de moldar, fundindo-as, as forças que se opunham ao regime militar”.²⁹⁷

²⁹⁵ BREDIN, Jean-Denis. **O caso Dreyfus**. São Paulo: Scritta, 1995.

²⁹⁶ KECK, Margaret. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991. p. 57-58.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 59.

Nesse sentido, tratava-se da construção de um discurso de resistência ao regime de exceção em vigor, já que o papel relegado aos grupos de oposição ao governo dentro do jogo político partidário à época, a saber: o MDB, parecia não corresponder a essa atribuição. Aqui, cabe uma importante ressalva, a passagem a seguir se confunde um pouco com o tema do próximo tópico; não para menos, o personagem que privilegiamos neste tópico – os intelectuais – participavam ativamente da vida política e até partidária do país, tal como é o caso do citado Cardoso. Ocorre que, segundo Keck, o encerramento do sistema bipartidário “esvaziou” o interesse por tais grupos sendo a luta concentrada num primeiro plano no personagem mais forte de resistência partidária à ditadura: o “guarda-chuva” MDB e, em paralelo, o nascente e não menos “guarda-chuva” PT.

Pontos preponderantes para compreender a importância dada aos dois partidos citados acima – relegando os grupos valorizados alguns anos antes um desmerecido segundo plano – foram, no caso do MDB, as expressivas vitórias eleitorais nos pleitos de 1974 e 1978 e, no caso do PT, a importância que as greves de São Bernardo do Campo e Diadema – base do partido – as quais foram se espalhando pelo país, ganharam no cenário político nacional.

No entanto, cabe a questão: qual o papel dos intelectuais nesse momento em específico de organização dos citados partidos? A resposta a tal pergunta está diretamente ligada ao posicionamento de cada um deles ante o outro nas greves de 1978 e 1979, quando o grupo sindicalista – por assim dizer – desponta como personagem político. Nesse sentido, podemos inferir que a onda grevista de 1978 atraía atenção de outros grupos políticos para os ocorridos no ABCD paulista. Tanto é que, apenas para citar o envolvimento dos grupos apontados, na eleição de 1978 diversos candidatos pelo MDB procuram apoio do Sindicato e efetivamente o conseguem. No entanto, é nesse mesmo período que a ruptura entre os dois grupos começa a dar mostras de se tornar inevitável – no tópico seguinte tratamos tal episódio com maiores detalhes.

Sobre tal ruptura, Rachel Meneguello, em sua obra *PT a formação de um partido* faz importantes considerações:

Com efeito, a derrota da greve dos metalúrgicos de 1979 e a intervenção federal no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD) em 24 de março conferiram um importante momento de desaceleração das articulações para a organização do PT. Vale dizer que o partido de oposição, MDB, não se manifestara oficialmente em apoio a greve

cindindo ainda mais a ligação do movimento com a representação institucional existente. Naquela ocasião, alguns parlamentares declararam seu apoio às mobilizações e, mais tarde, parte desses saltou para os quadros do PT.²⁹⁸

Nesse sentido, podemos inferir que tal cisão também ocorreu no campo dos intelectuais que apoiavam o MDB para além dos parlamentares. Ocorre que no mesmo período, grupos de intelectuais buscavam afirmar princípios que norteassem grupos políticos partidários de sua preferência e ainda havia que escolher de qual desses grupos participar, afinal, todos eles estavam em formação – mesmo o MDB, que buscava se adequar às regras que viriam com o fim do bipartidarismo.

Segundo Keck, nesse período as escolhas seguiram a lógica própria da preferência de cada grupo; aqui, a autora citou alguns nomes importantes. Como vimos, num primeiro momento Cardoso se aproximou dos grupos sindicalistas, buscando apoio para o pleito de 1978, porém tal ligação arrefeceu logo depois de um ano. A autora coloca que, ainda no contexto eleitoral de 1978, o debate acerca dos novos partidos políticos entre os intelectuais já estava avançado e algumas propostas eram consideradas. Uma das primeiras citadas é a proposta de Almino Afonso sobre a criação de um partido popular. Além desta, também era discutido: “Uma revivescência do PTB, uma frente popular, a formação eventual de um partido dos trabalhadores e a manutenção do MDB como uma alternativa que continuava a ser viável”.²⁹⁹ Nos debates também foram consideradas a intenção do governo em dividir a oposição com uma reforma do sistema partidário e, uma questão bastante cara aos grupos políticos que compunham a oposição, sobre quais prioridades seriam pautadas as bandeiras de um novo partido político, ou partidos.

Seguindo o curso dos debates propostos, Keck cita José Alvaro Moisés e Francisco Weffort como apoiadores e fundadores do PT. Nesse sentido, Moisés afirmava que faltava ao MDB “um projeto de ressonância” junto à população:

Em vez de dizer simplesmente “liberdade sindical”, era importante discutir “os caminhos pelos quais os trabalhadores possam se constituir em agentes

²⁹⁸ MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 67-68.

²⁹⁹ KECK, Margaret. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991. p. 70.

políticos, de tal forma que venham a ser a garantia, propriamente, desta democracia que estamos advogando”. Para Moisés, isto requeria um programa socialista popular, descentralizado e internamente democrático, (...).

O argumento de Weffort defendia uma visão pluralista da relação entre partido e classe, reconhecendo, (...), que os partidos existiam não só com relação ao Estado mas também com relação a outras formas de expressão da classe social.³⁰⁰

A Convergência Socialista – que também apoiaria o PT –, pela voz de Júlio Tavares, advogava, no debate descrito pela autora, que ainda era preciso fortalecer o espaço político conquistado aos poucos pelos trabalhadores. O PCB e o PCdoB, por sua vez, defenderiam que não se podia dividir a frente de resistência ao regime autoritário, de modo que a criação de novos partidos apenas contribuiria para o fortalecimento da ditadura. Tal postura foi seguida durante praticamente toda a década de 1980, as divergências na atividade sindical e, principalmente, quanto à forma de criação de uma central dos trabalhadores demonstram bastante como se deu tal polarização.³⁰¹

Sobre Cardoso, Keck coloca que este optou por seguir junto do MDB, pois considerava que esse era o único caminho para manter-se no jogo político. Mais uma vez, o argumento de que dividir as forças de oposição favoreceria o regime autoritário aparece. Assim, a cisão entre a oposição ficava cada vez mais factível.

Acerca desses primeiros pontos destacados sobre o debate dos intelectuais sobre uma nova conjuntura político-partidária no contexto brasileiro de fins dos anos 1970, propomos analisar tal recorte à luz da contribuição de Jean-François Sirinelli sobre a relação entre intelectuais e algumas Culturas Políticas. Sobre tal relação, o historiador coloca: “Num dado momento, sempre existem num determinado meio intelectual campos de forças ideológicas que determinam fenômenos de polarização e induzem a grandes magnetizações ideológicas e os fenômenos de atração daí decorrentes”.³⁰² Tais campos de força contribuem para traçar os caminhos escolhidos por um e outro intelectual em seu engajamento social e político. Dessa

³⁰⁰ KECK, Margaret. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991. p. 72.

³⁰¹ Cf. BOITO, Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

³⁰² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações históricas. In: AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 48.

forma, o trecho que citamos, com as considerações dos intelectuais sobre o debate proposto, nos informa muito acerca de sua atração para determinado “campo ideológico” ou não.

Assim, o projeto do PT visava reunir as forças políticas acerca de um grupo sindical que despontava no país como mais uma força de resistência ao regime de exceção que vigorava desde os anos 1960. No entanto, outros elementos carregaram o campo de resistência até que o grupo constituído no movimento operário pudesse se arrogar como uma nova força política. Em nossa compreensão, a contribuição dos intelectuais para esse polo de resistência foi fundamental. Dessa forma, não se trata de apenas emprestar seu prestígio como formador de opinião a um projeto político que se constituía entre as greves, sobretudo trata-se, primeiramente, de contribuir para a formação desse projeto.

Um dos pontos que podemos colocar como norte para a preferência de um grupo de intelectuais pelo projeto do PT é sua rejeição para o que chamamos de “comunismo oficial” – ou seja, aquele comunismo embasado na obediência irrestrita à direção de um dado partido –, bem como a valorização de uma democracia irrestrita dentro do partido que visavam construir. Essa segunda colocação é importante para um grupo de intelectuais apontados por Keck como participantes dessa primeira fase do PT – grupo que explica bastante alguns valores do partido em seus primeiros anos – inclusive no que tange aos primeiros estatutos do partido.

A crítica ao “comunismo oficial” pode ser encontrada em diferentes fontes acerca da formação do PT. No entanto, cabe a nós destacar nesta passagem o que é próprio da crítica construída pelos intelectuais. Dentre as primeiras que citamos estão as considerações de Antonio Candido, o qual cede entrevista para Marieta de Moraes Ferreira e Alexandre Fortes na coletânea organizada por ambos *Muitos caminhos, uma estrela*. Candido conta muito sobre sua militância na esquerda e sobre a passagem por grupos políticos como a União Democrática Socialista, o qual Candido define como “agrupamento efêmero mas muito vivo”. Dessa experiência, é questionado ao sociólogo e literato se teve algum contato com o PCB:

O Partido Comunista estava-se encaminhado para a legalidade e nós éramos muito críticos em relação a ele, que tinha duas alas: a oficial, regida pela CNOP, isto é, Comissão Nacional de Organização Provisória, que preconizava o apoio ao governo Vargas, porque, ao entrar na guerra contra o fascismo, este ficara aliado da União Soviética. E um grupo de inconformados, que não admitiam o apoio à ditadura. Com estes tivemos não apenas contatos, mas esboçamos em 1944 uma ação comum, (...). A tentativa

de ação comum não foi muito longe (...). Os comunistas nos consideravam em geral trotskistas, o que não éramos, (...). Mas, para os stalinistas, “trotskista” era uma designação pejorativa aplicada a todos os esquerdistas que não aceitavam a orientação soviética.³⁰³

Evidentemente, essa passagem da entrevista de Candido não define por si só a resistência às ideias centralistas do comunismo fechado no PCB. No entanto, ela dá pistas à crítica que viria a ganhar força nos anos seguintes, principalmente, no período de abertura política e da formação dos novos partidos. Nesse sentido, o artigo de Luiz Dulci sobre a participação de Candido nos primeiros anos de vida do PT evidencia tais concepções quando coloca:

Esses intelectuais possuíam, sem prejuízo da paixão transformadora, uma visão *laica* do partido. Não o encaravam com ‘vanguarda iluminada’ (a expressão é de Antonio Candido, contra as concepções stalinistas, em 1948) e sim como uma organização popular entre outras.³⁰⁴

Mario Pedrosa irá, em seu texto Carta aberta a um líder operário, traçar algumas de suas ideias acerca do papel dos trabalhadores naquele contexto de fins dos anos 1970, principalmente no que tange à importância do movimento grevista iniciado em São Bernardo do Campo – a carta data de 1978. Pedrosa inicia sua narrativa comentando o alcance da liderança de Lula no movimento operário, bem como que é compreensível a desconfiança do presidente do Sindicato em relação aos intelectuais, principalmente devido aos “tapinhas nas costas” e outros tipos de “engodos” de alguns intelectuais direcionados aos trabalhadores com o objetivo de conquistar seu apoio em períodos de eleições. Em outra passagem da carta, Pedrosa comenta sua desilusão com a Revolução Russa, a qual, em determinado momento, “não tardou porém a cair como a Comuna de Paris, e, em seu lugar, implantou-se a ferro e a fogo uma ditadura burocrática totalitária com grandes realizações, (...), mas imensos sacrifícios para todo povo russo e seus camponeses, e até hoje, sem nenhuma liberdade”.³⁰⁵

³⁰³ FERREIRA, Marieta Moraes; FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 42.

³⁰⁴ DULCI, Luiz. Os intelectuais e a criação do PT. In: AGUIAR, Flávio. **Antonio Candido**: pensamento e militância. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 187.

³⁰⁵ PEDROSA, Mário. **Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980. p. 13.

Um segundo valor bastante defendido pelos intelectuais que aderiram ao PT tratava da “democracia interna” do partido. Este pode ser compreendido inicialmente de acordo com as considerações de Dulci, quando este pontua que os intelectuais tiveram um papel de defender, dentro do partido, valores democráticos e socialistas de modo que não o fizeram com a força de cargos, mas, antes, pela abertura ao debate com as demais vozes.

Reivindicavam para o partido o direito de estruturar-se livremente, à revelia da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, imposta pelo regime militar. E o que é mais importante: sustentavam a necessidade de o PT inventar a sua identidade Orgânica e não somente reproduzir formatos partidários da nossa e de outras tradições. Estimulavam o partido à “aventura da originalidade” (Eder Sader), mesmo sabendo dos riscos inerentes às formas políticas experimentais, que não contam com o tranquilizador (...) aval das teorias estabelecidas.³⁰⁶

Keck coloca que, diante da reforma partidária, os posicionamentos do grupo dos intelectuais foram polarizados entre os que viam a importância de conservarem a frente oposicionista que sucederia o MDB – Cardoso e Almino Afonso – e aqueles que se apoiavam na ideia de um partido popular. Sobre a continuidade de um projeto de uma frente oposicionista a autora lembra que esperava-se que a reforma partidária:

Viesse conceder tantos privilégios aos membros do Congresso na formação dos partidos – o direito de formar um partido com o apoio de 10% do Congresso, por exemplo – que muitos políticos viam o jogo político como algo que só eles seriam capazes de controlar.³⁰⁷

Necessariamente, havia muita desconfiança de que fosse possível a um “partido popular” cumprir as exigências da Lei Orgânica dos Partidos Políticos,³⁰⁸ o que caracteriza a

³⁰⁶ DULCI, Luiz. Os intelectuais e a criação do PT. In: AGUIAR, Flávio. **Antonio Candido: pensamento e militância**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 188-189.

³⁰⁷ KECK, Margaret. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991. p. 87.

³⁰⁸ Sobre as exigências da nova lei sobre a formação de partidos políticos destacamos duas em especial: “Art. 12. O partido que, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, prevista no art. 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos 9 (nove) Estados e em 1/5 (um quinto) dos respectivos Municípios, deixando de eleger, em convenção, o diretório nacional, terá sem efeito os atos preliminares praticados, independente de decisão judicial”. Por sua vez, o artigo 14 pontua: “Art. 14. Funcionará imediatamente o partido que, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, tenha: I – como fundadores signatários

escolha por algo mais factível, pois o MDB dispunha das necessárias cadeiras parlamentares para formar seu partido. Sobre esse ponto em específico, Candido comenta da sua adesão ao PT e o quanto a ideia de uma frente de oposição era forte:

A princípio, achei que ainda não era hora de fundar um novo partido desse tipo. Estávamos saindo da ditadura e contra ela havia um grande bloco que era o MDB (...), abrangendo várias tendências que, unidas, tinham muita força.

Era, e, como dizia um amigo meu, para que sair de um Boeing para voar num teco-teco? O que não quer dizer que eu não estivesse interessado na fundação eventual de um partido de tipo socialista, quando fosse o momento. (...). Enquanto isso, os metalúrgicos do ABC iam elaborando o seu projeto e eu repetia que no meu modo de ver ainda não era o momento de fundar um novo partido de esquerda, mas ressalvava que se ele fosse fundado eu aderiria.³⁰⁹

Interessante ainda apontar uma última consideração de Keck sobre as “negociações com intelectuais e políticos”, nela a autora comenta:

Para alguns líderes sindicais e populares envolvidos na discussão, o risco de não conseguir legalizar um partido criado fora do Congresso era superado pelo risco de que as reivindicações populares fossem ignoradas num partido dirigido pelas elites. No momento em que se realizavam as últimas reuniões, (...). Almino e alguns poucos permaneceriam no MDB, enquanto os demais apoiariam o PT.³¹⁰

A partir de então, a compreensão acerca da afirmação do discurso petista em se constituir em algo diferente na política torna-se compreensível por firmar sua posição num quadro partidário nascente – como afirmamos em outra passagem, não era apenas o PT que

de seus constitutivos pelo menos 10% (dez por cento) de representantes do Congresso Nacional, participando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal; ou II – apoio expresso em voto de, 5% (cinco por cento) do eleitorado que haja votado na última eleição geral para Câmara dos Deputados, pelo menos por 9 (Estados), com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles”. Cf. BRASIL. LEI nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541 de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm>. Acesso em: 09 mai. 2017.

³⁰⁹ FERREIRA, Marieta Moraes e FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 49-50.

³¹⁰ KECK, Margaret. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991. p. 87-88.

nascia para a vida político-partidária; por se posicionar contra o regime militar; e, especialmente, contra a frente oposicionista que o MDB, ou parte dele, ambicionava ser, isso porque entendiam que a proposta emedebista não abrangia bandeiras operárias e mesmo populares.

No entanto, era preciso constituir o que seria esse novo partido que diferentes grupos políticos escolheram para atuar. Como apontamos acima, os intelectuais têm papel fundamental nisso, ou seja, preparar o argumento acerca da proposta do PT no sentido do que entendiam próprio à continuidade de um projeto popular que vinha se fortalecendo na sociedade havia alguns anos; rejeitando, assim, propostas do campo das esquerdas já desgastadas, bem como a aliança com a “política” tradicional, que não abarcava esses mesmos interesses populares.

Sirinelli afirma que a ligação entre intelectuais e a cultura política é inegável:

Num dado momento, sempre existem num determinado meio intelectual campos de forças ideológicas que determinam fenômenos de polarização (...). Esses campos de forças contribuem, pois, para traçar os caminhos possíveis, naquele momento, para o engajamento dos intelectuais. Além dos fatores pessoais que tornam cada um deles mais ou menos sensível a atração exercida por esses campos de forças, e independentemente da via das correlações sociológicas tão caras aos seguidores da escola bourdieusiana que aí veem a chave para a explicação desses engajamentos, o fato é que estes se determinam em função das contingências de uma época e das respostas ideológicas que foram se perpetuando e, ao mesmo tempo, se modificando.³¹¹

Necessariamente, Sirinelli se referia aos debates em torno das causas intelectuais do século XX, tal como o engajamento ou não dos intelectuais no contexto político de meados do século citado, principalmente, na França. No entanto, o período que tratamos no presente trabalho é especialmente favorável à análise do engajamento intelectual nas causas do período, precisamente porque os intelectuais acreditavam em seu papel, se não de decidir caminhos próprios aos grupos de sua preferência, ao menos o de interferir nas escolhas desses grupos. Um exemplo disso é o próprio Cardoso, o que preferiu não entrar no projeto do PT, mas já vinha há alguns anos se empenhando em estudos como a concepção de “dependência

³¹¹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações históricas. In: AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 48.

da América Latina” e também sobre a formação de grupos resistentes ao governo dos generais constituídos na sociedade civil.

Sobre o engajamento dos intelectuais dentro do PT, citamos alguns textos de intelectuais como Mário Pedrosa e Paulo Freire que resumem a construção do discurso de defesa do que viria a constituir o partido dos trabalhadores, isso de acordo com as demandas que foram colocadas no período. No texto *O futuro do povo*, Pedrosa argumenta:

O partido dos trabalhadores tem como primeira virtude a de ter nascido dos próprios trabalhadores. Eis aí uma idéia que veio realmente do seio dos trabalhadores brasileiros. Neste sentido ela é ao mesmo tempo um defrontamento vital desse nosso proletariado bronco e novo com o pensamento do maior dos líderes proletários até agora surgido na História moderna do mundo: Vladimir Lenin; pois não sustentava ele que as idéias de libertação não provinham dos proletários que as aprendiam de fora?³¹²

Aqui vemos, nas palavras de Pedrosa, dois pontos caros ao discurso do PT em seus primeiros anos: sua origem proletária e – de certa forma – uma crítica à ortodoxia da esquerda, numa afirmação de uma de suas figuras mais lembradas: Lenin. Com isso, o autor visava um desprendimento da forma tradicional que os partidos no país tinham, bem como um afastamento de alguns dogmas presentes ainda na esquerda, tal como o de que ainda era preciso uma vanguarda que guiasse os operários para sua libertação.

No texto *Sindicato ou partido?* Pedrosa situa a importância do sindicato como órgão de luta dos trabalhadores, mas não deixa de lembrar o papel de uma representação política mais ampla, como o partido – sempre se valendo da ideia de um partido “construído de baixo para cima”: “O sindicato é um instrumento direto da classe operária; é a couraça de sua defesa, que se exprime ainda melhor quando já está formada a central sindical, (...). Se não há classe operária sem sindicato, tampouco pode haver classe operária sem o seu partido”.³¹³ Uma questão bastante cara ao período era a construção de uma Central Sindical que abrangesse as demandas dos diferentes sindicatos espalhados pelo país. De certa forma, podemos colocar que um dos fatores para o PT desenvolver bases por diferentes regiões brasileiras fora a constituição da Central Única dos Trabalhadores em 1983. Cabe lembrar que a ideia de uma central vinha sendo debatida ao menos desde meados dos anos 1970 e,

³¹² PEDROSA, Mário. **Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980. p. 17.

³¹³ *Ibid.*, p. 24-25.

possivelmente, seu adiamento se deu devido à urgência de formar o PT por causa das exigências da legislação para a formação dos novos partidos políticos, as quais, como vimos acima, demandaram bastante atenção de todos os envolvidos nesse processo de construção do novo partido.

Dulci cita Paulo Freire num texto de 1981, em que o formulador da Pedagogia do Oprimido entre outros temas referentes à educação, critica a concepção de partido que guia o povo ou o operário para sua libertação. No excerto reproduzido por Dulci, Freire comenta:

O PT não pode ser o educador que já sabe tudo, que já tem uma verdade intocável, diante de uma massa popular incompetente a ser guiada e salva. Um educador para quem o futuro seja algo preestabelecido, uma espécie de fado, de sina ou de destino irremediável. (...). Uma coisa é a expressão oral da opção pelas classes oprimidas, pelas massas populares, a outra é uma prática elitista, quando sabemos que não é o discurso que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso. (...): para que o PT assuma o seu papel de educador enquanto partido, coerentemente com as suas opções proclamadas, ele tem de assumir também o papel de educando das massas populares.³¹⁴

Seguindo essa concepção de escutar suas bases, notamos documentos tais como *Comissão Nacional Provisória – pontos para elaboração do Programa*, onde é descrito que “O programa do PT não pode ser apenas um ‘Programa para o TSE’”; deve vir de suas bases sociais, as quais seriam ouvidas para aceitar o programa proposto, “emendá-lo, sugerir cortes, e mesmo rejeitá-lo”.³¹⁵

Por fim, citamos mais um trecho da entrevista de Candido para a obra organizada por Ferreira e Fortes:

Agora, para situar o que venho dizendo, gostaria de voltar ao passado e lembrar que em minha mocidade o horizonte ideológico tinha uma espécie de imagem ideal, que era a noção de proletariado como agente necessário de transformação rumo ao socialismo. Daí decorria a idéia de revolução promovida por um partido que fosse a elite do proletariado aliada aos intelectuais que se identificavam a ela. No fundo, era a fascinação pela Revolução Russa e o seu guia Lenin. A nossa opção política consistiu em

³¹⁴ DULCI, Luiz. Os intelectuais e a criação do PT. In: AGUIAR, Flávio. **Antonio Candido**: pensamento e militância. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. P. 190.

³¹⁵ Comissão Nacional Provisória – pontos para elaboração do programa. p. 01.

parte na decisão de rejeitar esta concepção, não aceitando as soluções pensadas para a Rússia, como o stalinismo, forma degenerada do leninismo, (...). Daí a convicção de que as chamadas liberdades burguesas eram na verdade conquistas fundamentais da sociedade em geral e tinham validade permanente.³¹⁶

4.3 Os primeiros anos de vida do PT

Denise Paraná, numa questão que fez a Lula em sua pesquisa sobre a trajetória de vida do dirigente sindical e político, colocava se uma reunião de estudantes realizada na Praça da Sé no ano de 1977 havia influenciado “a direção do seu sindicato a tomar postura semelhante”, ou seja, se havia um entendimento que era preciso avançar para além das atividades sindicais imiscuindo-se dessa forma na vida política do país. Lula responde o seguinte:

Aconteceu uma conversa com Marcelo Gato e com o Arnaldo Gonçalves em que a gente discutia que os intelectuais já estavam na luta, os empresários estavam falando em democratização, os estudantes estavam na rua, ou seja, que faltava a classe trabalhadora. E que a classe trabalhadora poderia ser decisiva. E aí nós entramos no jogo político. Eu acho que foi realmente decisiva a nossa participação.³¹⁷

Para compreender os primeiros anos da agremiação político-partidária que viria a compor o Partido dos Trabalhadores, é preciso primeiro revisar os passos de alguns de seus principais atores. Imbuídos dessa ideia, priorizamos a análise do desenvolvimento do que poderíamos chamar de política de lutas sindicais e operárias, ou seja, o desenvolvimento de uma das principais bases do PT, se não a principal base do partido em seus primeiros anos;³¹⁸ a seguir traçamos os passos da Igreja que possibilitaram o engajamento político de seus membros mais progressistas, o que possibilitou o desenvolvimento das CEBs; e, finalmente, o papel que os intelectuais tiveram na construção do PT.

³¹⁶ FERREIRA, Marieta Moraes; FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 50.

³¹⁷ PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008. p. 127.

³¹⁸ Citamos apenas os membros próprios à jurisdição do Sindicato e não o genérico termo “sindicalistas do ABC” – como é comum a boa parte da literatura sobre o tema – precisamente por compreender que a adesão ao PT em outras regiões, não só de São Paulo, mas do país afora, foi gradualmente ocorrendo, mesmo porque muitos grupos políticos ligados ao mundo do trabalho reivindicaram a fundação de um “partido dos trabalhadores”, mas esse apenas se deu com a participação de Lula e demais atores mais próximos ao presidente do Sindicato.

Evidentemente, este resumo não condiz com todo trabalho dispendido na formação do PT, por isso propomos analisar as primeiras tentativas de formação do que seria um “partido dos trabalhadores”. Iniciamos nosso argumento lembrando a importância da onda grevista de 1978 e o lastro político que ela concede aos líderes sindicais que dela fizeram parte. Ora, com esse lance em vista fica mais fácil compreender o porquê da adesão de outras frentes reivindicatórias ao movimento operário, pois este era o primeiro movimento grevista a contestar de frente o regime político em muitos anos.

A seguir, passamos dois exemplos rápidos de como o Sindicato buscava interagir com outros campos de luta naquele contexto de fins da década de 1970.

O primeiro deles é descrito por Rodrigues e trata especificamente do apoio dos líderes sindicais dado a alguns políticos no pleito eleitoral de 1978, de modo que ainda havia pouca clareza acerca dos rumos próprios no que tangia a como procederiam os grupos de resistência ao regime militar, isso no sentido de quais frentes empregar. Havia apenas um “dúbio” conceito de que era preciso buscar alguma unidade em torno do MDB.

O que podemos salientar é que após as greves de maio, os enunciados e as imagens sindicais destacam frequentemente a força organizativa dos trabalhadores nos “lugares de luta”. Inclusive destacando a importância da participação política dos trabalhadores nas eleições de 1978 para deputados e senadores. (...). *João Ferrador* é taxativo: “*temos muitos candidatos operários e outros que, apesar de não o serem, estão ligados a nossa classe por idealismo*” (...). Não vou me furtar de apontar alguns nomes “*comprometidos com as lutas populares*”, Fernando Henrique Cardoso, (...), Airton Soares, Marco Aurélio Ribeiro, Eduardo Matarazzo Suplicy, Almir Pazzianotto Pinto entre outros.³¹⁹

As eleições do ano de 1978 foram realizadas no meio do mês de novembro, e o apoio do Sindicato, bem como colocar-se do lado dos sindicalistas que haviam despertado novamente o movimento operário com o início da “onda grevista” em maio daquele ano, pareceu bem atrativo para alguns candidatos do MDB. Ocorre que tal aliança não fora feita sem desentendimentos; isso, antes mesmo do citado pleito, como demonstram Bargas e Rainho na passagem a seguir.

³¹⁹ RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 101. Grifos da autora.

Alguns dirigentes sindicais haviam trabalhado na campanha de alguns políticos do MDB nas eleições de 1978, especialmente na de Fernando Henrique Cardoso.

Através dessa participação, mantiveram contatos com inúmeros candidatos e, após a eleição, sentiam mudança de comportamento desses políticos com relação a eles.³²⁰

Os autores inferem, para além do exposto acima, que o comportamento dos políticos de oposição para com os sindicalistas vai recrudescer cada vez mais, ficando claro para estes que uma parte relevante do MDB não via com bons olhos as pautas trabalhistas entre suas bandeiras. Assim, ficava mais evidente para os sindicalistas que atuaram próximo aos candidatos do MDB na eleição de 1978 que não deveriam descartar a formação de um partido próprio dos trabalhadores.

Como exercício de compreensão para uma melhor avaliação acerca do período em que a ideia de um partido que representasse os trabalhadores foi desenvolvida, voltamo-nos para algumas considerações de Keck sobre o MDB nesse pleito de 1978. A autora argumenta que nessa eleição o MDB buscava candidatos que tivessem grande apelo popular, ou seja, uma boa chance de atrair votos para a legenda. Nesse sentido, é compreensível que nesse período em específico a legenda tenha angariado apoio de diversos setores oposicionistas ao regime, tais como sindicatos alinhados com uma atuação mais combativa, setores do movimento estudantil e intelectuais como o próprio Cardoso. Ocorre que como exposto no excerto acima isso não garantia a esses novos candidatos da legenda algum domínio sobre a máquina partidária. “Muitos dos movimentos sociais (...) consideravam o MDB como parte da ordem autoritária. Aos seus olhos, os partidos apareciam no momento das eleições, faziam promessas e desapareciam”.³²¹

Acerca do amadurecimento da ideia de constituírem uma agremiação partidária própria dos trabalhadores, Bargas e Rainho colocam que logo após saírem na imprensa fortes rumores sobre o fim do bipartidarismo e a conseqüente especulação sobre a formação de partidos trabalhistas, como, por exemplo, a refundação do Partido Trabalhista Brasileiro por

³²⁰ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 92.

³²¹ KECK, Margareth. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991. p. 69.

Leonel Brizola e Ivete Vargas, as conversas e debates sobre a criação de um partido dos trabalhadores foi acelerada. Os autores enfatizam inclusive que diversas reuniões foram realizadas em Santos, Porto Alegre, Campinas, São Paulo e São Bernardo do Campo para que tal ideia fosse amadurecida.³²²

Ainda em 1978, Lula comentava em entrevista que a possibilidade de um trabalhador representar seus pares na câmara dos deputados ou mesmo no senado crescia e complementava que ninguém melhor do que um trabalhador para conhecer os problemas dos trabalhadores.

Na minha categoria existe um sem número de trabalhadores com mais condições de ser candidato do que eu. Eu acredito e quero crer que o que falta para nós trabalhadores é sabermos ainda escolher e sabermos medir a nossa força para que amanhã possamos eleger um sem número de trabalhadores para nos representar na Câmara Federal, na Assembléia Legislativa, nas Câmaras de Vereadores e no Senado, porque ainda há uma certa tendência do trabalhador em entender que para representar ele tem que ser intelectual, tem que ter diploma de advogado, tem que ter uma série de coisas, mas nenhum advogado, nenhum intelectual entende mais dos problemas do trabalhador do que ele próprio trabalhador. Basta o trabalhador começar a entender a força que ele tem e qualquer trabalhador poderá ser eleito para representar a classe trabalhadora.³²³

Necessariamente, o discurso do presidente do Sindicato era ao mesmo tempo uma defesa ante a especulação de seu nome para uma disputa eleitoral – que, naquele momento, não era especulado muito pelo desejo do grupo dos “sindicalistas” em melhor debater a possibilidade de um partido propriamente dos trabalhadores ao invés de se constituírem como mais uma corrente do MDB – enquanto, por outro lado, credenciava os trabalhadores a cargos eletivos para os quais até então não poderiam concorrer, ou então não dispunham de chance para tal.

Ocorre naquele mesmo ano a formação do grupo Convergência Socialista, grupo trotskista formado a partir da ação de alguns militantes exilados no Chile – é importante destacar que o nome “Convergência Socialista” foi adotado apenas no ano de 1979. A

³²² RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 94.

³²³ SILVA, Luís Inácio Lula da. **Vox Populi**. São Paulo: TV Cultura, 1978. Entrevista concedida a programa de TV. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=tvKqw62r2jU>. Acesso em: 06 de jan. 2017.

prioridade da CS era a atuação nos movimentos estudantil e operário de modo que “No início de 1978, a LO³²⁴ lançou o Movimento Convergência Socialista, conclamando os setores socialistas para a formação de um partido socialista”.³²⁵ Mas por que abrimos esse paralelo em especial à Convergência Socialista? Necessariamente porque é por meio da influência de grupos dessa corrente que no IX Congresso de Entidades Sindicais dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo³²⁶ será lançada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André a ideia da fundação de um “Partido dos Trabalhadores”. Conta Bernardo Cerdeira, por meio de artigo escrito para o *Jornal GGN* sobre a atuação da Convergência Socialista:

A Convergência, que já vinha intervindo no ABC, principalmente no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André através de Zé Maria e outros quadros deslocados para a região. (...).

Em janeiro de 1979, (...). A proposta de construir um PT foi transformada numa moção e levada imediatamente ao congresso dos Metalúrgicos de Santo André (...). Em seguida foi apresentada ao congresso dos metalúrgicos do estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins. O congresso a aprovou em 24 de janeiro de 79.³²⁷

Porém, Bargas e Rainho explanam sobre tal episódio de forma diversa. Segundo os autores:

A criação do Partido foi proposta nesse Congresso, pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcílio, eleito deputado federal pelo MDB.

Segundo Marcílio, o partido só não admitiria os patrões. Seria um Partido de assalariados, tanto do campo como das cidades.

(...).

Mas, em realidade, a visão que foi transmitida do PT nessa ocasião não era aquela mesma que já mencionamos anteriormente.

³²⁴ Liga Operária era como se chamava o grupo antes de adotarem como nome Convergência Socialista.

³²⁵ MARQUES, Rosa Maria. Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990). In: FERREIRA, Jorge; REIS Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 158.

³²⁶ O nome completo do congresso foi: IX Congresso de Entidades Sindicais dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo (Lins, SP).

³²⁷ CERDEIRA, Bernardo. A Convergência Socialista e a ditadura militar. *Jornal GGN*, sábado, 27 jul. 2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-convergencia-socialista-e-a-ditadura-militar>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

Talvez, por essa razão, esse “PT” lançado por Benedito Marcílio em Lins não prosperasse, enquanto o “outro” continuou normalmente sua caminhada com vistas a sua viabilização.³²⁸

Inferimos essa passagem em específico como uma forma de demonstrar a atuação de outros grupos de esquerda dentro do movimento operário naquele período. Evidentemente, as bases do partido lançado por Marcílio não foram as que se desenvolveram. No entanto, seu lançamento naquele momento mostra o quanto havia que se fazer para que o partido prosperasse.

É importante notar, contudo, que já no início de 1979 havia propostas já desenvolvidas acerca do PT. Sobre isso, Meneguello tece o seguinte comentário, lembrando que a citada autora trata neste trecho sobre o mesmo assunto, o lançamento precipitado do PT:

Estas cisões foram traduzidas no documento denominado *Carta de princípios*, elaborado por um comitê que se auto-responsabilizou pelo andamento do processo (...), este comitê divulgou como oficial uma Carta exploratória dos princípios do partido durante as comemorações do dia 1º de maio de 1979 nas maiores cidades do país, sem que houvesse ocorrido prévias discussões com as lideranças do sindicalismo.

Este fato levou a que o comitê fosse acusado de vanguardismo por parte das lideranças sindicais, (...) porque muitos de seus membros pertenciam ou eram simpáticos a organizações de esquerda de tendência trotskista.³²⁹

Meneguello coloca que essas divergências e o crescimento dos movimentos grevistas no ABCD paulista atrasaram o lançamento do PT, o qual acabou ocorrendo apenas em fevereiro de 1980, curiosamente, poucas semanas antes da “Greve dos 41 Dias”. No entanto, é preciso ressaltar, nesse ponto em particular discordamos da autora no sentido de que as greves atrasaram o lançamento do partido – principalmente as de 1979 e 1980 –, pois foram estas que deram ao grupo dos sindicalistas proeminência para que assumissem um papel de relevância na fundação do novo partido, papel este que não teria muito efeito sem os demais grupos formadores do partido, o qual vimos nas passagens anteriores do presente trabalho puderam

³²⁸ RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983. v. 1. p. 106.

³²⁹ MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 67.

interagir com as comunidades de base e sua grande extensão pelo país; com os intelectuais que construíram uma concepção de partido a partir do que criticavam nos demais atores do jogo político nacional e também os grupos de esquerda de diferentes tendências os quais atuavam junto aos trabalhadores fazendo trabalho de base e “conscientização” nos locais de produção.

No entanto, como andava o trabalho de organização do partido antes de sua oficialização em fevereiro de 1980? Segundo constatamos nas linhas acima, conversas acerca da fundação de um representante dos trabalhadores no âmbito político-partidário vinham ocorrendo, desde ao menos, 1978. Nesse sentido, com os debates sobre o novo partido já adiantados, Meneguello ressalta que “o PT paulista elaborou sua proposta política e as principais linhas de organização interna através dos trabalhos do núcleo de militantes do partido – o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”.³³⁰

A seguir trataremos da análise de um destes documentos para a constituição do PT, no caso, o documento é intitulado *Comissão Nacional Provisória – pontos para elaboração do programa*, impresso pelo Núcleo pró-PT de Vila Formosa, zona leste de São Paulo. O citado documento, já em suas primeiras considerações, especifica que o programa do Partido dos Trabalhadores deve basear-se nos documentos compostos até então, estes, de responsabilidade do movimento pela sua organização.

Esses documentos, a saber: a carta de princípios e a plataforma de 1º de maio de 1979, a Declaração Política do Encontro de S. Bernardo de 13/10/79, e o Manifesto de Fundação, marcam os diversos momentos de constituição do movimento, (...). Marcam por isso mesmo, a posição das forças que impulsionaram o movimento pela constituição do partido no contexto social e político nacional, e recentemente, o fato de que, mesmo antes de constituir-se formalmente, o partido já existe principalmente no jogo de forças políticas nacionais.³³¹

Marca essa primeira parte do citado documento, o argumento de que o PT, pela forma que organizava seu programa, ouvindo todas suas instâncias de forma democrática, já se diferenciava dos demais partidos – os quais, no citado período também se formavam. Não

³³⁰ MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 68.

³³¹ Comissão Nacional Provisória – pontos para elaboração do programa. p. 01.

bastava ser um “programa para o TSE”, sentencia o documento, era preciso em primeiro lugar ouvir as bases sociais do partido.

As bases do movimento pelo PT, vale dizer, os integrantes de seus núcleos, constituem a primeira instância obrigatória no processo de elaboração do programa. A coordenação nacional, pois, entrega aos militantes esse conjunto de sugestões, para que os núcleos o discutam. É óbvio que os militantes poderão aceitá-lo, emenda-lo, fazer sugestões parciais, sugerir cortes, e mesmo rejeitá-lo totalmente (...). Esse processo, por demorado que seja, é o único que dará ao programa do PT uma qualidade diferente.³³²

Apenas nessas primeiras linhas, podemos perceber o quanto era caro ao discurso do PT diferenciar-se do que havia de alternativa na política, possivelmente, tratava-se de uma estratégia com o intuito de angariar um espaço político pertencente aos seus adversários no dado contexto.

Sobre essa busca do PT em seus primeiros anos podemos acrescentar uma importante consideração de Keck, sobre um período pouco anterior à fundação do PT, mas que denotaria a pluralidade que viria a constituir o partido em seus primeiros anos:

Durante os anos 70, no Brasil, a busca de um contrapeso ao poder do Estado autoritário estimulou intelectuais de oposição a procurar encontrar e estudar fontes potenciais de resistência no interior da sociedade civil – organizações de base da Igreja, associações de bairro e sindicatos operários –, aumentando a visibilidade desses movimentos. Com a aproximação da reforma dos partidos políticos, em 1978-79, a atenção deslocou-se da organização social para as instituições políticas.³³³

Ocorre que esses mesmos espaços de resistência seriam procurados pelo PT – evidentemente, havia uma procura recíproca – como forma de constituir uma formação plural de uma agremiação partidária que ambicionava “bases sociais mais amplas”, ou seja, a função dos núcleos seria saber “recolher a riqueza e a variedade de questões colocadas pelos movimentos sociais mais diversos: sindicatos, associações, comunidades, movimentos de

³³² Comissão Nacional Provisória – pontos para elaboração do programa. p. 01.

³³³ KECK, Margareth. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991. p. 33.

libertação de setores discriminados ou estigmatizados, entidades estudantis, pastorais da igreja”.³³⁴ Vemos, portanto, a importância dada aos Núcleos do PT em seus primeiros anos, estes seriam o braço do partido na sociedade. “Faz-se, pois, absolutamente necessário, que os próprios militantes do PT levem esse esboço de programa e suas elaborações, a cada setor, a cada categoria, a cada movimento social”.³³⁵

Sobre o MPT propriamente dito, Meneguello nos mostra alguns números importantes: “Em dezembro de 1979, o MPT compunha-se de 251 filiados e 23 núcleos formados ou em formação”.³³⁶ O jornal *Nossa vez, nossa voz*, pertencente ao PT do município de Osasco, publicado um ano após as considerações de Meneguello sobre o MPT e seus núcleos, cita que, apenas no estado de São Paulo, o número de núcleos do partido chegava a 120 – um aumento bastante considerável dentro de poucos meses. *Nossa vez, nossa voz* destaca ainda: “Para legalizar-se, atualmente, um partido precisa existir em pelo menos 9 estados. Os donos do poder achavam que os trabalhadores não iriam conseguir tal proeza, (...): hoje, o nosso Partido se organiza no Brasil inteiro”.³³⁷

Antes de avançarmos no que podemos colocar como “consolidação do PT enquanto partido político”, é necessário tratar a proposta dos núcleos do partido, ou melhor: o que seriam os núcleos do PT, e como se formavam? No documento *Sobre os núcleos, o trabalho de massas e a luta política* podemos ter uma noção de como tal questão foi entendida. Em primeiro lugar, é enfatizado pelo autor que não se trata de instruções a serem seguidas de forma linear, tampouco, devem ser seguidas cegamente. Assim:

Ao se querer iniciar o trabalho do PT em um bairro, a primeira coisa a ser feita é reunir todas as pessoas do lugar que estão apoiando o PT. Como conseguir isto? Entrando em contato com as lideranças locais, as comunidades de base da igreja, as associações de moradores, (...). A hora e o local dessa reunião devem ser divulgadas para todos os núcleos do PT já existentes, pois muitas vezes os militantes do PT conhecem pessoas da região (...), e podem ajudar a formar o núcleo.³³⁸

³³⁴ Comissão Nacional Provisória – pontos para elaboração do programa. p. 02.

³³⁵ *Ibid.*, p. 02.

³³⁶ MENEGUELLO, Rachel. **PT a formação de um partido**, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 68.

³³⁷ No BRASIL somos 40 mil. **Nossa vez, nossa voz**. Osasco, n. 1, p. 1. agosto. 1980.

³³⁸ Sobre os núcleos, o trabalho de massas e a luta política. p. 01. Cf. ANEXO A.

Nas linhas seguintes é destacado que o papel do núcleo não deve se firmar na busca irracional por novos militantes, tampouco se fiar em promover reuniões de “cinquenta iluminados”, mas que estejam distantes da realidade do bairro ou categoria profissional que sedia o núcleo. Para tanto, o autor enumera quatro tarefas para que os núcleos do PT escolham alguma que combine melhor com seu cotidiano. Entre os pontos citados destacamos o primeiro:

Conhecer o mais profundamente possível a situação do bairro. Seus problemas, sua entidades, fábricas, escolas, etc. Ao PT cabe então atuar conjuntamente com as entidades existentes, (...). Nas lutas específicas o PT deve tentar sempre dividir responsabilidades com outras forças organizadas politicamente ou não.³³⁹

O *Nossa vez, nossa voz* destaca nota sobre os núcleos de bairros, os quais em Osasco, à época da publicação, já contavam atividades em nove bairros do município, “bem como núcleos de metalúrgicos, bancários, universitários e secundaristas”. É interessante notar também como é enfatizado o trabalho de reuniões e debates desses núcleos: “No Santo Antonio o núcleo de companheiros se organizou depois de debates sobre os novos partidos, (...). Na V. Yolanda são 130 os filiados do PT, que mantém também o ritmo das discussões quinzenais sobre as lutas da comunidade e sobre os destinos de nosso Partido”.³⁴⁰

Enquanto esses primeiros núcleos do partido se formavam e procuravam se estabelecer, o PT parecia cada vez mais se constituir num polo de atração para diferentes figuras e personagens político-sociais. Podemos mencionar desde artistas a intelectuais, militantes que voltavam do exílio a políticos eleitos pelo MDB no pleito de 1978 e estudantes que buscavam restaurar seus órgãos de representação até militantes rurais que reivindicavam terras e sindicatos que os representassem.

Com o objetivo de compreender parte da formação do PT, citaremos alguns casos de militantes atraídos pelo novo personagem político que surgia no cenário partidário brasileiro. No tópico anterior, citamos intelectuais como Mário Pedrosa, Antonio Candido, Francisco Weffort e Paulo Freire, no entanto cabem algumas referências para além do grupo citado.

³³⁹ Sobre os núcleos, o trabalho de massas e a luta política. p. 04. Cf. ANEXO A.

³⁴⁰ No BRASIL somos 40 mil. **Nossa vez, nossa voz**. Osasco, n. 1, p. 1. agosto. 1980.

Nesta primeira parte, lembramos novamente a coletânea de entrevistas de Ferreira e Fortes, com os depoimentos de Apolonio de Carvalho e Manoel da Conceição.

A primeira questão levantada por Carvalho fora sua participação no PT, em seus primeiros anos de vida, já como dirigente do partido:

Inicialmente, foi mais um apoio. Como eu vinha da esquerda, do PCB, as novas lideranças sindicais e outras, que criaram o PT, tinham interesse em dar um certo lugar ao que representávamos, à esquerda tradicional anterior.³⁴¹

Em seguida, Carvalho revela que seu primeiro contato com o PT fora ainda no período do exílio, em que teve oportunidade de trocar algumas impressões com alguns militantes do Comitê da Anistia, em Lisboa.

Fui convidado porque estava ligado aos comitês de anistia da França e de outros lugares próximos. (...). Foi muito interessante porque eu conheci os parlamentares do MDB (...), que seriam os primeiros parlamentares do PT, nascente logo depois. (...). E nós já tínhamos o empenho e a alegria de acompanhar algumas coisas novas que vinham do movimento operário, do movimento parlamentar, do movimento estudantil, em resistência à ditadura. Já tínhamos notícia de que as grandes lideranças sindicais procuravam criar forças novas para derrubar a ditadura e, ao chegar, nos beneficiamos dos efeitos imediatos das grandes greves gerais de um ABC paulista que se tornava, (...), a capital social do Brasil.³⁴²

Manoel da Conceição, por sua vez, iniciou sua militância política por ocasião da resistência ao golpe militar de 1964. Natural do município de Pedra Grande, Maranhão, Conceição participou de associações camponesas durante os anos 1950, bem como do Movimento de Educação de Base – já citado no presente trabalho quando tratamos sobre a formação das Comunidades Eclesiais de Base – e nos anos 1960 liderou o processo de criação de um sindicato de trabalhadores rurais de Pindaré-Mirim, também no estado do Maranhão. Ainda na década de 1960, Conceição vinculou-se à Ação Popular. Na década seguinte,

³⁴¹ FERREIRA, Marieta Moraes; FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 21.

³⁴² Ibid., p. 21.

retornou ao Brasil devido à Anistia e no mesmo ano, 1979, participou ativamente no Movimento pelo PT.

Sobre sua volta do exílio, à época Conceição estava morando na Suíça, o militante político comenta:

Em 1978, eu comecei ver a história de que no meu Brasil tinha surgido a idéia de criação de um partido de trabalhadores chamado PT. (...). Eu via nas revistas que chegavam por lá do Brasil, *Veja* e outras, muitas entrevistas feitas pelo Lula, às vezes chegava jornal *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* (...). E muita gente de esquerda na Europa, assim com um pouco de preocupação: “Sabe, apareceu essa liderança aí, (...). Mas ele é um cara bajulado pela burguesia”. (...). O fato é que, mesmo assim, eu comecei a escrever para o Lula, (...). Escrevi um cartão, dizendo: “Lula, eu vou chegar no Brasil”.³⁴³

O depoimento de Conceição demonstra que o contato com os líderes operários vinha de algum tempo antes da formação do PT propriamente dito. Dessa forma, como ressaltou Apolonio de Carvalho no excerto acima, o ABCD paulista tornava-se a “capital social do país”. Ocorre que antes da definição por um partido popular, ou exclusivamente operário, ou ainda “revolucionário”, e, por fim, uma frente contra o regime militar, havia que passar um período de negociações entre esses personagens até que fosse possível a definição de cada um por sua preferência – como vimos no tópico sobre os intelectuais e também nas linhas acima.

Conceição continua sua fala explanando sobre o momento exato de sua volta ao Brasil, bem como sobre os primeiros passos na prática para a organização do PT, isso contando o Movimento pelo PT e a primazia pelo desenvolvimento dos núcleos.

“Vou chegar no Brasil tal dia e quero que você esteja lá, com os companheiros operários, no aeroporto. Eu não posso chegar sozinho porque eu posso ser pego”. (...). Rapaz, (...), só sei que tinha bastante homem lá, (...). E o fato, companheiro, é que, a partir de então, eu me engracei de ficar no PT. Mas, antes de eu vir pra cá, cinco dias antes, eu tinha saído dessa reunião com quarenta companheiros refugiados, lá na Suíça. (...). E lá nós tomamos uma decisão de chegar aqui, procurar os inventores do PT para discutir a sua construção. (...). Cheguei aqui no dia 9 de outubro de 1979. E, no dia 13 de outubro de 1979, eu fui para uma reunião no ABC paulista (...).

³⁴³ FERREIRA, Marieta Moraes; FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 69-70.

Logo naquele dia nós escolhemos a primeira comissão pró-construção do partido no Brasil. Quer dizer, ainda não tinha o partido; estava só badalado (...). E lá também nós discutimos que seria correto antes de criar diretórios, criar o chamado núcleo de base nos bairros, nas ruas, nas comunidades.³⁴⁴

Alguns meses depois, já no contexto dos trabalhos para a formação de fato do PT, no documento *Uma contribuição ao debate*: “Carta de Manoel da Conceição, membro de Coordenação Nacional Provisório do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores a todos os militantes e simpatizantes do Nordeste”, Conceição se engaja na tarefa de levar a ideia do PT para a região Nordeste, a carta data de 20 de março de 1980.

No citado documento, o primeiro destaque do autor centra atenção na questão acerca de quem o PT representa e também na polêmica: “quem é trabalhador?” No que a resposta se pauta em colocar todo aquele que vive de seu próprio trabalho, bem como aquele “que se coloca ao lado dos trabalhadores e do povo em geral”. Mas a quem pertencia o partido? O PT “é o partido das camadas médias, do professor, do engenheiro, do médico, do funcionário público, do estudante, do intelectual progressista. É o partido da mulher trabalhadora duplamente explorada”.³⁴⁵

Nas páginas seguintes destacamos do documento dois tópicos em particular, são eles: “PT, um partido institucional e legal” e “O PT não é um partido apenas para as eleições”. Conceição afirma:

O PT deve ser um partido institucional e legal.

Já e agora, precisa participar da vida política nacional, com todas as prerrogativas. Deve concorrer às eleições em seus diversos níveis, buscando ocupar espaços políticos que lhe possibilitem falar ao conjunto da sociedade, levando as reivindicações dos trabalhadores e do povo.³⁴⁶

O trecho acima denota um importante debate interno do PT em seus primeiros anos, de modo que, entre as forças políticas que dele buscaram fazer parte, parcela significativa defendia um partido operário de massas e revolucionário, como demonstra a revista *Em*

³⁴⁴ FERREIRA, Marieta Moraes; FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 70.

³⁴⁵ CONCEIÇÃO, Manoel. **Uma contribuição ao debate**. Recife, 20 de mar. 1980. p. 01. Cf. ANEXO B.

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 02.

tempo, esta de viés trotskista. Aqui, propomos um à parte para citar a apresentação da revista: “EM TEMPO apresenta neste caderno dois textos que contribuem para uma discussão de grande atualidade; como os marxistas devem se relacionar com o PT. O Primeiro foi escrito há cerca de um ano e ligeiramente modificado na parte final”.³⁴⁷

Do texto citado, destacamos trecho que toca principalmente o objetivo dessa vertente do partido, em transformá-lo, ou ainda, a partir dele construir um partido marxista-revolucionário.

Pelo próprio fato de representar uma expressão política do movimento sindical classista, o PT (...) Oferece uma possibilidade de organização para milhões de trabalhadores. Hoje, não é ainda um partido revolucionário. (...). Mas tem um significado essencial do ponto de vista da construção de um partido revolucionário: representa uma **alternativa política visível, viável, confiável**, para milhões de trabalhadores, (...). Uma alternativa às políticas reformistas, stalinistas, de colaboração de classes.³⁴⁸

Necessariamente, essas diferenças de concepção do que seria o PT e quais caminhos deveria seguir é que darão vez às chamadas “Tendências internas do partido”.

Voltando à carta escrita por Conceição, sobre a análise do tópico referente à proposta petista não ser apenas voltada para as eleições, nela o autor pontua:

O PT quer atuar não apenas nos momentos de campanhas eleitorais, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores. Só assim será possível semear as bases de uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base.³⁴⁹

Uma questão bastante cara, especialmente nesse momento de ações em prol da constituição do PT propriamente dita, é a legislação composta no período para controlar a formação do quadro político partidário que substituiria o bipartidarismo. Esse tema é lembrado a esta altura do trabalho com vistas a podermos enumerar alguns dos passos dados para a legalização do PT ainda em tempo de participar do pleito eleitoral de 1982. Trata-se da

³⁴⁷ O PT e o partido revolucionário no Brasil. **Em tempo**, São Paulo: Aparte, p. 02, 1981. Cadernos.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 18.

³⁴⁹ CONCEIÇÃO, Manoel. **Uma contribuição ao debate**. Recife, 20 de mar. 1980. p. 04. Cf. ANEXO B.

aqui já citada Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1979. Para nossa proposta de análise, nos são caros os seguintes artigos:

Art. 4º Partidos adquirem personalidade jurídica com o registro do seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo Único – O Tribunal Superior Eleitoral somente autorizará o registro de partido político que tenha seu estatuto e programa aprovados nas convenções municipais, regionais e nacional.

Art. 5º Na fundação de um partido serão obrigatoriamente observadas as seguintes normas:

I – Os fundadores do partido, em número nunca inferior a 101 (cento e um), elegerão uma comissão diretora nacional provisória de 7 (sete) a 11 (onze) membros;

(...).

Art. 8º A Comissão Diretora Nacional Provisória comunicará a fundação do partido ao Tribunal Superior Eleitoral, pedindo o seu registro provisório e o prazo da lei para organizá-lo, juntando:

(...).

Art. 12º O partido que, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, prevista no art. 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos 9 (nove) Estados e em 1/5 (um quinto) dos respectivos Municípios, deixando de eleger, em convenção, o diretório nacional, terá sem efeito os atos preliminares praticados, independente de decisão judicial.

Art. 13º Realizadas as convenções municipais, regionais e nacional, com a aprovação do manifesto, do estatuto e do programa, e a eleição dos respectivos diretórios e comissões executivas, o diretório nacional requererá ao Tribunal Superior Eleitoral o registro do Partido, apresentando:

(...).

Art. 14º Funcionará imediatamente o partido que, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, tenha:

I – como fundadores signatários de seus constitutivos pelo menos 10% (dez por cento) de representantes do Congresso Nacional, participando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal; ou

II – apoio expresso em voto de, 5% (cinco por cento) do eleitorado que haja votado na última eleição geral para Câmara dos Deputados, pelo menos por 9 (Estados), com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.

Art. 16º Não terá direito a representação no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas o partido que não obtiver o apoio, expresso em voto de 5% (cinco por cento) do eleitorado, apurados em

eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuído em pelo menos 9 (nove) Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.³⁵⁰

Pautado nesse conjunto de exigências para a formação das novas siglas partidárias, o nascente PT buscava por meio de seus núcleos sua legalização, já que os artigos 14º e 16º, por exemplo, impunham representação nas casas legislativas para que seu registro fosse reconhecido, exceção feita no Artigo 14º Inciso II. Portanto, os núcleos também tiveram esse papel.

Na carta de Manoel da Conceição, vemos algumas referências às citadas tarefas para a formação do partido nos tópicos: “A luta pela legalização do PT, tarefa central de sua construção hoje”; “A estrutura provisória do PT até as convenções”; “Debatemos a composição da comissão nacional provisória”.

Em primeiro lugar, Conceição comenta que a nova legislação partidária, mesmo configurando um obstáculo à formação do partido, não o impedirá nem será nele uma “camisa de força”. Assim, “Os filiados que se dispuserem a trabalhar pela construção do partido, após conhecerem seus documentos básicos, passarão a ser militantes e serão organizados nos núcleos e diretórios do PT”.³⁵¹

No tópico seguinte, é colocado:

Nos dias 12/13 de abril os delegados dos estados elegerão a Comissão Nacional Provisória do PT, composta de 11 membros. (...).

Em cada estado poderemos implantar a mesma estrutura. Nos lugares onde o PT está mais desenvolvido, poderemos criar o Colegiado Regional, composto pelos 11 membros da Comissão Estadual Provisória, pelos dois delegados estaduais ao Colegiado Nacional e delegados eleitos dos Colegiados Zonais/Municipais. (...).

Em cada município/zona onde houver núcleos, criaremos as Comissões Municipais Provisórias eleitos nos núcleos, e já poderemos criar o Colegiado Zonal/Municipal, adicionando delegados dos núcleos.³⁵²

³⁵⁰ BRASIL. LEI nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541 de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm>. Acesso em: 09 mai. 2017.

³⁵¹ CONCEIÇÃO, Manoel. **Uma contribuição ao debate**. Recife, 20 de mar. 1980. p. 06. Cf. ANEXO B.

³⁵² Ibid., p. 07.

Keck aponta os resultados dessa primeira fase de legalização do partido. “Em 22 de outubro, o PT requereu seu registro provisório ao Superior Tribunal Eleitoral, (...). O partido também apresentou os nomes de seis deputados federais como seus delegados junto à Justiça Eleitoral”.³⁵³ Com isso, no dia 1º de dezembro, era reconhecido de forma unânime pelos membros do TSE que o PT havia cumprido a primeira etapa do registro provisório dos partidos políticos.

A partir de então era preciso organizar as etapas seguintes para que o partido pudesse concorrer nas eleições de 1982.

O passo seguinte constituiu na criação de diretórios municipais em um quinto dos municípios de nove estados. Isto significava que, em cada localidade, os organizadores do partido tinham que filiar pelo menos o número mínimo de membros exigido pela legislação, tendo ainda que realizar convenções para eleger os diretórios e fazer com que os documentos básicos do partido fossem aprovados pelos seus membros.³⁵⁴

O documento: *Partido dos Trabalhadores – PT. Comissão Distrital Provisória de Vila Formosa*, datado de 05 de junho de 1981, tem o objetivo de explicar – de forma bastante didática – como será a Convenção Partidária do PT. Nesse sentido, são usados quadrinhos³⁵⁵ com o “passo a passo” da convenção. Citamos tal documento para ilustrar o argumento colocado por Keck no excerto acima.

No mês seguinte, o Diretório de Vila Formosa convoca novamente os filiados para a pré-Convenção Estadual. Segundo consta no documento, o primeiro passo para que os planos para os anos seguintes fossem decididos.

É (...) nesta Convenção que será decidido como o PT irá agir politicamente no próximo período. Cerca de 1.000 representantes de diversos núcleos do

³⁵³ KECK, Margareth. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991. p. 111.

³⁵⁴ *Ibid.*, p 112.

³⁵⁵ Cf. ANEXO C.

ESTADO DE SÃO PAULO, irão se reunir e decidir sobre a posição do PT nas eleições de 1982.³⁵⁶

Já na circular nº 20 de 1981 – distribuída no mês de novembro, documento do Diretório de Pirituba – a contribuição ao debate vai centrar atenção na plataforma do PT, ou seja, para seu debate nos núcleos do partido. Deste, o que mais chama atenção não são as propostas em si, mas, necessariamente, o argumento acerca da necessidade de vitórias pontuais para os trabalhadores em geral, pois:

Todos sabemos que as eleições de 1982 não vão resolver todos os problemas de nosso povo. No entanto, são possíveis avanços concretos hoje.

(...).

Enfim, ainda que seja tarefa primordial do PT propagandear seu programa e mostrar que só com o socialismo, (...), os problemas dos trabalhadores serão definitivamente resolvidos, o PT não pode responder apenas com um discurso geral, doutrinário, aos problemas que afetam milhões de trabalhadores (...).

Não basta dizer que todos esses problemas são coisas do capitalismo e que com o socialismo resolveremos tudo. Agindo assim, nos isolaremos da grande massa trabalhadora. (...).

Não podemos ter medo de vitórias e conquistas parciais.³⁵⁷

Destacamos essa passagem em específico para tratar da necessidade que algumas correntes do partido viam nas propostas para a resolução de problemas específicos dos trabalhadores e demais grupos que o partido buscava representar. Possivelmente, tal concepção partia do grupo dos “sindicalistas”, juntamente daqueles que estavam mais próximos a eles, enquanto os que defendiam a ideia de um partido revolucionário como a já citada Convergência Socialista, estivessem do outro lado. Daniel Aarão Reis no artigo Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas exemplifica essas correntes – para além da CS – como próprias aos:

³⁵⁶ PARTIDO dos Trabalhadores. Diretório de Vila Formosa. Cf. ANEXO D.

³⁵⁷ Contribuição ao debate sobre Plataforma Nacional do Partido dos Trabalhadores. Novembro de 1981, Diretório Distrital de Pirituba: Partido dos Trabalhadores. Cf. ANEXO E.

Grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PCdoB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) – todos ingressariam nas articulações que deram origem ao PT. (...). Para toda essa gente, a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária.³⁵⁸

Finalmente, o documento “Proposta sobre a tática e a plataforma eleitoral do PT” – este, assinado por José de Lima Soares, presidente do diretório do PT-Lapa – corrobora a importância que parte majoritária do partido dava ao pleito de 1982. A justificativa para a tomada de tal postura pode ser conferida já nas primeiras linhas do citado documento.

As eleições são uma oportunidade para o partido desenvolver a fundo esta alternativa lançando amplamente suas bandeiras, apresentando candidatos em todos os níveis, mostrando que é uma verdadeira opção nacional para agrupar atrás de si as massas oprimidas. Este é o sentido das eleições para o PT: estruturar uma tribuna em todo o país para provar que é um eixo real de organização dos trabalhadores e explorados.

(...).

Não será a cédula eleitoral que vai acabar com a ditadura, porém, as eleições são uma oportunidade para colocar em ação todas as nossas forças, convocando os trabalhadores para se organizarem detrás da única alternativa que pode cumprir esta grande tarefa: a organização própria e a ação direta da classe operária e dos demais explorados do nosso país.³⁵⁹

Aqui, para além da apontada justificativa, temos também a propagação do discurso acerca da origem operária do partido, de sua organização por meio próprio dos trabalhadores, discurso que será usado como justificativa para diferenciá-lo das demais agremiações político-partidárias de então. A seguir, é afirmado que “trabalhador vota em trabalhador”, frase bastante usada na campanha da vindoura eleição.

Se por um lado, já nesta fase da vida do PT, é possível identificar, como vimos acima, as disputas internas do partido, por outro, também é possível perceber as bandeiras que

³⁵⁸ REIS, Daniel Aarão. Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 506-507.

³⁵⁹ Proposta sobre a tática e a plataforma eleitoral do PT. p. 01. Cf. ANEXO F.

fizeram com que muitos acusassem a nova agremiação de “isolacionismo”, ou ainda de arrogar-se como singular na política nacional por meio de uma organização e um programa para as eleições, ambos sectários, o que perpetuaria o divisionismo na frente de combate ao governo então vigente.

Há companheiros em nosso partido que entendem que seria principismo sectário opor-se, em qualquer circunstância, a um acordo eleitoral com estes partidos de oposição. Pode ser, mas o importante agora é, justamente, não diluir o concreto no geral. O concreto, neste momento, é que necessitamos medir nossa força, a força do PT, (...): apresentar candidatos em todos os níveis. (...).

É preferível mais três reacionários no Congresso e um PT de massas, que busque audaciosamente fincar raízes no movimento dos explorados, aproveitando-se, para isto, das eleições para organizar as massas de maneira independente.³⁶⁰

Citamos tais passagens acerca desse posicionamento escolhido pelo PT nas eleições de 1982 precisamente para compreender as preferências das diferentes alas do partido, bem como sua postura em relação aos outros partidos de oposição ao herdeiro da ARENA o Partido Democrático Social (PDS).

Sobre o resultado do pleito eleitoral de 1982, podemos colocar que o quadro geral para o PT foi um tanto decepcionante. O partido não elegeu nenhum candidato para cargo de senador ou governador, Luís Inácio da Silva, candidato a governador do estado de São Paulo, obteve 9,87% dos votos válidos, de modo a ficar em terceiro lugar no geral – tal porcentagem representou 1.144.648 votos. Para o cargo de prefeito o PT elegeu apenas dois prefeitos nesse pleito: Manoel da Silva Costa, em Santa Quitéria (MA); Gilson Luiz Correa de Menezes em Diadema (SP). Quanto a deputados federais, foram eleitos oito – um por Minas Gerais, um pelo Rio de Janeiro, e seis por São Paulo. Já os deputados estaduais somaram 13 em todo país: – um pelo Acre, um por Minas Gerais, dois pelo Rio de Janeiro e nove por São Paulo.

O caminho para a organização do partido ainda passaria por muitos percalços, tais como o reconhecimento das tendências internas do partido e também de qual seria a função dos núcleos do partido. Havia, sobretudo, que demonstrar sua capacidade de atuação nas casas

³⁶⁰ Proposta sobre a tática e a plataforma eleitoral do PT. p. 03. Cf. ANEXO F.

legislativas e, principalmente, nos cargos majoritários, ou seja, um longo caminho a ser traçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido dos Trabalhadores enquanto agremiação político-partidária foi caracterizado por seus militantes e adversários das mais diferentes formas ao longo de sua História. Aqui nos permitimos uma confissão: foi particularmente tentador no início da elaboração da proposta de pesquisa propor uma análise completa da história do partido. Tentação prontamente abandonada principalmente pela percepção de que as mudanças que o partido sofreu ao longo de três décadas impossibilitariam uma compreensão efetiva do que mais me instigava no citado tema.

Nossa principal dúvida sobre a história do PT centrava atenção em seus polos fundadores, necessariamente, como caracterizou Daniel Aarão Reis, tratava-se de um “encontro inusitado”:

Na apinhada assembléia do Colégio Sion, a emocionante chamada de intelectuais e militantes experimentados e respeitados para assinar a ata de fundação era o emblema da união das diferentes *famílias* de esquerda: os trotskistas Mário Pedrosa e Lélia Abramo; o socialista Antonio Candido; o comunista Apolonio de Carvalho; os cristãos Paulo Freire e Plínio de Arruda Sampaio; as lideranças sindicais, *novas e autênticas*, legitimadas pela tradição intelectual revolucionária.³⁶¹

A partir de então cabia análise de cada um desses grupos. Estudar não apenas as características que possibilitaram a ascensão do chamado “novo sindicalismo” em meio a uma estrutura sindical atrelada ao Estado foi particularmente desafiador. No entanto, a proposta de diferenciar uma frente de luta operária e outra sindical elevou bastante o grau de dificuldade, precisamente, pela falta de fontes nesse aspecto. Sobre esse ponto em particular podemos colocar que tal desafio passou a ser superado quando da compreensão da necessidade de buscar elementos que explicassem o engajamento do trabalhador comum. Portanto, elementos

³⁶¹ REIS, Daniel Aarão. Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 510. Grifos do autor.

como a desilusão com a indústria metalúrgica de montagem de autos foram importantes aspectos desse quadro. Faltava caracterizar outros elementos da vida desse “operário comum”, ou seja, a carestia de vida e as dificuldades cotidianas, como falta de assistência educacional, habitacional e médica, que explicaram em parte o ímpeto do trabalhador para o engajamento político.

Faltava pontuar quem organizou politicamente essa “força” que despertava para reclamar suas reivindicações. Evidentemente não tratamos aqui do conceito leninista de vanguarda, o qual era em parte rejeitado pelos grupos que apresentaremos a seguir. Como colocado acima, partimos da ideia de duas frentes no mundo do trabalho – uma operária e outra sindical. A sindical vinha já de uma tradição de atuação de décadas, mas que sofrera importante abalo com o golpe de 1964. A partir de então, cabia compreender a estrutura sindical que vigorava nesse período, especialmente no SMSBCD, pois, tal compreensão possibilitaria pontuar o desenvolvimento do sindicalismo combativo. Cabia pontuar seus atores, lutas e posicionamentos ante um e outro desafio. Um ponto especialmente relevante é que, já no contexto de proximidade do ciclo grevista de 1978-1980, a direção do SMSBCD passou a canalizar as insatisfações dos trabalhadores para as políticas do governo – tal como pode ser visto no caso sobre a denúncia da reposição salarial dos 34,1% em 1977.

Outro polo de organização dos trabalhadores urbanos, mas, é bastante importante enfatizar, não apenas destes, estava na Igreja progressista com as Comunidades Eclesiais de Base e, posteriormente, com a Teologia da Libertação. O passo para compreensão da atuação desse segundo grupo reside na novidade não apenas na mudança de postura de parte da hierarquia eclesial ante os problemas sociais nas localidades onde atuavam, mas também na própria forma de ser Igreja, orientando, por exemplo, grupos para que se organizassem ante a seus próprios problemas e dessa forma pudessem lidar com eles. Mais tarde, muito desse formato de comunidade será imitado ou levado para o PT na forma de núcleos de bairro do partido.

Por fim, a participação dos intelectuais na formação do PT demonstrou de forma precisa o momento político que o Brasil vivia. Especificamente, tratamos com esta afirmação da reorganização do quadro partidário, em outras palavras, havia que decidir, formular propostas e talvez justificativas para uma ou outra escolha entre os espectros que se formavam no cenário político partidário. Esse ponto em particular pede especial atenção não apenas ao

processo e às regras para tal reorganização impostas pelo regime de exceção, mas também a quais alternativas se apresentavam naquele contexto.

Encerrar um trabalho sobre um tema que ainda se desdobra parece especialmente difícil, no entanto, ao considerarmos esse “encerramento” como parte de uma de tantas fases, a dúvida sobre quais palavras colocar parece um tanto atenuada. A cessão de espaço entre um e outro grupo participante da formação do Partido dos Trabalhadores marcou significou um “inusitado encontro” de diferentes *famílias* próprias ao campo da esquerda, no entanto faltava ainda o lastro do resultado eleitoral para provar a relevância desse novo partido no cenário partidário nacional. Tratava-se de um “intruso” no jogo e o resultado daquela eleição demonstraria controvérsias internas e externas, a serem resolvidas por seus diferentes grupos, sobre qual postura tomar ante a “construção” do Estado brasileiro que se daria com a futura constituinte.

REFÊNCIAS

FONTES

BRASIL. LEI nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541 de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm>. Acesso em 09 mai. 2017.

EM TEMPO, Cadernos. **O PT e o partido revolucionário no Brasil**. São Paulo: Aparte, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes e FORTES, Alexandre. **Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

PEDROSA, Mário. **Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980.

RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo**. São Bernardo do Campo – SP: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR

Gilson Luiz Correa de Menezes, concedida ao autor em 03 mar. 2009.

JORNAIS

ABCD JORNAL (1978-1980)

FOLHA DE S.PAULO (1978-1980)

FOLHA DA TARDE (1979)

FOLHA DE VILA FORMOSA (1982)

NOSSA VEZ, NOSSA VOZ (1980)

REVÉS DO AVESSE (2004-2006)

REVISTA OBORÉ (1979)

TRIBUNA METALÚRGICA (1970-1980)

SITES

CERDEIRA, Bernardo. **A Convergência Socialista e a ditadura militar**. Jornal GGN, sábado, 27 jul. 2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-convergencia-socialista-e-a-ditadura-militar>>. Acesso em 05 jul. 2017.

EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – Disponível em: <<http://www.emtu.sp.gov.br/emtu/redes-de-transporte/corredores-terminais/corredor-metropolitano-abd/historico.fss>>. Acesso em 23 jun. 2016.

LEÃO XIII, Papa. **Sobre a condição dos operários. 1891**. (Encíclica Rerum Novarum). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em 13 abr. 2017.

João XXIII, Papa. **A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. (1963)**. (Encíclica Pacem in Terris). Disponível no sítio: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em 23 set. 2015.

Mapa do ABCD paulista. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/Regi%C3%A3o_do_Grande_ABC>. Acesso em 19 mar. 2016.

MEMÓRIA DOS METALÚRGICOS DO ABC. Disponível em: <<http://www.abcdeluta.org.br>>. Acesso em 23 set. 2016.

VÍDEOS

ABC DA GREVE. Direção de Leon Hirszman. 16 mm, cor, 1991. 86min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>>. Acesso em 17 abr. 2017.

Entrevista de Lula. Vox Populi. São Paulo: TV Cultura, maio de 1978. Programa de TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tvKqw62r2jU>>. Acesso em 06 jan. 2017.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas – SP: Ed. Unicamp, 1999.

AGNES, Heller e FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ANDRADE, Francisco Antonio. **Década dos sonhos**. Franca – SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BATALHA, Claudio. **Culturas de classe**. Campinas – SP: Ed. Unicamp, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

BOITO, Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1984)**. São Paulo: Anablume Fapesp, 2003.

BREDIN, Jean-Denis. **O caso Dreyfus**. São Paulo: Scritta, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAVA, Ralf. **Igreja e Estado no Brasil do século XX**: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro. Estudos Cebrap, nº 12, 1975.

CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COSTA, Hélio. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia**: (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. São Paulo: Símbolo, 1979.

_____. **A esquerda e o movimento operário 1964-1984**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

FRENCH, John. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Caetano do Sul-SP: Hucitec, 1995.

GADOTTI, Moacir. E PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Lisboa: Presença, 1973.

IANNI, Otávio. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KECK, Margareth. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LOPES, Marco Antonio. **Grandes nomes da História intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

LÖWI, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Caetano do Sul: Hucitec, 1994.

MEYHI, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENEGUELLO, Raquel. **PT a formação de um partido: 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NOSELLA, Paolo. **Porque mataram Santo Dias: quando os braços se unem a mente**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1980.

OLIVA, Aloízio Mercadante. **Imagens da luta 1905 – 1985**. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de material elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. Ed. USP, 2013.

RÉMOND, René. **Por uma História política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAMPAIO, Antonio Possidonio. **Lula e a greve dos peões**. São Paulo: Escrita, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEIL, Simone. **A condição operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ARTIGOS

BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. in AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica**. in FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Emília Viotti. **Estrutura versus experiência**. Novas tendências na historiografia do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. BID – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 29, 1990.

DULCI, Luiz. **Os intelectuais e a criação do PT**. in. AGUIAR, Flávio. **Antonio Candido: pensamento e militância**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

ESCRITA ENSAIO. **Entrevista Lula: retrato de corpo inteiro**. Ano IV. nº 07. 1980.

MARQUES, Rosa Maria. **Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990)**. in. FERREIRA, Jorge e REIS Daniel Aarão. **Revolução e Democracia 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi. **Servos do tempo**: in ARBIX, Glauco, e ZIBOVICIUS, Mauro. **De JK a FHC: a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.

ROSSI, Valdemar. **Um longo processo**. in. REVÉS DO AVESSO. **A história da Oposição Metalúrgica**. São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, 2006. Bimestral. ISSN 1677-8685.

SANTANA, Marco Aurélio. **Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980**. Revista Perseu Abramo. Ano I. nº 1. 2007.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações históricas**. in AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

DISSERTAÇÕES E TESES

COSTA, Lucas Aparecido. **Tentativa católica de modernidade: o conceito de pessoa humana e sua realização histórica (1958-1982)**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

FERREIRA, Jaqueline. **O Partido dos Trabalhadores e os núcleos de base**. 163 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2008.

FERREIRA, Maria de Lourdes. **Os arquivos da administração pública nos municípios do grande ABC paulista: a busca do fio de Ariadne**. 197 f. Dissertação de Mestrado apresentada

ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas a Universidade de São Paulo, 2005.

MACEDO, Francisco Barbosa. **A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos trabalhadores de São Bernardo do Campo**. 205 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

NÉSPOLI, José Henrique Singolano. **Cultura Política petista e o programa MOVA (1989-1992)**. 185 f. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2005.

ROMANO, Clayton Cardoso. **Do ABC ao planalto: a cultura política do petismo**. 172 f. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2008.

RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Kátia Sousa. **Era uma vez em São Bernardo: (o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982)**. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1995.

TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora**. Tese – (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

VENUTO, Elder Procopio, **A república de São Bernardo: as greves do ABCD paulista e a experiência democrática no movimento operário**. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2009. p. 36.

ANEXO

ANEXO A

SOBRE OS NÚCLEOS, O TRABALHO DE MASSAS E A LUTA POLÍTICA

2.

Participar da construção de um partido, levar ao povo pobre e trabalhador uma proposta de participação política, não tem sido uma tarefa fácil. O PT já conta hoje com centenas de núcleos organizados no meio dos trabalhadores em todos os estados do país e ninguém tem mais dúvida de que ele já é uma realidade. Mas muitos núcleos estão estagnados ou perdidos em discussões teóricas, outros estão mesmo se esvaaziando ou nem conseguem se reunir. O que é um núcleo do PT? Quais devem ser suas tarefas? Como formar novos núcleos ou expandir os já existentes? Por que às vezes apesar de todo o apoio que o PT tem recebido dos trabalhadores, e dos nossos esforços em ampliar o trabalho do nosso núcleo, temos a impressão de que não estamos conseguindo fazer um bom trabalho ou que atuamos num lugar mais atrasado e desmobilizado?

As respostas a estas questões não podem ser gerais, cada lugar tem as suas características próprias, mas levando em conta várias experiências em núcleos diferentes, dá para se ter pelo menos uma idéia de como agir.

As idéias e experiências que relatamos a seguir também não podem ser entendidas de maneira linear, ou seja, que cada passo na formação ou expansão do núcleo deva ter a mesma ordem que propomos ou mesmo que um núcleo tenha condições de realizar toda a experiência acumulada.

COMO FORMAR UM NÚCLEO DO PT?

Ao se querer iniciar o trabalho do PT em um bairro, a primeira coisa a ser feita é reunir todas as pessoas do lugar que estão apoiando o PT. Como conseguir isto? Entrando em contato com as lideranças locais, as comunidades de base da igreja, as associações de moradores etc, é possível encontrar pessoas interessadas em conhecer a proposta do PT e convidá-las para uma primeira reunião. A hora e o local dessa reunião devem ser divulgadas para todos os núcleos do PT já existentes, pois muitas vezes os militantes do PT conhecem pessoas da região ou mesmo moram lá e estão atuando em outro local, e podem ajudar a formar o núcleo.

A partir deste primeiro grupo de pessoas reunido, inicia-se a discussão do que é o PT, qual o seu programa, o que deve ser feito naquela região para cumprir os objetivos que o PT se propõe etc. Cumprida esta fase, que pode exigir uma ou mais reuniões, dependendo da necessidade das pessoas, o núcleo ou embrião de núcleo já está em condições de partir para uma prática mais ampla, o que deve ser uma característica de todo o seu trabalho daí para frente.

O LANÇAMENTO DO PT.

Tornar o PT conhecido do maior número de pessoas no bairro deve ser a primeira preocupação do novo núcleo constituído. Para isso, é preciso que ele faça uma ampla divulgação da existência de um núcleo do PT no bairro através de panfletos, de pichações e cartazes que provoquem a curiosidade do pessoal e que apresente de forma simples a proposta do PT. Se o núcleo já contar com uma sede, mesmo provisória, que possa ser divulgada publicamente, é muito importante que todo o material distribuído tenha impresso o endereço e os horários das reuniões do núcleo e dos plantões (ver funcionamento da sede). Se isto ainda não for possível, pelo menos deve ser colocado o endereço e o telefone para quem quiser entrar em contato com o PT.

Toda divulgação feita deve ter como objetivo criar uma expectativa em torno do lançamento do PT no bairro. A experiência tem mostrado que a realização de uma manifestação em uma rua ou praça é a melhor maneira de o PT se apresentar para os moradores de um bairro. Deve-se portanto marcar um dia e divulgar esta data como a do lançamento oficial do PT no bairro, com a presença de lideranças populares que estão no PT, com atividades musicais, show, teatro, exposição de fotos, leilão, barraquinhas de comida etc. Preparar um lançamento assim é muito importante para que desde o começo os moradores sintam que o PT é um partido diferente e aberto a todos os trabalhadores e não um grupo restrito de pessoas que fazem política por eles. Dará trabalho e exigirá algum dinheiro fazer um lançamento deste tipo. Mas muitas dificuldades serão superadas se o núcleo procurar a ajuda dos próprios moradores para organizar o lançamento, transformando-o num dia de festa no bairro. Percorrer as casas do bairro, apresentando-se

3.

como membros do PT, pedir contribuições para a festa (comidas, coisas para serem leiloadas, dinheiro, um caminho emprestado para servir de palanque) e a própria participação de artistas do bairro para se apresentarem de maneira de fazer do lançamento uma atividade que é ao mesmo tempo do PT e dos moradores. É claro que todo o contato que a preparação e o próprio lançamento possibilitam entre os moradores e o PT deve servir para desenvolver discussões sobre os problemas do bairro, sobre a proposta do PT, as atividades que ele pretende promover, as lutas que ele vai encaminhar etc. Após o lançamento o núcleo terá condição de saber melhor por onde trabalhar e provavelmente passará a contar com mais pessoas do bairro em suas reuniões.

A SEDE DO PT

Quem pretende fazer um partido de massas, aberto a todos os trabalhadores, precisa ter uma sede aberta a todos, aonde todos possam se dirigir. O Núcleo do PT deve ser a casa do povo.

Contar com um lugar para reuniões, para discussões ou bate-papos, para promover palestras e cursos, para passar filmes e apresentar shows ou peças de teatro, é fundamental para a existência do PT como um partido aberto. Quando os núcleos ainda estão começando a se formar não há muitos problemas em fazer reuniões em casa de um ou outro militante. Mas para desenvolver um trabalho amplo a sede é fundamental. Deve ser localizada num ponto central do bairro, na rua ou praça de maior movimento, perto de um terminal de ônibus, de metrô ou trem. Não sendo possível isso deve-se buscar um local que facilite o acesso ao maior número possível de trabalhadores. O endereço e o telefone da sede (se tiver) devem ser impressos em todo material de divulgação do PT. Assim como no lançamento, pode-se organizar uma festa de inauguração da sede do PT. Uma placa identificando a sede é imprescindível.

A sede deve estar aberta o maior tempo possível e os militantes do núcleo devem fazer um rodízio entre si para darem plantões, cujos horários devem ser divulgados nos panfletos e colocados na porta. O núcleo deve organizar um mural na sede e procurar manter sempre jornais e revistas para serem lidos. Por fim, a sede deve contar com um arquivo com informações sobre o PT, sobre os movimentos sociais, sobre os membros do PT do Bairro, etc. A utilização da sede deve

4.

ser programada pelo núcleo de maneira que ela possa ser usada para reuniões de moradores, de trabalhadores de uma categoria, das mulheres, dos jovens, etc..

O FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO E SUA ATUAÇÃO NO BAIRRO.

Muitos núcleos, depois de encerrarem a fase de instalação e lançamento. vivem uma fase de falta de opções práticas e acabam fazendo apenas reuniões para divulgar tarefas internas, informar-se sobre as decisões da direção do PT, tirar um representante para uma reunião, etc. Calem, mesmo sem querer, numa prática internalista, onde o núcleo está voltado para si mesmo. Outros preocupam-se apenas em aumentar o número de seus militantes e desanimam quando não conseguem isso. Um núcleo do PT deve ter seu trabalho voltado para toda população do local e deve ter claro que o aumento do número de militantes do dia a dia se dará devagar e o maior fruto do trabalho externo, que deve procurar atingir o maior número de pessoas possível. Quando o núcleo discute uma proposta ou envia um representante para uma reunião de núcleos o ideal é que se esteja expressando realmente as idéias e aspirações das lideranças efetivas dos trabalhadores na região e não o pensamento de um grupo marginal aos trabalhadores. A meta de um núcleo não é reunir 50 pessoas e inundadas e marginais. A meta é o núcleo ser um peixe dentro d'água, que dirige a luta mas que tem as massas ou uma parcela significativa dos trabalhadores consigo.

Tarefas práticas para um núcleo do PT não faltam. Problema é saber escolher as melhores possíveis para o local. Por exemplo:

1. Conhecer o mais profundamente possível a situação do bairro. Seus problemas, suas entidades, fábricas, escolas, etc. Ao PT cabe então atuar conjuntamente com as entidades existentes, incentivá-las a assumirem lutas ou a promoverem atividades que interessem à população. Nas lutas mais específicas o PT deve tentar sempre dividir responsabilidades com outras forças organizadas politicamente ou não, e não ficar querendo fazer tudo sozinho. No caso de não existirem associações de moradores ou a subsede de um sindicato, não estabelecer no local tradição de luta, cabe ao PT tomar todo o tipo de iniciativa que contribua para a organização dos mo

5.

radores, para o desenvolvimento de práticas coletivas. Se não há atividades culturais no bairro, não devemos vacilar em promovê-las, tentando comprometer moradores que não estão no PT com eles. Se há problemas de água, esgotos, creches, mas não há uma entidade atuante, o PT deve chamar uma discussão sobre o assunto, visando formar uma comissão para impulsionar as lutas. E tomando essas iniciativas que o PT vai contribuir para que os moradores construam suas entidades autônomas e conquistem as praças e as ruas para suas lutas e suas festas. Às vezes, com medo de desprestigiar a autonomia do movimento popular, acabamos, por omissão, contribuindo para o atraso e para a desmobilização dos trabalhadores.

2. O núcleo do PT deve procurar atingir a todas as categorias de trabalhadores do local, e para isto deve lançar panfletos específicos dirigidos a cada uma delas. Dependendo da ocasião deve se chamar reuniões específicas. Por exemplo, na época de uma eleição em um sindicato o PT deve contribuir para uma campanha de sindicalização ou mesmo chamar para discutir a própria eleição. Chamar os professores do local para um debate no dia dos professores, etc. O núcleo do PT deve vir a ser a expressão dos trabalhadores do local.

3. Todas essas atividades acima têm como objetivo tornar o PT um partido de massas. A tarefa principal do PT, porém, é unificar as lutas dos trabalhadores, dando a elas uma direção política contra a ditadura e a exploração. Para isto, o PT deve fazer uma agitação permanente nas ruas, nas feiras, nas portas de fábricas, nos cinemas e nos teatros dos bairros, encaminhando denúncias políticas, fazendo abaixo-assinados. Levando a um número, incontável de pessoas as campanhas políticas centrais no momento.

4. O funcionamento interno do núcleo deve ser o mais atraente possível. As reuniões não podem ser cansativas e trefeiras. Em todas as reuniões deve-se ter espaço para discutir um pouco de política. É importante a participação de todos nessa discussão. Deve-se partir de um recorte de jornal, de um fato importante da semana (a bazuçada no Somoza, por exemplo, assim como o discurso do Figueiredo, ou um

6.

pequeno furto do Maluf). Cada militante do núcleo deve sentir-se à vontade e poder sempre exprimir suas opiniões. Se alguém deve ser inibido são os que avançam demais e não o companheiro que está ingressando agora na política. Devemos tirar de nossa cabeça que a atividade política vai contra e é incompatível com a vida normal das pessoas o que nos leva às vezes a dizer coisas como: "o companheiro trabalha, tem família, já participa de uma associação, tem que tomar seu mérito que ninguém é de ferro e não tem tempo para a política" quando a política deve ser feita de tal maneira que envolva seus colegas de trabalho, sua família e, se a vida do povo incluir festas, que o PT também seja um lugar de festa. Cada pessoa nova que aparece tem que ter espaço para a colocação inicial de suas idéias e para levar à frente alguma proposta nova que traga com ela (uma excursão, um curso ou grupo de teatro, uma ida aos botecos para conversar com os jovens). As comissões existentes (propaganda, educação, etc.) devem estar sempre abertas à participação de todas e procurar incentivar que todos tenham alguma tarefa dentro delas. Cada novo militante que não apareceu mais, ou cada antigo que deixou de aparecer, deve ser motivo para uma avaliação do núcleo e não apenas procurar justificar com o atraso político das pessoas. O PT deve atingir, também, as mulheres e jovens do bairro e para isto deve propor atividades, reuniões ou cursos voltados principalmente para seus interesses.

A RELAÇÃO COM AS OUTRAS INSTÂNCIAS DO PARTIDO.

Quando falvamos da necessidade de uma sede, muitos poderiam perguntar: isto não significa muita despesa? Se considerarmos que em cada distrito eleitoral deverão existir vários núcleos por bairro ou por categorias e todos ligados ao mesmo diretório? Isto coloca um problema importante para o núcleo, que é o de não ficar isolado no seu cantinho e dividir esforços, despesas e quem sabe até mesmo sua sede, coordenando tudo no interior do diretório da região. Daí, a importância dos conselhos de representantes por distrito ou município.

Mas a política relaciona não apenas os trabalhadores de uma mesma região. É importantíssimo que

7.

divulgaremos na nossa região as denúncias e as lutas de com panheiros de regiões mais distantes. Pela mesma razão que gostaríamos de ver divulgadas nossas lutas por estes com panheiros. Resumindo, seja através do diretório, seja através de nossa direção estadual ou nacional, seja através de nossas bancadas nas assembleias e câmaras de vereadores, o partido deve funcionar como um todo que vem quebrar a aliança do trabalhador e não separá-lo. Se vamos fazer um lançamento, devemos saber se a comissão de imprensa do partido não tem um cartaz que facilite nosso trabalho; ou vamos fazer um debate sobre a questão da mulher ou sobre educação, devemos buscar contribuições com as assessorias políticas do partido, etc.

No caso do diretório ele tem um papel importante na proliferação dos núcleos, levando o PT para lugares onde ainda não existe nada. Aliás quando um núcleo reúne pessoas de outros lugares não se deve dizer "aquele não é o teu lugar" mas também devemos ter sempre a preocupação de, junto ao diretório ou junto a outros núcleos, não ficar inchando um mesmo núcleo e sim ir contribuindo para a expansão do partido, criando núcleos em outros bairros, nos locais de trabalho etc.

CAMPANHAS POLÍTICAS.

O PT vem para explicar e não para confundir. Quando falamos de uma campanha política não estamos pensando em pichar os muros com frases que ninguém entende, em berrar nos pontos de ônibus assustando os transeuntes, etc.

Mesmo que não possamos criar um movimento a partir de nossa mera vontade, o trabalho de educação política das massas não se fará pela realização de cursos para quatro mil alunos. É preciso identificar qual a ação política concreta, qual a reivindicação política dos trabalhadores em cada momento, sempre à luz do programa do partido. Isto posto, devemos organizar e preparar todo um calendário para concretizar as campanhas políticas do partido. Não devemos, por exemplo, esperar que o Lula seja condenado e preso para depois explicar o que é a Lei de Segurança Nacional. No dia do julgamento do LULA devemos levar o maior número de passos à auditoria, ou ainda, não

8.

devemos esperar a greve de uma categoria para esclarecer a população sobre as consequências da política salarial do governo, etc. Uma campanha política deve ser preparada nos seus mínimos detalhes e com a participação de todos.

Inclusive devemos ter bem claro que uma campanha é algo que vai crescendo aos poucos e a meta (um ato público ou uma greve) é tão importante quanto todo o processo. Cada passo é importante e deixa marcas: se soltamos um panfleto que ninguém entende, já perdemos gente. Se não temos um instrumento que todos os núcleos usem ao mesmo tempo e cada um puxa para um lado, o impacto será menor. Claro que no meio fabril e numa escola, o ritmo e a linguagem são diferentes por isto cada núcleo deve ter sua própria programação de uma campanha. Mas é preciso coisas comuns que vão fortalecendo o partido como um todo, um conjunto.

Quando acontece um fato como a bomba na OAB devemos ter um esquema pronto para nos comunicarmos com o diretório, com os outros núcleos da região, com nossos militantes, com a sede central do partido e sabendo o que o partido está programando estar sempre pronto para atender o chamado de nossos companheiros. Isto nos lembra a importância de termos prontas as bandeiras do partido, um esquema para rodar uma nota, uma reserva para a feitura de faixas.

Luis Antonio Corrêa de Carvalho

Membro da Comissão Regional Provisória do PT-SP.

ANEXO B

UMA CONTRIBUIÇÃOAO DEBATE

Carta de Manoel de Conceição, membro da
Coordenação Nacional Provisória do
Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores
a todos os militantes e simpatizantes do Nordeste

PT, UM PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores deve expressar politicamente os legítimos anseios dos trabalhadores da cidade e do campo, como também das demais camadas populares do Brasil.

Por trabalhador entende-se todo assalariado, todo homem ou mulher que vive de seu próprio trabalho. Ou ainda aquele que se coloca ao lado dos trabalhadores e do povo em geral, lutando junto, por melhores condições de vida e trabalho, pelas mais amplas liberdades democráticas, enfim, para que os trabalhadores e o povo, organizados, sejam quem determine os rumos do país.

Assim, o PT é o partido do operário industrial, do motorista, do estivador, do desempregado, do assalariado agrícola, do camponês - seja ele posseiro, pequeno proprietário ou parceiro.

O PT é o partido das camadas médias, do professor, do engenheiro, do médico, do funcionário público, do estudante, do intelectual progressista. É o partido da mulher trabalhadora duplamente explorada, da dona de casa e da empregada doméstica. É ainda o partido do trabalhador autônomo, do vendedor, do bóia-fria...

PT, UM PARTIDO DE MASSAS

As portas do PT estão abertas a todos que nele queiram se fi-
liar. Abertas à participação de homens e mulheres, independente de ide-
logia, religião, cor, nível cultural ou condição social. Abertas a to-
dos aqueles que têm como alvo de sua luta a grande burguesia nacional
e internacional, do campo e da cidade, assegurada pela ditadura milí-
tar.

O PT se baterá por uma democracia que garanta os reais inte-
resses dos trabalhadores. Embora caminhe em separado, cerrará fileiras
com os setores políticos, religiosos e sindicais comprometidos com es-
sa luta.

O PT pretende ser um partido de centenas de milhares e, por
que não, de milhões e milhões de membros. Que muito breve não haja uma
só fábrica, fazenda, engenho, cidade, lugarejo, bairro ou escola, sem
militantes organizados do PT.

PT, UM PARTIDO INSTITUCIONAL E LEGAL

O PT deve ser um partido institucional e legal.

Já e agora, precisa participar da vida política nacional, com
todas as prerrogativas. Deve concorrer às eleições em seus diversos ní-
veis, buscando ocupar espaços políticos que lhe possibilitem falar ao
conjunto da sociedade, levando as reivindicações dos trabalhadores e
do povo.

Ao atuar neste espaço institucional e legal, o PT o alargará
sem perder de vista o objetivo central, que é o de fortalecer a organi-
zação do conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo, e das massas
oprimidas em geral.

O PT entende ser a ditadura militar o maior obstáculo à organização independente dos trabalhadores e do povo. Por isso, sua luta, hoje, é pelo fim do regime militar, desmantelamento do aparato repressivo, revogação da legislação ditatorial e conquista das verdadeiras liberdades democráticas dos trabalhadores e do povo.

Essa conquista significa melhores condições de vida e trabalho e para isso o PT tornar-se-á o campeão da luta pela liberdade e autonomia dos sindicatos, associações profissionais e demais entidades de massa; defenderá a mais ampla liberdade político-partidária e se baterá pela liquidação de instrumentos de opressão como a CLT, AI-5 dos trabalhadores, e pelo fim do arrocho salarial.

Ao mesmo tempo, o PT exigirá: a nacionalização das terras em poder das multinacionais e o seu uso em benefício social do povo; a fixação do homem do campo através da posse da terra a quem nela trabalha; e direitos trabalhistas para os assalariados e bóias-frias.

O PT deverá estabelecer uma nova forma de participação política, diferenciando-se dos partidos existentes até agora. A indicação de seus candidatos só se efetivará após amplo debate com as bases partidárias e as massas trabalhadoras.

E os parlamentares do PT terão um compromisso real com os trabalhadores, colocando seus mandatos a serviço das lutas e da organização independente dos trabalhadores e povo em geral. Utilizarão o Parlamento como um dos meios de denúncia das condições vividas pelos trabalhadores e como instrumento de divulgação de suas lutas.

Os parlamentares do PT apresentarão projetos discutidos com as bases do partido e com os trabalhadores, projetos esses que serão a formalização das lutas travadas na sociedade. Não terão ilusões de que vão conseguir mudar o país, de projeto em projeto, mas demarcarão posições, demonstrando quem está do lado de cá e quem está do lado de

lá, desmascarando as posições demagógicas dos que se utilizem do povo em interesse próprio.

Os parlamentares do PT não ficarão de braços cruzados nas casas legislativas, esperando a visita do povo. Irão aos trabalhadores da cidade e do campo, colocar-se a serviço do fortalecimento de sua organização. Irão aos bairros e periferias para receber e discutir as reivindicações e serem divulgadas da tribuna e pela imprensa.

O PT NÃO É UM PARTIDO APENAS PARA AS ELEIÇÕES

" O PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra aos partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política." (Manifesto de 10/2/80)

O PT acredita que quem vai transformar o país não é um grupo de representantes do povo trabalhador, atuando nas casas legislativas, por mais combativas que sejam suas posições. Este país só mudará de fato quando as grandes massas trabalhadoras tomarem consciência dos seus direitos e de sua força, se organizarem independentemente do Estado e das classes patronais, e se propuserem a conduzir os rumos da Nação.

O PT quer atuar não apenas nos momentos das campanhas eleitorais, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos trabalhadores. Só assim será possível semear as bases de uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas grandes massas trabalhadoras.

O PT lutará contra as concepções tradicionalistas de partido que procurem atrelar as massas trabalhadoras a projetos liberais-burgueses. Lutará contra as concepções doutrinárias e vanguardistas, que só pensam o partido enquanto objetivos futuros, esquecendo-se das situações concretas que ele tem que enfrentar hoje. O PT vai repelir tam

bem concepções que levam ao imobilismo, por condicionarem a construção do partido à tomada de consciência de todos os trabalhadores, como se as coisas acontecessem de uma só vez.

PT, UM PARTIDO QUE NÃO SE CONFUNDE COM SINDICATOS E ENTIDADES DE MASSA

O PT não vai, não pode e não deve substituir os sindicatos e outras entidades de massa. Por isso lutará pela total independência do movimento de massa frente ao Estado e à classe patronal da cidade e do campo.

O PT é um partido político e pretende intervir nas atividades políticas, congregando as pessoas que concordam com seus objetivos. Já os sindicatos e entidades de massa agrupam todos os membros da categoria para a defesa de suas reivindicações; deles participam todos, tenham ou não atividade partidária.

O PT defende a autonomia dos sindicatos e das entidades de massa em relação aos partidos. Os membros dessas entidades podem aderir ao PT, a um outro partido, ou mesmo a nenhum partido. [Os membros, nunca a entidade como um todo,] seja diretoria ou assembleia, pois, se isso acontecer, a entidade se estreitará e as pessoas de diferentes opiniões se afastarão, não se sentindo representadas.

Qualquer partido que pretenda substituir as entidades de massa, na realidade trabalha para dividir o movimento. O PT tem como objetivo unificar mais ainda as massas exploradas e oprimidas em suas lutas, a medida em que coloca uma perspectiva política aos trabalhadores.

A LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO PT, TAREFA CENTRAL DE SUA CONSTRUÇÃO HOJE

6

partidária brasileira: convenções e diretórios zonais/municipais, estaduais e nacional.

No entanto, não se deixará prender nessa camisa de força.

Avançará no papel do filiado dentro do partido. Realizará intensas campanhas de filiação nas áreas operárias e populares, através de comícios, conferências e atos públicos. Os filiados que se dispuserem a trabalhar pela construção do partido, após conhecerem seus documentos básicos, passarão a ser militantes e serão organizados nos núcleos e diretórios do PT.

Os núcleos são a organização de base do partido na zona/município. Reúnem de 21 a 63 militantes para o debate das questões políticas mais gerais, construção das propostas do PT, e conexão do partido com as massas trabalhadoras da área de jurisdição do núcleo na zona/município.

Nossos Diretórios Zonais/Municipais centralizarão os núcleos unificando-os na sua atuação. Criaremos os Colegiados Municipais/Zonais formados pelos delegados eleitos nos núcleos e os membros dos Diretórios, estes eleitos nas convenções.

Os Colegiados serão o órgão máximo de direção do PT entre as convenções. Os Diretórios criarão secretarias, departamentos e comissões para melhor conduzir os trabalhos específicos da área: organização, finanças, imprensa, divulgação, atividades culturais, promoções sócio-recreativas, círculos de educação política de base etc.

Como os núcleos serão organizados por base territorial, em cada um deles haverá militantes das mais diversas categorias e setores. Sempre que for necessário unificar o PT em torno de questões específicas de determinada categoria ou setor, realizaremos as Plenárias Setoriais, tanto a nível municipal/zonal, como estadual, com todos militantes de uma categoria/setor ou delegações. Nas zonas/município também poderão ser organizados núcleos por categoria.

I

Os nossos Diretórios Regionais centralizarão os diretórios zonais/municipais. Serão eleitos nas convenções regionais. Entre as convenções, criaremos o Colegiado Regional, composto pelos membros do Diretório Regional e delegados eleitos de cada Colegiado Zonal/municipal. Será o órgão de direção do partido entre as convenções regionais. A mesma coisa em relação ao Diretório Nacional: criaremos o Colegiado Nacional, composto pelos membros do diretório eleitos na convenção nacional e delegados eleitos nos Colegiados Regionais.

A ESTRUTURA PROVISÓRIA DO PT ATÉ AS CONVENÇÕES

Nos dias 12/13 de abril os delegados dos estados elegerão a Comissão Nacional Provisória do PT, composta de 11 membros. No entanto, o poder real do PT, no pleno nacional, até a convenção, será o Colegiado Nacional, composto pelos membros da executiva e por dois delegados de cada estado.

Em cada estado poderemos implantar a mesma estrutura. Nos lugares onde o PT está mais desenvolvido, poderemos criar o Colegiado Regional, composto pelos 11 membros da Comissão Estadual Provisória, pelos dois delegados estaduais ao Colegiado Nacional e delegados eleitos dos Colegiados Zonais/Municipais. Nos outros lugares, integrarão os colegiados regionais delegados dos núcleos, e os membros das comissões regionais provisórias.

Em cada município/zona onde houver núcleos, criaremos as Comissões Municipais Provisórias, eleitas nos núcleos, e já poderemos criar o Colegiado Zonal/Municipal, adicionando delegados dos núcleos. Onde inexistirem núcleos, poderemos criar diretórios provisórios, com os filiados do PT e avançaremos o mais rápido possível na nucleação e formação do colegiado.

DEBATAMOS A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA

Defendemos que a nova Comissão Nacional Provisória deve ser composta por companheiros representativos do movimento operário e popular, que estejam de acordo e tenham contribuído com as propostas do Movimento Pró-PT. Os companheiros eleitos devem possuir condições políticas, combatividade, representatividade nacional e disponibilidade necessária para dirigir, junto com o Colegiado Nacional, o processo de construção do PT até a Convenção Nacional.

As lideranças sindicais da cidade e do campo, que preenchem esses requisitos, devem estar presentes na Direção Nacional. É também importante a participação de intelectuais decididamente comprometidos com a luta dos trabalhadores e do povo, intelectuais militantes do movimento político.

Os parlamentares também devem estar presentes na Comissão Nacional Provisória. Não só pela experiência política que trazem para o partido, como pela representatividade junto a grandes contingentes populares. Esses parlamentares que efetivamente assumiram a luta pela construção do PT estão contribuindo em muito para tornar ampla, pública e viável a proposta do partido. Todos devemos discutir critérios, nomes e fazer indicações.

Companheiros e companheiras,
estas são as idéias que apresentamos no debate que ora se trava no Partido dos Trabalhadores, a respeito dos rumos que ele deve tomar.

Recife, 20 de março de 1980

ANEXO C

PT-VF-001/81

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
COMISSÃO DISTRITAL PROVISÓRIA DE VILA FORMOSA

São Paulo, 05 de junho de 1981

COMPANHEIRO,

Dando cumprimento à Lei, vimos convocá-lo para a CONVENÇÃO PARTI
DÁRIA do PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, que se realizará no dia
21 do corrente mês, com início às 9:00 horas e encerramento às
17:00 horas, na Rua Alves de Almeida, nº 531 - Vila Formosa, nes
ta Cidade, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

- a) - Aprovação do Manifesto, Programa e Estatuto do PT,
- b) - Eleição, por voto secreto e direto, do Diretório Distrital ,
que será constituído de 09 membros e de 03 suplentes;
- c) - Eleição, por voto secreto e direto, de delegado e respectivo
suplente à Convenção Regional.

Certos de sua presença somos

Atenciosamente

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Junho/81

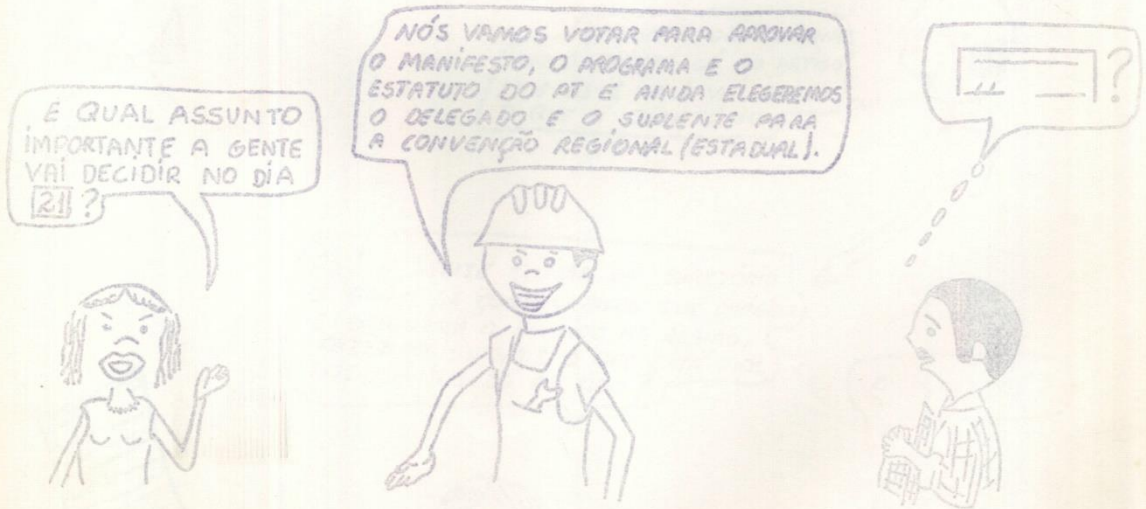
Companheiros

O PARTIDO DOS TRABALHADORES-PT,
REALIZARÁ SUA CONVENÇÃO DISTRITAL NO PRÓXIMO
DIA **21**.



O QUE É UMA CONVENÇÃO:

“É O MOMENTO EM QUE TODOS OS COMPANHEIROS, ASSIM COMO VOCÊS, FILIADOS AO PARTIDO, SE ENCONTRAM PARA DECIDIREM ASSUNTOS IMPORTANTES PARA O PARTIDO.”



2

EU TAVA PENSANDO...
NA FICHA DE FILIAÇÃO EU
JÁ NÃO ASSINEI QUE
ESTOU DE ACORDO?



ACONTECE COMPANHEIRO, QUE PARA O
MANIFESTO, O PROGRAMA E O ESTATUTO
TER VALIDADE O TRIBUNAL SUPERIOR
ELEITORAL EXIGE DUAS APROVAÇÃO: NA
FICHA DE FILIAÇÃO E NA CONVENÇÃO.
ENTENDEU AGORA?



PÉRRRI, AGORA EXPLICA
O QUE É ESSE TAL
DIRETÓRIO E O DELEGADO?



DA UMA OLNHADINHA
NO ESTATUTO, LÁ NO ARTIGO
11 E 31 E VOCÊ VAI SABER
O QUE É DIRETÓRIO.



AH! A GENTE CHAMA DE DIRETÓRIO
O GRUPO DE COMPANHEIROS QUE DIRIGEM
E ORIENTAM O PARTIDO NA REGIÃO,
FRZENDO CUMPRIR O QUE ESTÁ NOS
DOCUMENTOS DO PARTIDO?

É ISSO AÍ!..



3

E O DELEGADO
O QUE É?



O DELEGADO É O
COMPANHEIRO QUE VAI-NOS
REPRESENTAR NA CONVENÇÃO
REGIONAL (ESTADUAL).



E QUEM SERÃO OS
COMPANHEIROS DO
DIRETÓRIO E O
DELEGADO?



NÃO SEI SE VOCÊ
SABE, MAS DESDE FEVE-
REIRO DO ANO PASSADO,
TEM COMPANHEIROS QUE
TRABALHAM PRO PT NA
REGIÃO...

... FORAM ELES QUE GARANTIRAM
AS FILIAÇÕES NO BAIRRO E NA
REGIÃO. ALGUNS TRABALHAM COM
O POVO TENTANDO ORGANIZÁ-LOS...

... REALIZAM REUNIÕES SEMANAIS
PARA DISCUTIR ASSUNTOS IMPOR-
TANTES DO PARTIDO...



... E FOI NUMA DESTAS REUNIÕES
QUE ESSES NOSSOS COMPANHEIROS,
ESCOLHERAM QUEM PARTICIPARÁ
NO DIRETÓRIO, E QUEM SERÁ DELEGADO...

ESTES COMPANHEIROS ESTAM COMPROME-
TIDOS COM AS LUTAS DOS TRABALHADORES, E
COM CERTEZA VOCÊ CONHECE ELES. DÁ UMA
ESPIADA NA LISTA.

4

Lista dos companheiros do DIRETÓRIO

- 1- companheira MARILUCI da V. GUARANI
- 2- companheira IZILDA da V. OLINDA
- 3- companheiro DORIVAL da V. FORMOSA
- 4- companheiro EDISON da V. FORMOSA
- 5- companheiro CHICO da V. STA. ISABEL
- 6- companheiro DEOCLIDES do Jd. V. FORMOSA
- 7- companheiro PAULO do Jd. V. FORMOSA
- 8- companheiro JOSIAS do Jd. V. FORMOSA

DELEGADO

companheira IZILDA

SUPLENTE

companheiro MARIO
da V. FORMOSA

SUPLENTE (RESERVAS)

- 1- companheira SANTINA da V. FORMOSA
- 2- companheiro NELSON da V. FORMOSA
- 3- companheira MARIA APARECIDA do Jd. V. FORMOSA

POXA, SABE QUE ESTE
PAPO TA' LEGAL !..



POIS É, MAS A GENTE VAI TER QUE
TERMINAR LOGO, SABE COMO É, MUITA
CONVERSA ACABA EM POUCO TRABALHO,
E ISSO ATRAPALHA A CONSTRUÇÃO DO
NOSSO PARTIDO...

... POR ISSO, VOU DAR
RAPIDAMENTE AS DICAS
FINAIS PRA CONVENÇÃO



5

ONDE VAI SER?

NA SEDE DO PT DA VILA FORMOSA
RUA ALVES DE ALMEIDA, 531

QUE HORAS?

COMEÇA ÀS 9:00 HS. E TERMINA ÀS 17:00 HS.
VOCÊ PODE CHEGAR A HORA QUE QUISER,
MAS CHEGANDO CEDO VOCÊ VAI EMBORA CEDO.

COMO VAI FUNCIONAR A CONVENÇÃO?

- 1- VOCÊ CHEGA E VAI ATÉ A MESA, ONDE DEVERÁ APRESENTAR O TÍTULO DE ELEITOR OU QUALQUER OUTRO DOCUMENTO.
- 2- PEGA A CEDULA (PAPEL PRA VOTAR).
- 3- VAI PRA UM CANTINHO VOTAR.
- 4- COLOCA O VOTO NA URNA.
- 5- ASSINA O LIVRO DE PRESENÇA, E SE QUISER PODE IR EMBORA, OU FICAR BATENDO UM PAPINHO COM OS COMPANHEIROS.

MODELO DA CÉDULA

ASSINALAR COM X

AQUI NÃO ESCREVE NADA
JÁ ESTARÁ IMPRESSO TODOS
OS NOMES.

<p>PARA O DIRETÓRIO</p> <p>PARA SUBLENTES</p> <p>PARA DELEGADO À CONVENÇÃO REG.</p> <p>SUBLENTE</p>	<p>"Aprovo o Manifesto Regional e Estatutos do Partido dos Trabalhadores - PT"</p> <p>() sim</p> <p>() NÃO</p>
---	--

6

AGORA QUE TÁ TUDO EXPLIKADO
VAMOS TRABALHAR, E NO DIA 21
ESTAREMOS TODOS NA CONVENÇÃO
DO NOSSO PARTIDO.

ATÉ LÁ COMPANHEIROS

ATÉ LÁ---



DIA **21** DE JUNHO

"EM MAIS DE MIL MUNICÍPIOS DO BRASIL,
ESTARÃO ACONTECENDO CONVENÇÕES,
COMO A QUE REALIZAREMOS AQUI
EM NOSSA REGIÃO".

PT LEGAL E DE MASSAS;
AGORA, À LUTA.

COMISSÃO DISTRITAL PROVISÓRIA DE V. FORMOSA

ANEXO D

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

Companheiros:

O PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, superou mais um passo para sua legalização definitiva. Realizaram-se as CONVENÇÕES Municipais e Distritais em 13 Estados Brasileiros. Em VILA FORMOSA 109 pessoas votaram no Diretório, Programa e Estatutos do Partido. (Sendo que segundo a Lei eram necessários em VILA FORMOSA, apenas 51 votos).

Agora, o próximo passo do PT será a Pré- CONVENÇÃO ESTADUAL, que será realizada no mes de JULHO. Este é um momento importante para o PARTIDO, pois é nesta Convenção que será decidido como o PT irá agir politicamente no próximo período. Cerca de 1.000 representantes de dos diversos núcleos do ESTADO DE SÃO PAULO, irão se reunir e decidir sobre a posição do PT nas eleições de 1932, sobre o papel do PT nos MOVIMENTOS POPULARES, e a atuação do PT nos SINDICATOS.

Como se vê estas questões são de extrema importância e a posição do PT frente a elas vai determinar a sua presença enquanto um PARTIDO DOS TRABALHADORES. Por isso, é importante que seja discutido estes assuntos, pelo maior número possível de FILIADOS.

COMPANHEIRO, COMPAREÇA DIA 05 DE JULHO DE 1.931, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DO PT, RUA ALVES DE ALMEIDA, 531 - VILA FORMOSA

PARTICIPE!

CONTRIBUA NA CONSTRUÇÃO
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.

DIRETÓRIO DE VILA FORMOSA

[Assinatura]

PORQUE ESTAMOS CONVIDANDO OS FILIADOS PARA COMPARECER DIA 05/07/81 ???

- 1- Para ESCOLHERMOS 3 (Três) pessoas que irão representar todos os filiados na PRÉ- CONVENÇÃO ESTADUAL DO PT.
- 2- PARA REFLETIRMOS SOBRE OS ASSUNTOS que serão tratados nesta PRÉ-CONVENÇÃO, que dizem respeito a todos os participantes do Partido.
 - a- O PARTIDO DOS TRABALHADORES NAS ELEIÇÕES DE 1982.
 - É necessário que este assunto seja tratado pelo maior número possível de filiados.
 - O PT poderá lançar candidatas próprias para Deputados, Prefeitos, Senadores, sem abrir mão de seu PROGRAMA.
 - O PT poderá lançar candidatas em conjunto com outros partidos de oposição, onde não irá vigorar seu PROGRAMA e nem dos demais partidos, mas seria um acordo para as eleições.
 - O PT poderá também apoiar candidatas de outros partidos de oposição que tenham maior influência na região, ou ainda lançar candidatas próprias procurando apoio de outros partidos oposicionistas.
 - b- REGULAMENTO INTERNO DO PARTIDO:
 - Os núcleos são formados por pessoas que moram num mesmo bairro, que trabalham numa mesma empresa ou tenham a mesma profissão. Porém a Lei que regulariza os partidos estes núcleos não existem. Na realidade somente o PT é que existe este tipo de organização.
 - É importante para o PARTIDO que estes núcleos tenham permanente contato com as direções Distritais, Municipais e Estadual, para que as decisões do Partido sejam realmente fruto da participação dos filiados e militantes. Esta participação ativa deve sempre partir de uma realidade do PARTIDO DOS TRABALHADORES.
 - c- O PT NA COMUNIDADE:
 - O PROGRAMA APROVADO pelo PT afirma nosso compromisso nas lutas populares, quanto à política habitacional (moradia), aos direitos dos favelados, aos transportes coletivos, assistência médica, ensino e serviços básicos.
 - A luta nos bairros é uma luta política? Que cara deve ter o PT nos movimentos populares??
 - d- PT E SINDICATOS:
 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES se define enquanto um partido que defende os interesses dos trabalhadores. Nesse sentido como o PT deve se posicionar?
 - Lutar por um sindicalismo independente da CBT (Lei Trabalhista), junto com os sindicatos que realmente lutem pelos interesses dos trabalhadores? Qual deve ser sua linha política???
 - e- FUTURO DIRETÓRIO REGIONAL:
 - Devem fazer parte do Diretório Regional pessoas comprometidas com os interesses dos trabalhadores. Somente estas pessoas é que têm o direito de falar em nome do PT. Somente o trabalhador deve e pode representar o trabalhador. Fora disso, dispensamos qualquer representação.

VIMOS DECIDIR COM A GENTE O FUTURO DO NOSSO PARTIDO

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES.

ANEXO E

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE
PLATAFORMA NACIONAL NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Na circular nº 20/81 o Diretório Regional (D.R.) orienta o conjunto do partido para o debate sobre a plataforma nacional.

Segundo orientação daquela circular - com a qual concordamos no fundamental - esta plataforma :

- a) deve constituir-se numa declaração do PT a todo o povo brasileiro, esclarecendo as medidas que o PT tomará hoje para resolver os problemas que o povo enfrenta, caso consiga chegar ao poder.
- b) esta plataforma não pode ser apenas uma lista de reivindicações específicas porque a solução dos problemas de nosso povo não poderá ser conseguida mediante a solução individual de caso por caso, mas somente através de medidas gerais que ataquem as causas dos problemas.

"Todos sabemos que as eleições de 82 não vão resolver todos os problemas de nosso povo. Estes problemas só vão acabar mesmo com o fim da exploração de classe no país. No entanto, são possíveis avanços concretos hoje." É por isso que fazemos uma plataforma nacional.

A plataforma nacional baseia-se no programa nacional. Mas, a plataforma é diferente do programa.

"Com a plataforma nacional procuramos encontrar o avanço possível hoje aos trabalhadores, ou seja, formulamos um conjunto de propostas que, embora não resolvam todos os problemas do povo, permitam:

- 1º) defender a economia das massas populares,
- 2º) melhorar seu padrão de vida,
- 3º) aumentar seu nível de organização e participação política,
- 4º) liberdade de organização e expressão para todo o povo.

Enfim, ainda que seja tarefa primordial do PT propagandear seu programa e mostrar que só com o socialismo, com o fim da exploração do homem pelo homem, os problemas dos trabalhadores serão definitivamente resolvidos, o PT não pode responder apenas com um discurso geral, doutrinário, aos problemas que afetam milhões de trabalhadores no presente momento: é a insuportável alta do custo de vida, os salários que não acompanham a inflação, o desemprego, a contínua repressão policial, a expulsão de posseiros de suas terras, etc.

Não basta dizer que todos esses problemas são coisas do capitalismo e que com o socialismo resolveremos tudo. Agindo assim, nos isola-

nos da grande massa trabalhadora. Além do discurso, temos que ter propostas concretas. A teoria do "quanto pior, melhor" não serve aos interesses dos trabalhadores.

Não podemos ter medo de vitórias e conquistas parciais. Ganhamos confiança em nós mesmos, em nossa capacidade de lutar, principalmente quando conseguimos vitórias, mesmo pequenas.

O trabalhador brasileiro está aprendendo a não confiar no demagogo, no político que só faz promessas. Não podemos nos confundir com estes carreiristas, fazendo apenas promessas de uma sociedade mais justa sem apontar o caminho concreto para chegarmos lá; sem propor soluções que tenham alguma chance de ser realizadas a curto prazo, com muita luta e mobilização.

A simples pregação de objetivos ideais, porém retóricos, se considerarmos a força que temos acumulada hoje, não mobiliza os trabalhadores. É por isto que, no próximo ano, quando as eleições mobilizarão milhões de brasileiros o PT, além de denunciar o caráter de classe do regime que está aí, deverá se munir de uma plataforma nacional (Estadual e Municipal) com propostas para solucionar, ainda que parcialmente, os problemas de nosso povo trabalhador.

A consulta proposta na circular nº 20/81 pede "sugestões concretas" para esta plataforma. É com o objetivo de lançar em discussão algumas destas propostas que escrevemos este documento.

PLATAFORMA NACIONAL

Hoje o centro dos problemas vividos pelo povo brasileiro situa-se em torno da crise econômica, com destaque para os problemas de:

- desemprego
- inflação
- serviços básicos: saúde, educação, habitação e saneamento básico
- posse da terra

e para o problema da democracia, tanto a nível sindical como da participação política geral. É na solução destas questões que devemos centrar a plataforma do PT.

I - POLÍTICA ECONÔMICA - Enfrentar as origens da crise econômica.

Hoje, pouco ou quase nada da riqueza gerada com o trabalho de milhares de pessoas no Brasil reverte em benefício destes trabalhadores. A política econômica dos sucessivos governos depois de 64 colocou nosso país num círculo vicioso, onde se trabalha para pagar a dívida externa, a

especulação financeira, o lucro das multinacionais e a corrupção. É preciso romper totalmente com isto, negando este modelo de desenvolvimento. São propostas neste sentido:

- a) Congelamento da Dívida Externa, com renegociação.
- b) Utilização dos fundos sociais (FGTS, PIS, PASEP) em benefício dos trabalhadores, com participação da CUT, dos partidos políticos e conselhos comunitários na gerência destes fundos. As áreas prioritárias seriam:
 - saneamento e habitação para populações de baixa renda;
 - creches e postos de saúde
- c) Abertura de frentes de trabalho e estímulo a atividades que empreguem grande quantidade de mão de obra e que gerem bens de consumo popular;
 - estímulo à construção civil, criação de cooperativas de materiais de construção popular.
- d) Penalização do setor financeiro; co-taxação mais severa nos lucros sem repasse.
- e) Política de reforma agrária
 - tributação pesada para terras improdutivas
 - posse de terra a quem nela trabalha, com assistência técnica e meios para aumentar a produção
 - crédito facilitado à produção de alimentos e gêneros de primeira necessidade destinados ao consumo interno
 - crédito facilitado ao pequeno produtor
 - manutenção do direito de estabilidade ao trabalhador rural
 - ataque ao atravessador e intermediário; "controle" do estado na distribuição dos gêneros de primeira necessidade
- f) Política salarial
 - atualização do nível salarial com escala móvel de salários que acompanhe a inflação
 - congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, sem prejuízo da remuneração do pequeno produtor
- g) Investimentos públicos maciços nas áreas sociais
- h) Controle do capital estrangeiro, legislação e fiscalização severas na remessa de lucros.
- i) Política severa de combate à corrupção administrativa no governo.
- j) Redefinição da política energética, com ampla participação da comunidade.
- k) Controle dos recursos naturais e do meio ambiente (a questão da ecologia)
- l) Suspensão do Acordo Nuclear
- m) Política de combate à violência urbana, centrada na melhoria das condições de vida, oferta de emprego e severa punição aos abusos da polícia militar.

II - A QUESTÃO DA DEMOCRACIA

- a) Ampla liberdade e autonomia sindical, com restauração do direito de greve, sem restrição à categoria.
- b) Garantia do direito de associação; reconhecimento oficial de entidades como a CUT e a UNE.
- c) Liberdade de organização partidária.
- d) Maior autonomia para os Estados e Municípios, inclusive financeira.
- e) Eleições diretas em todos os níveis; devolução aos municípios considerados, como "área de segurança nacional", do direito de elegerem seu prefeito.
- f) Medidas que devolvam o poder e a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário, cerceando e fiscalizando o poder Executivo.
- g) Fim da Lei de Segurança Nacional (LSN), Lei Falcão e medidas de excessão, com desmobilização do aparato repressivo, tais como os DOI-CODI.
- h) Política de proteção e respeito à cultura de minorias étnicas.

novembro de 1981

Distritório Distrital de Pirituba
do Partido dos Trabalhadores (PT)

ANEXO F

PROPOSTA SOBRE A TÁTICA E A PLATAFORMA ELEITORAL DO PT

O PT surgiu para dotar os trabalhadores de uma organização própria, isto é, construída e dirigida pelos próprios trabalhadores. As eleições são uma oportunidade para o partido desenvolver a fundo esta alternativa lançando amplamente suas bandeiras, apresentando candidatos em todos os níveis, mostrando que é uma verdadeira opção nacional para agrupar atrás de si as massas oprimidas. Este é o sentido das eleições para o PT: estruturar uma tribuna em todo o país para provar que é um eixo real de organização dos trabalhadores e explorados.

Construir o PT e avançar na luta para acabar com a ditadura, com o regime militar, é um mesmo combate. Do ponto de vista dos trabalhadores é este o problema central.

A direção dos partidos destacou que a importância das próximas eleições está em que, ao contrário dos pleitos anteriores, deverão colocar em discussão propostas e programas de governo. Isto não deve, porém, nos fazer esquecer do regime que está aí, com todos os seus recursos repressivos e todo o seu aparato jurídico, como acaba de demonstrar a infame condenação de Lula e de vários outros sindicalistas. Não será a cédula eleitoral que vai acabar com a ditadura, porém, as eleições são uma oportunidade para colocar em ação todas as nossas forças, convocando os trabalhadores para se organizarem detrás da única alternativa que pode cumprir esta grande tarefa: a organização própria e a ação direta da classe operária e dos demais explorados do nosso país.

O princípio de que os trabalhadores devem construir sua própria

2.

organização materializa-se, nas eleições, neste princípio elementar: trabalhador vota em trabalhador e não em patrão, banqueiro ou grande burguês. Para que construir o PT se, diante da primeira oportunidade para medir sua força nacionalmente através das eleições, o partido se dilui no apoio a candidatos estranhos à organização independente dos trabalhadores?

Quando construímos o PT disseram que éramos divisionistas (aqueles que não querem a organização própria dos trabalhadores); agora, para que nos diluamos em uma frente de apoio a liberais, burgueses e banqueiros, repetem o mesmo argumento. Dar razão a estas pessoas seria um grande erro e descaracterizaria totalmente a proposta de construir o PT.

Os partidos burgueses de oposição não são a mesma coisa que o governo, é claro. Porém, do ponto de vista das transformações radicais que são necessárias para satisfazer as necessidades mais elementares dos explorados brasileiros, os candidatos burgueses só podem significar uma frustração para as reivindicações vitais dos trabalhadores, e o PT deve ter clareza para não ocultar este fato.

Alguém, por acaso, acredita que Franco Montoro, Miro Teixeira, Saturnino Braga ou Tancredo Neves e seus amigos no Congresso vão realmente fazer, por exemplo, uma reforma agrária radical, confiscando o grande capital e os latifundiários, base para resolver os problemas básicos do desemprego, alimentação e melhores condições de vida? Ao contrário, o PT deve desmistificar a demagogia da oposição conciliadora que apenas procura uma reforma no regime e não a sua liquidação. Ou não é verdade, por acaso, que todos os partidos burgueses, sem exceção, têm indicado que querem uma Constituinte de comum acordo com o governo militar e ainda sob a presidência do gal. Figueiredo?

3.

Há companheiros em nosso partido que entendem que seria princ
pismo sectário opor-se, em qualquer circunstância, a um acordo elei
toral com estes partidos de oposição. Pode ser, mas o importante a
gora é, justamente, não diluir o concreto no geral. O concreto, nes
te momento, é que necessitamos medir nossa força, a força do PT, a
nível nacional e para isto é necessário não deturpar a resolução da
convenção nacional: apresentar candidatos em todos os níveis. O con
creto é que sob o nome de coligação não é apresentado um acordo e
leitoral prático, mas a diluição do PT no apoio a gregos e troianos.
Ou por algum acaso, o apoio que Montoro nos está pedindo, por exem
plo, será dado em troca do apoio do seu partido, por exemplo, num
número equivalente de candidatos do PT a prefeituras do estado de
São Paulo? O concreto é que uma frente com o PMDB, PP, etc. não é
uma frente pela democracia, pois a conduta atual desses partidos
não é a de levar um combate para desmantelar o arbítrio militar e
sim por conter o movimento de massas nos limites de um acordo com
o regime.

Vamos falar claramente: se para eleger um ou dois governadores
burgueses opositores ou três ou quatro deputados a mais no Congres
so o PT renuncia a apresentar-se como opção a nível estadual e na-
cional para os trabalhadores, estaríamos cometendo uma traição aos
próprios trabalhadores. É preferível mais três reacionários no Con
gresso e um PT de massas, que busque audaciosamente fincar raízes
no movimento dos explorados, aproveitando-se, para isto, das elei
ções para organizar as massas de maneira independente. É para o
futuro que trabalhamos partindo do presente, alertando desde já que
não é por procedimentos legislativos que mudaremos a sociedade de
exploração e opressão em que vivemos.

Outros companheiros defendem as coligações dizendo: "Atenção, vo
tamos em candidatos de partidos burgueses opositores, mas os com-

4.

prometemos com um programa". Pura ilusão. A política não é um pacto de cavalheiros. Burgueses podem aceitar de palavra as reivindicações mais radicais se, em troca de suas "promessas", lhes entreguemos o poder. A burguesia pode assumir propostas muito "radicais" para se disfarçar, procurando abrir caminho para poder manobrar, quebrando a independência do proletariado para enfim derrotá-lo, paralisando qualquer mobilização real. Porisso, o que deve ser feito em relação à burguesia opositora é rejeitar todo e qualquer acordo baseado na verborragia "radical" e propor ações práticas concretas para pôr fim ao regime militar.

Companheiros: Lula afirmou que estaria disposto a apresentar - se como candidato a governador "desde que as bases partidárias entendam ser esta a melhor maneira de puxar os votos para nossa afirmação como partido". Sim! É isto que entendemos e é o que queremos!

PLATAFORMA: FUNÇÃO E CONTEÚDO

A diferença fundamental entre a plataforma do PT e dos partidos burgueses deve consistir em que nossa plataforma eleitoral é uma plataforma de luta. Quer dizer, deve conter não apenas medidas de go- verno, mas, também, e principalmente, orientar os trabalhadores em sua luta cotidiana contra a exploração (que não para na época pré-e leitoral) e, portanto, incentivar sua organização independente, co- mo um aspecto da própria atividade durante a campanha. A ênfase de ve ser colocada, portanto, na idéia de que as reivindicações funda- mentais das massas estão diretamente colocadas em função de articu- lar seu próprio movimento, para acabar com o regime antioperário e antidemocrático e impôr a vigência plena e irrestrita da soberania popular. A direção do PT declarou que não é nessas eleições que o PT tomará o poder, porém, é importante indicar que não será através de eleições que modificaremos este regime: só a ação coletiva das

massas pode derrubar todo o edifício de exploração que esmaga os trabalhadores.

A função da plataforma é ajudar os trabalhadores a compreender o alcance desta tarefa, assentando as raízes do PT nas organizações de massa dos explorados. Encarar a importância da plataforma e da atividade eleitoral desde este ângulo vai além de qualquer consideração sobre os casuísmos do governo, que podem inclusive ameaçar a própria realização das eleições propostas para o ano que vem. Com sua plataforma de luta o PT intervirá nas eleições para criar uma tribuna destinada a propagandear sua linha de oposição total ao regime vigente, de independência política, de combate contra a carestia e a miséria que vem sendo descarregada sobre os ombros dos trabalhadores.

Neste sentido, devem fazer parte do conteúdo da atividade do PT durante as eleições, por exemplo, a agitação nacional contra o problema cotidiano da carestia e o desemprego, denunciando a paralisia da Comissão Pró-CUT e dos pelegos e aliados dos partidos burgueses, convocando os sindicatos a se mobilizarem, propondo a organização das fábricas, por um plano nacional de luta. O PT que, como tendência política, combate o peleguismo e os agentes da política burguesa dos patrões nas fileiras dos trabalhadores, luta por uma frente única das organizações sindicais contra o sindicalismo atrelado, contra a ingerência do Ministério do Trabalho nos sindicatos, pela soberania irrestrita das assembléias operárias. Se algum sentido estratégico tem a construção do PT, este deve ser o seu combate por uma nova direção para a classe operária e demais explorados brasileiros, por seu reagrupamento ao redor de um novo eixo, rompendo com as direções antioperárias, por uma central operária organizada a partir de um Congresso de Delegados de Fábrica, totalmente independente da burguesia e do seu Estado.